

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 92 SEXTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 2016

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 102ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE JUNHO DE 2016

1.1 – ATA 6

1.1.1 – ABERTURA 6

1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2) 6

1.1.2.2 – Comunicação

Da Senadora Rose de Freitas, de renúncia, da Comissão Especial de Impeachment haja vista ter sido designada como líder do Governo no Congresso Nacional 6

1.1.2.3 – Oradores

SENADOR LASIER MARTINS - Considerações sobre a Operação Custo Brasil deflagrada hoje pela Polícia Federal em vários Estados da Federação 6

SENADOR ROBERTO REQUIÃO - Críticas ao Governo de Michel Temer pelas supostas medidas contrárias à soberania nacional e ao direito dos trabalhadores; e outro assunto 9

SENADOR WELLINGTON FAGUNDES, como Líder - Defesa de reformas estruturantes para o desenvolvimento do País; e outro assunto. 15

SENADORA FÁTIMA BEZERRA - Comentários sobre artigo da ex-Ministra das Mulheres Eleonora Menicucci com posicionamento em relação ao projeto que dispõe sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino 18

SENADORA ROSE DE FREITAS, como Líder - Agradecimentos àqueles que colaboraram para a recuperação do ataque isquêmico transitório sofrido por S. Exª no mês de maio; e outros assuntos. 23

SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder - Comentários sobre audiência ocorrida hoje na CRA com a presença do Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Blairo Maggi; e outro assunto 29

SENADOR ELMANO FÉRRER - Questionamentos sobre as respostas da classe política às revindicações sociais nas manifestações populares de junho de 2013. 31

SENADOR PAULO PAIM - Indignação com a proposta de reforma previdenciária a ser apresentada pelo Governo de Michel Temer; e outros assuntos. 34

SENADOR DÁRIO BERGER - Defesa da realização de uma ampla reforma administrativa do Estado; e outros assuntos 37

SENADOR LINDBERGH FARIAS - Solidariedade à Senadora Gleisi Hoffmann por sua vinculação supostamente indevida com as prisões preventivas realizadas na Operação Custo Brasil. 41

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder - Registro de audiência realizada por S. Exª com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca da transposição de servidores do ex-Território Federal de Rondônia para o quadro da União; e outro assunto 45

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Críticas a projetos encaminhados pelo Presidente em exercício, Michel Temer; e outro assunto. 46

SENADOR JOSÉ MEDEIROS - Considerações sobre a atuação do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal no combate à corrupção; e outros assuntos 51

1.1.3 – ENCERRAMENTO 55

1.2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS

1.2.1 – EXPEDIENTE

1.2.1.1 – Comunicação

Da Senadora Rose de Freitas, de renúncia, da Comissão Especial de Impeachment haja vista ter sido designada como líder do Governo no Congresso Nacional **(Ofício s/n/2016)** 56

1.2.1.2 – Deliberações da Mesa do Senado Federal

Deferimento dos Requerimentos nºs 244, 245, 246, 679, 756, 834, 835 e 836/2015; 64, 71, 86, 118, 119, 130, 139, 157, 187, 194, 220, 239, 252, 257, 293, 310, 321, 322 e 323/2016 57

Aprovação dos Requerimentos nºs 64, 220 e 239/2016. *Interrupção da tramitação da Indicação nº 3/2015 e dos Ofícios nº S/45/2015 e S/33/2014* 57
Aprovação, com emendas, do parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 14/2014. 57
Aprovação, com emendas, do parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 21/2014. *Abertura do prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para apresentação de emendas*..... 57
Aprovação dos Requerimento nºs 299, 343 e 410/2016 57
1.2.1.3 – Discursos encaminhados à publicação
SENADOR FLEXA RIBEIRO - Satisfação com a liberação de recursos para a conclusão da obra de prolongamento da Avenida João Paulo II, no Pará..... 58
SENADOR GLADSON CAMELI - Registro do transcurso do 54º aniversário da elevação do Acre à condição de Estado, e reflexões acercas dos problemas enfrentados pelo Estado..... 58
1.2.1.4 – Mensagens da Presidência da República
Nº 59/2016 (nº 345/2016, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra. 60
Nº 60/2016 (nº 346/2016, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola. 90
Nº 61/2016 (nº 347/2016, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein..... 134
1.2.1.5 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados
Projeto de Lei da Câmara nº 39/2016 (nº 7.313/2014, na Câmara dos Deputados), que *confere ao Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cerveja*..... 194
Projeto de Lei da Câmara nº 40/2016 (nº 7.507/2014, na Câmara dos Deputados), que *denomina Elevado Vitório Cella o elevado que liga a Rodovia BR-282 com o acesso à BR-480, no trecho denominado acesso Plínio Arlindo de Nês, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina*..... 196
Projeto de Lei da Câmara nº 41/2016 (nº 489/2015, na Câmara dos Deputados), que *denomina Rodovia Frei Jorge o trecho da rodovia BR-251 localizado no perímetro urbano da cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais*..... 198
Projeto de Lei da Câmara nº 42/2016 (nº 2.376/2015, na Câmara dos Deputados), que *institui o Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares*..... 200
1.2.1.6 – Ofícios da Câmara dos Deputados
Nº 50/2016, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 137/2013 202
Nº 51/2016, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 82/1999..... 203
Nº 52/2016, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 158/2007 204
Nº 53/2016, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 444/2011 205
1.2.1.7 – Pareceres
Nº 573/2016, da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução nº 14/2014. 206
Nºs 574 e 575/2016, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Diretora, respectivamente, sobre o Projeto de Resolução nº 21/2014. 212
Nº 576/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 64/2016 223
Nº 577/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 71/2016 227
Nº 578/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 86/2016 231
Nº 579/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 118/2016..... 236
Nº 580/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 119/2016..... 241
Nº 581/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 130/2016..... 245
Nº 582/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 139/2016..... 249
Nº 583/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 157/2016..... 253
Nº 584/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 187/2016..... 257
Nº 585/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 194/2016..... 261
Nº 586/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 220/2016..... 264
Nº 587/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 239/2016..... 268
Nº 588/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 244/2015..... 271
Nº 589/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 245/2015..... 274
Nº 590/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 246/2015..... 277
Nº 591/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 252/2016..... 280
Nº 592/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 257/2016..... 284

Nº 593/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 293/2016..... 288
Nº 594/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 310/2016..... 292
Nº 595/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 321/2016..... 296
Nº 596/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 323/2016..... 299
Nº 597/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 322/2016..... 303
Nº 598/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 679/2015..... 307
Nº 599/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 756/2015..... 311
Nº 600/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 834/2015..... 314
Nº 601/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 835/2015..... 317
Nº 602/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 836/2015..... 320
Nº 603/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 126/2015 **(conclui pela apresentação do nº Requerimento nº 477/2016)**. 323

1.2.1.8 – Projeto de Lei do Senado

Nº 260/2016, do Senador Garibaldi Alves Filho, que *dispõe sobre a Semana Nacional de Valorização da Vida*..... 328

1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.2.2.1 – Adoção de medida provisória

Adoção da Medida Provisória nº 734/2016, que *dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria **(Memorando nº 24/2016-Bloco Parlamentar Democracia Progressista/SF)** 331

1.2.2.2 – Projetos de Lei do Congresso Nacional

Nº 6/2016-CN, do Presidente da República em exercício, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 6.043.585,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente* **(Mensagem nº 342/2016-CN, na origem)**. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* 334

Nº 7/2016-CN, do Presidente da República em exercício, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios do Esporte e do Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 73.500.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente* **(Mensagem nº 343/2016-CN, na origem).** *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* 343

2 – DOCUMENTOS DIVERSOS

2.1 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Despacho..... 352

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO..... 353
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 356
5 – LIDERANÇAS..... 357
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 360
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 379
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES..... 385
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 437

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS..... 461
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS..... 476

102ª Sessão, Não Deliberativa, em 23 de Junho de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Elmano Férrer, Paulo Paim, Lasier Martins e da Srª Fátima Bezerra.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 19 horas e 24 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide item 1.2 do sumário)**

Lemos o seguinte ofício que está junto a esta Presidência:

> Sr. Presidente do Senado Federal, renuncio à vaga por mim ocupada na Comissão Especial de *Impeachment*, destinada a apurar a Denúncia nº 1, de 2016, haja vista ter sido designada Líder do Governo no Congresso Nacional e entender que essa posição é incompatível com as atribuições daquela Comissão.
> Senado Federal.
> Junho de 2016.
> Senadora Rose de Freitas. **(Ofício s/n/2016 - Vide item 1.2.1.1 do sumário)**

Passamos a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Lasier Martins.

Como hoje não é sessão deliberativa, o tempo é de até 20 minutos para cada orador inscrito.

Na sequência, teremos o Senador Roberto Requião, que está fazendo a sua inscrição.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, meu estimado conterrâneo e competente Senador desta Casa, Senadores, Senadoras, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, como morador de apartamento funcional do Senado, aqui em Brasília, sinto, Sr. Presidente, que, quando um helicóptero da Polícia Federal circula sobre as quadras residenciais, a turbulência está chegando ao mundo político.

Hoje não foi diferente. Brasília acordou mais uma vez com a notícia de movimentações da Polícia Federal, em desdobramento ou da Operação Lava Jato ou da Operação Pixuleco, como foi o caso de hoje.

Nesta manhã, foi preso o ex-Ministro das Comunicações e do Planejamento Paulo Bernardo. Mas não foi o único alvo. Foram 11 mandados de prisão preventiva, 10 mandados de busca e apreensão e 14 mandados de condução coercitiva em São Paulo, no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Pernambuco e no Distrito Federal.

Essa operação, Senador Requião, apropriadamente batizada de Custo Brasil, é o desdobramento da 18ª fase, chamada de Pixuleco 2, aquela que foi fatiada pelo Supremo Tribunal Federal e enviada para São Paulo.

E, na capital paulista, ainda hoje foi preso um membro da equipe do Prefeito Fernando Haddad. Trata-se do Secretário Municipal de Gestão Valter Correia, assessor de Paulo Bernardo quando esse dirigia o Ministério do Planejamento.

Vemos que os tentáculos da corrupção atingiam e atingem os mais variados órgãos públicos, e, mais uma vez, o escândalo se espalha por esse mundo político.

Carlos Gabas, que, assim como Bernardo, serviu aos governos Lula e Dilma, sofreu condução coercitiva.

Os desdobramentos chegaram também à imprensa. Leonardo Attuch, do *site* Brasil 247, foi conduzido coercitivamente pela Polícia Federal.

Essa operação nos deixa claro que passamos por um verdadeiro processo de depuração, um esperado processo de depuração pela população brasileira há muitos anos.

A corrupção no Brasil vem de décadas, e sempre se lamentou que a impunidade perdurava indefinidamente, o que não mais acontece.

Hoje, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Judiciário estão fazendo uma limpeza até certo ponto inesperada – inesperada para quem desacreditava e sempre desacreditou que um dia isso pudesse acontecer. Mas está acontecendo, de tal modo que nós vivemos um marco na história do Brasil, passando, nós, brasileiros, a acreditar que o Brasil terá duas etapas: antes e depois da Lava Jato. Tomara que não seja um sonho, mas que seja uma verdade.

Como se não fosse o suficiente, hoje a sede do Partido dos Trabalhadores, o elo que une os presos desta manhã, também foi alvo da Polícia Federal.

No âmbito estrito da burocracia do PT, estão na lista da Polícia Federal o ex-tesoureiro Paulo Ferreira e João Vaccari, já preso em Curitiba.

Os crimes investigados na operação são de tráfico de influência, corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Isso deixa evidente que a corrupção que se alastra pela Administração Pública do País nos últimos anos está vindo à tona de forma avassaladora e muito clara. Gera a certeza de que o distanciamento do grupo investigado do poder, por meio do afastamento preventivo da Presidente Dilma Rousseff, era necessário e fundamental. As ramificações da corrupção, como vemos estarrecidos diante dos movimentos da Polícia Federal, espalharam-se de forma sistemática pela Administração Pública controlada pelo Partido dos Trabalhadores, mas com a adesão de outros partidos bem definidos nos noticiários ultimamente.

Operações como Lava Jato, Zelotes, Acrônimo e Pixuleco impulsionam um importante movimento de limpeza na política nacional. Algo inédito e, por que não, algo muito bem vindo, saudável. Portanto, devemos ouvir a voz das ruas também sobre isto, as ruas que não suportam mais o empilhamento de casos de corrupção de um grande grupo que manchava a reputação da política como um todo e desviava recursos indispensáveis para as carências essenciais do País.

Os aplausos em Curitiba, na manhã de hoje, para os policiais federais que realizaram busca e apreensão no apartamento do ex-Ministro de Lula e de Dilma são a prova de que a população apoia – e não poderia ser diferente – as ações da Polícia Federal e os movimentos do Ministério Público Federal.

Senadora Ana Amélia, escuto-a com muito prazer.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Lasier Martins pela concessão deste aparte. Este tema, evidentemente pela relevância e pelo seu significado político, não poderia deixar de estar presente hoje, na abertura dos trabalhos desta tarde. Eu quero dizer a V. Exª, Senador Lasier Martins, que essa última informação, da manifestação popular pelos atos da Polícia Federal, tem um significado eloquente para todos nós. Eu quero reafirmar a necessidade que temos, todos nós, de apoiar, defender e preservar o trabalho que o Poder Judiciário vem realizando. E cito especificamente todos os magistrados, mas em especial o Ministro Teori Zavascki, o Ministério Público Federal, através da PGR, a Procuradoria-Geral da República, e do seu titular, o Procurador-Geral Rodrigo Janot, e a Polícia Federal. Essas instituições, por mais que questionemos alguma medida que não tenha, no nosso juízo, agradado... Não é o meu caso. Eu penso que todas elas têm o sentido e a razão de ser, mas, respeitando a opinião dos outros Líderes políticos, quero dizer que nós precisamos continuar defendendo essas instituições, porque na medida em que há uma ação como a que houve hoje de manhã, envolvendo uma figura proeminente da política brasileira... E vou lhe dizer sinceramente: não me é agradável. Não festejo, não celebro o que aconteceu com a prisão, mesmo de um adversário político. Acho que isso não é motivo para alegria e regozijo de quem quer que seja e que tenha responsabilidade. Esse é um sinal muito claro de que essas instituições, Senador Lasier Martins, estão tratando todos de maneira igual, todos de maneira igual perante a lei. A lei é igual para todos, então não importa que seja o Presidente da República, o Vice-Presidente do Senado ou da Câmara, qualquer poder. Não estão acima da lei. Então, essa é a demonstração de que o Brasil enfim chegou ao momento que toda a sociedade deseja, que não só ladrões de galinha, negros e pobres vão para a cadeia por ter roubado uma galinha, mas que se que faça a justiça para todos os níveis da sociedade brasileira. Então, é nesse fato que eu repouso a necessidade de continuarmos preservando, apoiando a Operação Lava Jato. E vou reafirmar a V. Exª, que tem cuidado muito dessas questões: eu admito alguma alteração na delação premiada. Qual é a alteração que eu imagino que seja adequada? Impor ao delator uma pena severa quando mentir e não apresentar provas daquilo que está delatando. É uma maneira cautelar, inclusive para evitar o retrabalho da Polícia Federal, do Ministério Público de ir à cata de uma informação que às vezes pode não se confirmar. Então, para evitar isso, o delator terá que ser responsabilizado de maneira extremamente adequada e profunda, para que não haja impunidade também para um delator que se dispõe a ajudar e colaborar com as informações de que dispõe, ajudando também uma

Operação Lava Jato, por exemplo, a ter mais eficácia, a ter maior produtividade e mostrando que nós precisamos passar o nosso País a limpo. Quero cumprimentá-lo pela abordagem desse tema, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu é que agradeço a sua preciosa intervenção, Senadora Ana Amélia.

Quero dizer que adiro completamente a esse avanço na sua proposta com relação à delação premiada. Eu entendo que os delatores devem indicar as provas. Não basta apenas fazer uma descrição de quem participou, quem roubou, etc. É preciso que ajude a Polícia, o Ministério Público e o Judiciário a localizar provas, senão nós corremos risco daquilo que está inquietando grande parte dos brasileiros: que, com relação a muita gente delatada, nada aconteça por falta de provas.

Compartilho desse seu sentimento, Senadora Ana Amélia, de que não podemos festejar o que está acontecendo. Deploramos isso, causa-nos enorme constrangimento.

Eu quero lhe dizer que, como morador do condomínio dos Senadores, ao ser despertado às seis e meia da manhã com um helicóptero fazendo ruído sobre o prédio, fui à janela e, ao ver que se tratava do helicóptero da Polícia Federal, logo percebi: há problema. Estão buscando gente. Quando buscam gente usando o helicóptero é sinal de que gente famosa vai ser presa mais uma vez.

Mas aí eu fico pensando: folcloricamente, quando se dizia que ladrão de galinha era uma coisa, nós logo lembrávamos que a galinha cacareja. Hoje, já não é mais esse ruído. O ruído é de helicóptero. A coisa é mais alta. É gente importante. É o que nós estamos constatando.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Na mesma linha da divulgação daquilo que falávamos aqui – a satisfação popular com o que está acontecendo, a depuração que está acontecendo na política brasileira, tão desvirtuada nas últimas décadas –, houve uma pesquisa de intenção de voto realizada pela *Folha de S.Paulo,* encomendada pelo PT na cidade de São Paulo, que mostrou que o Juiz Federal Sérgio Moro está em primeiro lugar em conceito, em prestígio, na frente de políticos tradicionais como Marina Silva, Lula, Alckmin, Serra, entre outros. Sabemos que o Juiz da Lava Jato não possui pretensões político-partidárias, mas o recado das ruas está dado e é muito claro: o apoio da população à operação que está passando o Brasil a limpo é maciço e massivo.

Assim sendo, já lembrei aqui, desta tribuna, que é fundamental a discussão e a tramitação das medidas de combate à corrupção propostas pelo Ministério Público, com o apoio de mais de 2 milhões de assinaturas –a proposta de iniciativa popular de emenda à Constituição. Felizmente, a Câmara dos Deputados finalmente instalou a Comissão Especial que examinará as medidas. Tenho certeza de que a recepção dessa proposta em nosso diploma legal irá tornar mais célere os processos que ajudam a evitar e punir os tantos corruptores brasileiros que pouco a pouco vão sendo apanhados.

O combate à corrupção deve ser um dos pilares da nossa democracia. Aí, sim, uma democracia firme, transparente, justa, verdadeira.

Sabemos o tamanho do mal que os desvios de dinheiro público vêm produzindo para nossa sociedade há muitos anos. Portanto, a atuação de órgãos como o Ministério Público Federal, a Justiça Federal, a Polícia Federal e a Receita Federal, que é pouco lembrada, mas que vem desempenhando também um trabalho extraordinário, embora pouco reconhecido e pouco aparente, são fundamentais para debelar o malfeito de políticos que preferem servir-se do povo a servir à sociedade brasileira.

A operação de hoje de manhã nos mostra que a engrenagem da corrupção passou também pelas Comunicações e pelo Planejamento, o que é extremamente grave, mas é oportuno, visto que este Ministério controla todo o Orçamento federal. Assim, acredito que devemos olhar com atenção os possíveis desdobramentos dessa ação, que não termina por aqui.

Há pessoas dizendo, Sr. Presidente Paulo Paim, que deverá haver um marco final para as atividades da Lava Jato. Eu penso completamente diferente. Enquanto não houver a depuração total, enquanto não forem apanhados todos os ladrões da República, a Lava Jato não deve terminar. Quando se leva um automóvel para o lava jato, exigimos que a limpeza seja total.

Essa operação de nome simbólico tão apropriado deve ser da mesma forma: enquanto não forem apanhados todos, não haverá prazo para terminar a Lava Jato.

Vemos, em um primeiro momento, o envolvimento de advogados, um *site* que recebia verbas governamentais, a burocracia do Partido dos Trabalhadores, além de ex-Ministros dos governos Lula e Dilma. Em coletiva da Imprensa, o grupo de investigadores da Operação Custo Brasil, que foi a operação de hoje, cujo nome é muito adequado – e lamentamos o quanto o País tem sofrido exatamente por isso –, disse que o esquema envolveu agentes públicos do primeiro, segundo e terceiro escalões. Os desvios podem passar de R$100 milhões.

A operação de hoje, batizada por esse nome Custo Brasil, como todas as denominações tão inteligentes e inspiradas pela Polícia Federal, por ser "exemplo de como a corrupção e a sonegação prejudicam os cidadãos

de bem, que fazem com que os custos de todos os serviços sejam mais altos", deixa um importante recado, que não poderia ser mais apropriado. Como lembrou o procurador Deltan Dallagnol: "A corrupção mata. A corrupção é uma assassina sorrateira e invisível."

Por isso, hoje demos mais um grande passo para debelar este grande mal que assola nosso País, a corrupção vai sendo flagrada e diminuída pouco a pouco.

Tomara que cheguemos ao fim com tanto sucesso como se vem alcançando até agora.

Muito obrigado. Perdoe-me o excesso de tempo, Sr. Presidente dos trabalhos, meu prezado conterrâneo Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª ainda tinha mais dois minutos. Meus cumprimentos pela forma objetiva e direta com que fez seu pronunciamento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Roberto Requião.

Enquanto o Senador Roberto Requião se dirige à tribuna, eu informo que nós ontem escolhemos os homenageados para receber a Comenda D. Hélder Câmara dos Direitos Humanos, dentre os quais dois gaúchos. Depois vou ler na íntegra o nome dos homenageados.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Um gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Dois gaúchos. Vou ler os nomes.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Estamos sem som?

Senador Paim, tenho certeza de que o pronunciamento que eu farei hoje seria possivelmente subscrito por V. Exª, pois, sobre estes assuntos, nós pensamos mais ou menos na mesma direção.

Eu pensava, Senador Lasier, numa epígrafe para o pronunciamento que farei hoje. Seria qualquer coisa mais ou menos assim: com as águas com que a Lava Jato lava a corrupção no Brasil, pretendem lançar fora também a soberania nacional e o direito dos trabalhadores.

Todos nós somos a favor da luta contra a corrupção, mas, paralelamente a isso, vem o Governo interino agredindo pesadamente a soberania brasileira, o Estado social e os direitos trabalhistas.

Pensando também, Senador Paim, em um posfácio ao pronunciamento que farei hoje, eu diria – ou direi – qualquer coisa mais ou menos assim, sobre um convite que recebi no meu gabinete para um jantar, terça-feira, na casa do Presidente do Senado, nosso companheiro Renan Calheiros, e na companhia do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Nesse jantar, como prato principal, servirão a soberania nacional e, como sobremesa, os direitos dos trabalhadores. Agradeço o convite do Presidente, mas não é essa a dieta da minha preferência. Eu não estarei presente nesse jantar.

Mas vamos ao texto que eu pretendo apresentar.

Permitam-me, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, jornalistas que cobrem esta sessão do Senado, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, navegantes da internet; permitam-me fazer hoje uma incursão pela antropologia sociocultural. Meu tema hoje, Senador Paim, é o sacrifício ritual.

Como todos sabem, o sacrifício ritual faz parte da história da humanidade. Sacrifício de humanos, por exemplo, estão presentes nas crônicas de todas as civilizações em todos os continentes. Um exemplo clássico está na Bíblia, no Gênesis, quando Deus testa a fidelidade de Abraão ordenando-lhe que sacrifique o seu filho Isaac. O sacrifício não se realiza, mas Abraão não vacila um segundo na determinação de matar o filho em louvor a Deus. O mesmo Deus que, segundo os Evangelhos, não poupa o seu próprio filho, Jesus; preso, torturado e executado para lavar, com o seu sangue, pecados alheios.

À medida que o homem evolui, civiliza-se, e, no compasso da desbrutalização de usos e costumes, o objeto do sacrifício ritual também muda. Os animais substituem os homens, mas a ideia do sacrifício ritual continua a mesma. O propósito é fazer com que Isaac, Cristo ou o cordeiro esvaiam-se em sangue até a morte para, dessa forma, aplacar a ira divina.

Más colheitas ou boas colheitas, falta de chuvas ou excesso de chuvas, pragas, pestes, doenças, vitória na guerra; seja o que fosse, sempre era necessário que o sangue jorrasse. O sangue de quem? De quem o sangue devia jorrar? É claro que não era o sangue dos sacerdotes, dos governantes, da nobreza, dos bem aquinhoados. Quem expiava em nome deles eram representantes dos estratos inferiores, o povo de sempre. E é assim até hoje.

Quando as coisas não vão bem, quem paga o pato, quem assume a conta, quem arca com os prejuízos são os trabalhadores, os assalariados, as camadas subalternas e a classe média.

Vejam o presente caso brasileiro.

Elenquemos todas as medidas que o Governo interino quer propor ao País e digam-me, Srªs e Srs. Senadores, quem está sendo sacrificado, quem está sendo estendido na pedra do altar para ser imolado?

Não são as 20 mil famílias de rentistas que detêm a quase totalidade da dívida pública brasileira. E lucram de forma indecorosa, infame com os juros dessa dívida.

Não são os brasileiros que mantêm mais de um R$1,3 trilhão ilegalmente em contas no exterior.

Não são os banqueiros e seus lucros pornográficos.

Não é o capital vadio e sua ganância sem freios.

Não são os beneficiários da mais perniciosa e imoral concentração de renda do Planeta Terra, como é a concentração de renda no nosso Brasil.

Não é a aristocracia do funcionalismo público, as carreiras privilegiadas no Judiciário, no Ministério Público, no Legislativo.

Como ao longo da história da humanidade, exigem-se vítimas que se sacrifiquem, que expiem, que sangrem para o bem-estar dos dominantes.

Mas não estamos mais na antiguidade, nos templos e nos tempos bíblicos. Estamos no ano 16 do século XXI.

No entanto, esta Casa reage à condução dos trabalhadores, dos assalariados, das camadas inferiores das classes médias ao matadouro, ao sacrifício com a mesma indiferença dos sacerdotes maias ou astecas. A mesma cruel indiferença.

Será que este Senado não vai reagir, Senador Lasier?

Faço agora uma lista das barbaridades que os interinos pretendem perpetuar. E pergunto se as Srªs e os Srs. Senadores, se o distinto brasileiro e a valiosa e valorosa sociedade que nos veem e ouvem, neste momento, subscrevem, assinam embaixo.

Vamos lá.

Fixação de limite máximo para os gastos públicos. Desvinculação constitucional dos gastos com saúde e educação. Limitação das dívidas das estatais.

O Governo interino quer congelar por dez anos, prorrogáveis por mais dez, os gastos com educação, saúde, saneamento, segurança, habitação popular, em pesquisas e tecnologia e assim por diante, Senador Lasier. Os gastos com saúde e educação, que têm percentuais constitucionalmente amarrados, seriam desobrigados dessa vinculação.

É uma loucura! Quem é que vai ser sacrificado? Se a ação do Governo nas áreas de saúde e educação, hoje, é sofrível, imaginem o que vai acontecer se esses gastos forem reduzidos.

Os cortes nos gastos com a saúde colocam em risco a sobrevivência do SUS e a gratuidade da assistência à saúde. Terá atendimento quem puder pagar.

Da mesma forma, os cortes nos gastos com a educação colocarão em risco a gratuidade do ensino. Com isso, o acesso à escola será um privilégio para poucos, muito poucos.

Mas a insensatez da fixação de um teto para os gastos públicos vai além, ainda mais quando acompanhada de outra sandice, que é a limitação da dívida das estatais.

Qual o resultado dessa mistura peçonhenta? A privatização do que ainda restou de empresas públicas no País. Lá se vão a Petrobras e o pré-sal, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, os Correios e muito mais.

Enfim, de um lado, a deterioração e consequente privatização dos serviços públicos provocados pela limitação dos gastos governamentais; de outra banda, a privatização, a preço de fim de feira, e a entrega de nosso petróleo, dos minérios e até mesmo das florestas amazônicas.

E a nossa mídia, esses comentaristas de rádio e televisão, esses políticos que se proclamam liberais ficam dizendo que é preciso, sim, cortar gastos públicos e que a gastança do Governo é demais, sem, no entanto, esclarecer que não são objeto dos cortes as mordomias, os salários e os privilégios abusivos que serão cortados, e, sim, gastos que impactam diretamente com a vida do povo brasileiro.

Outro item é a mudança de idade para aposentadoria. O Governo interino quer fixar em 65 anos a idade mínima para aposentadoria. Em média, habitantes dos Estados do Norte e do Nordeste vivem pouco mais que 65 anos. Quer dizer, com a nova regra, aposentam-se e morrem. Que maravilha para os que querem cortar os gastos públicos!

Fim do abono salarial. Fim da correção das pensões dos aposentados que recebem um salário mínimo. Fim do aumento real do salário mínimo.

O PIS e o Pasep estão aí há 46 anos. E nenhum governo mexeu com esse abono salarial – nem os militares da ditadura –, pago para quem recebe até dois salários mínimos. No entanto, Meirelles e Goldfajn querem acabar com o abono para diminuir os gastos públicos.

A desindexação do reajuste das pensões de até um salário do aumento real do salário mínimo e o fim do próprio aumento real do salário mínimo são um crime. Deus meu!

Um dos pilares da remissão dos pobres da miséria, do aumento do consumo, da elevação do poder de compra em consequência do aumento da produção foi, sem dúvida, a política de aumento real do salário mínimo.

Contudo, o Governo interino pouco se lixa para isso. Eles não querem um país com 200 milhões de consumidores. Para eles, basta um país com 20, 30, 40 milhões de consumidores.

Mudança na legislação trabalhista, com a prevalência do negociado sobre o legislado e a instituição, em larga escala, da terceirização do trabalho.

O Ministro Meirelles proclamou que não existem direitos adquiridos. E os sempre atentos editorialistas das Organizações Globo, do Estadão, da Folha e do Grupo Abril aproveitaram a deixa e fizeram coro exigindo mudanças nas leis trabalhistas. Afinal, lembraram, a CLT é da distante década de 40. E a Lei Áurea é mais antiga ainda, do século retrasado, acrescentaria eu.

E as empregadas domésticas só foram equiparadas a outros trabalhadores outro dia e assim mesmo sem todos os direitos deles, eu lembraria ainda aos que me ouvem.

O Juiz do Trabalho Jorge Souto Maior, em artigo publicado pelo blogue da Editora Boitempo, com base em estudos do cientista social Werneck Vianna, lembra reações de Parlamentares e do patronato, quando, na década de 20, foi instituída no Brasil a chamada lei de férias.

Percebam isso: os opositores à lei de férias recorriam ao empresário americano Henry Ford, para quem nada poderia fazer um mal maior a um homem do que permitir que ele folgasse nas horas de trabalho.

Assim diziam os nossos empresários: a lei de férias seria imprópria e desnecessária, já que, em oposição ao desgaste intelectual, o trabalho manual solicita apenas atos puramente animais da vida vegetativa.

Logo, dentro de certos limites, o trabalho do operário não exigiria tempo livre para a recuperação, argumentavam os patrões. Ócio é oficina do diabo, diziam eles.

Acostumados a praticarem atos puramente animais da vida vegetativa, os operários eram comparados a burros de carga, que não precisavam descansar e, se exauridos, seriam facilmente substituídos, como se fazia com os muares.

O juiz trabalhista expõe ainda outros argumentos dos opositores às férias dos trabalhadores. Ouçam só a preciosidade desta contestação. Abro aspas:

> Os lazeres, os ócios, representam um perigo iminente para o homem habituado ao trabalho, e nos lazeres ele encontra seduções extremamente perigosas, [...] as férias operárias virão quebrar o equilíbrio de toda uma classe social da nação, mercê [Senador Paim, diziam eles] de uma floração de vícios, e talvez, de crimes [...].

Fecho aspas.

Da mesma forma, a jornada de trabalho de 12, 14, 16 ou mais horas era considerada normal e adequada a uma classe de homens e mulheres acostumados desde sempre à faina exaustiva, aos atos puramente animais da vida vegetativa. E essa mesma jornada, para os menores de idade, era tida como pedagógica, uma verdadeira escola, diziam os empresários brasileiros, além de necessária para não quebrar, abro aspas, "o ritmo e a ordenação do trabalho industrial".

Citado por Souto Maior, o sociólogo Werneck Vianna refere-se a um documento enviado por associações patronais de São Paulo à Câmara dos Deputados contra a regulamentação do trabalho dos menores.

O argumento central, Senador Paim, era que a retirada dos menores das máquinas, depois de uma jornada de trabalho de oito a nove horas, quebraria o andamento da produção. Os autores falam de uma multa aplicada a uma fábrica paulista por não seguir a regulamentação do trabalho de menores. No processo da empresa, testemunharam a favor dela quatro dos maiores industriais da época. Todos usaram a mesma justificativa de quebra do ritmo da produção. Mentira! Impostura! Embuste!

A verdade é esta – abro aspas: "Os menores de idade representavam mais de 60% da mão de obra da indústria têxtil paulista, e o contingente restante, [Senador Paim], era em grande parte formado por mulheres."

Ora, os salários dos menores e das mulheres equivaliam a uma pequena fração do já aviltado salário dos homens adultos, que eram absoluta minoria nas fábricas. Como se vê, a retirada dos menores da linha de produção realmente causaria grave problema para os lucros exorbitantes desses tão incensados capitães da indústria nacional. É o pessoal do pato, é o pessoal da Fiesp, de São Paulo.

Pois bem, eis que esse mesmo tipo de raciocínio, esses mesmos conceitos obtusos, primitivos, boçais e escravocratas são ressuscitados ainda agora, quando se põe à mesa a flexibilização da CLT, com a adoção do princípio da prevalência do negociado sobre o legislado. Quer dizer, tudo que está na legislação pode se transformar em letra morta, se patrões e empregados acordarem suspender as férias; acabar com o descanso remunerado; cancelar o pagamento do décimo terceiro salário;...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... aumentar a jornada; diminuir o salário; suspender o depósito do Fundo de Garantia; cancelar o vale-transporte; eliminar o vale-refeição, e assim por diante. E algumas barbaridades reinantes no País até a década de 30, como as que relatei, podem ser reintroduzidas neste século XXI. É o que significa a flexibilização da CLT.

Vejam, Srªs e Srs. Senadores, em uma situação de crise como a de hoje, com o aumento continuado dos índices de desemprego, todo patrão vai querer negociar com os seus trabalhadores. E quem é que está com a faca e o queijo na mão? Ora, sob ameaça de desemprego, os trabalhadores vão acabar aceitando o corte de direitos. Não há dúvida quanto a isso. E quanto menos protegida a categoria, ou por falta de representação sindical, ou por causa dos pelegos que dominam a representação sindical, mais fácil será impor o negociado sobre o legislado. Não é preciso exercício precioso de raciocínio, raciocínio mais elaborado para saber o que vai acontecer com os direitos dos empregados domésticos recentemente conquistados. "Quem pode mais chora menos" é a nova lei.

É claro, como sempre, as nossas organizações patronais, com a sua invencível vocação escravocrata, contam com a solidariedade da mídia para cingir o pescoço dos trabalhadores e da baixa classe média com a canga da submissão e da exploração.

Sempre na liderança do atraso, a mídia monopolista, que, ao longo das últimas sete, oito décadas, distinguiu-se pela dura oposição à legislação trabalhista, festeja mais um funeral das conquistas sociais...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... da Constituição de 1988, que, segundo o raio do Ministro Meirelles, que vai jantar com o Renan e com alguns Senadores na próxima terça-feira, não cabem nas contas do País, mas, para ele, os juros cabem, a dívida não auditada cabe. Enfim, ainda mais uma vez, imolam-se direitos, anulam-se conquistas, impõem-se sacrifícios para que os ganhos, os proveitos, as vantagens e os rendimentos dos dominantes não sejam arranhados. Está no Governo interino um corpo estendido no altar.

Eu iniciei dizendo que, com a água suja com que a Lava Jato limpa a corrupção do Brasil, querem lançar fora o Estado social e os direitos trabalhistas. Como posfácio, antevi que, neste jantar que o nosso Presidente Renan oferece ao Meirelles, o prato de resistência seria a soberania nacional e, como sobremesa, ofereceriam o direito dos trabalhadores. E eu já antecipei que não vou a esse jantar.

Insisto em uma tese: temos que apoiar, sim, a ação do Ministério Público e a firmeza de certos juízes contra a corrupção, mas temos que ver que, atrás disso, existe um movimento de entrega do Brasil. Não é nem um movimento de direita, porque a direita também tem um vezo nacionalista; é o entreguismo; é a entrega da Amazônia; é a entrega da Petrobras; é o fim dos direitos trabalhistas; é um movimento comandado pelo setor econômico do Governo, porque o Governo interino, quando escolhe um ministro, como o da educação, por exemplo, Senador Acir, não pergunta se ele sabe ler ou escrever.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Pergunta apenas qual é a base que ele tem na Câmara Federal para garantir as mudanças econômicas do entreguismo e do fim de um projeto nacional.

Portanto, eu nem digo "Volta, querida", mas muito menos "Fora, Temer". Nós temos que defender o País. Nós temos que defender um projeto de construção nacional, um projeto nacional. E o único caminho é derrubarmos o raio do *impeachment*, que está servindo ao entreguismo, e convocarmos um plebiscito, discutirmos a política para que, como se faz no dia de hoje na Inglaterra, o povo brasileiro diga o que pretende do País, e não mais o Meirelles, o Goldfajn, o Bradesco, o Itaú e as conversas feitas nos corredores de embaixadas de países geopoliticamente mais fortes que querem que o Brasil seja uma espécie de Porto Rico, um Estado associado aos interesses dos países poderosos e do grande capital.

Perdoe-me o meu amigo Temer. Não é isso que se esperava do velho MDB de guerra. E tenho certeza de que a Base do meu Partido não assina embaixo dessa política entreguista que se realiza no Brasil hoje.

Portanto, minha gente...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... eleição nova e plebiscito antecipado por uma grande discussão nacional.

Com todo prazer, com a permissão do nosso Presidente, quero conceder um aparte ao Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Serei muito breve, Senador Requião, até porque quando V. Exª iniciou, eu estava presidindo, e, com esse dom de prever o que vai acontecer no momento depois, V. Exª disse que eu assinaria embaixo do seu pronunciamento. Então, quero aqui dizer que, com muito orgulho, eu assino embaixo do seu pronunciamento. E quero dizer para aqueles que diziam um tempo atrás que não ia haver reforma trabalhista nenhuma, que não ia haver reforma da Previdência, que não iam tirar direitos, é só pegar a própria mídia, como V. Exª destacou, de hoje. Eles disseram que, em 15 dias, encaminham a reforma da Previdência, a reforma da CLT. E o eixo é terceirização e o negociado acima do legislado. Podem encaminhar, mas vai haver uma resistência aqui que eles não imaginam. Eu diria, até com segurança: encaminhem, mas não passarão! Aqui faremos uma grande frente, uma frente em nome dos trabalhadores, em nome do Brasil. E essas propostas de rasgar a CLT e de acabar com o Ministério da Previdência, aqui eu digo que não passarão. Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador, algumas coisas têm passado. Passou na Câmara Federal a entrega de 100% do espaço aéreo brasileiro a empresas estrangeiras. Não existe isso no Planeta Terra! Os próprios Estados Unidos, com a sua liberalidade, vão até 49%, quando há contrapartida. Os outros países não excedem em 25%! É entrega da soberania aérea! É uma patifaria. E passou na Câmara!

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu acredito que a consciência nacional aqui no Senado é maior, pela direita e pela esquerda. Eu acho que aqui nós seguramos as patifarias. Mas quero ir um pouco mais longe.

É claro que eu concordo com o Senador Lasier, com discurso que fez, regozijando-se da operação que existiu hoje. Mas, Senador Lasier, eu fico me perguntando que espécie de onagro ungulado – acreditaria que, na sede do PT em São Paulo, depois do Mensalão, da prisão dessa gente toda e da condenação de outros tantos – merecidas condenações...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Não digo que não. Eu sou a favor dessas operações.

Alguém acreditaria, não sendo um onagro ungulado, que existiria na sede do PT algum documento? Não. Foi uma operação para a mídia. Foi um *show* para a Rede Globo, para os helicópteros que o acordaram hoje pela manhã e a mim também, uma vez que moramos na Quadra 309.

Desnecessário. É para reforçar o *impeachment*. E, atrás do *impeachment*, há o entreguismo! Atrás do *impeachment*, há a liberação do espaço aéreo! Atrás do *impeachment*, há a entrega do petróleo! Atrás do *impeachment*, há o fim da legislação trabalhista! Atrás do *impeachment* é o Banco Itaú, é o Meirelles, É o Goldfajn. Atrás disso tudo se embala o nosso Michel Temer, que nunca se referiu a uma posição dessa na vida, porque nunca foi a sua posição, mas está capturado por um movimento entreguista que precisa ter uma reação, pelo menos no Senado da República.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senadora Fátima, com prazer.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Requião, eu quero parabenizá-lo por mais este importante pronunciamento. Eu dizia agora há pouco na CEI, a Comissão Especial do *Impeachment*, que cada dia me convenço mais da inocência da Presidenta Dilma, porque a Presidenta Dilma não cometeu nenhum crime. Ela não responde a nenhum processo de investigação por corrupção *etc.* Tanto é que do que a acusam na Comissão Especial do *Impeachment*? Pedalada fiscal? Edição de decretos de suplementações orçamentárias? Já está fartamente demonstrado que todos esses atos não têm nenhuma ilegalidade. A maioria das testemunhas...

(Soa a campainha.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...que estiveram na CEI, não só as testemunhas convidadas pela Defesa, mas também testemunhas convidadas pela Acusação foram categóricas em afirmar a legalidade dos atos da Presidenta Dilma no que diz respeito ao Plano Safra e à questão dos decretos de suplementação orçamentária. Daí por que, Senador Requião, a oposição, repito, as forças políticas conservadoras, que não conseguem ganhar pela via do voto, pela via da urna, buscaram esse atalho, esse caminho de pedalada, de suplementação orçamentária, para afastar do poder uma Presidenta. E o mais

grave: lá existe um outro governo, biônico, interino e, o mais grave, com uma outra agenda, que é a agenda que V. Exª traz aqui para a reflexão junto ao Brasil, uma agenda que, se vier a ser implementada, significará a maior retirada de direito dos trabalhadores do povo brasileiro. De forma que eu quero dizer, Senador Requião, que eu espero e acredito muito que nós vamos virar essa página. E virar essa página recompondo o respeito à Constituição, trazendo a democracia de volta, trazendo a soberania popular de volta, porque o Governo biônico que aí está, em 41 dias, a julgar pelo perfil e pelo conteúdo das medidas que vem anunciando, um governo provisório, mas, a julgar por esses 41 dias, eu diria a V. Exª que esse Governo é a cara do atraso, é a cara do conservadorismo, é a cara da velha política, é a cara do entreguismo. E o pior é que, se se tornar definitivo, ele pode vir a ser a cara do maior retrocesso da história do povo brasileiro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É por isso, Senadora, que a minha posição é clara: nem "Volta Querida!" nem "Fora Temer!". Mas nós temos que admitir que quem tem que decidir isso é o povo brasileiro, não são os sucessores do Joaquim Levy, o Henrique Meirelles e o Goldfajn, não é o interesse do Banco do Itaú e do Bradesco, que está mandando no Governo. Quem governa o Brasil hoje é a Febraban e os interesses geopolíticos de países importantes no mundo!

Os brasileiros estão reduzidos a uma participação negativa neste momento da nossa história! Nós não podemos aceitar que isso continue acontecendo!

Com todo o prazer, dou um aparte à Senadora Rose de Freitas, e espero que fale como Líder de qualquer coisa que não seja da Febraban, minha amiga Senadora.

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – V. Exª *(Fora do microfone.)* conhece um pouco da minha vida. Nem de longe eu tenho qualquer aspecto parecido com algum discípulo de políticas bancárias e de banqueiros. Eu queria, se V. Exª me permite, honradamente, fazer parte desse discurso de V. Exª, que reitera publicamente o caráter da sua luta política. V. Exª sempre foi esse homem destemido, altaneiro nas suas posições e traz algumas questões que estão aparentemente colocadas, porque elas passaram pela outra Casa revisora. Não vou falar como Líder do Governo, cargo que assumi honradamente pela designação de vários partidos e do próprio Presidente. Quero dizer a V. Exª o seguinte: este momento é tão conturbado...

(Soa a campainha.)

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – ...é tão difícil o enfrentamento dele e a construção dele que, vendo V. Exª, que sempre nos pautou, do alto da sua dignidade, da sua história política, colocar aquilo que o incomoda, também me incomoda. A questão do espaço aéreo está para ser discutida. O fato de ter passado na Câmara não significa que aqui não haverá o debate...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É o que esperamos.

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – ...e um debate que historicamente tem que ser recomposto. Não há um entreguista na Presidência da República. Há um companheiro de todos nós, que, na minha juventude, também fez parte das grandes caminhadas por este País afora pela democracia. É lógico, eu falo, e posso falar como uma pessoa que, na Comissão de Orçamento – um dia V. Exª até me disse: "Pegou uma tarefa ingrata" –, pegou uma tarefa ingrata. Pegamos uma tarefa ingrata e não tínhamos parceria de ninguém para chegarmos ao final dessa tarefa e construir um orçamento para o País. E foi possível fazer isso por meio do debate. O que V. Exª coloca vai encontrar aqui, individualmente, na Senadora que lhe fala, a disposição de lutar para que possamos acertar. Não há como jogar no pior. Eu defendi, Paulo Paim fez o mesmo, a questão da eleição. O caminho que nós queríamos não era esse nem aquele, mas estamos agora com um Governo constitucionalmente, através do processo do *impeachment*, colocado. Está lá um velho companheiro de lutas e caminhadas. Onde houver acertos, vamos ajudar. Se houver equívocos, erros na condução do processo, vamos lutar para acertar juntos. O País não tem tempo. O povo não quer mais ficar entre os nossos debates políticos. E o de V. Exª é extremamente saudável, extremamente responsável e historicamente correto. Eu tenho certeza de que nós vamos construir esse debate. Parabenizo V. Exª por estar sempre refletindo o Brasil e é em nome disso que eu me coloco, agora sim, como Líder do Governo no Congresso Nacional, para que possamos rediscutir essa matéria e encontrar um termo que atenda ao espírito da nossa nacionalidade e da responsabilidade que se deve ter com o Brasil inteiro. Agradeço a V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Boa postura, Senadora. Não podia esperar outra coisa de V. Exª. Mas eu desejo que essa sua liderança seja breve, que essa interinidade acabe e nós devolvamos a decisão sobre os destinos políticos do Brasil ao povo, através de uma eleição direta, do fim deste *impeachment,* que é, sem a menor sombra de dúvida, uma farsa, um artifício jurídico.

A Presidente foi submetida a um referendo revogatório. Ninguém pode negar que havia diante dela a insatisfação do Congresso Nacional e que ninguém estava contente com a política econômica do País. Mas

essa política econômica de hoje é a política econômica leviana do Joaquim Levy multiplicada por dez. É uma política entreguista, é uma política que privilegia o capital vadio...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ...que privilegia a banca, os juros e a exploração. E nós não podemos admitir que isso continue assim. Ministros saem do Governo com acusações e se transformam em príncipes no Senado da República, sendo seguidos pelos corredores por séquitos de Parlamentares, Senadores e repórteres. Isso está ficando, para as pessoas que têm consciência ética, absolutamente insustentável.

Obrigado, Presidente, pela tolerância, e que venha o próximo orador para que esse debate se prolongue.

(Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lasier Martins.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Requião aflorando os grandes temas do momento.

Como Líder inscrito, Senador Paim – V. Exª estava presidindo –, está pedindo a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de comunicar que hoje estamos realizando e concluindo, na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, mais um encontro do Interlegis.

O Interlegis é um organismo desta Casa com a função de preparar os nossos vereadores para estar interconectados, através da internet, em todo o seu programa de modernização da Câmara dos Vereadores. Com isso, quero parabenizar, por intermédio do Presidente da Câmara de Barra do Garças, o Vereador Miguelão, a todos.

Parece-me que são 17 Câmaras de Vereadores do Baixo Araguaia, de todo o Vale do Araguaia, que estão reunidas lá hoje e esta semana toda. Às 18h, teremos o encerramento desse curso, com uma presença bastante expressiva.

Essa é uma demonstração de que o Senado Federal promove uma possibilidade de intercâmbio, mas, principalmente, o trabalho de fazer com que todo o Legislativo brasileiro possa se modernizar.

Isso é importante, porque um Vereador amanhã será um Deputado Estadual, será um Deputado Federal, um Senador da República. Portanto, quero aqui registrar esse papel que o Senado cumpre através do Interlegis.

Inclusive eu tinha feito o compromisso de estar lá hoje, às 18h, para esse encerramento, mas, dada a nossa Comissão Especial do *Impeachment*, de que faço parte, como teremos reunião amanhã pela manhã, eu me senti na obrigação, como membro titular daquela Comissão, representando o nosso Bloco, o Bloco Moderador, de estar presente.

Sr. Presidente, quero também fazer um pronunciamento – por diversas vezes, tenho reiterado isso nesta tribuna, a exemplo de outros Parlamentares – para tratar de assuntos relacionados ao momento que o Brasil está vivendo, com ênfase no momento político, que vem causando efeitos desastrosos na nossa economia e atingindo diretamente as famílias em todas as classes sociais.

Tenho encaminhado tais assuntos, sobretudo pela necessidade de que seja criado um ambiente propício e adequado para promover as grandes mudanças tão reclamadas pela sociedade, até porque o cenário político hoje é inóspito.

Aqui tenho pregado a necessidade de ser realizado, de forma profunda, o debate da reforma política. Essa, sem dúvida nenhuma, é a mãe de todas as reformas que precisam ser realizadas, diante das necessidades e do próprio amadurecimento da sociedade, cada vez mais atenta, em busca da solução de seus problemas. Sem a reforma política, Sr. Presidente, avançaremos pouco na construção de um modelo mais próximo daquilo que pede o cidadão. Arrisco-me a dizer que não chegaremos a lugar nenhum.

É consenso também que precisamos fazer a reforma tributária. A legislação de impostos, taxas e contribuições vigentes tem afetado, de maneira dura, a relação entre cidadãos e Estado. O noticiário não deixa dúvidas de que é preciso simplificarmos o processo para garantir a transparência necessária que o brasileiro tanto tem clamado em suas intervenções.

Somente por meio de uma reforma amplamente discutida com os segmentos sociais, elaborada de forma a atender aos interesses da Nação e não de governos ou governantes, é que será possível promover a redução da carga tributária sem comprometer a trajetória de desenvolvimento sustentado do Brasil. Não tenho dúvidas disso.

A reforma previdenciária, Sr. Presidente, também é imperiosa neste momento. Está claro que, se ela não for realizada, o Estado brasileiro ficará seriamente comprometido, sem condições de financiar as ações de interesse coletivo.

Todavia, a reforma previdenciária não pode ser feita de forma a dificultar a vida do cidadão que trabalha, produz e contribui para o País. É preciso encontrar o ponto de equilíbrio, abrindo-se esse debate, de forma franca e aberta, com a sociedade e, claro, com muita transparência.

Junto a essa reforma da Previdência, é preciso também discutir as relações de trabalho. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conjunto de regras que regem as relações entre empresas e trabalhadores, como sabemos, data da era Vargas.

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Tenho 20 minutos como Líder, não é, Sr. Presidente?

É natural, portanto, que empresas e sindicatos concordem em discutir a atualização das leis. Afinal, precisamos primar pela geração de empregos como ponto fundamental para a pacificação social.

Ressalto que tenho sido insistente na questão da reforma do Pacto Federativo.

A minha experiência de vida e trajetória política, Sr. Presidente, fizeram de mim um Parlamentar municipalista. E sou convicto dessa bandeira. O meu trabalho junto aos Prefeitos, aos Vereadores, junto às comunidades tem sido nessa direção. Daí quero dizer que faço questão, como Parlamentar, de estar presente nas bases, defendendo os anseios daqueles que aqui me colocaram para ser Senador da República.

E não há dúvidas, pelo que assistimos lá na base, de que são fundamentais as reformas...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... e, sobretudo, um novo Pacto Federativo, pois o aperfeiçoamento da governança pública passa necessária e prioritariamente pela redefinição das responsabilidades entre União, Estados e Municípios.

A relação hoje é de completo desequilíbrio. Isso a virou tecla mais batida, aqui, por todos nós.

Somente com um novo pacto de responsabilidades é que poderemos construir a saída para a melhoria dos serviços à população.

A Comissão Especial do Pacto Federativo do Senado, à qual apelo mais uma vez, precisa avançar nos projetos que tratam da repartição de todos os tributos, da modernização da legislação, de fontes de recursos para a educação, saúde e segurança pública, principalmente – esses serviços que atendem ao dia a dia da população, embora essa não se sinta atendida. A população reclama da qualidade do serviço público.

Por isso, tenho certeza de que, se não fizermos todas essas reformas, para propiciar que o cidadão entenda que pagar o imposto vale a pena, vamos, cada vez mais, levar a essa situação de desgaste de todos nós, da classe política.

Mas também existe um grande problema na distribuição dos recursos aos Municípios: poucos detêm fatias consideráveis de receita, e a grande maioria, poucos recursos para fazer frente às suas responsabilidades naquilo que chamamos de distribuição horizontal.

No que diz respeito às receitas próprias, esse cenário de concentração se repete. Segundo dados da Confederação Nacional de Municípios, 63% da receita do ISS está concentrada em apenas 35 Municípios brasileiros. Isso faz com que cerca de 90% dos Municípios tenham, como principais receitas, as transferências das instâncias superiores, principalmente, União e Estados, que são sempre inconstantes. Dessa forma, acaba havendo uma queda da receita, como está acontecendo hoje, e muitos Municípios, prefeitos, estão aí, sem saber o que fazer: se fecham a porta; se diminuem o horário de atendimento. Como é que vai diminuir o número de funcionários, se os serviços precisam ser prestados?

Está em tramitação, aqui, nesta Casa, uma proposta que pode ajudar muito neste momento de dificuldades. Trata-se do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 366-B, de 2013, do Senado Federal, que altera a Lei Complementar n° 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e também a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei de Improbidade Administrativa; e ainda a Lei Complementar n° 63, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre critérios e prazos de créditos das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por esses recebidas, pertencentes aos Municípios, e também dá outras providências.

Essa proposta, Sr. Presidente, foi construída pelos próprios Municípios brasileiros, capitaneada pela Confederação Nacional de Municípios, a fim de trazer modernização à Lei Complementar nº 116, de 2003, com a mudança do local de recolhimento do ISS nas operações de *leasing*, cartões de créditos, de débitos e planos de saúde, entre outras sugestões.

E aí, Sr. Presidente, estima-se que essas alterações podem ter um efeito redistributivo do ISS na ordem de R$6 bilhões.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Seguramente, a aprovação do projeto dotará os gestores brasileiros de recursos próprios para fazer frente a tantas demandas da população.

No que diz respeito às receitas do ISS, de cartões de crédito, de débito, dados da Associação Brasileira de Cartões e Serviços apontam que a Região Sudeste concentra 64,27% dessa receita enquanto que a Região Centro-Oeste concentra apenas 7,7%. Agora vejam: a capital mato-grossense, Cuiabá, recebe apenas 0,67% dessa distribuição. Isto é: trata-se claramente de um desequilíbrio fenomenal diante da realidade.

Assim, Sr. Presidente, a proposta em análise, que prevê a redistribuição da receita do ISS e coloca fim à guerra fiscal, realizada entre os Municípios, sem dúvida nenhuma, trata de iniciativa das mais nobres, pois age no sentido de fortalecer os Municípios mato-grossenses e, claro, brasileiros.

E, inclusive, também sou Relator do Projeto de Resolução nº 1, que trata exatamente dessa questão da unificação das alíquotas do ICMS no Brasil. É uma medida pontual, Sr. Presidente, mas de grande valia para este momento de grande dificuldade.

Apelo para que possamos votar esse projeto, ressaltando, ainda, a necessidade de discutir e rever a questão da ampliação da lista de serviços a serem tributados, pois nos interessa, cada vez mais, a redistribuição dos recursos, e não o aumento dos tributos.

Está muito claro que precisamos promover o reordenamento do Pacto Federativo. Do contrário, o desequilíbrio acabará por aprofundar ainda mais o grau de insatisfação popular pela incapacidade de quem executa a maioria das políticas públicas: no caso, os Municípios, que estão praticamente inviabilizados. É lá na ponta que está o cidadão, que, é claro, tem maior capacidade de fazer a fiscalização.

Esse desgaste terá um único desfecho, a meu ver: atingirá ainda mais aqueles que mais precisam, que estão lá junto com o prefeito, com os vereadores, fazendo suas reivindicações e esperando essas respostas da determinação política, que teimam em não chegar...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... até ele e sua família.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que sou um homem otimista, um político de fé. Sou um Parlamentar que acredita na força do trabalho e na vontade de realizar em favor das transformações. Daí a minha crença de que vamos superar os desafios e construir o Brasil que o brasileiro tanto espera de cada um de nós.

Estamos no momento do *impeachment*, numa situação praticamente esdrúxula, com dois Presidentes da República. Acredito que, no futuro, precisaremos até mudar isso, porque esse fato traz uma intranquilidade muito maior à população. Mas espero que possamos resolver essa situação o mais rápido possível e trazer a esperança, principalmente, a todos os brasileiros.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que, se não fizermos essas reformas, não haveremos de atender a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Cumprimento o Senador Wellington Fagundes pela oportunidade do tema: reforma tributária e guerra fiscal.

Cumprindo o Regimento, está aqui, pela ordem, Srs. Senadores, como inscrita, a Senadora Fátima Bezerra. Depois, a Senadora Rose de Freitas; depois, o Senador Paim; e, depois, o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Na sequência, eu sou o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Falaria a Senadora Rose, pela Liderança.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – É um Líder e um inscrito. Falou um Líder.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, falou como Líder.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Agora é um inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – A Senadora Fátima, como inscrita, e a Senadora Rose estava negociando o lugar com o Senador Paim.

Eu peço a gentileza de o Senador Paim ajudar a resolver...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu cedo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, depois da Senadora Fátima...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – A Fátima não está inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – A Fátima estava inscrita. Era a primeira.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Já passou. Já perdeu a vez.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Eu era a primeira e permutei com o Senador Paim.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – O Paim não falou ainda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu cedo o meu lugar e fico para trás.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senadora Rose.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Queria só registrar aqui a enorme boa vontade que o Senador Paim sempre tem de nos atender.

Confesso que eu sou iniciante nesta tarefa de ser Líder do Governo. Eu vim ontem ao plenário e me inscrevi. Todo mundo sabe da dificuldade de permanecer o tempo todo aqui, sentada noite e dia, esperando essa oportunidade.

Conversei com o Senador, e ele tinha permitido que eu viesse; que o Líder poderia falar a qualquer momento. Eu só peço a compreensão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Eu estava relevando muito a situação, Senadora Rose, porque V. Exª está saindo do hospital, há 50 dias sem vir à tribuna. E, nesse sentido, me parecia justa a sua participação.

Então, vamos com a Senadora Fátima, enquanto resolvemos o impasse entre o Senador Acir e a Senadora Rose.

Com a palavra a Senadora Fátima, por 20 minutos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu inicio aqui colocando que está em debate na CCJ, aqui do nosso Senado, o projeto de lei que veio da Câmara dos Deputados, o PLC 07, de 2016, de autoria do Deputado Sergio Vidigal, que dispõe sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial de forma rápida, especializada e eficaz.

O mérito desse projeto, Sr. Presidente, já temos dito aqui, é louvável. Porém, não há consenso quanto ao art. 12-B, que trata de medidas protetivas a serem tomadas pela autoridade policial. A fim, portanto, de buscar um entendimento sobre esse artigo, eu propus, inclusive, esta semana, juntamente com as Senadoras Vanessa Grazziotin e Angela Portela, que o projeto também seja debatido na Comissão de Direitos Humanos.

Portanto, quero, neste momento, destacar um artigo escrito pela ex-Ministra das Mulheres Eleonora Menicucci. Eleonora, professora e, repito, ex-Ministra das Mulheres, que eu considero uma das pessoas com maior competência para falar sobre esse tema, uma vez que foi uma gestora que deu uma contribuição muito importante quando fez avançar a implementação da Lei Maria da Penha em nosso País durante o governo da Presidenta Dilma.

No artigo, Sr. Presidente, a Profª Eleonora Menicucci faz um relato histórico de como foi o processo coletivo de construção da Lei Maria da Penha até a sua aprovação por este Congresso Nacional em 2006. Nesse artigo, ela faz esse relato para dizer por que não concorda com parte do PLC 07, de 2017, que é o projeto de lei em discussão na CCJ.

Portanto, com o intuito de contribuir com esse debate, Senadora Simone, quero dar conhecimento do artigo, repito, que a Profª Eleonora Menicucci, ex-Ministra das Mulheres, divulgou acerca do PLC 07, que trata das medidas protetivas às mulheres vítimas de violência.

O artigo é intitulado "Alteração na Lei Maria da Penha: um retrocesso no marco legal para o enfrentamento à violência contra as mulheres".

> Uma década da Lei Maria da Penha, aprovada pelo Congresso Nacional em 2006 e sancionada pelo Presidente Lula e implantada em todo o Território nacional pela Presidenta Dilma.

Lei que se consolidou como um dos mais importantes paradigmas jurídicos para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Como afirma Campos (2016) – abre aspas: "Considero obrigatório lembrar que a lei Maria da Penha é fruto de uma proposta de um Consórcio Nacional de ONGs feministas [abre parêntese] (Themis, Cladem, Cepia, Cfemea e Advocaci) [fecha parêntese] e do movimento de mulheres, com apoio de juristas aliadas, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e de parlamentares feministas e não feministas comprometidas com as lutas das mulheres." Fecha aspas.

Foram dois anos de discussão para o consenso até a sanção presidencial.

No art. 8º, a lei é clara em sua diretriz para implantação: criar entre os entes federados, Municípios, Estados e União, parcerias com todos os atores envolvidos necessariamente no enfrentamento à violência contra a mulher: Judiciário especializado, Ministério Público, Segurança Pública, Defensoria, serviços de apoio psicossocial e de emprego e renda, criando, dessa maneira, uma rede de serviços com atribuições definidas para cada ente federado e para os Poderes igualmente envolvidos.

A primeira proposta foi no governo do Presidente Lula com a criação do Pacto para o Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que todos os Estados assinaram; e a segunda, já no governo da Presidenta Dilma, para obter mais resolutividade nas demandas das mulheres, criou-se o Programa Mulher, Viver sem Violência, com seis ações, entre elas a construção de uma Casa da Mulher Brasileira em cada capital dos 27 Estados da Federação, um paradigma da integração e integralidade de todos os serviços elencados num mesmo espaço físico, respeitando as atribuições de cada serviço determinado pela Lei Maria da Penha.

A proposta de alteração da Lei pelo PLC 7/2016, de autoria do Deputado Sérgio Vidigal, constitui um grande retrocesso e muito preocupa as mulheres.

É aqui que ela, agora, passa a elencar as divergências que tem com a proposta. Ela coloca que:

1 – A Lei tem uma legitimidade social por todo o processo de construção pelo qual passou. E alterá-la, sem incluir na discussão os movimentos de mulheres e feministas, bem como os outros poderes envolvidos, é desrespeitar a participação democrática;

2 – A história das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e o relatório importantíssimo do longo e frutífero processo da CPMI da Violência, liderado pela Deputada Jô Moraes e pela então Senadora Ana Rita, demonstram a calamitosa situação em que se encontram as Delegacias de Defesa das Mulheres em nosso País, completamente abandonadas e sem profissionais suficientes para o atendimento eficaz e célere das mulheres que ali chegam; não funcionam 24 horas por dia e nem tampouco nos finais de semana e feriados, reivindicação secular das mulheres e exigência da Lei Maria da Penha.

Pergunta Eleonora:

Como hoje essas eminentes delegadas solicitam alteração, incluindo a expedição da medida protetiva sem a consideração do juiz especializado?

A função das delegacias é acolher respeitosamente as mulheres, não as julgando, além de sua função precípua que é a investigativa. Retirar a atribuição de um poder, quando se sabe que não será cumprida, é mais uma violência para as suas mulheres.

Diz a Prof. Eleonora Menicucci:

Este é o ponto central de nossa discordância no que concerne à terceira alteração que é a inclusão do art. 12-B, que pretende conceder à autoridade policial atribuição para a concessão de medidas protetivas de urgência, prerrogativa do Poder Judiciário, conforme a Lei Maria da Penha. É um obstáculo de natureza constitucional que nos parece intransponível. Outro argumento é a exagerada ampliação do poder policial, cujos profissionais, em sua maioria, são despreparados, além dos obstáculos estruturais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Fátima, permita que eu cumprimente os alunos que estão saindo. Quero só cumprimentar os estudantes do ensino fundamental da Escola Classe Alto Interlagos – Brasília.

Sejam bem-vindos!

Uma salva de palmas para vocês.

Senadora Fátima Bezerra na tribuna. (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O nosso abraço também.

> As duas outras alterações propostas com a inclusão dos arts. 10-A e 12 buscam corrigir deficiências estruturais e de preparo à capacitação dos e das profissionais, como a preservação dos direitos humanos das mulheres, a garantia do funcionamento 24 horas/dia, e a criação de Núcleos de Atendimento de Feminicídio no âmbito das Delegacias de Defesa das Mulheres, o que também amplia suas competências.
> No entanto, é bom lembrar que o Relatório de 2013 da CPMI da Violência já apontava tais deficiências e propunha maior investimento financeiro e humano pelos Estados, já que as Delegacias de Defesa das Mulheres são de competência dos Estados.

Diz ainda a Prof. Eleonora Menicucci aqui no artigo:

> Vamos aos fatos: a proposta não é nova e já foi rejeitada pela referida CPMI quando apresentada pelas e pelos delegados.

Ela se refere à proposta de alteração da Lei Maria da Penha.

> Tal proposta não foi acolhida pela então relatora por ferir a constitucionalidade do Poder Judiciário, uma vez que retirava tal atribuição de sua jurisdição.
> Se o grande mérito da Lei Maria da Penha foi instituir a medida protetiva de urgência, o do Executivo foi integrar no mesmo espaço físico todos os serviços, buscando agilidade, eficácia e o rompimento da via-crúcis da mulher em busca de atendimento.
> A proposta [de alteração, portanto, da Lei Maria da Penha,] além de subverter a [própria] Lei Maria da Penha, [segundo a Prof. Eleonora Menicucci], transforma a polícia em super polícia, com superpoderes, reforçando o Estado penal e recolocando o enfrentamento à violência contra as mulheres apenas como casos de polícia, o que não resolveu e continua não resolvendo; ao contrário, a Lei [Maria da Penha] veio para garantir os direitos humanos das mulheres e acabar com os prejulgamentos reiteradamente feitos na maioria dos atendimentos policiais.
> Se a alteração for aprovada, quem entregará as intimações para as vítimas? Como ficam os inúmeros inquéritos policiais, bem como todas as demais atribuições investigativas das Delegacias de Defesa das Mulheres?
> É necessário lembrar que as Delegacias de Defesa das Mulheres não possuem atribuição constitucional e nem estão aparelhadas para tal. As Delegacias de Defesa das Mulheres padecem de recursos humanos, financeiros e materiais.
> Para terminar [diz a professora Eleonora], reforço, que mudar a Lei Maria da Penha exige responsabilidade com a sociedade e, sobretudo, com as mulheres não podendo ser feita a toque de caixa, sem discussão ampla e uma profunda análise que envolva todos os sujeitos interessados. Se assim o for é, sem dúvida, algum casuísmo que [nós] não podemos aceitar.
> Nossa posição [diz ela] não é, de maneira alguma, desconsiderar o comprometido trabalho que as delegadas vêm realizando, pois as conheço, respeito e sei o quanto querem de melhor para as mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.

Repito. Diz aqui a Prof. Eleonora:

> Nossa posição não é de maneira alguma desconsiderar o comprometido trabalho que as delegadas vêm realizando, pois as conheço, respeito e sei o quanto querem de melhor para as mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. O que foco é que as mudanças devem ser bem discutidas, bem como suas repercussões avaliadas.
> Para que e por que mudar uma lei que é uma das poucas que está dando certo com eficácia no combate à violência contra as mulheres? [pergunta Eleonora].
> Mudar uma lei [acrescenta ela] só quando o processo de implantação mostra a sua ineficiência, o que não me parece ser o caso da Lei Maria da Penha, ao contrário. Ouvir os envolvidos e as envolvidas é fundamental. Lembro que os juízes especializados são contra tal mudança e seguramente não é por motivo corporativo e, sim, pelas competências de cada poder envolvido.

Esse é o artigo da Prof. Eleonora Menicucci.
Concedo o aparte à Senadora Simone.
Trago ao conhecimento desta Casa porque o tema está em debate.
Senadora Simone, concedo o aparte a V. Exª.

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – Sem dúvida, Senadora Fátima. Parabenizo V. Exª por trazer à tribuna do plenário uma questão tão importante e relevante, como esta, e passar para quem está nos ouvindo que não só o processo de *impeachment* tramita nesta Casa. Nós continuamos trabalhando nas comissões, e são nas comissões que os conflitos e as divergências aparecem, e surgem, realmente, os problemas que precisam ser resolvidos depois aqui no plenário desta Casa. V. Exª tem razão quando diz que um projeto que foi aprovado pela Câmara de Deputados e que altera a Lei Maria da Penha – diga-se de passagem, uma lei que talvez seja uma das mais modernas no mundo no que se refere à proteção da mulher vítima de violência, uma lei que ainda precisa muito para ser implementada, mas que permitiu, nesses últimos dez anos, inúmeras ações e políticas públicas para a sua implementação, uma lei, ainda dentro deste parêntese, que não apenas tem medidas de prevenção, mas de assistência e de punição ao agressor, aquele que comete a violência não só doméstica, mas qualquer tipo de violência contra a mulher – está sendo alterado nesta Casa. Fechando esse parêntese, nós não imaginávamos – não é, Senadora Fátima? – que um projeto dessa envergadura pudesse trazer tanta polêmica. E por que está dividindo as opiniões não só fora como também dentro do Parlamento? Porque aqui são duas as questões analisadas: primeiro – e é por isso que está na CCJ –, analisar a constitucionalidade ou inconstitucionalidade dessa alteração. Nesse aspecto, principalmente quanto ao art. 12-B, particularmente – e é uma opinião muito própria; não falo como Presidente da Comissão Mista de Violência contra a Mulher. Portanto, não falo em nome das 27 Deputadas e nem das 10 Senadoras que fazem parte da Comissão, mas como Senadora, –, e com o pouco conhecimento jurídico que tenho, eu até nem vejo inconstitucionalidade em se permitir à autoridade policial que, em casos de risco à integridade física ou mental dessa mulher, às vezes risco de vida, especialmente a delegada, de preferência uma mulher, possa garantir, em 24 horas, e determinar uma medida cautelar ou preventiva e levar, nesse prazo, que é o que a lei diz, ao conhecimento do Ministério Público e do Poder Judiciário. Essa é uma questão. Por quê? Porque aí nós não estamos dando um poder jurisdicional, que é o específico do Judiciário ao delegado; nós estamos dando um poder administrativo. Isso é uma coisa. Agora a questão é maior. E aí vem a fala da Ministra Eleonora, por quem eu tenho maior respeito. Quando ela fala, eu penso duas vezes antes de me posicionar de forma diversa. A questão é de mérito. A questão é: esta alteração vem ao encontro do interesse da mulher? Vem para beneficiar essa mulher vítima de violência, ou não? Em caso de dúvida, temos que realmente repensar se está correto ou não o projeto que foi encaminhado e aprovado – até parece por unanimidade – pela Câmara de Deputados. Portanto, é no mérito que eu acho que nós temos que nos debruçar. Nem digo tanto em relação a ter que ouvir mais entidades, porque todas elas já se manifestaram, fizemos audiência pública, Presidente Paim. A única coisa é verificar no caso concreto, ali no dia a dia, ouvindo as delegadas, os promotores, os juízes novamente, se essa alteração vem atender à mulher vítima de violência. Concluo, Senadora Fátima, deixando justamente essa indagação. Não estou aqui me posicionando. Em relação à constitucionalidade, eu não vejo aí nenhuma inconstitucionalidade. A questão é se devemos ou não aprovar essa alteração. E essa alteração tem que ser vista agora – e aí é uma posição muito pessoal minha – não pelo lado do agressor, mas pelo lado da vítima. Vamos deixar de ter esse olhar sempre do lado do agressor, dos direitos dele e vamos pensar na mulher vítima de violência. A cada minuto, quatro mulheres são agredidas e violentadas neste País; um quarto das mulheres brasileiras sofreu, sofre ou sofrerá algum tipo de violência física durante a sua vida jovem ou adulta. E, mais grave que isso, são os crimes mais bárbaros contra a mulher que são os crimes de estupro, agora numa modalidade ainda com maiores requintes de crueldade, que são os estupros coletivos que nós começamos a ver, que não são um caso isolado aqui ou ali, mas passam a ser uma constante na vida da mulher brasileira. Concluindo, Senadora Fátima, eu entendo que nós podemos fazer alguma alteração nesse projeto já na CCJ, porque entendo que a CCJ não é o foro competente e nem ideal para analisar, porque ali é constitucionalidade ou inconstitucionalidade. Aprovamos ou não esse projeto lá, mas, uma vez havendo alteração, esse projeto volta para a Câmara, para que lá ele possa ser novamente elaborado e, quem sabe, ouvindo, inclusive, por meio de outras audiências públicas, a sociedade civil, as entidades interessadas. Eu só quero deixar registrado que a minha preocupação é que nós temos que tirar esse projeto da CCJ, de uma forma ou de outra, aprovando ou não, considerando constitucional ou não, para que no momento e no foro competente ele seja analisado. Se não, esse projeto vai ficar na CCJ, e nós vamos tentar discutir uma questão que não é de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, mas, como foi muito bem colocado pela Ministra, é de...

(Interrupção do som.)

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – ...mérito, é de conveniência, é de oportunidade, se temos ou não que mudar esse projeto. (*Fora do microfone.*) Parabéns pela fala e obrigada. Desculpe pelo tempo que tomei do pronunciamento de V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Imagine, Senadora Simone. Eu que agradeço o aparte de V. Exª, um aparte que muito contribui para o debate, lembrando inclusive que V. Exª hoje está à frente, é Presidente da Comissão Especial Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Então é muito importante a participação de V. Exª nesse debate.

E quero dizer que concordo com V. Exª quando coloca que o debate a ser feito sobre o projeto de lei não pode ser somente pela ótica da constitucionalidade, se ele é constitucional ou não. Esse debate tem que ser feito pela ótica do mérito. Por isso apresentamos um requerimento, que já está aqui, já foi, enfim, protocolado junto à Mesa da nossa Casa, requerimento esse em que solicitamos, Senador Paim, que esse projeto passe também pela Comissão de Direitos Humanos, porque na medida em que nós temos clareza de que um projeto dessa magnitude não pode ser discutido à luz apenas dos seus aspectos de natureza constitucional, portanto tem que ser discutido no mérito, nada mais adequado do que um projeto que trata da questão do enfrentamento, do combate à violência contra as mulheres ser debatido aonde? Na Comissão de Direitos Humanos.

Já apresentamos o requerimento. Esperamos que o Plenário da nossa Casa acolha esse nosso requerimento, para que ele vá à Comissão de Direitos Humanos. Por quê? Para que a gente possa aprofundar o debate. Uma proposta de lei como essa, que visa alterar uma lei que este ano completa dez anos, a Lei Maria da Penha, que sem dúvida nenhuma se constitui em um dos marcos mais avançados do ponto de vista do enfrentamento da violência contra as mulheres...

A Lei Maria da Penha está inserida, enquanto marco civilizatório, pelo que ela tem proporcionado, de um lado, ao trazer esse debate, ao trazer esse tema para debate com a sociedade, pela visibilidade que o tema da violência contra as mulheres passou a ter, Senador Elmano, com o instrumento da Lei Maria da Penha e, depois, pela sua própria efetividade, em que pese não estar ainda, digamos, implementada integralmente.

Mas o que quero dizer é que, sobre uma lei dessa, que foi fruto de um amplo e intenso debate, é importante destacar o que diz o artigo da Profª Eleonora Menicucci: só de entidades foram 80, o chamado consórcio – Cfemea, Cladem, Cepia. Foram mais de 80 entidades que se dedicaram, que se debruçaram na feitura exatamente dessa lei.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Portanto, qualquer alteração da Lei Maria da Penha, obrigatoriamente, tem que passar também por um amplo, sério e profundo debate. Uma proposta de alteração da Lei Maria da Penha jamais pode ser aprovada no calor da emoção, jamais, até porque isso, em vez de significar um passo a mais na luta, no combate à violência contra as mulheres, pode significar exatamente um passo atrás.

Por isso, terminando, quero dizer que as considerações que a ex-Ministra da Secretaria da Mulher do Governo da Presidenta Dilma, que – repito – é pesquisadora do CNPq, professora da Universidade de São Paulo e, sobretudo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Rose tem que pegar o voo às quatro horas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A Senadora Simone Tebet nos pediu um aparte, Senadora Rose, que foi muito importante, mas vou concluir, porque sei que V. Exª inclusive está inscrita.

Quero, portanto, só para concluir, Sr. Presidente, destacar a importante contribuição do artigo da Profª Eleonora ao debate em tela, pela legitimidade que ela tem: ex-Ministra da Mulher, professora, pesquisadora e, sobretudo, militante na área em defesa dos direitos humanos e dos direitos da mulher.

Portanto, acredito que os argumentos apresentados pela Profª Eleonora nesse artigo têm legitimidade suficiente para contribuir com o debate em curso na nossa Casa, para que – repito – não venhamos aprovar uma lei no calor da emoção, sem ouvir...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...e discutir com todas as partes interessadas, em especial as mulheres, para que não cometamos o erro de achar que, em vez de avançar, possamos dar um passo atrás, até porque – e termino – não tenho nenhuma dúvida de que o que une a todos e todas, das delegadas às defensoras, promotoras, militantes, mulheres em geral, é a causa de avançarmos cada vez mais no que diz respeito ao combate a essa chaga que é a violência contra as mulheres, inclusive

cobrando do Estado brasileiro, dos Municípios, dos Estados e do Governo Federal o cumprimento integral da Lei Maria da Penha.

(Durante o discurso da Srª Fátima Bezerra, o Sr. Lasier Martins deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato, passamos a palavra à Senadora Rose de Freitas, que vai falar como Líder do Governo no Congresso Nacional.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Gostaria de conhecer quem é essa turma de jovens que está na galeria do Senado.

V. Exª tem o registro na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está chegando aqui a informação.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Para que possamos saudá-los.

Quando vocês todos vêm aqui, de várias escolas, quando vêm conhecer um pouco o debate que está acontecendo nesta Casa, ainda que vejam este plenário vazio, eu quero dizer que ele está cheio das ideias que aqui são defendidas e das batalhas que são travadas.

Vocês, tão jovens, estão diante de um momento crítico deste País e, num futuro bem próximo, terão que lutar por este País, para que ele se transforme, para que ele faça de verdade as grandes modificações que até hoje não aconteceram e as reformas que estão por vir.

Quero saudar a Mesa, o Presidente Paim, e dizer que esses 50 dias de ausência ocorreram por uma razão que foi amplamente divulgada. Eu sofri uma isquemia transitória. É a falta de limite, a falta do tempo em que normalmente deveríamos trabalhar. Sofri essa ameaça no início de maio, que me obrigou a ficar fora deste Parlamento, mas eu não me afastei dos noticiários. Podia não estar falando direito, mas lia atentamente as notícias que muitas vezes me deixavam apreensiva.

E o desejo é permanente de que o Brasil possa avançar, e o mais rapidamente possível, Presidente, como eu lhe dizia particularmente, para o ambiente de uma política econômica mais estável. Que nós possamos acreditar que sejamos capazes. Os grandes líderes, os grandes políticos e a sociedade forte, na verdade, se mostram mais nas grandes crises. Ulysses dizia que as grandes mudanças não se operam em época de calmaria.

V. Exª pode fazer o registro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A pedido da nobre Senadora Rose de Freitas, que está falando em nome da Liderança do Governo no Congresso, eu registro a presença de alunos do Colégio Jesus Maria José, do 6º ano do Ensino Fundamental, de Goiânia.

Parabéns. Sejam bem-vindos. (*Palmas.*)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu acho que aquela ali é a professora. Qual o seu nome?

(Manifestação da galeria.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Mariana.

Uma salva de palmas para a Professora Mariana. (*Palmas.*)

Então, eu queria dizer que não posso deixar de agradecer os cuidados médicos, ao jornalista Humberto, que me deu o braço na hora em que acontecia esse acidente vascular cerebral.

Eu não posso deixar de agradecer à equipe zelosa, cuidadosa, comandada aqui na Casa pelo Dr. Gustavo Korst, Diretor do Sistema de Saúde. Também não posso deixar de agradecer ao Dr. Roberto Kalil, ao Dr. Daniele Riva, que faz parte da equipe cuidadosa do Sírio, aos cardiologistas, como o Dr. Dávila, daqui, o Dr. José de Oliveira, o Dr. Adegil.

Se eu errar, vocês todos me perdoem, porque passei e estou passando por processo de fonoaudiologia para poder falar da maneira mais correta possível.

Agradeço muito, muito, muito ao Dr. Kalil, que, além de ser um médico e chefe de uma equipe extremamente competente, me levou à Drª Mônica Bretas. Hoje eu falo corretamente devido aos seus cuidados e à paciência que ela teve comigo durante todo esse tempo.

Eu quero agradecer demais a esse jornalista – eu não posso esquecer –, mas quero agradecer a Eunício. Esse povo do Ceará é muito bravo. Enquanto eu dizia que tinha que ficar para votar, escrevia isso, e às vezes não saía direito, ele dizia: "Quem manda nela sou eu! Ela vai para o hospital!" E, graças a essa tenacidade e ao momento em que ele impôs a decisão, eu pude sair do Instituto de Cardiologia, aonde fui internada pelo médico e pelo Eunício, e ir para outro hospital em que fui muito bem atendida.

O que me passou pela cabeça – eu quero dizer, Sr. Presidente, antes que eu possa proferir algumas palavras bem rápidas sobre essa questão da assunção à Liderança, e pedir ao Senador Gurgacz que tenha um

pouquinho de paciência, porque eu vou ser bem breve – foi que, enquanto eu conseguia ser socorrida a tempo para estar presente aqui, hoje, muitos brasileiros não conseguem. Então, só me passava a ideia de que nós teríamos que voltar e lutar, Senador, para que a saúde possa estar ao alcance de todos, não somente ao meu alcance como uma privilegiada nesse processo, mas que todos possam, num momento como o que eu passei, possam ser socorridos em tempo e com médicos tão capazes quanto eu fui.

Eu agradeço a todos. Quero agradecer ao povo capixaba, a esta Casa, a vocês. Não posso deixar de agradecer o carinho e a solidariedade dos assessores, dos meus amigos queridos, que, desde a hora que souberam até o momento em que eu cheguei, estiveram comigo e me enviaram mensagens, gestos. A vida é a soma de tudo isso.

E eu me sinto assim olhando para cada um, todos que participaram, os meus colegas, o querido Elmano, Paim, o Senador Raimundo Lira, que todos os dias me ligava, sempre estimulando, e dizia: "Eu vou me encontrar com você no Senado!", e estamos nos encontrando, o pessoal da Taquigrafia, que me mandou uma mensagem muito calorosa.

Então, eu quero agradecer, porque o conforto nessa hora difícil nos faz mais fortes. Eu tive esse momento em que realmente eu me transformei, eu me vi mais forte, com mais coragem de enfrentar, pela manifestação de carinho e solidariedade de todos, sobretudo do meu povo capixaba.

O senhor olha para mim assim, eu me lembro de tudo e fico emocionada, ouviu, Senador? (*Risos.*)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Senadora, eu posso fazer um aparte?

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Pois não.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Eu aprendi a gostar de V. Exª nessa relação que tivemos na Comissão de Orçamento. Já conhecia V. Exª como Deputada e como Senadora, é lógico, mas a firmeza, a forma determinada como V. Exª enfrenta as suas questões, como comanda as reuniões, muitas vezes com 40 Senadores e Deputados, e V. Exª firme e determinada no comando, firmeza essa respaldada, sobretudo, pelo conhecimento daquilo que V. Exª faz. Então, quando houve esse acidente, e Deus não diz a hora nem o minuto nem o segundo, realmente nos deixou a todos preocupados, ansiosos. Eu quis, a todo momento, ir lá onde V. Exª estava. Mas fui impedido pelos médicos. Fiquei recebendo notícias e informações a cada momento: V.Exª estava melhorando a passos largos, e a ansiedade de todos nós era encontrá-la aqui. E agora essa alegria é duplicada, porque V. Exª foi escolhida Líder do Governo no Congresso Nacional, pelo seu profundo conhecimento da Câmara dos Deputados e o seu profundo conhecimento do Senado Federal. É uma mulher guerreira. Portanto, estaremos todos muito bem respaldados pela Liderança de V. Exª. Um abraço cordial, bem chegado, e tenha certeza de que todos nós a amamos. Muito obrigado.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Presidente, quando V. Exª fala em firmeza ou em qualquer coisa parecida com isso, tenha a certeza de que personifica extremamente o que fala, porque tem feito um trabalho exemplar à frente da Comissão do Impeachment. Eu não só agradeço o carinho, como também a solidariedade e esses votos todos que recebi. Eu pensava: olha, estão torcendo para que eu volte a trabalhar. Então, quando eu ligava a televisão – até era proibido ligar a TV –, assistia ao trabalho de V. Exª. Quero parabenizá-lo e agradecer-lhe. A palavra mais difícil que eu reaprendi a falar foi a palavra "obrigada", porque, como há o "b" e o "r", não dava para pronunciá-la direito, e saía tudo errado. Mas eu guardei essa palavra no coração para dizer a V. Exª aqui, de frente: obrigada.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco Moderador/PTB - PI) – Senadora Rose de Freitas, eu queria, dentro do espírito do aparte do nosso nobre Senador Raimundo Lira, iniciar o meu aparte agradecendo a Deus por ter permitido que retornasse a esta Casa, com toda a sua jovialidade, com o seu espirito público, o seu espírito democrático e a sua determinação em continuar contribuindo para o desenvolvimento do seu Estado do Espírito Santo e também do Brasil. Todos nós oramos, rezamos pelo pronto restabelecimento de V. Exª. De outra parte, todos nós sentimos a sua ausência nesta Casa e nas comissões. E de forma extraordinária, V. Exª, ao retornar a esta Casa, está mais jovem, mais brilhante e, sobretudo, mais encantadora e com o espírito e a determinação de continuar contribuindo para o desenvolvimento do nosso País. Sabemos da sua dedicação, da sua inteligência, do seu amor ao Brasil e, sobretudo, ao Espírito Santo, mas sabemos também da contribuição que V. Exª tem dado a esta Casa. E, como o último exemplo dessa contribuição, citamos a sua atuação na Comissão Mista de Orçamento, no ano passado. Esperamos que V. Exª continue a dar essa contribuição inteligente, soberana, de amor, sobretudo, e determinação ao nosso País, hoje mais do que nunca, como Líder do Governo no Congresso Nacional. Isso nos orgulha, sobretudo pela superação e por ser mais uma mulher a pontuar no cenário nacional, contribuindo para o desenvolvimento de nosso País, através de seu espírito conciliador, aglutinador, no momento em que tanto precisamos, na compreensão e na renúncia de todos para a superação dos graves problemas nacionais. Tenho certeza de que a senhora, como Líder do Governo no Congresso, dará uma contribuição extraordinária para que superemos as grandes dificuldades e conflitos que estamos vivenciando hoje

em nosso País. Que seja bem-vinda e que o retorno de V. Exª abra o coração de todos nós, na busca da conciliação e do entendimento nacional.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Não posso dizer a V. Exª tudo o que sinto, porque o tempo não me será permitido, mas quero dizer àqueles que nos ouvem que o Senador Elmano Férrer além de ser uma pessoa queridíssima aqui é o professor da sabedoria da vida. Em todos os momentos, sabe refletir em conjunto, sabe nos ensinar, sabe chamar para voltar um pouquinho, recuar um pouco, para depois seguir adiante.

Quando V. Exª fala que voltei melhor e mais bonita, eu adorei. Quero dizer que quem sai de uma enfermidade, chega e encontra um estímulo tão grande não vai adoecer nunca mais, Senador. Agradeço por demais o seu carinho. Vamos juntos perfilhar essa luta, porque acho que o Brasil precisa de todos nós.

E digo mais, Senador: aqueles que quiserem olhar esse momento de crise que olhem na direção do País. Essas paredes partidárias existirão sempre – as limitações, as querelas, os confrontos –, mas o Brasil só tem duas opções: vencer ou vencer. Não temos que ser vencidos por nenhuma articulação conjunta que nos coloque diante de impasses maiores que teremos que enfrentar, mas, agora, é dar certo ou dar certo, e isso vai depender do esforço de todos nós.

Quero dizer que é lógico que não é fácil se recuperar de um quadro como esse – que outros tiveram, várias pessoas –, mas digo que nem poderia estar aqui, porque tive o "não" de todos os médicos. Mas, mais adiante, para esses mesmos médicos com os quais conversei – Dr. Kalil, Dr. Riva, Drª Isabel, todos com quem conversamos –, eu colocava que não dava para ficar recuperando desse acidente um bom tempo e saber que, em algum momento, em algum espaço desta Casa, eu precisaria somar o mínimo que fosse para que pudéssemos alcançar nossa direção.

Tenho que agradecer ao Presidente Michel Temer, pela confiança, e a todos os partidos que aqui estão. Não existe e não podemos deixar que exista agora nenhuma forma de titubear, de vacilar.

Sempre tive essa tese, Senador, que nunca me foi convincente. Fui Constituinte. Havia o centrão e havia a sistematização – acho que o Senador Alvaro estava lá –, tivemos todos esses confrontos pela frente, todos esses momentos em que o Brasil tinha uma luta pela reforma agrária e o centrão contra, dizendo que queríamos tomar conta da terra. E, falar em direitos humanos, então, era um pecado sem tamanho. E vencemos, construímos a nova Constituição que está aí, a Carta Magna, que hoje estamos até querendo rever, porque não avançamos o suficiente ou então ousamos demais numa direção contrária à que o desenvolvimento do País exigia. Mas trabalhamos. Houve momentos de duelos. Existiam momentos em que o nosso Senador líder...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O da reforma agrária foi aviãozinho para tudo quanto é lado.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Para tudo quanto é lado, para tirar Deputado para não dar quórum e, quando houve quórum, para trazer para votar contra a reforma agrária. Veja bem: reforma agrária, e nós estamos falando de uma Constituição promulgada em 1988, não é tão distante assim.

Eu ouvi hoje um determinado orador falar: "É o retrocesso." Não há retrocesso. Nós temos que frequentar os capítulos da história do nosso País, pensando sempre que aquele é o momento que a democracia exige que aconteça daquela forma.

Eu era a favor do quê? Da eleição. Trabalhei arduamente e fui até a Presidente Dilma dizer: vamos lutar pela eleição. O País não vai estar unido nessa disputa de quem fica, quem sai, quem volta, não volta. Nós temos que unir o País em torno do próprio País e com o povo brasileiro. Mas o que aconteceu é um capítulo que está posto, não está por acontecer, está acontecendo. Daqui a pouco, virá a fase final desse processo de *impeachment*.

Esse cenário é o nosso cenário. Não vamos sonhar, deitar e dizer: "Mas poderia ser." Poderia, mas não pode, é agora, e nós podemos ter, Senador e Presidente Paim, uma provisoriedade no capítulo da história da Presidência da República, mas o Brasil não é provisório, o Brasil é permanente, o povo é permanente. As lutas se arrastam há muito tempo. O capítulo dos trabalhadores está escrito na página da história desse homem, que está sentado à Mesa. Quantas vezes teve que recuar para dá um passinho para cá e para lá na construção da história deste País, gigante por natureza.

Este País precisa agora do esforço de todos nós. Por isso eu aceitei sair antes, interromper a licença médica e vir dar a minha contribuição, qualquer que seja, mas que será no sentido do Brasil.

Então, essa ponte parece que é estreita, pela qual não dá para se passar, mas nós conseguiremos.

Eu tenho certeza de poder contar com o espírito público do Congresso, eu não tenho dúvida disso, no entendimento e na aprovação dos temas essenciais. Eu duvido que um tema que seja importante para o Brasil se desenvolver e sair desse impasse da sua economia se possa dividir, de um lado, quem queria que a Presidente voltasse ou quem quer que o Presidente permaneça. Não há como dividir isso. Você vai rasgar seus votos, vai rasgar aquele diploma que você recebeu para representar o Brasil e o povo brasileiro.

O povo brasileiro não tem divisão, ele tem divisão de opinião, mas não pode deixar sequelas na construção da soberania e do destino da nossa economia, na nossa postura de reafirmar que este País merece muito mais. Reafirmar o equilíbrio econômico do País, reconstruir isso depende de todos nós: depende de V. Exª, do Senador Alvaro Dias, do Medeiros. Firmar esse pacto entre nós é uma construção que não depende de um, depende de todos.

Ninguém pode apontar hoje para o Presidente Michel Temer e dizer, como se ouve falar: "Deu o golpe." Não, o processo em curso era esse, esta Casa majoritariamente disse.

Eu discordo da tese – já coloquei isso várias vezes – da questão das pedaladas. Discordo, porque fui muitos anos da Comissão de Orçamento, conheço o Orçamento para dizer o seguinte: houve momentos iguais a esse; o que eu não discordo é que tínhamos um governo paralisado, sem decisões, que já não tinha a confiança da população brasileira, já não tinha amparo no Congresso Nacional.

Hoje, a quem advoga a volta da Presidente eu gostaria de perguntar: o que se fará depois? É isso mesmo? Nós vamos procurar uma base no Congresso Nacional? Vamos procurar o apoio da sociedade? Vamos construir a confiança com projeto de lei? Não vamos.

Nós temos que construir a confiança com atos deliberados de reafirmação à reconstrução nacional, se é que posso falar essa palavra, que é longe de mim. Temos que cuidar da renegociação interna das nossas dívidas, pensar que a meta não é uma bandeira do Governo Temer. O teto para os gastos é uma necessidade imperiosa do País. Que se construam os momentos em que se vão estabelecer os critérios de reafirmar que este País pode mais do que está podendo hoje.

Sabem quantas obras estão paradas neste País? Eu não gostaria de ver o Governo falando em construir nada. Eu gostaria de ver o Governo falar que vai terminar o que começou. O País inteiro é um canteiro de obra inacabada, Senador Alvaro Dias.

Então, é destravar todo esse processo de política, que acabou travando o País. Foi o excesso de política partidária – e não quero aqui ofender ninguém – e de monopólio das decisões, que o Governo poderia ter tomado em parceria até com a oposição para que o País se desenvolvesse, que nos levou a essa crise tão grande.

Essa roda da economia, como a roda da política, da maneira como ela se forjou nos últimos tempos, fez o País voltar a uma crise ou acrescentar a essa mais e mais e mais calendários desastrosos, com a paralisação de obras, efetivamente, com a falta de pagamento de folha da educação. Nós começamos o ano assim. Este ano nós começamos, sem ter dinheiro para pagar o servente de uma faculdade, de uma escola e tudo mais.

Portanto, estou aqui, para dizer que vou lutar, para que tudo seja construído dentro da responsabilidade fiscal, para destacar as atitudes que o Ministro Henrique Meirelles tem tomado e para destacar também que esse pacto feito com os Governos dos Estados é de um ineditismo que historicamente tem que ser registrado. Quem sabe se, daí para frente, vamos evoluir para um Pacto Federativo tão importante? Este País fala muito no que quer fazer amanhã, mas vamos começar a fazer, a partir do que está sendo feito hoje.

Então, esse total todo que foi colocado na questão desses R$50 bilhões que foram distribuídos neste ano, praticamente 2016, 2017 e 2018, vai retornar. Nós vamos dar condições para que o Estado possa fazer o seu...

Há muito erro. Há muito vício de gestão, que é dizer que se vai administrar o Estado de uma maneira, e depois se vê a folha de pagamento inchar, se veem obras desnecessárias sendo construídas. E aquelas que estavam sendo construídas, que contêm a marca da administração anterior, não são terminadas. Então, nós temos que mudar a postura, por isso a reforma política é fundamental.

Quero parabenizar aqui o Governo, dizer que estou... Eu fui desafiada, também, como brasileira, mas, sobretudo, como Senadora.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Social Democrata/PV - PR) – V. Exª me permite um aparte, Senadora?

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – O meu avião foi para o espaço aéreo. Faz 50 dias que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que bom que ele foi, e você ficou conosco aqui, fazendo este bom debate.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Pois é, mas o povo capixaba já está perguntando se eu ainda sou a Senadora de lá.

Então, concedo a palavra, só dizendo uma coisa importante: todos os passos que o Governo der, esteja abrigado em que legenda estiver – o meu companheiro está aqui, o Senador Gurgacz, de quem sou admiradora, que fez um belo trabalho no Orçamento –, vamos olhar com otimismo e com esperança.

E o que estiver errado, como o citado, há pouco, por Requião, que é a questão de 100% da concessão do espaço aéreo, que possa ser discutido, para se chegar a um termo, a um denominador comum, não da vontade de cada partido, mas do interesse do Brasil.

V. Exª me honra muito e V. Exª sabe, não é?

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Senadora Rose de Freitas, primeiramente, a alegria de vê-la retornando com toda a força, com toda a energia e com toda a juventude.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Essa parte da juventude é que eu estou gostando muito. Se vocês repetirem, eu vou renovar dez anos aqui hoje. Obrigada.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sem dúvida, V. Exª acaba de assumir uma função da maior responsabilidade e eu quero lhe desejar sucesso, porque, evidentemente, se for bem-sucedida, é resultado do sucesso do próprio Governo que representa e certamente em benefício deste País. Estamos vivendo um momento dramático, que consideramos, inclusive, de tragédia política nacional. É um drama sem precedentes. Quando nós verificamos que um empresário, por demitir funcionários, se suicida, no desespero de não ter tido possibilidade de manter os empregos, é porque nós estamos realmente, em matéria de crise, no fundo do poço. E temos que desejar, obviamente, a reabilitação de todas as forças econômicas do País para que possamos, com o desenvolvimento econômico sustentado, oferecer oportunidade de vida digna a todos os brasileiros. E a missão de quem lidera a Bancada do Governo no Congresso Nacional é aprovar as reformas estruturais essenciais para o salto de desenvolvimento econômico que o País espera, porque, sem dúvida, o povo brasileiro não quer apenas a substituição de um Presidente por outro; ele quer uma mudança, uma ruptura em relação ao *status quo*...

(Soa a campainha.)

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ...que tem legado a ele, povo brasileiro, apenas um infortúnio das dificuldades presentes. Por essa razão, eu fiz questão – já está na fase final do seu pronunciamento – de oferecer, nesta oportunidade, o estímulo de quem tem aqui uma postura de independência, mas que fica muito feliz quando pode aprovar os atos do Governo na direção de mudanças importantes para o futuro do País. É isso que nós desejamos. São reformas essenciais. O próprio Presidente fala no sistema federativo esgarçado; na necessidade da reforma do sistema federativo para proporcionar a possibilidade da reforma tributária; nas outras reformas todas, enfim, para que o País volte a ser um País promissor, em matéria de desenvolvimento, oferecendo-nos a certeza de que o futuro é próspero e grandioso. Parabéns a V. Exª por ter sido escolhida. É claro que é uma missão árdua, especialmente as sessões do Congresso são muito tumultuadas, naquele plenário da Câmara dos Deputados. E eu espero pelo seu sucesso. Parabéns!

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – O nosso. Eu diria que os pontos de convergência terão que ser construídos num amplo debate sobre o Brasil. Fixar limites, por exemplo, do crescimento da dívida das despesas da União não é um assunto que pertença a nenhum partido; pertence e está no domínio de uma questão de reformulação das políticas até agora adotadas pelo governo que passou.

Então, eu entendo que essa PEC vai ser apresentada, vai propor esse limite, e todos estarão dentro de desse debate. Eu tenho certeza de que à frente estará a Senadora Ana Amélia, que é autora de várias matérias importantes aqui nesta Casa, que modelou e normatizou, através das suas iniciativas, muitas outras maneiras de agir em relação à questão das despesas e também dos gastos que amplamente são construídos com as leis que são aprovadas nesta Casa.

V. Exª me honra com o seu aparte.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Rose de Freitas, eu cheguei a tempo de ouvir a parte final da manifestação de V. Exª. E fiquei aqui observando – porque presto muita atenção à forma e ao conteúdo dos pronunciamentos – a sua serenidade, a sua suavidade em apresentar um ponto de vista absolutamente racional, prudente e necessário neste momento. Há a necessidade de um entendimento e de respeito às divergências. Então, essa forma de ser pauta também o meu comportamento aqui na Casa. Sou uma Senadora independente, e V. Exª deixa as coisas muito claras, muito claras. Nesta semana, nós tivemos visivelmente a possibilidade de reafirmar que o compromisso com o Brasil está maior do que as nossas divergências. Nós votamos, nesta semana, Senadora Rose de Freitas, por unanimidade, o projeto que criou a nova lei geral do Simples. Todos! Não houve oposição nem Governo; só o partido do Brasil. Eu penso que quem tem responsabilidade... Falo como Senadora independente – não tive participação no governo da Presidente afastada Dilma Rousseff, e não tenho participação qualquer no atual Governo do Presidente Temer, que está no exercício – para continuar tendo a autonomia e a coerência de dizer o que penso e de votar aqui com a convicção que tenho das coisas, pelo bem do Brasil. V. Exª fez dois comparativos – antes e depois – entre a capacidade de esta Casa votar matérias, o que foi feito na Câmara e no Senado nos 41 dias do Governo atual e as dificuldades que eventualmente adviriam de um retorno, também eventual. Seria inviável imaginar um quadro com esse grau de conflito no Congresso Nacional. Então, Senadora Rose de Freitas, eu fiquei muito bem impressionada. Primeiro, como disse o Senador Alvaro Dias, pelo seu retorno, com muito mais – eu diria –

capacidade, mais tenacidade, mais esforço, inclusive, para superar as dificuldades que teve de saúde, fazendo isso com um brilho e com uma forma exemplar para todos nós...

(Soa a campainha.)

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... acreditando na sua capacidade de superação dessa dificuldade. Essa manifestação, hoje, reafirma exatamente que é assim que nós devemos ser vistos pelo Brasil: Senadores e Deputados trabalhando pelo interesse nacional, e não pelo interesse, às vezes, exclusivamente partidário ou exclusivamente individual. Nós temos que trabalhar pelo interesse coletivo, e o Brasil tem pressa. O Brasil precisa de nós, e nós temos que ser responsáveis. O que aconteceu hoje, como disse o Senador Alvaro Dias, é muito triste, Senadora.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Extremamente.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É muito triste. Eu não celebro a prisão de um adversário político, não, porque isso não é um ato para dar prazer. É um ato que nos obriga à reflexão de que precisamos mudar as coisas; do que jeito que estão sendo feitas, não podem continuar. Então, penso que esse é um exemplo didático. Temos que aprender dessa lição amarga...

(Interrupção do som.)

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... a corrigir as coisas. Muito obrigada, Senador Paim. (*Fora do microfone.*) Mas agradeço a generosidade da Senadora Rose de Freitas, por me permitir este aparte, cumprimentando-a pela manifestação.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu que agradeço, Senadora.

V. Exª sabe que é exemplo nesta Casa; exemplo, inclusive, reconhecido no meu Estado. Por onde passo – nós somos poucas mulheres –, sempre ressaltam o papel e a importância do seu trabalho aqui nesta Casa. Um elogio vindo de V. Exª, como dos Senadores Elmano e Alvaro Dias, só me aumenta a responsabilidade de corresponder à expectativa que cada um tem do trabalho do outro. Muito obrigada.

Quando V. Exª fala sobre o Simples, eu digo que é uma conquista fantástica, mostrando o teto, que cresceu em função dessa oferta – 93% da mão de obra hoje é empregada em um setor como esse, que, muitas vezes, não tem a oportunidade de ser reconhecido com a importância que tem para o Brasil. São cerca de 10 milhões de empregos. Não é para se subestimar um segmento desse. Portanto, aqui nesta Casa, só se fez justiça a esse projeto. E eu parabenizo V. Exª sempre.

Então, eu queria encerrar, Sr. Presidente, dizendo que nós estamos prontos para trabalhar, para romper esse limite imposto ao crescimento do País e superar o processo inflacionário com as medidas, em que confiamos, da equipe econômica do Presidente Temer.

Há uma coisa que eu dizia, Senador, na época da campanha, quando era candidata a deputada estadual: eu não idolatro nomes; eu sou a favor das ideias. E a ideia que esse Governo coloca hoje é uma ideia de superação. Então, vamos juntos trabalhar para que possamos superar as dificuldades. Esse espírito que nós temos não é de tirar proveito político de crise nenhuma a favor das nossas posições.

Eu tenho dito: o Governo é provisório? É, sim. Como todos os outros que são eleitos, este também tem um interregno, um tempo fatal, um tempo fatídico. Quatro anos, e finda o governo. Este, se confirmado, na questão do *impeachment*, terá dois anos pela frente. As questões mais permanentes do povo continuam latentes nas ruas. V. Exª sabe, Senador.

Então, quero dizer que vou tentar fazer uma política aqui, adotar uma conduta, dentro do Legislativo, nessa responsabilidade de ser Líder do Governo no Congresso Nacional, de pensar como o povo está pensando na rua. Vamos ter desafios – reforma da Previdência e tudo mais –, mas essa é a nossa verdade. E, sob essa verdade, nada poderá sofrer uma maquiagem ou, então, ser colocado para trás. Porque, daqui a pouco, vão fazer, o que é ruim... Senão, o povo vai se manifestar. Nós temos que ouvir as ruas e, com as ruas, construir.

E V. Exª, Sr. Presidente, tem um papel fundamental, porque sabe que a folha encostou na parede, e não temos mais que dizer que há um tempinho ainda para se fazer uma política porque há eleição municipal daqui a três meses. Não! Nós não temos que olhar o calendário eleitoral, temos que olhar o Brasil, senão nós ajudaremos a que o Brasil afunde mais nessa crise, e não se poderá dizer que os problemas que são postos na nossa cara não sofreram nenhuma influência do nosso comportamento, e sob a nossa responsabilidade.

Em vez de falar daquilo que podemos prometer no futuro, vamos cuidar do nosso presente, porque o Brasil precisa muito da nossa capacidade de luta. E vamos trabalhar! Eu estou aqui com esse papel de trabalhar e tenho confiança de que nós, juntos, podemos modificar essa realidade triste que acomete o Brasil.

Não é só o suicídio dessa pessoa, mas aquele trabalhador lá de Recife, no meio da rua, no sinal, cansado de espalhar currículos, parando os carros e dizendo: olha, eu tenho três filhos que estão passando fome em casa.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Então, de repente, um carro volta e oferece a ele um trabalho. Esse espírito de solidariedade desse cidadão tem que estar em cada um dos Parlamentares desta Casa.

Muito obrigada, Presidente. Muito obrigada, mesmo. Perdi o avião, mas estou satisfeita de estar aqui e vou ouvir o Senador Gurgacz, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senadora Rose.

Posso ter críticas ao Governo, é natural, porque agora estamos na oposição, mas tenho que reconhecer que foi uma grande indicação o seu nome para Líder do Governo. V. Exª, além da competência, consegue dialogar com todos os Senadores e Deputados, demonstrou isso na Comissão de Orçamento. E eu – com um pouco mais de anos no Congresso, tive a alegria de participar com V. Exª na Constituinte ainda – conheço a sua história, a sua vida, a sua integridade, a seriedade e, por isso, entendo que V. Exª só aceitou como uma missão transitória, porque tudo é transitório neste País, para ajudar o nosso povo, a nossa gente.

Parabéns a V. Exª.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Acir Gurgacz, Líder do PDT. É uma satisfação passar a palavra a V. Exª para o seu pronunciamento pelo tempo de 20 minutos ou mais, se necessário.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da Rádio Senado e da TV Senado, antes de entrar no assunto que venho tratar nesta tarde, fiz questão de não fazer um aparte à Senadora Rose de Freitas, para poder falar daqui.

Senadora Rose de Freitas, fiz questão de esperar V. Exª deixar a tribuna, para falar sobre a importância que vejo de estar V. Exª à frente da Liderança do Governo, pela capacidade que V. Exª tem de aglutinar a situação, a oposição. Tivemos uma experiência muito positiva e importante na CMO do ano passado, quando muitas pessoas diziam, achavam, falavam e pensavam: "Isso não vai dar em nada. Ninguém vai conseguir aprovar a LDO, ninguém vai conseguir aprovar o Orçamento para o ano." E V. Exª, com seu jeito muito pessoal, com toda inteligência, com todo o respeito aos seus colegas, à oposição, conseguiu fazer um trabalho excepcional à frente da CMO. E tive o prazer de estar junto com V. Exª e dar uma pequena parcela de contribuição, mas, sob o seu comando, conseguimos realizar o Orçamento para 2016. E está aqui o Orçamento hoje, e o Governo está trabalhando sobre o trabalho que realizamos na CMO do ano passado.

Tenho certeza de que este seu trabalho à frente da Liderança do Governo não será diferente. Vamos ter o bom debate, vamos discutir aquilo que é importante para o nosso País. Pode contar com o nosso apoio, o nosso trabalho, com o PDT, que não está na Base e nem na oposição, mas está a favor do nosso País. Como V. Exª muito bem colocou aqui, temos que pensar o Brasil.

Eu dizia isso em um pronunciamento desta semana, outro dia. Está na hora de deixarmos de lado o cabo de força de oposição e situação e pensarmos na população brasileira, pensarmos de que forma nós queremos nosso País. É assim que nós nos colocamos. Tenho certeza de que V. Exª fará um trabalho importantíssimo, defendendo não só o Governo, mas o interesse brasileiro.

Portanto, eu me sinto muito à vontade, muito tranquilo e feliz por ver V. Exª à frente da Liderança do Governo. Pode contar conosco naquilo que for importante para o desenvolvimento e para que possamos sair dessa crise nesse momento delicado que nós atravessamos. E não há outra maneira, a não ser através do trabalho.

Eu acompanhei a votação das estatais, quando foi definido que somente técnicos devem estar à frente dos cargos das estatais. Achei ótimo isso. Poderíamos estender isso também aos ministérios. Os ministérios também estão precisando de técnicos. Não quer dizer que não sejam políticos, mas há político técnico para o segmento A, há político técnico para o segmento B. Não se pode trocá-los de função, se não a coisa se embaralha, e nós não poderemos ver as coisas acontecerem. O grande exemplo que nós temos é o nosso – digo "nosso" referindo-me ao País – Ministro da Agricultura. A pessoa certa no lugar certo, com conhecimento amplo.

Nós recebemos hoje, pela manhã, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o nosso colega Senador Blairo Maggi, Ministro da Agricultura, que, junto com a sua equipe, apresentou a sua estrutura de trabalho, planejamento sobre a atualidade da agricultura e o futuro.

Então, se nós pudéssemos estender também para todos os ministérios pessoas que tenham ligações com a matéria, isso seria muito importante. Temos que deixar de lado essas negociações partidárias, que têm que

indicar A, B ou C. Indicam-se pessoas que não têm o menor conhecimento da matéria. Isso traz um prejuízo enorme para o nosso País. Entendo que esse é o caminho.

Eu tenho colocado aqui nesse plenário que a agropecuária é o setor que tem mais condições de ajudar o País a superar a crise nesse momento. E ficamos muito satisfeitos em saber que o Ministro Blairo está tomando as medidas acertadas no sentido de fortalecer ainda mais o setor agropecuário, para que seja de fato uma das principais vias de superação da atual crise econômica, por seus efeitos de capilaridade virtuosa, em todo o restante da economia, influenciando positivamente todos os setores da economia brasileira.

O Ministro tratou de praticamente todas as secretarias e ações estratégicas da sua Pasta. Destacou o bom trabalho da sua antecessora, Senadora Kátia Abreu, e disse que dará continuidade a esse trabalho, impondo uma dinâmica mais agressiva para que o Brasil atravesse mais rapidamente esse período. Mas o importante foi o reconhecimento do Senador Blairo à Senadora e ex-Ministra Kátia Abreu, à frente do Ministério da Agricultura.

Portanto, temos plena certeza de que o Ministério da Agricultura está em boas mãos e que a gestão do Blairo Maggi será marcante e coroada de êxito.

Entre tantos assuntos abordados pelo Ministro, destaco apenas três: 1) a questão da defesa agropecuária; 2) o desejo de que o MAPA assuma a regularização fundiária, diante da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário; 3) as estratégias do MAPA para controle do preço interno dos principais grãos, como feijão, milho e soja, para controlar a inflação e o preço dos alimentos na mesa dos brasileiros.

No que diz respeito à defesa agropecuária, ficamos animados com a determinação do Ministro Blairo em modernizar essa importante atividade do setor agropecuário.

Em maio do ano passado, o Governo Federal apresentou o Plano Nacional de Defesa Agropecuária, anunciando medidas para modernizar legislação, ampliar os serviços e reestruturar laboratórios de análises, entre outras medidas, com o objetivo de mostrar para o mundo que estávamos preparados para enfrentar os novos desafios sanitários. Na época, o Governo anunciou investimentos da ordem de R$24 milhões, a serem feitos em 2016 e 2017, no fortalecimento de 15 agências estaduais de defesa agropecuária, por meio de convênios. No entanto, embora o volume de recurso para o tamanho da nossa agropecuária seja pouco, até hoje, menos de 30% foi aplicado, apesar da necessidade dos Estados e da cobrança de realizarmos no Senado mediante a Comissão de Agricultura. O Ministro se comprometeu a aplicar os recursos previstos e a estabelecer parcerias público-privadas com Estados e Municípios, para dar mais agilidade aos serviços de vigilância, fiscalização e defesa sanitária.

Em novembro do ano passado, realizamos uma audiência pública da Comissão de Agricultura do Senado, em conjunto com a Assembleia Legislativa de Rondônia, em Porto Velho, para discutir o mercado da carne bovina e a defesa agropecuária do nosso Estado de Rondônia. Naquele momento, deliberamos pelo encaminhamento reivindicações de urgência aos Ministérios da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento, todas com o objetivo de assegurar o trabalho de defesa agropecuária necessários para a produção, beneficiamento e principalmente exportação de carne bovina no nosso Estado de Rondônia. Na oportunidade, solicitamos a imediata retomada dos convênios entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado, para que os profissionais concursados da Seagri, da Idaron e das prefeituras possam ser inseridos nos trabalhos de fiscalização, visando à certificação para o mercado interno, e também que o Ministério da Agricultura contratasse os 12 médicos veterinários e técnicos federais agropecuários para Rondônia, já aprovados em concurso realizado em 2014, que vence em julho deste ano. Se não forem contratados, nós vamos perder todo esse trabalho que foi feito.

Outra deliberação da audiência foi uma proposta para discutirmos no Congresso Nacional a mudança na legislação, permitindo a parceria público-privada no trabalho de defesa agropecuária.

Hoje, o Ministro Blairo nos informou que essa será a política a ser implantada pelo MAPA, que, acreditamos, se resguardarmos os termos dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, essa será uma solução para a questão da defesa agropecuária, no que tange aos aspectos da fiscalização.

Outra questão que pedimos ao Ministro é, mais uma vez, a contratação dos 12 fiscais já aprovados em concurso.

No que diz respeito à regularização fundiária, considerando que o setor não está recebendo a atenção devida após a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, entendo que seria oportuno deslocar essa Pasta da Casa Civil para o Ministério da Agricultura, pois a falta de regularização fundiária é um dos grandes entraves ao desenvolvimento da agricultura, principalmente da agricultura familiar, em Rondônia e em toda a Amazônia.

Essa emancipação dos assentamentos é urgente não só na Amazônia, mas em todo o Território brasileiro.

Entendo que o Ministro, que demonstrou interesse em assumir esse desafio, tem total condição para tocar essa tarefa e terá todo o nosso apoio e todo o apoio da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, como ficou claro hoje pela manhã.

No que diz respeito ao controle dos preços e à segurança alimentar, nas últimas semanas a agropecuária tem figurado nos noticiários por conta da brusca elevação do preço do feijão nos supermercados brasileiros. A elevação dos preços é resultado da quebra da safra brasileira de diversos grãos por problemas climáticos e também por falta de milho, que é a base alimentar dos sistemas produtivos: da avicultura, da suinocultura e de parte da produção de leite também.

0 Ministério autorizou a importação de feijão do Mercosul, do México e da China, esperando que isso seja suficiente para a estabilização do preço do produto, essencial na mesa do trabalhador brasileiro.

A falta de milho para abastecer o mercado interno, que é principal matéria-prima da ração, atinge os produtores de aves e suínos, acarretando até agora o fechamento de pelo menos três unidades de abate, disse o Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra. Até 15% da capacidade de produção de carne suína e de aves está fechada no Brasil, que é o maior exportador de carne de frango do mundo e o quarto maior exportador de carne de porco. Isso representa 225 mil toneladas de produção ao mês.

A situação afeta toda a indústria de carne, que está demitindo trabalhadores e perdendo dinheiro, em meio à crise econômica que atravessamos.

Porém, além da questão econômica, quero chamar a atenção para a questão da segurança alimentar. O preço do leite aumenta e assusta consumidores. Em algumas regiões, registram-se elevações de até 40% nas gôndolas dos supermercados. A oferta do produto está em queda no Brasil, em decorrência da alta dos custos de produção do setor, principalmente devido à valorização do milho usado na ração para o rebanho leiteiro, e agravado pela onda de frio que atingiu o Centro-Sul do nosso País.

O Brasil exportou muito milho neste ano, elevando também o preço no mercado interno, o que acarretou impacto significativo no custo de produção de proteína animal. O Governo liberou estoque de seus armazéns e aliviou limites à importação de milho para ajudar a atender a demanda interna, mas os preços permanecem acima de R$53,00 a saca.

A carne bovina, o brasileiro praticamente não consegue mais consumir, pois trata-se de uma *commoditie* de alto valor para a exportação, importante para o superávit da nossa balança comercial, e, no primeiro trimestre deste ano, o consumo de carne bovina chegou ao menor nível desde os anos 2000 e 2001.

Segundo cálculos do IBGE, cada consumidor no País adquiriu, em média, 30,6 quilos de carne bovina no ano passado, o que correspondeu a uma queda de 8,4%, em comparação ao mesmo período em 2014.

Então, Sr. Presidente, a carne suína e a de frango tornaram-se a opção mais barata na crise para a mesa do brasileiro.

Neste momento, o Governo precisa tomar decisões para preservar a oferta de carne de frango, suínos e ovos a valores adequados ao momento de crise que atravessamos no nosso País. Precisamos preservar a soberania e a segurança alimentar na mesa e pensar na questão nutricional. O Brasil saiu do patamar de País de pessoas com fome, mas precisamos de atenção nesse momento, para que não haja um retrocesso. Ou seja, o brasileiro melhorou a sua qualidade de vida, mas estamos prestes a ter um retrocesso. Tem que haver uma ação firme do Governo, e nós também estamos contribuindo para isso, para que não haja nenhum retrocesso na melhoria de qualidade de vida da população brasileira.

Nesse sentido, nós debatemos hoje, pela manhã, na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidida pela Senadora Ana Amélia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo e pela sua atenção de nos dar a sua vaga para que eu pudesse me pronunciar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu o fiz com enorme satisfação, Senador Acir Gurgacz, Líder do PDT.

Meus cumprimentos pelo pronunciamento equilibrado, tranquilo, ajudando a dar direção ao País, como sempre.

Como eu permutei neste momento, passo a palavra ao Senador Lindbergh; em seguida, a V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone*.) – Se quiser ir na frente, pode ir, Senador Elmano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O meu lugar eu permutei com ele. Então, é o Senador Elmano Férrer, na sequência.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria apenas fazer um registro na tarde de hoje.

Nós estamos, Sr. Presidente, há exatamente três anos, quando este País – e eu especialmente – testemunhou uma das mais puras manifestações públicas já vistas no nosso País.

Trata-se daquelas manifestações de junho de 2013, quando várias cidades, capitais do Brasil viram as ruas ocupadas por manifestantes, numa manifestação sem líderes, uma manifestação sem bandeiras, uma manifestação que nasceu de R$0,20 de aumento de passagem em cidades como Porto Alegre, a cidade de V. Exª. Era de R$0,20 também o aumento que se registrava em junho de 2013 na cidade de São Paulo. Enfim, um movimento que se espraiou, que se estendeu por todo o Território Nacional.

Aquela manifestação, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, me tocou profundamente. Primeiro porque nós vimos naquelas manifestações várias gerações. Eu vi velhinhos de bengala, eu vi mulheres recém... Digo melhor, com filhos, crianças nos braços. Vi mulheres com seis, oito, nove meses de gestação. Vi também pessoas paraplégicas, pessoas em cadeira de rodas, fazendo-se presentes em um eco de indignação, de desesperança de uma Nação, de um povo politicamente organizado. E vi aquilo como uma grande manifestação de todos pelas transformações que se exigiam naquele instante.

Vi também, todos nós vimos, aquela turba de pessoas adentrar o Congresso Nacional. Chegaram a entrar aqui, nesta Casa da legislação, nesta Casa da Federação. Sr. Presidente, que recado ficou nesta Casa daquela população, na minha leitura, distante daqui de Brasília, tendo recém deixado a Prefeitura de Teresina, que havíamos administrado por algum tempo? E acompanhei com muita dedicação, tentando buscar na literatura a origem, a etiologia daquele movimento. Por quê? Para quê? O que aquela população queria dizer para o País, para o Estado, para esta Casa, para os outros dois Poderes da República do Estado brasileiro – o Poder Judiciário e o Poder Executivo –, além deste Poder da legislação? A leitura que ficou na minha mente é que havia sido, estava sendo questionada naquele instante, quando o povo entrou aqui no Congresso Nacional, uma coisa muito séria, que era exatamente traduzida – em uma palavra muito rápida – num questionamento da democracia representativa.

O recado, na minha leitura, meu nobre e estimado Senador Lindbergh Farias, grande Líder da década de 1990 em nosso País, é que estava sendo questionada, naquele instante, aqui nesta Casa, a democracia representativa. E não há democracia sem Parlamento; não há democracia sem Partidos políticos, sem representantes do povo. Mas este, no meu entendimento, é o recado que ficara naquele instante.

De outra parte, aquela grande manifestação, aquelas pessoas saíram para os dois outros Poderes do Estado brasileiro e foram até a Suprema Corte, ao Supremo Tribunal Federal. O que queria dizer aquela população ao Poder Judiciário do Estado brasileiro? Talvez uma insatisfação, naquele momento, com relação à Justiça que nós temos. De lá, do Supremo, aquela população saiu, aqueles manifestantes, para o Palácio do Planalto, e deixou um recado de insatisfação com os serviços prestados pelo Estado brasileiro, especialmente na área da saúde, da educação, da segurança, da mobilidade urbana, do próprio desenvolvimento urbano, das carências das cidades e dos aglomerados urbanos.

Mas, Sr. Presidente, passados três anos, qual a resposta dada pelo Congresso Nacional àquela população, aos reclamos daquela população naquele instante? Quais as respostas dadas àquela população, àqueles manifestantes, pelo Poder Executivo? Eu faço esse registro, Sr. Presidente, porque a gente observa que houve avanços, alguns avanços, mas a população continuou – e continua ainda – a reclamar mais do Poder Legislativo e, especialmente, do Poder Executivo. Eu faço, Sr. Presidente, esse registro, no momento em que a gente observa nesta Casa discussões importantes como aquelas registradas ontem, aqui, em que vimos um questionamento daquilo que diz respeito às Srªs Senadoras, aos Srs. Senadores e ao próprio Senado da República, que é a crise federativa, a crise dos Municípios deste País, que agonizam, dos Estados membros da Federação que continuam na UTI! Enquanto isso, o povo segue indignado com relação à saúde pública, à educação pública, ao transporte público e a muitos serviços públicos que não atendem aos desejos e às aspirações da nossa população. Creio, Sr. Presidente, que devemos muito à sociedade Brasileira; devemos muito àqueles e àquelas que nos mandaram para esta Casa.

Vejo os Estados, como o Estado do Rio de Janeiro, do nosso nobre e estimado Senador Lindbergh; vejo o Estado de V. Exª, Sr. Presidente; vejo o Estado de São Paulo, com toda aquela riqueza, o espírito empreendedor daquele povo; vejo também o Estado de Minas Gerais. Todos esses Estados estão em situação dificílima, situação delicada no que se refere à manutenção, digo melhor, ao pagamento dos seus servidores públicos, daqueles que estão na área da prestação da saúde pública, da segurança pública e da educação, sem capacidade de investimentos.

Então, faço esse registro dos três anos que nos separam daquelas grandes, legítimas manifestações – sem bandeira, Sr. Presidente, meus nobres e estimados Senadores, sem faixas de partidos, de centrais sindicais, de qualquer instituição, mas um povo que, de forma espontânea, foi às ruas fazer essa reclamação de indignação e, muitas vezes, de desesperança com relação ao Estado nacional.

Creio, Sr. Presidente, que, no momento em que os governadores vêm a Brasília reclamar ou buscar do Governo Federal aquilo que historicamente os Estados sempre tiveram – chegavam aqui e encontravam so-

corro, encontravam os recursos demandados pelos seus Estados... Mas, agora, neste exato momento, o Estado nacional, digo melhor, a União está também em profundas dificuldades. E, no meu entendimento, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é a crise mais profunda que vejo no nosso País. Temos uma crise econômica? Sim. Temos uma crise política? Sim. Temos uma crise moral e ética? Sim. Mas a crise maior é a crise do Estado brasileiro, é a crise federativa. E creio que é exatamente aqui no Senado que nós temos de buscar a solução e a resposta para a crise profunda do Estado. Às vezes eu digo, Sr. Presidente, que muitas vezes considero o Estado brasileiro um Estado autofágico – um Estado que cresceu tanto, um Estado que, no meu entendimento, não sabe ainda aplicar os recursos públicos com a devida eficiência e eficácia.

Eu vejo, Sr. Presidente, que é chegado o momento, ao falarmos sobre aquelas manifestações, de nós fazermos profundas reflexões, mas, no mais curto espaço de tempo possível, buscarmos a verdadeira saída para esse grave problema que estamos vivenciando.

Vi – e é necessário que aplaudamos – a solução, no meu entendimento temporária, daquilo que se relaciona às dívidas dos Estados brasileiros.

Eu era Secretário de Planejamento, Sr. Presidente, na década de 1990, especificamente de 1991 a 1994, quando se iniciou um processo de negociação das dívidas, especificamente no Governo Itamar Franco. Decorreram mais de 20 anos, agravaram-se as dívidas dos Estados, especialmente dos Estados mais ricos da Federação: São Paulo, como disse anteriormente, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Os nossos Estados do Nordeste e do Norte são aqueles que menos devem em nosso País, e nós pagamos a conta por tudo isso.

Portanto, Sr. Presidente, ao fazer o registro daquelas manifestações... Aliás, eu me permitiria fazer uma leitura que fui buscar nos escritos, como fonte a EBC, com relação a 2013, ano das manifestações. Diz aqui que começou com o aumento da tarifa, em 17 de junho, em São Paulo, Rio Grande do Sul etc. Fala no início do movimento em decorrência do Passe Livre, da repressão policial como estopim daquela repressão violenta registrada na cidade de São Paulo, em que as manifestações tomam conta das ruas. Governos, logo em seguida, durante as manifestações, reduzem as tarifas recém aumentadas do transporte público. A PEC 37, a vilã dos protestos, como diz aqui... Eu me permitiria, Sr. Presidente, ler um item dessa análise feita ainda durante o ano de 2013, que diz que a pressão das manifestações populares em todo o País resultou, no dia 25 de junho – hoje é dia 23, depois de amanhã transcorrem os três anos – na derrubada da Proposta de Emenda à Constituição 37, que limitava os poderes de investigação do Ministério Público. Por definir que o poder de investigação criminal seria restrito às polícias federal e civil, a proposta foi apelidada como "PEC da impunidade", e foi uma das principais bandeiras dos movimentos populares que tomaram as ruas. Aqui diz, por fim, que, apesar de ter sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e na comissão especial que analisou o mérito, a proposta recebeu, Sr. Presidente, naquela época, 430 votos contrários, 9 favoráveis e 2 abstenções em plenário, resultando na rejeição daquela PEC, a PEC 37.

De outra parte, Sr. Presidente, e, por último, depois de vários dias de manifestações, a nossa Presidente Dilma, à época, disse o seguinte, em reação àquelas manifestações, citando cinco pactos, que passo a ler.

> Um dos pontos mais questionados [Sr. Presidente] durante a onda de protestos ocorridos no Brasil foi a ausência de um pronunciamento oficial da nossa Presidente Dilma para a população. O ato só ocorreu 15 dias depois [esta é uma publicação da EBN] do início das manifestações.

E diz mais:

> Em dez minutos, a Senhora Presidente da República falou que os protestos eram legítimos, mas condenou [e eu também o fiz] os atos de violência, sobretudo aqueles praticados por minorias como os Black Blocs, os anarquistas, etc.

Diz assim:

> A Presidência propôs [Sr. Presidente] a adoção de cinco pactos para atender as reivindicações: responsabilidade fiscal [um problema que continua e para o qual o Governo busca uma solução]; reforma política; saúde; transporte; e educação. Dias depois do pronunciamento, o Plenário do Senado [esta Casa] aprovava um projeto de lei que incluía as práticas de corrupção ativa e passiva, concussão e peculato na lista dos crimes hediondos. A proposta do governo era que a reforma política fosse iniciada a partir de um plebiscito que determinaria os pontos a serem revistos. Mas, o projeto enfrentou resistência e não foi aprovado em tempo hábil para que pudesse valer já para as eleições de 2014.
>
> *(Soa a campainha.)*

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Então, Sr. Presidente, ao fazermos este registro daqueles movimentos de 2013, nós queríamos dizer que temos uma dívida para com a população brasileira. Temos que fazer a reforma política, discutir a reforma, no meu entendimento, e a reinvenção de um novo Estado e, acima de tudo, Sr. Presidente, discutirmos e nos aprofundarmos na questão relativa ao Pacto Federativo.

Esse era o registro, Sr. Presidente, que gostaríamos de fazer na tarde de hoje. Muito obrigado. Vou substituir V. Exª na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Elmano Férrer, por assumir a Presidência para que eu faça o meu pronunciamento.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Elmano Férrer, eu venho desde outubro alertando – a partir daquela tal carta "Uma Ponte para o Futuro", de que todos já falamos aqui uma centena de vezes – que o tal Governo provisório, se acontecesse – e aconteceu –, viria com mudanças profundas nos direitos dos trabalhadores e na Previdência.

Então, para aqueles que duvidaram – e muitos duvidaram – que isso ia acontecer, o assunto está com destaque nos jornais de hoje. Por exemplo, no *O Globo* e na *Folha de S.Paulo*: "Governo Temer pretende, em 15 dias, mandar para o Congresso reforma da Previdência e reforma trabalhista." *O Estado de S.Paulo*: "O Governo apresenta esboço da reforma da Previdência na semana que vem." Pretendem reunir uma série de – conforme eles – Líderes para apresentar o esboço da reforma trabalhista e também da reforma da Previdência. Dizem eles que não podem mais esperar e que apresentarão aqui a sua proposta. Outra manchete aqui: "Reforma trabalhista deve ser encaminhada na semana que vem." Eles dizem isso, mas eu duvido que o seja até nestes 15 dias. E o eixo será a terceirização e a história do negociado acima do legislado. Estou pagando para ver. Mandem, e tenho certeza de que teremos um bom combate. Vamos fazer de tudo para rejeitar. Não vou citar o nome aqui dos ministros que estão falando, porque não importa, para mim, citar nome de ministro.

Nós estamos viajando este País todo. Já é a segunda rodada que faço, e percebo que há uma indignação enorme tanto quanto à reforma da Previdência quanto também à reforma trabalhista, em que vai o negociado sobre o legislado, regulamentação de trabalho escravo – que deveriam proibir – e terceirização em todas as áreas.

Eu estou convicto de que o Senado não é a Câmara dos Deputados. Lá passa qualquer coisa, mas aqui eu entendo que é diferente. Disseram que passaria aqui a terceirização logo que chegasse – já faz um ano; pegamos a relatoria e não passou. Disseram que passaria o negociado sobre o legislado – fizemos o bom combate e rejeitamos pela terceira vez. Disseram que passaria o fim da NR-12, para não haver mais segurança do trabalhador no local de trabalho – tiveram que recuar; também não passou. Queriam, com urgência, aqui neste plenário, aprovar o que eu chamo de regulamentação do trabalho escravo – não passou, e tiveram que recuar. Tiramos a urgência e assumimos a relatoria também desse terceiro projeto polêmico.

Dizem que eles vão mostrar um esboço para o movimento sindical e falam da Nova Central, falam da Força, falam da UGT, falam da CGTB. Eu duvido que o movimento sindical vai endossar essa proposta. Virá para cá com apoio popular zero. Sabem o que é zero? Zero! E eu duvido que os Senadores vão se debruçar para aprovar. Debruçar para olhar e discutir é normal, mas aprovar um escândalo desses? Uma proposta que envergonha qualquer homem público, nos moldes em que eles estão falando. Eu teria vergonha de apresentar uma proposta dessa, que dirá de aprová-la. Podem saber que teremos aqui o bom combate.

Mas, Sr. Presidente, eu quero falar um pouco hoje dos professores.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senadora Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Antes que V. Exª inicie a falar sobre os professores, eu desde já quero agradecer porque também sou professora; lecionei durante alguns anos na rede pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E tem dado aula para todos nós aqui.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, de jeito nenhum. Lecionei alguns anos na rede pública do meu Estado do Amazonas. Eu quero apenas falar da sua vigilância em relação aos direitos dos trabalhadores. Penso que talvez não tenha caído a ficha ainda para a maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros do que está acontecendo em nosso País. Hoje, muito cedo, eu já fui procurada por trabalhadores eletricitários do meu Estado, preocupados com essa nova decisão, com essa nova medida

provisória que é o início da total privatização do setor elétrico brasileiro. E, junto com as privatizações, a gente sabe o que vem: vem a precarização no mundo do trabalho, vem a diminuição dos salários, Senador Paim. Então, nós precisamos continuar vigilantes aqui neste plenário contra essas medidas. Na semana que vem, a Medida Provisória nº 714 – salvo engano – já está pautada. Ela foi enviada pela Presidente Dilma, é certo, e ampliava a possibilidade da presença do capital externo nas empresas aéreas brasileiras, mas que chegava a 49%, podendo chegar aos 100% em caso de reciprocidade. O que a Câmara aprovou? E não venham dizer que foi uma iniciativa da Câmara, porque todos os jornais publicaram que o Presidente temporário, em exercício, Temer iria apoiar essa emenda, a emenda que garantisse 100% sem qualquer contrapartida ao capital internacional, o que é uma atitude de lesa-pátria, é uma atitude de total descompromisso com os trabalhadores brasileiros. Então, Senador Paim, parabéns pela luta, parabéns pela vigilância! V. Exª tem sido nosso grande líder e orientador nesses temas do direito do trabalhador aqui nesta Casa. Parabéns, Senador!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Vanessa, eu cumprimento V. Exª pelo aparte que faz e peço que o incorporem ao meu pronunciamento, mas eu me lembro agora, pela sua fala, de que nós também tivemos aqui um debate muito duro sobre o adicional de periculosidade dos vigilantes. E também, Senadora Vanessa, nesse projeto eles diziam que nós seríamos derrotados. Eu fui o Relator da matéria, a Senadora Vanessa foi a autora, e é lei.

Eu estive, nesse fim de semana, em Porto Alegre, no Congresso dos Vigilantes, e, Senadora Vanessa, fomos aplaudidos de pé, porque eu lá falei em seu nome. Falei que V. Exª é a autora e eu fui o Relator do PL que garantiu a periculosidade.

Agora eu estou trabalhando no piso dos vigilantes, e, como já combinei com V. Exª, V. Exª, segundo aquele congresso, deve ser a Relatora. Então, estamos caminhando bem. Podemos não avançar tudo aquilo que gostaríamos, mas também eles não passarão aqui o negociado sobre o legislado – repito, – não passarão o trabalho escravo, não passarão terceirização na atividade-fim, não passarão o fim da CLT, e não passarão também a reforma da Previdência nos moldes em que eles querem, ampliando a idade para 65 anos para a mulher se aposentar.

Mas eu quero falar rapidamente sobre uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Chamo atenção deste Plenário para a seguinte notícia, que também é em relação, como eu dizia antes, aos professores.

> O plenário virtual do Supremo Tribunal Federal reconheceu, por unanimidade, repercussão geral de matéria que discute a possibilidade de recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo por servidor público que trabalhe em regime de carga horária reduzida.

O tema é objeto de recurso extraordinário – Relator Ministro Dias Toffoli.

> O recurso foi apresentado por quatro funcionárias públicas do Município [gaúcho] de Seberi, nomeadas após aprovação em concurso público, que cumprem jornada de 20 horas semanais, com remuneração inferior ao salário mínimo. Elas ingressaram com a ação de cobrança contra o Município, para receber a diferença entre a remuneração recebida mensalmente e o valor do salário mínimo.
> Em primeira instância, o pedido foi julgado improcedente. O juiz destacou que as autoras recebem valor pouco superior a meio salário mínimo e, em se tratando de meia jornada [segundo este juiz] (20 horas semanais), não há qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade, mesmo porque, ao prestarem o concurso público, sabiam da carga horária e da remuneração, estando observado, desse modo, o direito à remuneração proporcional.

Isso disse o juiz. Não sou eu que estou dizendo.

> As servidoras recorreram, e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul [meu Estado] negou provimento à apelação, sob o entendimento de que não se pode falar em irregularidade do pagamento de vencimentos em montante inferior ao salário mínimo ao servidor que desempenha jornada semanal de 20 horas.

Aí, fomos ao Supremo.

> O RE [recurso] interposto ao Supremo defende a existência de repercussão geral da matéria, destacando que o tema é de extrema relevância e tem impacto nacional sob os pontos de vista tanto social quanto jurídico: social, porque a interpretação a ser adotada afeta todos os servidores que trabalham em jornada de trabalho reduzida e cuja retribuição pecuniária seja inferior ao salário mínimo; jurídico, porque a controvérsia diz respeito ao alcance de norma que garante o direito ao salário mínimo, bem como à necessidade de se firmar uma orientação a ser adotada nas demandas que versam sobre esse tema.

> [...] O Ministro Toffoli se pronunciou pelo reconhecimento da repercussão geral no caso, ao entender que "a matéria suscitada no recurso extraordinário apresenta nítida densidade constitucional e ultrapassa os interesses subjetivos das partes, sendo notório o fato de que inúmeras são as ações em que a questão jurídica apresentada se coloca".

Porque inúmeras prefeituras neste País pagam aos seus trabalhadores, independentemente da carga horária, menos que um salário mínimo, o que me obrigou a entrar com um projeto aqui no Congresso dizendo o que manda a Constituição: que ninguém que trabalhe mais do que três dias por semana pode receber um salário menor que o mínimo. Porque aqui eu estou destacando a questão da doméstica diarista. Se ela trabalha um dia ou dois, ela vai receber proporcionalmente ao acordo firmado, e não entraria nesse caso.

> Nesse ponto, ele foi seguido por unanimidade [pela tese que eu defendo e também o Ministro] pelos demais ministros.
> [Aí ele aprofunda o mérito e, no fim, decide que] a remuneração de servidor[...] independentemente da duração da jornada de trabalho e das funções que exerça. Assim, ele propôs reafirmar a jurisprudência da Corte e prover o recurso.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero aqui destacar esse debate no Supremo Tribunal Federal, porque é um absurdo no Brasil inúmeros servidores receberem pelas suas prefeituras menos do que um salário mínimo. A partir da posição anunciada, eu espero que se garanta pelo menos o direito a um salário mínimo para o servidor que presta carga de trabalho de 20 horas ou mais.

Sr. Presidente, falando ainda dos professores: há tempo venho alertando nessa tribuna sobre as diversas tentativas de retirada de direito dos trabalhadores, sobre o que já discorri aqui no dia de hoje. Mas a situação tende a piorar. Temos em tramitação no Congresso várias propostas extremamente conservadoras, que tiram, por exemplo, o direito de o professor ter opinião na sala de aula. É o caso do PL 7.180, de 2014 (Câmara dos Deputados), que estabelece o Programa Escola sem Partido, defendendo que os professores não podem ter opinião. É como se na sala de aula você possa estudar matemática, português, história, geografia, inglês, mas não possa ter opinião quanto à conjuntura nacional. Veja a que ponto nós chegamos. Isso é amordaçar a nossa juventude, para que ela não possa ter uma visão clara da conjuntura e participar da vida política do País.

Pior é que temos projetos como esse, que proíbem a discussão política nos espaços de sala de aula, seja primário, secundário ou na universidade, só no Congresso: PL 867 na mesma linha; 7181 na mesma linha; 5487 na mesma linha; 1411 na mesma linha; 1859 na mesma linha.

E temos também, Sr. Presidente, infelizmente, que essa discussão avançou para diversos Municípios, além de diversos Estados. Por exemplo, esse debate de proibir discutir conjuntura política nos espaços escolares está na Assembleia do Ceará, lamentavelmente; no Distrito Federal; Espírito Santo; Goiás; Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Além ainda das Câmaras de Vereadores de Curitiba, Foz do Iguaçu, Santa Cruz de Monte Castelo e Toledo, no Paraná; Joinville, em Santa Catarina; Rio de Janeiro capital; São Paulo capital; Vitória da Conquista, na Bahia; Cachoeira de Itapemirim, no Espírito Santo; Palmas, no Tocantins; e Picuí, na Paraíba. Alguns exemplos que eu estou dando, pessoal, para ver a que ponto nós chegamos.

Que liberdade é essa em que os nossos jovens – como ocorreu recentemente numa universidade –, em que os jovens queriam discutir a questão do *impeachment*. Simplesmente conseguiram uma ação, foi em Minas Gerais, para não permitir que o *impeachment* fosse debatido no espaço da universidade. É essa a juventude que nós queremos? Uma juventude calada, amordaçada? Que não possa discutir política? Quem serão os Deputados, os Senadores, os vereadores, os governadores do futuro? Serão aqueles a quem foi proibido fazer o debate das grandes questões de caráter nacional? Ou agora, se você vai discutir dívida interna, dívida externa, você está discutindo política. Você está discutindo uma reforma, como V. Exª, Senador Elmano Férrer, tão bem colocou aqui quando me antecedeu, a reforma política eleitoral e partidária.

Será que os alunos, os estudantes do nosso País não podem discutir na sala de aula qual é o viés, qual é a visão que eles têm do que deveria ser este País? Não podem nem discutir corrupção? Se você for discutir corrupção vai acabar comentando fatos que acontecem na conjuntura nacional. É isso que nós queremos?

Por isso, deixo este meu pronunciamento, Sr. Presidente. Sei que diversos Senadores querem falar e vão ter de viajar, mas acho um verdadeiro crime querer proibir o debate dos grandes temas nacionais no nosso País.

O *impeachment*, da forma como foi feito, já nos deixou lá fora com a impressão de uma república de bananas. Calculem agora, no cenário internacional, anunciar que, no Brasil, querem proibir – porque não vai passar, naturalmente – que nas salas de aula, seja universidade ou não, não se possam discutir os grandes temas de interesse nacional. Eu sou convidado seguidamente para fazer palestras em universidades, então, não poderei mais ir? Senador Lindbergh, não vou poder ir mais! Senador Dário Berger, Senadora Vanessa, meu sempre

Senador Marroni, não vou poder entrar mais porque é proibido. É mais do que natural atualizar a nossa juventude sobre o que está acontecendo no País, não importa se contra ou a favor. Se alguém me convida para um debate numa universidade, contra ou a favor do *impeachment, é* natural. Vão lá Senadores, Deputados, juristas e fazem um bom debate, que é salutar, formador de opinião – claro que é formador de opinião – como serão chamados professores, intelectuais, artistas que têm opinião. Por que não? Poetas. Agora não. Se esses projetos pararem, quero ver quem vai ser o autor da censura para proibir que o debate se faça dentro, por exemplo, das universidades, que são os casos mais prementes.

Sr. Presidente, esta era a minha fala do dia de hoje. Quero liberdade nas universidades, nas escolas, para que se faça um grande debate sobre qual é a democracia que nós queremos. Como você disse, eu vi o meu País, durante esses anos todos... Já é o terceiro afastamento de Presidente que acompanhei. Querendo ou não, acompanhamos a eleição de Tancredo pela via indireta e quando assumiu pela via indireta o Presidente Sarney. Depois acompanhei o afastamento do Presidente Collor, já como Deputado, votei naquela questão do *impeachment*, quando assumiu o falecido Itamar. Agora assisto ao afastamento de uma Presidenta eleita pelo voto direto – com 54 milhões de votos, se não me engano – e assumir o Vice-Presidente, com voto zero. Teve uma enorme dificuldade até para se eleger Deputado Federal. Acompanhei esses anos todos aqui dentro do Congresso.

Esse é o debate que o País tem de fazer. Houve? Não houve? Os alunos não podem saber o que é pedalada, o que não é pedalada? Não podem saber que decreto é esse? Se é ou não é? Os governadores todos já faziam, os ex-Presidentes faziam. Então, por que ela foi afastada? Por que não o debate? O debate é salutar, educador e aponta para as gerações futuras também, para cada vez mais defenderam a democracia.

Como eu sempre digo, com a democracia, tudo; sem a democracia, nada! Eu vivi o tempo da ditadura, por isso, sempre digo que no meu currículo sempre constará: "Esse foi um amante, um apaixonado pela democracia!"

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Exª.

Pela ordem de oradores inscritos, convido o Senador Dário Berger. Em seguida, V. Exª, Senador Lindbergh.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Elmano Férrer, o Senador Lindbergh Farias me abordava aqui dizendo que ele é muito rápido em seus pronunciamentos.

Ele é tão rápido – quero aproveitar essa oportunidade – que um belo dia, Senador Férrer, ele chegou aqui apressadamente, quando eu estava no exercício da Presidência, e disse: "Eu vou falar lá de baixo porque vou falar somente três minutos". Os três minutos se multiplicaram em progressão geométrica. Ele ficou, ficou e ficou! Agora veio com a mesma. Felizmente, V. Exª me colocou na ordem na linha de inscrição.

Mas quero transmitir a V. Exª, Senador Elmano Férrer, a minha admiração, o meu apreço pela condução da Presidência da Casa nesta sessão.

Quero cumprimentar também os demais Senadores e as demais Senadoras que compõem a Casa Legislativa mais alta do País.

E eu quero abordar hoje um tema que julgo da maior importância para Santa Catarina e sobretudo para o nosso Brasil, que está relacionado às obras de infraestrutura, está relacionado à questão da logística propriamente dita. Hoje posso perceber o quanto este País está atrasado não só na logística como em praticamente todas as áreas de infraestrutura envolvendo a União, os Estados e os Municípios.

Senão, vejamos, Senador Férrer. Um dos maiores problemas que as cidades enfrentam hoje estão relacionados à mobilidade urbana. As pessoas não conseguem mais chegar ao seu destino num tempo razoável. Em Florianópolis, numa hora dessas, por volta de 17h30, as filas para sair e para entrar são impressionantes, intermináveis.

O pior é que essa história é recorrente, ela se repete há anos e anos. E as promessas são recorrentes também. São sucessivas, sucedem a si mesmas, e a verdade é que as coisas não acontecem, e nós ficamos aqui usando a tribuna, fazendo a denúncia, fazendo a retórica, alertando para o problema que estamos vivendo.

E lamentavelmente o Brasil anda, mas anda devagar, anda muito devagar. Ele não tem eficiência, ele não atinge os objetivos, ele não tem metas objetivas definidas. A administração, seja ela pública ou privada, se modernizou de tal forma que hoje você precisa ter um plano de trabalho extremamente objetivo, de maneira que você vá superando as barreiras e os obstáculos, vencendo etapa por etapa, para, no final, atingir o objetivo no tempo que o objetivo tem de ser atingido. Não é o que acontece com o Brasil, não é o que acontece com os Estados brasileiros e não é o que acontece com os Municípios brasileiros hoje. Ao invés de evoluirmos, nós involuímos, regredimos.

Senador Elmano Férrer, eu fui prefeito, há 20 anos, de uma cidade chamada São José. São José é uma cidade de trabalho, é uma cidade industrial, é onde se trabalha – vamos dizer assim –, é uma cidade ligada

à Florianópolis, que é uma cidade turística, a capital. Na cidade de Florianópolis se concentra todo o poder constituído da União, dos Estados e do próprio Município. Mas, para dar uma prova de como este País está involuindo, quando eu era prefeito em São José, há 20 anos, a consulta de viabilidade para uma construção já era fornecida através da internet. O cidadão pegava seu imóvel, colocava seus dados e ele mesmo retirava a consulta de viabilidade. Ele mesmo, há 20 anos, já sabia o que podia construir em cima daquele terreno de sua propriedade. Passados 20 anos, o senhor sabe o que aconteceu? Regredimos, voltamos à Idade da Pedra, voltamos ao papel, voltamos ao mapa interminável. V. Exª foi prefeito, V. Exª tem conhecimento disso. E aí os métodos, os sistemas, a informática, a tecnologia, que já estavam à nossa disposição há 20 anos, hoje parece que não fazem parte das administrações públicas, para ter eficiência e para tirar o aspecto da pessoalidade, porque é a pessoalidade que gera a corrupção.

Dou esse exemplo para fazer aqui uma reclamação ao Governo Federal dentre tantas, porque me parece que este País está destruído. A primeira reforma que precisamos fazer é uma reforma administrativa, definir métodos, processos, estabelecer uma segurança jurídica, para que efetivamente as coisas possam fluir, andar, para quem quiser trabalhar e produzir ter a segurança de que vai produzir e trabalhar com a devida segurança jurídica.

Pois bem. Há seis meses estou lutando para conseguir as tais licenças para os pescadores que pescam tainha em Santa Catarina. E a pesca da tainha, em Santa Catarina, começa no dia 1º de maio.

Nós estamos hoje no dia 23 de junho e, pasmem V. Exªs e, sobretudo, V. Exª, Senador Elmano Ferrer: foram emitidas, se não me engano, para o Brasil inteiro, cerca de 40 licenças. Das 40 licenças, 4 foram para Santa Catarina. E, o que é pior, dessas 4 licenças que foram emitidas para Santa Catarina, em uma, o navio ou o barco está no estaleiro há mais de 10 anos. Então, essa é a demonstração cabal e objetiva de que nós precisamos de uma reforma administrativa urgente, e não só de uma reforma administrativa. Nós precisamos de consciência coletiva, de responsabilidade social.

O que eu estava pedindo não era nada mais, nada menos do que estabelecer o critério, estabelecer as regras. Aqueles que preencherem as regras não precisariam vir a Brasília e poderiam emitir, assim como em São José já se emitia pela internet há 20 anos, uma consulta de viabilidade. Por que os pescadores, do seu próprio computador, na sua própria casa, se preencherem os requisitos, as peculiaridades, as exigências e tudo mais, não podem tirar a sua licença para pescar na sua própria casa? Aí, elimina-se o intermediário, elimina-se o favor, elimina-se a corrupção, e as coisas fluem de maneira diferente de como estão fluindo hoje, porque hoje as dificuldades são tão grandes, são imensas, são indefiníveis.

É um negócio impressionante que o pescador, na hora em que ele encontra o Senador, ache que o Senador não tem força, não tem legitimidade, não tem capacidade para resolver, na opinião dele, um problema tão simples quanto uma licença de pescadores, como aconteceu. E o que é pior: no ano passado, eles conseguiram as licenças. Neste ano, deveria ser automática a licença para quem pescou, para quem trabalhou no ano passado, mas não. Todo ano há uma nova regra, todo ano há um novo atraso, todo ano há uma nova incompetência, todo ano há um novo ministro, todo ano há um novo secretário-executivo, todo ano há não sei o que, todo ano há aquilo, há isso, há aquilo outro. E o povo e quem trabalha e quem produz estão às favas, estão abandonados, estão destruídos no momento em que efetivamente o Brasil precisa de emprego. Eu já disse aqui e vou repetir: emprego não nasce de qualquer lugar, o emprego vem das empresas. Nós temos que proteger a nossa empresa e, sobretudo, o patrimônio nacional.

Eu vi com muita apreensão também a questão da aviação civil, que, parece-me, aqui, no Senado, já virou um tema bastante preocupante, no meu modo de entender, Senador Elmano Férrer. Veja bem o senhor: eu sou um homem da iniciativa privada e V. Exª também. Agora, não é hora de nós entregarmos o nosso patrimônio de graça para os outros, porque o Brasil está em liquidação, o preço dos nossos ativos, o preço das nossas empresas, o preço das nossas atividades hoje, sejam elas quais forem, estão em liquidação. Comprar hoje, nós compramos a troco de banana.

E, neste momento, nós temos que ter muita serenidade, muito equilíbrio para não entregar aquilo que nós temos de mais valioso. Não podemos entregar, sobretudo, a soberania nacional. Isso é que está em jogo.

Quando tivermos alguma dúvida... Aliás, proponho isto para V. Exª: quando V. Exª tiver alguma dúvida de algum processo, de algum projeto, peça para os seus assessores consultar como é na Alemanha, como é na França, como é na Itália, como é, enfim, na Europa, como é nos Estados Unidos, como é até na China – até na China hoje –, e vai chegar à conclusão de que, nos Estados Unidos, é permitida a entrada do capital estrangeiro na aviação civil, mas é permitida na ordem de apenas 20%, porque o interesse nacional dos Estados Unidos está acima de qualquer negociação, a soberania nacional dos Estados Unidos e a soberania nacional da Alemanha também.

Acho que a Alemanha é um bom exemplo para o Brasil, porque muitos brasileiros e brasileiras têm a sua origem na Alemanha – entre eles, eu, que sou descendente de alemão, de pai e de mãe, eu sou Schlemper Berger –, que é um modelo a ser seguido. Olhe, a Alemanha foi destruída na Segunda Guerra Mundial e se recuperou. Depois trouxe a Alemanha Oriental, que estava atrasada, e a assumiu no seu seio maior. Ela unificou as duas Alemanhas e hoje continua sendo uma das maiores economias do mundo, é um país extremamente desenvolvido, extremamente promissor.

Eu vejo, com muita preocupação, a questão dos projetos que vão ser discutidos, nesta Casa, com relação à aviação civil. Eu não faria isso, eu sou um defensor do Poder Público e eu sou empresário, mas eu acho que o Poder Público pode e deve ser eficiente. Nós temos que ter apenas um regimento, um regulamento, um objetivo e método, sistema, controle, avaliação, enfim, bem definidos para que nós possamos chegar e atingir o objetivo como nós desejamos atingir o objetivo. Para isso, nós precisamos de pessoas com consciência coletiva, precisamos de líderes. Isso significa muito mais do que ser um mero Senador, como eu sou.

Nós precisamos resolver os problemas do País, mas não é com mais uma lei, não é com mais um regulamento, não é com mais uma portaria, não é com mais um decreto, porque, se nós fôssemos resolver o problema do Brasil com lei, ou com decreto, ou com portaria, etc., Senador Elmano Férrer, nós dois sentaríamos, buscaríamos aqui os melhores assessores que nós temos no Senado Federal e nós dois sozinhos resolveríamos o problema do Brasil.

O problema do Brasil não são novas leis, não são novas legislações. O problema do Brasil é cumprir a legislação vigente no País hoje e, sobretudo, estar na consciência de cada um o que nós queremos para o País do futuro, o que nós desejamos para a nossa sociedade, para as nossas comunidades.

Um dos maiores objetivos que um governante deve ter é lutar, incansavelmente, diariamente, diuturnamente, para diminuir as desigualdades e as diferenças sociais. Esse é o maior objetivo de um governo. O governo tem como objetivo fomentar o desenvolvimento nacional. Um Presidente da República, um governador, um prefeito nada mais é do que um animador, um promotor da construção de políticas públicas, na expectativa e na esperança da construção de um novo tempo, de um novo modelo, de um novo desenho que possa levar a justiça social para a grande maioria do povo brasileiro. Além disso, eu quero aqui, com muita alegria, destacar que, quando eu tive oportunidade de fazer, graças a Deus, eu o fiz.

Mas me preocupa outro tema extremamente relevante, que já está em discussão aqui, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, que é a limitação das despesas com relação à inflação do exercício anterior. Eles incluíram, estão incluindo, nessa limitação, as despesas relacionadas à saúde, à educação, à segurança. Eu nunca imaginei, não posso imaginar e não posso permitir que tudo o que gastemos com saúde possa ser considerado despesa, tudo o que gastemos com educação possa ser considerado despesa.

Eu acho que educação e saúde não podem, sobretudo, entrar na mesma regra de outras despesas. O que nós temos que fazer é reduzir, é lutar incansavelmente para reduzir o desperdício e despesas que não fazem mais parte do dia a dia. Agora, em saúde e educação, nós temos que ter, no mínimo, um gatilho, porque, se nós precisarmos suplementar a verba para atender à população, de uma certa forma, na saúde e na educação, nós temos que ter, porque administrar nada mais é do que estabelecer prioridades.

Eu já disse aqui e vou repetir, Senador Elmano. Eu não sou simpático à vinculação de percentuais, seja para a educação, seja para a saúde, seja para a segurança, seja para isso, seja para aquilo. A vinculação foi uma conquista do povo brasileiro, mas sabe por que foi uma conquista? Pela irresponsabilidade dos seus gestores, que não aplicaram os valores que deveriam ter sido aplicados na época própria para aplicar, porque, em determinados momentos, você tem que aplicar mais de 25% em educação. Isso não depende da sua vontade, depende da demanda e da necessidade de você investir nesse segmento. Talvez dois, três, quatro, cinco anos depois, não seja necessário investir nem mais os 25%, pode-se investir menos de 25%. Agora, o que faz você investir, 25%, 26%, 27%, 30%, 23%, 24% ou 22% é a prioridade que você tem que dar para aquela atividade.

(Soa a campainha.)

E é isso que nós temos que efetivamente observar no dia a dia. Senão, não adianta. Senão, você faz o seguinte: em vez de termos um governador, um Senador, nós vamos à universidade, fazemos um concurso público para saber quem é o cidadão que mais entende de matemática e de estatística e nós o colocamos para cuidar disso. E aí está tudo certo. Aí nós vamos perder completamente a pessoalidade, nós vamos virar impessoal. Só que nós não somos máquina. Nós somos humanos. Nós somos inacabados, mas nós somos humanos. Nós temos que saber que o que vale, neste Brasil, neste País, neste mundo, é o ser humano. Nós temos de valorizar o ser humano, a pessoa humana, a dignidade da pessoa humana para que ela possa crescer, prosperar, e que o Brasil possa crescer junto com ela.

Outra questão está relacionada à saúde propriamente dita. Permita-me aqui só mais um minutinho para concluir. O orçamento da saúde deste ano já é precário e deficitário, porque já é menor do que o orçamento da saúde de 2015. E o que é pior, Senador Elmano Férrer, é que os meses de outubro, novembro e dezembro, de 2015 – como estão na moda agora as pedaladas –, foram pedaladas para 2016. Logo, o orçamento de 2016 já ficou com três meses de orçamento deficitário, que terá que necessariamente ser pedalada para 2017.

Ora, se for aprovada, nesta Casa, a regra de que só poderá acrescentar aquilo que for estabelecido pela inflação, os nossos hospitais, que já não atendem mais às necessidades da população, como as nossas UPAs, as nossas policlínicas, os nossos centros de saúde... Enfim, as nossas crianças, os nossos jovens, os nossos idosos não vão ter o atendimento de saúde que precisam ter na época certa, na época própria. E isso não é admissível. Isso é inadmissível. Nós não podemos permitir que isso possa acontecer, principalmente nessas duas áreas, as áreas de saúde e educação.

Também acho que nós poderemos incluir a segurança pública, porque as grandes cidades hoje passam por um processo dramático de insegurança, de violência, de marginalização, de consumo de droga, uma vez que o País conquistou novamente um grande recorde, o recorde de ser campeão em consumo de *crack* no mundo inteiro. Olha que impressionante! Nós estamos acumulando recordes em cima de recordes, mas só recordes negativos, que envergonham o povo brasileiro e que me envergonham também.

Eis a razão pela qual eu quero aqui expressar a minha grande preocupação com a saúde, com a segurança e com a educação. Eu acho que todos nós temos a nossa responsabilidade, todos nós temos o nosso compromisso, todos nós queremos apoiar o Brasil, todos nós queremos que o Brasil dê certo. E temos que controlar despesas. Há muita despesa por aí que nós podemos diminuir. Inclusive, eu estou disposto a colocar as minhas próprias despesas, como Senador, em questão para que, num período de readaptação e de crescimento econômico, nós possamos também rever as nossas próprias despesas.

Agora, isso nunca pode ser feito com as despesas da saúde, as despesas da educação e, sobretudo, as da saúde. Se assim procedermos, vamos ver as pessoas, no que elas têm de mais sagrado, que são suas vidas, enfileiradas nos corredores dos hospitais, onde os médicos vão escolher quem vai sobreviver e quem vai morrer, porque não vamos ter a infraestrutura, a logística necessária para atender ao cidadão em tempo real.

Essa é uma denúncia que estou fazendo aqui. Eu conheço essa realidade. Convivi de perto, por 16 anos, com a comunidade. Sei das suas necessidades, dos seus anseios e aspirações, e o que ela mais precisa, na verdade, é de atendimento de saúde, de escola adequada, para que seus filhos possam crescer, prosperar, avançar e ter, efetivamente, saúde.

Não podemos discriminar nossos jovens e, sobretudo, nossos idosos, para que, efetivamente, possamos construir um novo Brasil. E vamos construir um novo Brasil não com novas leis e com novos critérios, nós o faremos não vendendo nosso patrimônio, entregando nossas empresas, diminuindo a nossa soberania ou subtraindo aquilo que temos de maior valor, que são as empresas nacionais. Temos de criar uma reserva de mercado para a empresa nacional, para a indústria nacional, que hoje já sofre uma competição desleal com a China, e, efetivamente, ninguém faz nada por isso.

Portanto, Senador Elmano Férrer, eu queria fazer este pronunciamento. Esta é uma espécie de desabafo.

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Mas acho que ele é oportuno e pertinente, para que as pessoas que hoje comandam este País tenham consciência de que não podem tratar o brasileiro como se fosse um número, porque não somos números. Nós somos humanos e, como humanos, merecemos consideração e apreço de quem está cuidando deste País.

Muito obrigado pela benevolência de V. Exª. É só olhar para V. Exª que já vemos que o senhor é um homem de bem, compreensivo com seus colegas e amigos. Por isso, mais uma vez, quero transmitir minha admiração, meu respeito e meu agradecimento pelo tempo que V. Exª me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – É bondade de V. Exª. Agradeço o oportuno e brilhante pronunciamento de V. Exª.

Pela ordem de oradores inscritos, convido o Senador Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro, para ocupar a tribuna.

Em seguida, falará o Senador Valdir Raupp pela Liderança do PMDB.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não, estou aqui há um tempão.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Ele falará pela Liderança do Partido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Mas eu também sou rápida.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Falará pela Liderança do PCdoB?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabei de falar com o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente do Senado Federal, que me comunicou que, em tratativas com o Presidente Renan, o Senado Federal já entrou com representação no Supremo sobre esse episódio de hoje. Não pode um juiz de primeira instância autorizar quebra de sigilo na casa de uma Senadora. Isso tinha de ter sido aprovado pelo Supremo Tribunal Federal!

Então, primeiro, eu queria cumprimentar pela sua posição o Senado Federal, o Presidente Renan Calheiros e o Vice-Presidente Jorge Viana. Estamos falando aqui de uma casa, de um espaço que é do Senado Federal da República. Todo mundo sabe que isso tem de passar pelo Supremo Tribunal Federal.

Quero dizer mais, Sr. Presidente, quero trazer aqui nossa solidariedade à Senadora Gleisi Hoffmann, uma das melhores Senadoras deste Parlamento brasileiro, uma mulher de luta, que tem sua história marcada pela defesa da democracia, pela defesa do direito dos trabalhadores. Hoje vimos muitas violências nesse processo. A primeira é essa que está ligada à questão dessa busca e apreensão na casa da Senadora, mas há mais. Esse inquérito em que seu marido é investigado, porque tinha sido Ministro do Planejamento, já existe há um ano. Já foram feitos vários depoimentos. Eu pergunto: qual o fato novo que levaria à busca e apreensão e à prisão preventiva do ex-Ministro Paulo Bernardo? Pelo que nós vimos, não há nenhum fato novo.

Aqui vale dizer que não pode haver uma banalização da prisão preventiva. O art. 312 do Código de Processo Penal fala claramente dos requisitos que fundamentam um pedido de prisão preventiva. Nesse caso, não existiu nenhum! Perigo de fuga? Não. Obstrução de Justiça? Não. Continuidade do fato delituoso? Não. Então, nós estranhamos que isso aconteça neste momento, no momento em que a Senadora Gleisi Hoffmann é uma Senadora que está jogando um papel de ponta contra esse golpe contra a Presidenta da República, no momento em que é uma das maiores defensoras da democracia, no momento que existe uma crise no Governo interino. Esse tipo de ação parece mais uma ação espetacular para constranger a atuação da Senadora Gleisi Hoffmann aqui.

Então, Sr. Presidente, a investigação tem de acontecer, a investigação tem de continuar. O que o juiz de primeira instância tinha de fazer? Se acha que os fatos são graves, se já há provas, oferece denúncia. Depois de as pessoas serem denunciadas, elas vão ser processadas e depois julgadas. Se tiverem culpa, serão condenadas; se não tiverem culpa, absolvidas. O que não pode é isso, é o espetáculo, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, isso é muito grave. Nós estamos vivendo um momento de criminalização da política. Agora é assim: o juiz de primeira instância decide fazer busca e apreensão na casa de um Senador e pronto, cria-se o fato político. Eu moro no mesmo bloco, acordei hoje às 6h30 com um helicóptero da Rede Globo já filmando tudo. A imprensa já sabia!

Então, quero aqui, Sr. Presidente, trazer minha solidariedade a esta grande mulher, a esta mulher que admiro, a esta mulher guerreira que é a Senadora Gleisi Hoffmann. Trago solidariedade à sua família. Ela estava com seus dois filhos em casa, não merecia ter passado por isso. Foi desnecessário o que foi feito. É espetáculo! Fazer espetáculo contra Senador e Deputado é prato cheio para a imprensa!

Quero que a Senadora Gleisi neste momento saiba que muitos brasileiros e muitos Parlamentares têm orgulho da atuação dela. Sou um desses. Neste momento de dor – é um momento de dor, porque o que ela enfrentou com seus filhos hoje não foi qualquer coisa –, quero trazer aqui nossa palavra de apoio, um apoio forte, vigoroso. Não esmoreça! Ela não vai esmorecer, ela vai voltar aqui e continuar com a mesma força, com a mesma garra.

Então, trago aqui, como Senador, uma posição indignada com o que aconteceu hoje, com o que fizeram com essa mulher, porque ela é Senadora, mas é mulher brasileira, mãe de família, que foi hoje, sim, constrangida da pior forma possível, Senadora Vanessa Grazziotin! Quero trazer este veemente repúdio ao que aconteceu hoje, meu apoio veemente, minha solidariedade veemente à mãe de família e Senadora Gleisi Hoffmann.

Concluo lendo a nota da Bancada do PT...

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Lindbergh, antes de V. Exª ler a nota, permita-me fazer um aparte?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro!

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Depois da Senadora Vanessa, eu também gostaria de um aparte, Senador Lindbergh.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Lindbergh, nós que somos não apenas companheiros aqui no Senado Federal – e companheiros todos somos –, mas também muito próximos da Senadora Gleisi, porque, desde o início desse processo por que passa a Presidente da República, estamos juntos, numa luta que tem sido muito difícil, sabemos o que todos nós estamos sofrendo nesses últimos dias, a Senadora Gleisi principalmente. Sabemos das agressões que vêm pelo WhatsApp, sabemos das agressões

que vêm no meio da rua, mas nunca isso fez com que qualquer um, sobretudo a Senadora Gleisi, diminuísse a sua disposição em defender não apenas o que ela acha certo, mas o que é certo, em defender a democracia, em defender uma mulher que está sendo tirada da Presidência da República sem que tenha cometido crime. Vejam, senhoras e senhores, o Brasil está quase de cabeça para baixo! É denúncia em cima de denúncia todos os dias! A Presidente da República está sendo tirada por quê, Senador Lindbergh? Porque dizem que cometeu crime de responsabilidade contra o Orçamento. Eles, melhor do que ninguém, sabem que não há crime nenhum aí, absolutamente, mas querem tirar a Presidente da República porque têm um objetivo: parar as investigações. O que aconteceu hoje, Sr. Presidente, Senador Lindbergh, tem de mais adiante ser explicado, porque notícias estamos recebendo desde ontem. Hoje, todos nós fomos despertados com um helicóptero em cima do bloco onde nós residimos temporariamente, porque somos Senadores, na residência oficial do Senado Federal. Mais uma vez, não é a primeira vez, invadiram uma casa para fazer busca e apreensão desnecessariamente. Eu não sou do Partido dos Trabalhadores, mas está lá a Polícia Federal. Amanhã, poderá ser o seu Partido, todos os partidos. Eu ouvi o seu pronunciamento, Senador Elmano. V. Exª estava dizendo que não há democracia sem Parlamento, que não há democracia sem partido político. Agora, melhorar a democracia não significa praticar atos arbitrários, melhorar a democracia não significa fechar partidos. Não! Isso o Brasil viveu em 1964. Não podemos permitir que continuemos a viver isso agora ou que se repita agora o que aconteceu em 1964. É claro que não ocorrerá da mesma forma, porque a história não se repete de forma igual. Então, quero deixar, como V. Exª, Senador Lindbergh, a minha solidariedade à Senadora Gleisi. Acabei de conversar com Luciana Santos, Presidente do nosso Partido, que vai fazer, sim, uma nota, porque nada justifica isso. Perguntaram-me hoje se apoio ou não as investigações. Eu disse: apoio. Qual é o limite das investigações? É o limite da lei. Quem tem de dizer o limite das investigações não somos nós, é a lei, e, pela lei, quem pode entrar em residência de Senador é o Supremo Tribunal Federal, e não um juiz de primeira instância. Conheço Gleisi e seus filhos – aliás, todos nós conhecemos quem mora naquele bloco –, temos carinho por eles. Imagine como estão essas crianças hoje. Então, quero aqui dizer que todos nós apoiamos as investigações. Aliás, foi exatamente por este Governo que elas existem. Não me refiro ao que está aí, provisório, temporário, mas aos governos da Presidenta Dilma e do Presidente Lula. Foi graças a eles que as investigações fluíram da forma como fluíram, Sr. Presidente. Mas para quê? Para nós vivermos essas arbitrariedades? Então, está na hora de parar e pensar o que fazer. Obrigada, Senador Lindbergh. Receba, aqui, a nossa solidariedade. Sabemos que Gleisi é uma pessoa forte e, certamente, nos próximos dias, voltará a estar aqui, utilizando os microfones deste plenário. Obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Obrigado, Senadora Vanessa.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Lindbergh...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Fátima.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Lindbergh, igualmente, quero aqui também expressar toda a nossa solidariedade, o nosso carinho e o nosso respeito à Senadora Gleisi, Senadora que é uma das Parlamentares mais atuantes na defesa da democracia, na defesa dos direitos do povo brasileiro, que, aliás, está ameaçado hoje por este Governo biônico, interino, golpista. Em segundo lugar, Senador Lindbergh, quero dizer que nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores não tememos nenhuma investigação, muito menos a Senadora Gleisi, até porque sempre temos dito que foi no governo do Presidente Lula e no Governo da Presidenta Dilma que mais se avançou no que diz respeito a aperfeiçoar o papel das instituições do Estado brasileiro no combate à corrupção. Os Governos Lula e Dilma entram para a história como os governos, repito, que mais promoveram o respeito e a autonomia do Estado brasileiro no combate à corrupção. Agora, o que, mais uma vez, aqui reivindicamos é que as investigações ocorram sob o signo da seriedade. Que elas possam, cada vez mais, ser aprofundadas, levando em consideração o direito de defesa das pessoas! Em segundo lugar, queremos que as investigações olhem para todos, não só para os integrantes do nosso Partido, mas também para os integrantes de outros partidos, inclusive de partidos que hoje fazem parte da Base aliada do Governo biônico. Que essas investigações, repito, sejam sérias, que elas se aprofundem, mas que ocorram sem seletividade! V. Exª já comentou no dia de hoje: fica uma pergunta, um questionamento com relação ao fato de que a operação deflagrada hoje, que levou à prisão, inclusive, do ex-Ministro Paulo Bernardo, deu-se exatamente um dia após a imprensa noticiar que o ex-Senador Sérgio Guerra, Presidente do PSDB, teria recebido propina de R$10 milhões para abafar a então CPI da Petrobras em 2010. Em segundo lugar, ontem, também houve outro fato grave, que foi a morte do Sr. Paulo Morato, que está sendo denunciado como um dos principais operadores de um esquema de corrupção que envolve o Partido Socialista Brasileiro. Nós queremos aqui, portanto, colocar, Senador Lindbergh, mais uma vez: nós não temos medo de investigação. Muito pelo contrário. Muito pelo contrário. Muito pelo contrário. Queremos mais uma vez ressaltar que, no que diz respeito à comissão especial de investigação, nós continuaremos lá, com toda a firmeza e com toda a convic-

ção, na defesa da inocência da Presidenta Dilma, por ela não ter cometido crime nenhum de responsabilidade, por ela não ser investigada em nenhum processo de corrupção, por ela não ser investigada em nenhuma das delações até o momento divulgadas. Muito pelo contrário. A Presidenta Dilma é uma mulher honesta, íntegra, assim como a Senadora Gleisi. Enganam-se os que pensam que, com episódios como esse, invadindo inclusive o apartamento funcional, residência de uma Senadora da República, levando à prisão o seu esposo na presença dos seus filhos, enganam-se os que pensam que isso vai nos constranger a ponto de que nós abaixemos a cabeça. Muito pelo contrário. Quero concluir dizendo que muito pelo contrário. Continuaremos firmemente na Comissão Especial de *Impeachment* para contribuir para que a inocência da Presidenta Dilma seja comprovada e que nós possamos reverter esse quadro, ou seja, derrotar o *impeachment*. Para tanto, nós continuaremos, sim, contando com a participação corajosa, idealista, séria, competente e ética da Senadora Gleisi.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço o aparte da Senadora Vanessa e da Senadora Fátima Bezerra.

Volto a afirmar a minha solidariedade a essa que... É impossível não admirar a Senadora Gleisi, pela sua combatividade, pela sua inteligência, pela sua capacidade intelectual. Agora, a Senadora Fátima foi muito feliz: ninguém aqui teme investigação. Investigação tem que acontecer. O que não pode acontecer é, ainda no inquérito, antes da denúncia, ou seja, antes de existir um processo, praticamente condenar uma Senadora com uma ação espetacular como essa, porque foi isso que aconteceu. No inquérito, quem estava era seu marido, estava na fase inicial. Para que a prisão preventiva desse jeito, sem motivações, Sr. Presidente? Não há motivações, não tinha obstrução de Justiça, não tinha risco de fuga, não tinha continuidade da prática delitiva, nada. Então, olhe o estrago para a imagem da Senadora, um ato como esse! E se depois, no processo todo, disser que não há nada? E aí?

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Como recompõe? Nós que vivemos da imagem, nós que vivemos da nossa relação com os eleitores...

Sim, Senadora Fátima.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Lindbergh, se V. Exª permitir, acaba de chegar em minhas mãos uma nota que a Senadora Gleisi acaba de divulgar. Gostaria de ler a nota da Senadora Gleisi.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) –

> Hoje foi um dia muito triste na minha vida como mulher, como política e, sobretudo, como mãe. Conheço o pai dos meus filhos. Sei das suas qualidades e do que não faria, por isso sei da injustiça que sofreu nesta manhã.
>
> Mais de 10 pessoas estranhas entraram em minha casa com ordem de busca e apreensão. Trouxeram também uma ordem de prisão preventiva contra o Paulo.
>
> Busca e apreensão após quase um ano de início do processo?!
>
> Prisão preventiva para prevenir o quê?! Uma fuga?
>
> Um conluio? Qual risco representa ele?
>
> Desde que esse processo começou, Paulo se colocou inúmeras vezes à disposição da Justiça, sempre esteve totalmente disponível, tem endereço conhecido.
>
> Vieram coercitivamente buscá-lo em casa, na presença de nossos filhos menores. Um desrespeito humano sem tamanho, desnecessário. Não havia nada em nossa casa que podia ser levado. Mesmo assim levaram o computador do meu filho adolescente. Fiquei olhando meu menino e pensei sobre a dor que sentia com aquela situação.
>
> Quem nos conhece sabe que não fizemos fortuna, não temos conta no exterior, levamos uma vida confortável, porém modesta. O patrimônio que temos, parte financiado, foi comprado com nossos salários.
>
> Não me cabe outra explicação que não o desvio de foco da opinião pública deste Governo claramente envolvido em desvios, em ataques aos direitos conquistados pela população. Garantir o *impeachment* é tudo o que mais lhes interessa neste momento.
>
> Senadora Gleisi.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra. Eu encerro, depois da carta da Senadora Gleisi, lendo a nota da Bancada do PT:

A Bancada de Senadoras e Senadores do Partido dos Trabalhadores vem a público manifestar total solidariedade à Senadora Gleisi Hoffmann e sua família, em face da prisão de seu marido, Paulo Bernardo, ex-Ministro do Planejamento e das Comunicações, cuja residência foi objeto de ação de busca e apreensão pela Polícia Federal.

A Bancada estranha que tal prisão tenha ocorrido no momento em que a Nação toma conhecimento de fatos gravíssimos de corrupção que atingem diretamente o Governo provisório, o qual se instalou justamente para tentar paralisar as investigações da Lava Jato. No entendimento da Bancada, tal prisão e a invasão...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) –

...da sede do PT desviam o foco da opinião pública do Governo claramente envolvido em desvios para a oposição democrática, que sempre buscou a apuração de todos os fatos com isenção e transparência.

A Bancada lembra, a esse respeito, que foram os governos do PT que aperfeiçoaram os mecanismos de combate à histórica corrupção em nosso País. Por isso, a Bancada não teme quaisquer investigações, desde que sejam efetuadas com isenção e com o devido respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana e aos princípios constitucionais que regem o Estado democrático de direito.

Entretanto, a Bancada repudia, com veemência, o claro abuso de poder cometido. A residência oficial da Senadora Gleisi Hoffmann foi invadida, na presença de seus filhos menores, pela Polícia Federal, sem a devida autorização do Supremo Tribunal Federal.

Com isso, usurparam-se atribuições constitucionais...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) –

...exclusivas do STF e da Procuradoria-Geral da República. Trata-se de fato gravíssimo, que atenta contra o Estado democrático de direito.

Por último, a Bancada das Senadoras e dos Senadores do PT manifesta apoio irrestrito a uma de suas Senadoras mais atuantes na defesa da democracia e dos direitos do povo brasileiro, hoje ameaçado por um governo ilegítimo, autoritário e retrógrado.

Brasília, 23 de junho de 2016.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Exª, ao tempo em que me somo às Senadoras e aos Senadores que se manifestaram neste instante em solidariedade a nossa colega, nossa companheira, Senadora Gleisi Hoffmann.

Moro também, meu nobre Senador Lindbergh, Srªs e Srs. Senadores, no mesmo bloco, no apartamento 104, inferior ao 204, de Gleisi Hoffmann. E aproveitarei a oportunidade para dizer que, no instante em que a Polícia Federal se encontrava no local de residência de várias Senadoras e Senadores, minha mulher descia para um compromisso e ficou realmente pasma. Voltou ao meu apartamento para comunicar o fato. Todos nós, como seres humanos, como Senadores e Senadoras, sentimo-nos atingidos pelo fato.

Um agravante também. Chegava ao meu apartamento, procedendo de um voo de Teresina, o nobre Deputado Themístocles Filho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Também ficou meio pasmo e teve problema para adentrar ao meu apartamento. Quando disse que ia para o apartamento do Senador Elmano, foi permitido, mas ficou chocado como político, como Deputado.

Eu me permitiria dizer que nós vivemos um momento muito grave em nosso País e que nós temos a responsabilidade de preservar aquilo que nós conquistamos, quer dizer, a Nação conquistou, que é o Estado democrático de direito e a busca incessante pela harmonia dos Poderes do Estado. Não podemos alimentar uma desarmonia.

É preciso que tenhamos nesse momento muito delicado da nossa história... Os partidos, acima de suas convicções, suas doutrinas, suas ideologias, existe uma nação, existe um Estado devidamente constituído pela Lei Maior, pela Lei Soberana, que é a nossa Constituição.

Creio que é um momento delicado e que nós, aqui neste Senado, como dizemos sempre, a Casa da Federação, a Casa da união, dos Estados-membros da Federação, dos Municípios, Casa da expressão maior da política nacional, é que nós devemos ter o devido equilíbrio.

De outra parte, quem é responsável pelo Estado brasileiro não é só o Poder Legislativo, mas nós temos dois outros Poderes do Estado.

Somos três Poderes, e se consagrou a harmonia entre eles. Então nós temos que ter o devido equilíbrio para superar questões graves da natureza que V. Exªs trazem a esta Casa.

Esperamos que o Presidente dela, Presidente Renan, e toda a Mesa Diretora da Casa, que nós possamos, à luz de um segundo fato que se repete naquele bloco da 309, o Bloco G, porque tivemos há bem pouco tempo o apartamento do ex-Presidente da República, colega nosso desta Casa, o Senador Collor de Mello, também uma ação dessa natureza...

Eu peço a Deus que nos ilumine a todos, quando me refiro não só a nós outros nesta casa, mas a todos dos demais Poderes da República, da Nação, do Estado brasileiro, para que nós possamos sair com muita dignidade desses graves problemas, na superação do momento difícil que nós vivemos.

Então, eu me somo a V. Exªs, Senadoras e Senadores, e levo também o meu abraço fraterno de solidariedade. E aqui eu dei uma imagem da Gabi, o filho dela, uma pessoa com deficiência, e não sei como ela se houve nesse momento difícil por que passou a nossa companheira e estimada Gleisi Hoffmann.

Concedo a palavra pela ordem, aliás com a devida permissão da nossa estimada Senadora Vanessa Grazziotin, a Valdir Raupp, para usar a palavra, Senadora, para uma comunicação de apenas quatro, cinco minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Elmano Férrer, Srªs e Srs. Senadores.

Obrigado, Senadora Vanessa. Sei que V. Exª permutou comigo porque pretende falar um pouco mais, e eu falei que ia apenas fazer um comunicado de uma audiência que tive com o Ministro do Planejamento.

Eu queria chamar a atenção do Senador Lindbergh - não sei se já saiu -, da Senadora Fátima e da Senadora Vanessa.

Sr. Presidente, eu prometi, Senador Dário Berger, Srªs e Srs. Senadores, não trazer a esta tribuna os problemas que tenho vivido durante mais de dois anos, Senadora Rose de Freitas. Eu queria muito que o Senador Lindbergh estivesse aqui para ouvir o que eu vou falar agora. Ah, está ali o Senador Lindbergh.

Eu quero aqui, Senador Lindbergh, Senadora Fátima, Senadora Vanessa, externar também a nossa mais sincera solidariedade à Senadora Gleisi, nossa colega de trabalho, ativa, guerreira, determinada, que já vinha sofrendo, assim como eu, assim como V. Exª e tantos outros, há algum tempo.

Eu prometi não trazer a esta tribuna os meus problemas, e não vou aqui falar, discorrer também, como eu gostaria, sobre tudo o que tenho vivido nesses últimos dois anos e quatro meses. Mas não cabe a nós também culpar governo, nem o Governo passado por tudo o que aconteceu com tantas autoridades – Parlamentares, Deputados e Senadores –, como também não cabe culpar o Governo atual por algo que vem acontecendo.

Os excessos existem. Eu mesmo já pude alertar algumas das nossas autoridades competentes na área da Justiça dos excessos nas delações, das mentiras. Pode haver verdades? Pode haver – e creio que há verdades –, mas há muitas mentiras também, muitas mentiras entranhadas nessas delações.

Assim como acontecem os excessos do Ministério Público, os excessos da Polícia Federal. Espero – e assim como já tive uma vitória esta semana, espero ter outras – que ao final... E sempre falo de um ditado que vi em um filme – não sei se é um ditado indiano –, que diz o seguinte: "no final tudo vai dar certo. Se não deu certo ainda, é porque ainda não chegou ao final".

Espero sinceramente que a nossa Justiça, brasileira, tanto o Ministério Público quanto o próprio Superior Tribunal de Justiça e toda a instância judicial, possa fazer justiça com aqueles que são inocentes. Espero sinceramente. Peço a Deus todos os dias, eu e minha família, que justiça seja feita.

Sempre confiei muito. Já fui Prefeito, Governador, Secretário de Estado. Sempre colaborei e sempre acreditei na nossa Justiça. Então, espero que a Justiça, como já corrigiu muitas distorções, muitas falhas, possa mais uma vez corrigi-las. Há outro velho ditado que diz: "antes tarde do que nunca". A Justiça, mesmo que tardia, mas que venha a Justiça. O tempo se encarrega de tudo, Senador Lindbergh.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tive hoje uma audiência muito importante com o Ministro do Planejamento, Dr. Diogo, e com toda a sua equipe, em que tratei de diversos assuntos, como a liberação de recursos para o Estado de Rondônia e, especialmente, da transposição dos servidores do ex-Território de Rondônia. É uma luta de 30 anos. Muita gente se aposentando, infelizmente alguns morrendo, lamentavelmente, que tanto sacrifício deu ao meu Estado, que ajudou a construir o Estado de Rondônia ao longo desses 40 anos! Hoje, espera-se também justiça para os servidores do ex-Território Federal de Rondônia. Era uma época em que ha-

via muita malária, uma época em que havia muita cobra, uma época em que havia todas as endemias naquela nossa região tropical, da Amazônia tropical. Agora, estão ansiosamente aguardando esse benefício já aprovado.

Fui o Relator do primeiro projeto, fui o Presidente da Medida Provisória que veio regulamentar essa situação. Atuei, junto com a Deputada Marinha e outros Parlamentares, junto à Advocacia-Geral da União, que demorou um tempo, talvez dois ou três anos, para dizer em qual regime esses servidores iriam permanecer, se era no regime da Previdência Federal, se era no regime do Estado. Mas, até que enfim, a Advocacia-Geral da União, há uns seis meses – ainda quando o Dr. Luís Adams estava lá como Ministro –, terminou, definiu que a Previdência é a federal.

Então, de lá para cá não há mais nenhum óbice, nenhum obstáculo para que aqueles servidores possam ser enquadrados nos quadros da União. Ainda há uns dez mil. Estão entrando em torno de cem por semana, ultimamente. Já foi um avanço. Já há quase mil transpostos para os quadros da União, mas são mais de dez mil.

Então, estive lá hoje com o Dr. Diogo, Ministro do Planejamento, e toda a sua equipe, com o Dr. Chiba, que faz parte da equipe da Dr. Neleide, que é uma excelente técnica e que tem ajudado muito nessa questão da transposição e que faz parte da Comissão Especial, para que agilizem um pouco mais. O que fui pedir hoje ao Ministro do Planejamento e a toda a sua equipe é celeridade.

Já que esperamos tanto tempo e agora não há nenhum obstáculo a ser transposto, que se faça a transposição dos servidores do ex-Território Federal o mais rápido possível.

Eu queria um cronograma, tentei estabelecê-lo, mas não consegui ainda. Mas vou lutar por ele. Refiro-me a um cronograma que não seja até o final deste ano, porque são mais de dez mil servidores, mas que seja, pelo menos, até meados do ano que vem, até o final do ano que vem, que esses dez mil servidores possam ingressar nos quadros da União para fazer justiça a esse corpo de servidores – repito – que deram o sangue, muitos deram a vida, para o desenvolvimento do nosso querido Estado de Rondônia.

Obrigado, Presidente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Exª e convido a nobre Senadora Vanessa Grazziotin do PCdoB do Amazonas a ocupar a tribuna desta Casa.

Convido também o Senador Dário Berger para me substituir na Presidência da sessão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Eu agradeço ao Sr. Presidente, Senador Elmano. V. Exª, sem dúvida nenhuma, não pela sua manifestação, mas pelas suas atitudes diárias aqui nesta Casa, é uma das pessoas das mais sensíveis que há aqui no Senado Federal. Eu tive a oportunidade, Senador Elmano, de, estando em seu Estado, o Piauí, numa atividade que fizemos das mulheres e de que V. Exª participou, ver o carinho com que a sua gente, a gente do seu Estado o trata. Trata-o como um irmão, como um pai, como um igual. Eu acho que é assim que têm que ser os políticos do nosso País: próximos! Aqueles que vivem ao lado da população, então... Receba meu reconhecimento também a V. Exª – repito – não pela manifestação de agora, mas por ser a pessoa que é e se conduzir da forma correta como se conduz.

Parabéns, Senador Elmano!

Mas eu faço questão de voltar a este assunto levantado, falado pelo Senador Lindbergh, pela Senadora Gleisi e por mim através de aparte.

Porém, antes disso, Sr. Presidente, ocupei esta tribuna nos últimos dias para denunciar algumas ações, alguns projetos encaminhados ou apoiados pelo Presidente temporário em exercício, Michel Temer. E falei da PEC 241, que é a PEC da maldade, aquela que limita gastos públicos e que, ao fazê-lo, promoverá, sem dúvida nenhuma, uma queda significativa de recursos, sobretudo para as áreas sociais nos próximos anos: saúde, educação. A PEC que prevê a possibilidade tão somente de, a partir do ano que vem, os gastos serem idênticos aos que foram gastos no ano anterior, acrescidos somente da inflação. É grave.

Nós teremos muita oportunidade para debater esta matéria, e espero que as Srªs e os Srs. Senadores se sensibilizem e percebam a tempo o mal que isso poderá causar ao nosso País. E não adianta vir dizer que é uma PEC necessária para enfrentar o momento difícil nas contas públicas! Nós todos sabemos que o Brasil passa por um momento difícil na economia e que quem sofre um reflexo profundo nessa crise econômica é, sem dúvida nenhuma, o setor público, a arrecadação, que vive um momento de queda quase que permanente.

Entretanto, é necessário dizer que grande parte dos gastos públicos são reservados ou dirigidos ao pagamento da dívida pública, uma dívida que aumenta de forma desproporcional por conta da manutenção dessas elevadíssimas taxas de juros em nosso País. Mas sobre esse tema nós iremos conversar bastante.

Eu falei ontem também a respeito da Medida Provisória nº 714. Uma medida provisória ainda encaminhada pela Presidente Dilma, mas, aprovada que foi nesta semana na Câmara dos Deputados, aqui chega completamente desfigurada. A Medida Provisória nº 714, uma das formas de enfrentar a crise econômica e de atrair capital externo para o Brasil, amplia a possibilidade da presença do capital externo nas empresas aéreas

brasileiras, portanto que operam no espaço aéreo brasileiro, dos atuais 20% que a lei prevê para 49%, podendo chegar até a 100%, em caso de reciprocidade.

O que a Câmara aprovou? Cem por cento, sem nenhuma contrapartida. Isso não existe, não existe em nenhum lugar do mundo. Isso não existe nas democracias, nos países mais desenvolvidos. Isso não existe nos Estados Unidos, no Canadá, na União Europeia, em vários países do mundo...

Abriram nosso espaço aéreo para empresas estrangeiras em 100%, sem qualquer contrapartida. O que é isso?

Mas espero, confio muito que, na próxima semana, esta Casa possa modificar esse aspecto.

Agora, lamento. Isso não vai passar em branco, porque o Presidente temporário em exercício, Michel Temer, antes de assumir a Presidência temporariamente, fez um compromisso de apoiar a abertura em 100% do espaço aéreo brasileiro às empresas estrangeiras.

Mas hoje, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu venho à tribuna para falar de uma outra medida provisória. Essa, Senadora Fátima Bezerra, assinada recentemente. Trata-se da Medida Provisória nº 735, que nada mais faz do que abrir o caminho para a privatização da Eletrobras. A medida estabelece que a União pode fazer licitação para transferência de concessão, geração, transmissão e distribuição de energia por até 30 anos.

O objetivo é se livrar, até o final do próximo ano, de parte dos ativos da empresa. E um dos principais alvos não é a empresa de energia do Estado de Goiás, não. Um dos principais alvos do Governo são as distribuidoras do Norte do País, que atuam nos Estados de Rondônia, Roraima, Acre, no meu Estado, o Amazonas, através da empresa Amazonas Energia. Também estão na lista as empresas dos Estados do Piauí e de Alagoas.

Essa intenção de privatização está clara no edital de convocação dos acionistas para agora, dia 22 de julho, aqui em Brasília. O primeiro item da Ordem do Dia será, aspas: "A aprovação da venda, até o final de 2017, do controle acionário das distribuidoras subsidiárias da Eletrobras que tiveram a prorrogação de suas concessões aprovadas[...]", fecha aspas.

A privatização do setor energético na minha região e no meu Estado é, sem dúvida alguma, mais uma medida lesa-pátria desse Governo contra a nossa soberania.

Além de causar o desemprego e de precarizar as relações de trabalho, a venda dos ativos não garantirá a prestação de serviço eficiente à população.

Pelo contrário – eu digo isso com muita propriedade e baseada na realidade. Pelo contrário, as privatizações no setor, feitas no Norte, foram acompanhadas de uma redução na qualidade do serviço prestado. E aqui me refiro aos casos das empresas do Maranhão, a Cemar, e do Pará, a Celpa. Ambas tiveram que ser privatizadas duas vezes, e o governo teve que socorrê-las em duas ocasiões.

Hoje, são uma das piores empresas prestadoras de serviço do Brasil; prestam um péssimo serviço à população; estão entre as piores, repito, Senadora Fátima, de todo o Brasil. Mas, é isto que querem fazer: querem entregar as nossas distribuidoras ao setor privado.

As distribuidoras do Norte exercem um papel fundamental na nossa soberania, uma vez que levam cidadania às regiões de fronteira, além, é claro, de promover o desenvolvimento da Amazônia, ou seja, não se trata de uma mera questão comercial. Energia elétrica na Amazônia é uma questão de soberania nacional.

Essa medida provisória mostra, mais uma vez, o descompromisso desse Governo com as regiões mais pobres do País; pode promover, na Amazônia, um cenário extremamente perigoso. Empresas estrangeiras controlando e tendo acesso a 104 localidades na Amazônia. Isso é muito grave, Srª Presidente. Não se justifica tomar tal atitude por causa da incompetência de gestores, que levaram as empresas ao endividamento. Elas só têm prejuízo por causa da ingerência política. É preciso investir na eficiência técnica gestacional, é preciso isso, e não privatizar.

Uso como exemplo, para comparar a privatização, a forma como um médico trata um paciente. Sabendo o médico que a doença é de difícil tratamento, ele resolve dizer: é melhor matar a curar. É isso que estão fazendo, porque a privatização na nossa região não dá certo. Imaginem, V. Exªs, nós, que temos um interior pouco habitado, mas as pessoas que lá habitam necessitam da região. E se você tirar dessas distribuidoras a distribuição, por exemplo, da energia, num mercado rentável e lucrativo, que é o mercado de Manaus, quem vai bancar os serviços no interior? Mais uma vez, o Orçamento Geral da União? Não banca, Srª Presidente.

Mas, dito isso, Srª Presidente, quero rapidamente, antes de deixar a tribuna, falar a respeito desses episódios que vêm acontecendo, nessas últimas semanas. O Senador Lindbergh leu a nota da Bancada dos Senadores e das Senadoras do Partido dos Trabalhadores, de apoio e solidariedade à Senadora Gleisi. A Senadora Fátima leu a nota da própria Senadora Gleisi encaminhada a esta Casa. Tive a oportunidade de aparteá-los também.

Mas, quero dizer que, nesses últimos dias, estamos vivendo um momento de muitas revelações e acontecimentos: acontecimentos igualmente drásticos e impactantes.

Hoje pela manhã, como foi dito, foram à casa de uma Senadora sem uma ordem da Justiça superior deste País para fazer busca e apreensão, como disse o Senador Elmano, repetindo o que já fizeram anteriormente e que foi questionado pelo Senado Federal, e com ordem de prisão ao marido da Senadora Gleisi Hoffmann, o ex-Ministro Paulo Bernardo.

Sobre as investigações que envolvem o ex-Ministro Paulo Bernardo, eu tenho muito pouco a dizer, Senadora Fátima. Não conheço, não tenho o domínio dos fatos. Por isso, não posso me pronunciar com profundidade. O que posso dizer é que todos nós apoiamos todas as investigações, porém entendemos que o limite das investigações... Hoje eu respondi exatamente assim à imprensa, que me procurou. Eu acho que tem que haver limite nas investigações. O único limite que existe é a própria legislação, porque, se a legislação foi obedecida, a injustiça não será cometida, e a investigação continuará sem nenhum prejuízo.

Então, acho que as coisas começam a não dar certo quando se passa dos limites: dos limites legais, dos limites institucionais.

Vejamos o exemplo do ex-Presidente Lula, e nós travamos um debate intenso aqui, neste plenário, quando divulgaram rapidamente uma gravação entre um ex-Presidente da República e a atual Presidente Dilma. Nós subimos à tribuna e dissemos: "Não somos contra a Lava Jato. Somos contra esses abusos cometidos." E muitos disseram na época: "Não. Tem que divulgar."

Veja, Srª Presidente, o fato recentemente foi enviado para instância inferior da Justiça do País com a exclusão daquela gravação. Foi o Ministro do Supremo Tribunal Federal que a considerou ilegal, que não pode ser usada. Mas foi divulgada. Para quê? Para criar um fato político.

Então, eu lamento muito que isso esteja voltando a acontecer no País, porque, vejam o que aconteceu, os episódios acontecidos ontem. Primeiro, uma pessoa é assassinada ou se suicida no Estado de Pernambuco; uma pessoa envolvida numa operação chamada Operação Turbulência. E eu aqui me refiro ao Sr. Paulo César de Barros Morato, que foi encontrado morto em um hotel, na cidade de Olinda, região metropolitana do Recife. As primeiras investigações dão conta de que ele teria se suicidado, mas é preciso aprofundar para saber se de fato foi suicídio ou se foi assassinato. Esse senhor tinha a prisão preventiva decretada, porque, segundo as denúncias, atuaria como laranja de um possível esquema criminoso em Pernambuco que envolvia o ex-candidato a Presidente da República, morto em plena campanha eleitoral, ex-Deputado, ex-Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos. Essa pessoa que estava com a prisão decretada aparece morta.

Ficamos sabendo também – eu, hoje, pela manhã, mas soube que a divulgação se deu na noite de ontem, Presidenta Fátima – de um vídeo que mostra uma gravação entre empresários, empreiteiros, lobistas e um Deputado Federal – ex-Senador, ex-Deputado Federal –, Presidente Nacional do PSDB. Uma gravação, segundo o noticiário, de outubro de 2009 – nós estamos em 2016. Uma denúncia que foi feita pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa ainda no ano de 2014. Quando preso estava, decidiu pela delação premiada, fez denúncias de desvio de recursos públicos da Petrobras por vários diretores, partidos políticos e disse também que o Presidente Nacional do PSDB havia recebido R$10 milhões para paralisar uma CPI que funcionou no Senado Federal, no Congresso Nacional, a CPI da Petrobras, em 2009, que tinha como objetivo investigar a possibilidade da existência de superfaturamento nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Pois bem, fizeram de tudo para secundarizar essa denúncia, absolutamente de tudo, mas nunca apareceu – nem nós sabíamos da existência – um vídeo, um vídeo muito forte, que existe desde 2009, segundo os noticiários. Foi divulgado agora com exclusividade pela TV Globo e pelo G1, que é o portal da Rede Globo também. Mostra a conversa do Deputado Eduardo da Fonte, Dudu da Fonte; do ex-Deputado e ex-Senador Sérgio Guerra, que era Presidente Nacional do PSDB, com Fernando Baiano, um lobista, que também fez delação premiada – ele está, salvo engano, cumprindo prisão domiciliar –, e com a presença de vários outros grandes executivos: o então presidente da Queiroz Galvão, Ildefonso Colares Filho, Erton Medeiros, representantes da Galvão Engenharia e tantos outros.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu concedo um aparte a V. Exª. Apenas concluindo.

São esses fatos, Senadora Fátima, que vieram a público e que precisam ser investigados.

Agora, nós temos que saber até onde e por que um fato passa a ter uma grande relevância em relação aos demais, que, na minha opinião, são gravíssimos.

Concedo um aparte a V. Exª.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Vanessa, primeiro, quero aqui afirmar a convicção que a gente tem da importância dos processos de investigação em curso no nosso País, seja através da Operação Lava Jato, seja de outras. Segundo as delações do Sr. Sérgio Machado, ele ressaltava que essas denúncias de corrupção vêm desde a década de 1940. Esses processos de investigação

em curso, mesmo que aqui e acolá cometam-se excessos ou equívocos, mas nós não podemos deixar de reconhecer que esses processos de investigação cumprem um papel muito importante, que é invadir as entranhas da relação entre a política e as empresas. Isso tudo, V. Exª concorda comigo, nasce desse sistema político-eleitoral viciado, deformado, esclerosado, que permite o financiamento privado de campanhas – aliás, algo que, a partir de 2016, não será mais permitido. Mas, até então, o processo eleitoral se alimentava disso.

(Soa a campainha.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E, ao se alimentar disso, o que a gente viu? Exatamente florescer a promiscuidade entre o público e o privado, tanto é que os grandes escândalos têm como origem o chamado financiamento empresarial a partidos e campanhas. Vale ressaltar que tanto o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, quanto o Partido de V. Exª, o PCdoB, há tempos lutam por uma reforma política ampla, profunda, séria, começando exatamente por acabar com o financiamento empresarial, começando por introduzir o financiamento público exclusivo de campanha, para que possamos ter campanhas eleitorais no Brasil em que prevaleça a ideia, o debate, e não como tem sido, ou seja, campanhas muito mais de *marketing*, midiáticas, com toda a pirotecnia, etc. Segundo, Senadora Vanessa, quero aqui, mais uma vez, dizer o quanto nós não tememos as investigações, porque há de se reconhecer o quanto os governos Lula e Dilma contribuíram para o combate à corrupção no nosso País, o quanto investiram, o quanto respeitaram a autonomia e incentivaram o papel das instituições do Estado brasileiro no processo investigatório e, consequentemente, no combate à corrupção e, consequentemente, no combate à impunidade. Agora, o que nós queremos é mais uma vez aqui colocar que quaisquer que sejam as investigações, elas não podem se afastar, de maneira nenhuma, do marco da lei. Elas têm que ser realizadas com toda a isenção e com o devido respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. Por exemplo, o caso hoje da Senadora Gleisi: o seu marido vai ter oportunidade de se defender, mas entrar em um apartamento funcional, residência de uma Senadora da República, com a presença dos seus filhos, isso é algo que merece o nosso repúdio. Eu quero, portanto, aqui, para concluir, dizer a V. Exª, deixar muito claro: nós não somos contra nenhuma investigação. Muito pelo contrário. Quanto mais investigações melhor, desde que seja assegurado o direito de defesa das pessoas. As pessoas têm direito de se defender nos fóruns adequados. Se for inocente, que seja inocentado; se for culpado, que responda de acordo com os rigores da lei. E, por fim, colocar, Senadora Vanessa, que os que pensam que fatos como esse terão reflexo na Comissão Especial de investigação, a ponto de intimidar ou causar constrangimento aos Senadores e Senadoras que têm clareza de que a Presidenta Dilma não cometeu crime nenhum de responsabilidade e, portanto, têm feito a defesa da Presidenta Dilma, podem ficar certos de que nós não vamos baixar a cabeça. Nós não vamos esmorecer e contaremos, continuaremos a contar com a participação da Senadora Gleisi, pela sua competência, pela sua seriedade. Uma Parlamentar, repito, que tem dado uma grande contribuição para a luta em defesa da democracia, para a luta em defesa dos direitos do povo brasileiro, dos trabalhadores e trabalhadoras deste País. Por fim, quero aqui, mais uma vez, lembrar: a Presidenta Dilma não está sendo investigada em nenhum processo que diga respeito à questão da corrupção. Nenhum. Ela não está em lista nenhuma. Repito: ela não responde a nenhum processo de investigação por improbidade administrativa, por corrupção ou por ilícito. Tanto é que os crimes que estão sendo imputados a ela, na tal Comissão Especial de Investigação, aqui, são: da pedalada fiscal, do Plano Safra e da edição de decretos que dizem respeito às suplementações orçamentárias. Daí a nossa convicção da inocência da Presidenta Dilma. Mais do que isso, Senadora Vanessa – a quem destaco aqui e também homenageio pela posição combativa, competente, corajosa e idealista que V. Exª, como representante do Partido Comunista do Brasil, tem desempenhado nesse momento dramático, inclusive na Comissão Especial de Investigação –, nós continuamos com a convicção de que, mais do que defender uma Presidenta honesta, mais do que lutar contra uma grande injustiça ao se afastar uma Presidenta honesta e íntegra, que não cometeu crime de responsabilidade, que não cometeu crime de corrupção, mais do que isso é o compromisso com a democracia, é o compromisso com a Constituição, é o compromisso com o Estado democrático de direito. Inclusive, olhando para que este País não venha a passar por um dos maiores retrocessos, do ponto de vista político e social da sua história, se o Presidente biônico se tornar Presidente definitivo. À Senadora Gleisi, mais uma vez, a nossa saudação, em forma de solidariedade e de respeito. Quero dizer a ela que estamos aqui, ao lado dela, e que, com certeza, ela vai continuar no exercício do seu mandato parlamentar, seja na Comissão Especial de Investigação, seja aqui, no plenário desta Casa, na trincheira da luta em defesa da democracia e dos direitos do povo brasileiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu lhe agradeço, Senadora Fátima, e incorporo o aparte de V. Exª ao meu pronunciamento, que, sem dúvida nenhuma, muito o engrandece, mesmo porque eu comungo com os pensamentos de V. Exª.

Para concluir, Senador Paulo Paim, quero dizer também da nossa convicção, da nossa posição na Comissão em defesa da Presidente Dilma, porque, veja: se crime ela tivesse cometido, ela não estaria ali, eles não estariam tão enrolados a debater créditos suplementares, Plano Safra. É porque esse foi o único caminho que encontraram para arrancar o poder de quem foi eleita democraticamente. E por que arrancar o poder de quem foi eleita democraticamente? Nós temos dito isso na tribuna. Dois são os objetivos: o primeiro é parar a Lava Jato. O segundo é tirar direitos de trabalhadores, é privatizar o nosso País, as nossas empresas, aquelas empresas que nos dão a esperança de que nós possamos nos desenvolver dentro de um ambiente de distribuição de renda e de inclusão social. O Senador Paim tem denunciado isso dia a dia, hora a hora, das tribunas e dos microfones deste Senado Federal.

Então, Senadora Fátima, continuaremos, mesmo porque a gente, desde o início, tem dito que nada, nada nos desviará do nosso objetivo na Comissão, que é provar que a Presidente Dilma não cometeu crime nenhum. E, ao final de todo o processo, se não houver a sensibilização de um número significativo, necessário, dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, e eles decidirem por afastar definitivamente a Presidente, eles vão ter de carregar consigo um carimbo deste tamanho de que promoveram um golpe no Brasil; um golpe que não teve nenhum tanque na rua, que não teve nenhuma arma, mas que foi um golpe contra a Constituição, contra o Estado de Direito e contra a democracia. Não tenho dúvida nenhuma.

Por fim, quero dizer que fico, às vezes, imaginando como fica a maior parte, Senador Paim, da população brasileira, dos trabalhadores que continuam empregados, mas muito temerosos de perder seus empregos. Penso naqueles que já perderam seus empregos; penso na dificuldade que essas pessoas têm de continuar a manter seus filhos na escola, mesmo que pública, tendo de pagar mesmo que meia passagem no transporte coletivo. Como fica a cabeça dessas pessoas quando, diariamente, veem tantas notícias de corrupção? É óbvio que essas pessoas se revoltam. E não há outro caminho! Não há outro caminho! Não há outro caminho, nem a possibilidade de uma reação diferente. Gente que passa dificuldade no dia a dia, para comprar alimentos para o seu filho, ouve falar em quantias de recursos que não sabem nem quanto significam, tamanhas são as quantias! Um delator que devolveu R$70 milhões, outro que devolveu R$100 milhões – recursos que não são deles, recursos que são do Estado e que deveriam estar sendo aplicados na melhoria do Estado e da condição de vida do nosso povo e da nossa gente! É óbvio que esse povo se revolta.

Agora, precisamos entender que o que está acontecendo no Brasil, as investigações, isso não é ruim, e essa corrupção não é de agora. Ela vem de muito tempo. O que precisamos fazer? Investigar e punir os corruptos, dentro de toda a legalidade que o conjunto das leis brasileiras prevê e determina. Aliás, as grandes leis de transparência, da possibilidade de dar mais autonomia ao Ministério Público e à Polícia Federal vêm exatamente desses governos. Aí, vem gente que nunca deixou que uma CPI se instalasse no Congresso falar em moralidade. Não.

O momento é difícil, mas não tenho dúvida nenhuma de que toda crise abre janelas para a construção de um País melhor, de um País livre de corrupção. Mas não podemos permitir que esse momento tão delicado da vida do nosso País sirva para cometer injustiças tão grandes contra pessoas que não mereciam isso. Então, é necessário ter muito cuidado.

A Senadora Fátima falou aqui do modelo atual do financiamento de campanha. Quando a gente fala em qualquer lugar, no plenário, Senador Paim, do financiamento público, a gente vê pulos deste tamanho. E a gente diz: "Vamos mostrar à população que, no fundo, o financiamento já é público; que ninguém dá nada a ninguém de graça." Então, se os grandes doadores de campanha deste País são os grandes empreiteiros, é óbvio que eles querem mais alguma coisa.

Vejam a notícia de uma das grandes empreiteiras do Brasil que atua no mundo inteiro: tinha um banco no exterior, através do qual pagava propina e fazia doações às pessoas para campanhas eleitorais. Aí, nós vamos misturar tudo? Quem recebeu a doação sem saber de absolutamente nada daquele que ajudou a encher os cofres desse banco no exterior?

Não dá para misturar, não é tudo a mesma coisa. Então, a gente tem que tomar muito cuidado. Preocupa-me muito que haja uma manipulação tão forte a ponto de essa Operação Lava Jato virar o seu rumo e acabar. Mas creio, como dizem alguns procuradores, que a população brasileira tem sido a grande responsável pela manutenção dessas investigações, e agora continua atenta e vai poder perceber e acompanhar o que está acontecendo no nosso País.

Obrigada, Senador.

(Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Fátima Bezerra.)

(Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, a Srª Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin.

Pergunto se há algum orador inscrito.

Convidamos para fazer uso da palavra como orador inscrito o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos assistem pela TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais. Sr. Presidente, tivemos hoje, na Comissão de Agricultura, uma audiência com o Ministro da Agricultura e toda a sua equipe justamente sobre as dificuldades e também as saídas, as soluções para a agricultura no Brasil. Uma audiência muito boa, em que todos ficaram satisfeitos com a presença do Ministro, porque é um Ministro desta Casa e também um membro da Comissão de Agricultura.

Falamos sobre controle de estoques – nós que tivemos um problema sério com feijão, falta de feijão –, também sobre o estoque de milho. Tivemos ali um bom debate e esperamos que, dentro em breve, encontremos saída para a pesca, que agora está no Ministério da Agricultura, para todos os entraves que atrapalham o nosso setor produtivo. O Mato Grosso, por exemplo, tem um grande desafio; o Rio Grande do Sul já é mais estruturado, já tem uma maior infraestrutura; o Mato Grosso produz muito, mas não tem uma infraestrutura consolidada.

Dito isso, Sr. Presidente, eu também não tinha como me furtar aos assuntos que foram noticiados hoje no País. Eu vi aqui, Sr. Presidente, vários Senadores passarem falando muito que a Polícia Federal, que o Ministério Público passou a fazer investigação, passou a ter autonomia, passou a fazer muitas operações só a partir do Governo Lula – lógico que, por via transversa, dizendo que só está investigando por causa do Governo do PT.

Eu quero rememorar que o Presidente Itamar Franco... É bom que se fale a verdade, que se diga a verdade, que se conte o outro lado, porque o grande responsável por tudo o que está acontecendo hoje no Brasil nesse setor foi Itamar Franco. Itamar Franco, nos idos de 1993, contratou em torno de 5 mil policiais na esfera federal, Senador Paim. Acontece que, no meio policial, como no Ministério Público ou na academia... Quando um professor entra na academia, na universidade, ele não constrói uma tese que vira Prêmio Nobel da Paz, Prêmio Nobel de Química, Prêmio Nobel de Física no dia seguinte àquele em que entrou. Demora, tem uma maturação. Ele vai dar aula em alguma disciplina, vai construindo e, a partir de certo tempo, entre oito e dez anos, ele começa a ter uma maturação e começa a produzir intensamente e com qualidade. Antes, é uma parte de aprendizado, de como funciona, de como as coisas se encaixam. E ele, então, passa a ser aquele professor, aquele cientista que vai produzir, que vai trazer patentes.

Pois bem, no Judiciário, no Ministério Público, na Polícia, também é assim. Esses profissionais entram, vão aprendendo e, a partir de certo tempo, começam a produzir com qualidade. Nós tínhamos uma... Cito, por exemplo, o caso da Polícia Rodoviária Federal, em que até os idos da década de 1990, os policiais entravam com um salário muito pequeno; ela era ainda ligada ao DNER, até 1988. Mas, em 1993, Itamar chama 4 mil policiais de uma tacada só, com um salário atraente. Alguns anos depois, essa Polícia tornou-se uma polícia de excelência, uma polícia que não deixa a desejar a nenhuma corporação desse naipe no mundo – com helicópteros, com equipamentos. Uma turma que entrou com muito gás, com recursos humanos de alta qualidade – médicos, engenheiros, físicos, muitos profissionais.

Tive o privilégio de entrar naquela época, em 1993. Vi esse desenrolar e acompanhei também a evolução da coirmã, a Polícia Federal. Esses frutos não começaram imediatamente, não foi imediatamente que a árvore começou a dar frutos; foi justamente quando o Presidente Lula entrou. Ele colheu boa parte, é bom que se faça essa justiça. Foi só por causa do PT? Não foi por causa do PT, do PSDB nem de ninguém. Esses órgãos são autônomos. Um partido ou um presidente não consegue tirar uma multa de trânsito, porque hoje é tudo dentro do sistema. Um promotor não está adstrito a pressão política, ele é concursado.

É como a história do TCU aqui. O TCU, por exemplo, é ligado a esta Casa. É um órgão de investigação e está ligado ao Senado Federal. Qual Senador tem ingerência sobre um técnico daqueles, do TCU? Nenhum. Ninguém tem, porque eles são independentes. Então, dito isso, quero só deixar claro: a Polícia Federal, o Ministério Público, o juiz Sérgio Moro... Não é por causa do PT. Não é o PT. "Ah, é o PT, agora, que está combatendo a corrupção." Não. O PT não combate a corrupção. Quem faz esse combate são as instituições, os órgãos... Por isso é que eu digo que não há ingerência partidária. Então, sem isso de querer pegar esse mérito de dizer: "Olha, é o partido que mais combate a corrupção."

Aclarada essa mentira, vamos a outro ponto: "Olha, estão fazendo o *impeachment* para acabar com a Lava Jato." Não é para acabar com ela. Isso não existe. Isso é mentira deslavada. Sabem por quê? Porque, cada

vez que a Lava Jato atinge alguém, ela é extremamente criticada aqui, seja por A ou por B. Então, a Lava Jato não é do Governo e não é do partido A ou do partido B. A Lava Jato é uma operação que surgiu, e ela não tem dono. Ela é do povo brasileiro, é do Ministério Público, do Judiciário. São as instituições funcionando. Então, não existe isso de dizer: "Olha, estão fazendo a Operação Lava jato para acabar com o *impeachment*.""É o Temer que está fazendo, é o Michel que está fazendo, é o Romero Jucá..." Não. Ninguém está fazendo Lava Jato para acabar com o *impeachment*. Isso é falácia.

Então, aclarada também mais essa inverdade, mais essa mentira, deixo claro para o povo brasileiro: não existe complô, aqui, formado para acabar com a Lava Jato através do *impeachment*. Não existe isso. É conversa fiada. Tanto é que, quanto a esses mesmos Senadores que estavam querendo proteger a Lava Jato – falando em proteção da Lava Jato e criticando, dizendo que o Romero estava querendo acabar com a Lava Jato –, eu tive o cuidado de ver e há uma lista dos que foram reclamar, no CNJ, do Sérgio Moro. Então, não existe isso. Não é verdade que aqui exista um complô para acabar com a Lava Jato ou que esse *impeachment* é para acabar com a Lava Jato. Não é, porque a Presidente não tinha como ter ingerência ali – como eu já disse, são funcionários públicos, concursados, independentes, que estão tocando aquilo ali. Ninguém tem. O povo brasileiro pode ficar tranquilo: a Lava Jato, mal ou bem, vai até o final. Eu tenho dito: essa Lava Jato é como um trem que saiu da estação; vai passar por muitas estações. A minha vida inteira... Eu passei 20 anos trabalhando e assistimos a essas operações. Elas começam e só vão terminar na última estação. Então, o povo brasileiro pode ficar tranquilo: a Lava Jato vai até o seu final. Não existe isso de que alguém vai conseguir... Pode até querer, mas não consegue acabar com a Operação, porque ela tem vida própria. É isso que está acontecendo.

Ontem, na Comissão do Impeachment, um Senador disse algo interessante. Ele citou, até, em provocação ao Magno Malta, Eclesiastes 3. Ele disse... Eclesiastes 3 diz o seguinte: que há tempo para tudo debaixo do céu – tempo de rir, tempo de chorar, tempo de plantar, tempo de colher, tempo de ajuntar, tempo de espalhar... E por aí vai. E por que eu estou citando Eclesiastes 3? Porque hoje, ali na Comissão, eu senti que, para boa parte dos Senadores, era tempo de chorar. Tempo de velório.

E a oposição chegou ali e respeitou. Porque velório, não importa de quem quer que seja, pode ser do seu inimigo, você tem a obrigação de respeitar. Velório é lugar de respeito, velório é lugar onde você fica quieto e escuta. Não fala nada, quando muito cumprimenta os parentes, é lugar de respeito.

Bem, o ambiente político às vezes é uma selva. Mas hoje, de que jeito a oposição se comportou desde as primeiras horas da manhã? Eu, por exemplo, moro ao lado do apartamento da nossa Senadora, cheguei ali na Comissão e fiquei quieto, respeitando a dor dos amigos e dos colegas da Senadora. Obviamente, a ninguém é dado o direito de sapatear em túmulo alheio, tenho dito isso.

Na época em que aconteceu aquele episódio com o Senador Delcídio do Amaral, o meu Partido exigiu que entrássemos com uma representação no Conselho de Ética. Como eu era o único representante, cumpri o que o Partido tinha dito, mas não sapateei em cima da situação. Votei pelo afastamento, mas não sapateei, porque eu não acho que isso...

A Bíblia diz: "Aquele que está em pé olhe para que não caia!" Então, eu procuro cuidar muito de mim e não sou um ser perfeito. Essa é a maneira como me conduzo. E a oposição hoje se conduziu dessa forma aqui.

Mas eu achei de uma extrema falta de senso o que aconteceu. Sabem o que aconteceu? Aqueles que estavam chorando começaram a atacar – a atacar. E eu não poderia ir para casa hoje em paz se não dissesse isso aqui. Eu não ia tocar no assunto hoje, mas... Senador Paim, é por isso que cada dia eu o admiro mais pela sua postura, pela forma como V. Exª se conduz aqui. E isso não é confete, eu já tenho dito isto muitas vezes e tenho dito no meu Estado: V. Exª é um Senador no qual me espelho. Fiquei muito indignado de ver que no momento de choro, no momento que era para estar na defesa – é legítimo que defendam a Senadora, é do Partido, é uma irmã –, aproveitar esse momento para atacar a oposição! Deveriam ter devolvido pelo menos o respeito, e quando eu digo deveriam não incluo o Senador Paim.

Operação policial é terrível, arrebenta com o psicológico daqueles que são atingidos. Por quê? Porque, no momento em que a polícia chega, é a longa mão do Estado, é a ponta de lança, é a vídia, a parte mais dura do Estado que chega. Quando você responde a processo, o advogado toca, não é tão chocante; mas quando a polícia chega, é devastador. E eu entendo isso.

Agora, politizar isso para acusar a oposição é terrível. Eu ouvi quieto da minha cadeira ali, mas pensei: "Não posso ir para casa sem falar". Por quê? Porque o Partido estava cheio de polícia, a polícia estava dentro do Partido! E eu respeito a história do PT, respeito a história do PT porque ajudei a construí-la. Eu sonhei esse sonho junto, Senador Paim.

Mas eu achei a atitude pequena. Como é que você pode acusar o outro quando o seu partido está dentro, está lotado de polícia? Quando você está com a maioria dos seus presos? Quando o seu presidente de honra

está correndo atrás de um cargo de ministro para não ser preso? Não se faz isso. Não se faz guerra de estilingue quando o seu telhado é de vidro. Engoli em seco ali, ouvi tudo isso, mas não posso aceitar calado.

Outro versículo diz o seguinte: "Retira a trave que está no teu olho para depois olhar o argueiro do teu irmão". Eu tenho feito críticas aqui, críticas conjunturais, mas não gosto dessa crítica de apontar o dedo para o outro.

Tem sido constante na Comissão do Impeachment. Esses Senadores que aqui falaram hoje – ali são três minutos para fazer pergunta – gastam dois minutos e trinta segundos falando dos outros e trinta segundos para defender a Presidente. Esse é o tipo de comportamento que não acrescenta nada à boa discussão política. O embate político tem que haver no campo das ideias.

E volto a remeter ao Senador Paim, que é um desses que fazem o embate duro. Quando mexem com as suas bandeiras, ele sobe ali, e eu já vi um touro ali brigando pelas suas bandeiras. O debate político tem de ser esse, não o debate pessoal.

Há um ditado que diz o seguinte: "Os grandes homens falam de projetos, os medíocres falam de coisas e os imbecis falam de pessoas". Eu fico com o pé atrás quando vejo a pessoa falando do outro pessoalmente. Isso depõe muito. Para mim, depõe mais contra quem fala do que quem está sendo falado.

Por isso, eu não gosto desse debate, agora, me revolta e hoje tive de entrar nessa seara de falar. Não têm moral para falar de ninguém! Não têm moral! E, quando a gente não tem moral, a gente tem que ficar quieto. Esse debate do *impeachment* é um debate que tem de ser feito. Ótimo, vamos por aí. Agora, quando você está com quase todos os seus companheiros na cadeia ou sendo acusados, você tem de ficar quieto. Retraia-se, procure ajudar defendendo. Agora, não dá para aceitar o que eu acabei de ouvir.

As delações, as acusações servem para os outros. Quando sai alguma coisa que o Janot manda, passam o dia inteiro lendo: "Olha aqui, o Janot falou isso aqui!" O Ministério Público faz as acusações, o papel do Ministério Público é acusar. É dessa forma. É que nem petição de Vara do Trabalho. Às vezes, você pagou todos os direitos do seu funcionário. Ele entra na Justiça contra você, pede hora extra, pede não sei o quê, pede... É uma lista do tamanho... Você fica maluco e fala: "Não, espera aí". Aí, vai-se o processo e vai ver o que daquilo dá para fazer.

O Ministério Público, quando ele acusa, acusa às vezes no todo. Em dúvida, *pro societate*. É o que se fala. Tem qualquer indício, acusa. Depois é que se vai ver se aquilo é verdade ou não. É assim que é. Então, o que o Ministério Público falou é verdade? Pode ser. Pode ser que seja, pode ser que não. É por isso que há processo. Mas aqui o que tem sido tomado? Se acusa Paulo Paim, que é meu adversário, bom, então, está acusado e está condenado; mas se acusa um que é do meu partido, não, vamos ver, isso não é bem assim.

Acabei de ouvir aqui na tribuna. Porque dois de certo partido foram acusados recentemente, dois baluartes, inclusive uma vestal; uma vestal que vive na tribuna da Câmara apontando o dedo para os outros. Caiu, está quietinha por aí. Mas os seus companheiros estão dizendo: "Não, não é bem assim, o problema é o sistema".

Por isso que eu digo: o debate precisa ser feito em outros níveis, em outros termos. Depois reclamam que os políticos estão sem moral. Sabem por quê? Porque quem está lá do outro lado da TV e vê isso, vê toda hora a mentira, as manobras, essa coisa tacanha e compara... A pior coisa do político é quando ele começa a subestimar a inteligência daqueles que o colocaram aqui. A mentira é que nem as nuvens, ela tampa às vezes o sol, mas o sol uma hora vai brilhar. Não tem detergente melhor do que a luz do sol. Então, a gente pode até vir aqui, usar essa tribuna, mentir e mentir, mas a verdade vai vir à tona.

Por que será que Paulo Paim, um homem sem dinheiro, um trabalhador que não foi para Harvard, não foi para o MIT, por que será que ele já está aqui em inúmeros mandatos? Quantas vezes a Polícia Federal o colocou num camburão e o levou? O eleitor julga isso, ele olha essas coisas. Então, não adianta eu começar a falar contra a honra dele aqui. Não vai pegar. Por quê? Porque só se sustenta quando é verdade.

Então, eu tenho feito o contraponto dessas coisas aqui, porque tem gente que parece que não entende uma coisa: existe um novo Brasil surgindo aí, existe um Brasil subterrâneo que está aí. De repente, esse povo, em 2013, foi para as ruas. Pensavam que eram por vinte centavos, depois não eram vinte centavos. E eles vieram para as ruas de novo e estão aí empurrando. Está saindo a Dilma agora. O povo tirou. Podem até fazer milhares de discursos: "Olha, foi o PSDB, o culpado é FHC, o culpado é fulano". Podem pôr a culpa em quem quiser, mas a grande realidade é que é esse novo Brasil que está tirando.

Sabem por que aqueles Deputados votaram? "Ah, foi desvio de finalidade do Cunha." Foi nada. Foi nada. Aqueles Deputados votaram com medo da pressão, da pressão popular. Esta Casa aqui, por exemplo, estava com inúmeros projetos indo para um lado, em 2013. De repente, com aquela pressão das ruas – e o Senador Paim acompanhou isso –, mudou-se totalmente o veio. Não há ser vivo na face da Terra com instinto de sobrevivência maior do que o político. Mudaram totalmente o curso: pressão popular.

Então, esse novo Brasil está aí. O que a classe política vai fazer nesse novo momento? Eu não sei, eu vejo que não há saídas ainda. Mas eles estão passando um recado claro: "Olha, tem que fazer diferente". Não es-

tou querendo fazer aqui discurso de vestal, não. Eu estou dizendo que está aí. Essa nova meninada que está chegando aí repudia cada um de nós aqui; não repudia a Dilma, não, Michel, ou qualquer... Repudia a política.

Isso é ruim, porque a sinalização foi passada. Eles é que estão indo para a rua. Então, temos de nos reinventar, reinventar. E reinventar talvez seja voltar ao primeiro amor, Senador Paulo Paim. Sabe qual é o primeiro amor? Aquele amor que fez Paulo Paim entrar na política. Aquele amor e aquela conduta que fizeram Ruy Barbosa, patrono desta Casa, em seus escritos, ficar na história.

Vamos ter uma nova política? Não vamos ter uma nova política, porque não existe outra política. Existe a política, a política correta que se deve fazer. É óbvio que temos n reformas para fazer, mas o que estou alertando é que... Olha, gente, não tentem pessoalizar. Talvez, num debate pequeno, se quiserem culpar um simplesmente para acusar o adversário, façam isso. Pessoalizar no Moro ou em fulano e beltrano. Não, é uma coisa maior que está aí.

Polícia Federal. O grande debate é que a Polícia Federal tem errado. Gente, se a Polícia Federal errou há todas as instâncias no Brasil, todas as instâncias possíveis para corrigir. Entrou num apartamento que não era para entrar? Tem corregedoria e funciona, conheço bem e funciona.

Certa vez, Senador Paulo Paim, eu estava de madrugada em casa. Chegou todo esse aparato, com televisão e tudo. A polícia chegou e arrombou a minha casa, entrou, com criança e tudo, me colocaram dentro de um camburão e me levaram. Meu coração quase saiu pela boca. O que estava acontecendo? Foram descobrir, 15 minutos depois, que tinham entrado na casa errada. Tinham entrado na casa errada! No bairro em que eu morava ficaram achando que eu era bandido. O que eu fiz? Não fui politizar, não. Eu era candidato a Deputado Federal. Sabe o que fiz? Entrei na Justiça e já ganhei primeira instância. É assim que a gente deve fazer.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sem querer me delongar muito, Senador Paulo Paim, temos agora também o Sérgio Moro extremamente atacado. O que tenho dito em relação à Polícia Federal é a mesma coisa em relação a Sérgio Moro. Quem é Sérgio Moro? É um servidor público.

Senador Paulo Paim, não há lei que funcione mais no Brasil do que o danado do Código de Processo Administrativo; não há coisa que funcione mais do que a Lei nº 8.112; não há coisa que seja mais draconiana do que a Lei da Magistratura. O Juiz Sérgio Moro é um servidor público passível também de erros. Por isso, quem se sentir aviltado pode reclamar ao Conselho Nacional de Justiça, como já reclamaram; pode invocar a Loman. Mas o que irrita no Sérgio Moro não são os seus erros; o que tem irritado muita gente no Sérgio Moro é o diabo da eficiência. Ela é escandalosamente grande. Enquanto existe um nível de desacertos nas estatísticas do Judiciário, na dele não chega a 3%. Essa eficiência amedronta.

É o mesmo discurso que eu falava... Não queriam o Senador Antonio Anastasia de jeito nenhum na Relatoria da Comissão de Impeachment. Estou fazendo esse paralelo só para fazer um comparativo. Depois fui descobrir por que não queriam. Sabem por quê? Pela eficiência, pelo conhecimento. Conhecimento assusta. Ter um adversário que detém conhecimento é terrível! É a mesma coisa de jogar e o seu adversário ser o Messi.

Agora há pouco – e isso tem sido batido aqui quase como uma reza constante, como um pingo d'água –, também ouvi dizer: "Estão tirando uma Presidente honesta, uma Presidente que não cometeu crime algum, e não há nenhuma investigação contra ela." E tentam politizar essa coisa. Lógico, é um processo político e está correto.

Agora, há alguns mitos, e é importante colocá-los para serem derrubados. Primeiro, a PGR tem um inquérito, sim, contra a Presidente Dilma, com investigação, para investigar possível obstrução da Justiça, com tudo que foi dito já. Mas aí tenta-se desqualificar esse processo como se: "Olha, quatro decretos e pedaladas." Como se fosse uma coisa do nada. Não, nós estamos investigando coisas gravíssimas. E tem sido acusado como se estivesse levando a Presidente para a forca por um nada. Não, não é por um nada. Nós estamos em uma grave crise neste País, que foi construída pela Presidente, sim. Ela foi a timoneira desse navio. "Ah, outras pessoas ajudaram!" Mas ela era a principal e está sendo investigada, com todas as fases, com todas as delongas. Longuíssimo e amplíssimo, eu diria – como José Dias do personagem de Dom Casmurro –, direito de defesa.

E estamos sendo acusados a todo o momento de estar com um entendimento preconcebido. Eu tenho simplesmente dito o seguinte: talvez seja de um lado e de outro, porque, antes de o processo chegar aqui, no Senado, já se dizia que era golpe. Como se o processo não tinha entrado ainda nessa fase de saber se havia crime ou não? Mas é o debate político, e esse é válido. É lícito e é direito daqueles que estão respondendo a um processo que se defendam.

Agora, para encerrar, Senador Paulo Paim, o que não dá para aceitar é você levar pedrada, ser atacado, como eu vi hoje aqui, e se jogar para os outros a responsabilidade, enquanto estava o partido se esfacelando na rua, em todas as emissoras de TV. E aí vêm dizer, subir aqui e fazer discurso de santidade, como se fosse a

maior vestal da santidade. Não se faz isso! Enquanto eu estiver aqui, vou fazer esse contraponto. Não venha bancar de santo e acusar os outros, estando em uma situação como essa. A sede do partido lotada de polícia, os companheiros sendo presos, e aí vem aqui falar de um morto. O sujeito morreu ontem! Respeitemos os mortos.

Há poucos dias, estava acontecendo um debate aqui e vieram falar de Thomaz Bastos. Eu falei: olha, inclua-me fora dessa! Ele não está aqui para se defender. O rapaz morreu ontem, era um empresário... Vir aqui levantar que... O Eduardo Campos morreu, que se investiguem os vivos, e quem estiver vivo que pague por seus pecados. Falar dos mortos aqui para justificar que está em dificuldade, não! Cuidemos de nossos erros.

Mas é esse tipo de comportamento que talvez tenha levado à derrocada desse grande sonho. No PT, há só gente ruim? Não! Cansei de repetir: estamos aqui diante de um dos maiores baluartes da política brasileira. E ele é de onde? Do PT, desde o seu início. Agora, há muita gente que precisa tomar um chá de personalidade, um chá de caráter, para aprender a fazer política, a política que faz o País ficar maior, que faz o debate ficar maior.

Estamos no Senado Federal brasileiro e é uma pena que, às vezes, as pessoas tenham que assistir – e as pessoas assistem muito à TV Senado – e tenham que ouvir essa mentirada para justificar malfeito. Como eu disse, não gosto de apontar, mas não posso tolerar esse tipo de comportamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Senador José Medeiros, que fez uma reflexão sobre o quadro do debate político no Congresso Nacional, expressando o seu ponto de vista. Eu só posso, em relação a minha história, a minha conduta, agradecer a forma como se dirigiu a esta Presidência.

Estão encerrados os trabalhos no dia de hoje. Foi uma sessão de debates. Amanhã estaremos aqui de novo, a partir das 9 horas da manhã.

Está encerrada a sessão.

Que Deus ilumine a todos nós!

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 24 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

Comunicação

À Publicação
Em 23/06/2016

Senhor Presidente do Senado Federal,

RENUNCIO à vaga por mim ocupada na Comissão Especial do Impeachment, destinada a apurar a Denúncia nº 1 de 2016, haja vista ter sido designada líder do Governo no Congresso Nacional e entender que esta posição é incompatível com as atribuições daquela Comissão.

Senado Federal, de junho de 2016.

Senadora ROSE DE FREITAS

Deliberações da Mesa do Senado Federal

Em sua 3ª Reunião, realizada no dia 22 de junho de 2016, a Comissão Diretora do Senado Federal deliberou sobre as seguintes matérias:

Pelo deferimento dos Requerimentos de Informação nºs 244, 245, 246, 679, 756, 834, 835 e 836, do ano de 2015, bem como dos Requerimentos de Informação nº 64, 71, 86, 118, 119, 130, 139, 157, 187, 194, 220, 239, 252, 257, 293, 310, 321, 322 e 323, do ano de 2016;

Com a aprovação dos Requerimentos nº 64, 220 e 239, de 2016, ficam interrompidas, respectivamente, as tramitações da INS 3/2015, OFS 45/2015, e OFS 33/2014, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal;

Pela aprovação, com emendas, do parecer favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2014, que institui o Prêmio Jovem Empreendedor, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal;

- Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 573, de 2016, da Comissão Diretora do Senado Federal, referente ao Projeto de Resolução nº 14, de 2014.

Pela aprovação, com emendas, do parecer favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2014, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia;

- Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 574, de 2016, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e o Parecer nº 575, de 2016, da Comissão Diretora do Senado Federal, referente ao Projeto de Resolução nº 21, de 2014.

- Fica aberto o prazo de 5 dias úteis para apresentação de emendas perante à Mesa.

Pela aprovação do Requerimento nº 299, de 2016, de tramitação conjunta dos PLS's 134 e 135, ambos de 2016;

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos e de Transparência e Governança, cabendo à última proferir decisão terminativa;

Pela aprovação do Requerimento nº 343, de 2016, de tramitação conjunta do PLS 186, de 2016, com os PLS's 454 e 715, ambos de 2015;

As matérias vão à Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, cabendo a esta emitir decisão terminativa;

Pela aprovação do Requerimento nº 410, de 2016, de tramitação conjunta do PLS 460, de 2012, com o PLS 360, de 2013;

As matérias vão à Comissão de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta proferir decisão terminativa.

Ao Plenário.

Discursos encaminhados à publicação, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, hoje, faço uso da tribuna do Senado Federal para festejar mais uma vitória do povo do Pará que, por meio do Governo de Simão Jatene, vê a concretização de uma importante obra para a mobilidade urbana da Região Metropolitana de Belém.

Matéria publicada no jornal *O Liberal* desta quarta-feira, 22, noticia a liberação de R$ 20 milhões por parte da Caixa Econômica Federal para que o Governo do Estado do Pará possa concluir a obra de prolongamento da Avenida João Paulo II.

Os recursos liberados estavam retidos desde dezembro do ano passado por falta de entendimento entre a Caixa e o Ministério das Cidades sobre a necessidade de assinatura da Autorização de Início de Objeto.

Gostaria de destacar aqui a atuação competente e dinâmica do ministro das Cidades, Bruno Araújo, para que este entrave fosse transposto e superado. No último dia 08 de junho, o ministro recebeu em audiência o governador Simão Jatene e a mim e, naquela ocasião, se comprometeu em encontrar uma solução, o que se concretizou em poucos dias com a transferência dos primeiros R$ 7 milhões pela Caixa Econômica, viabilizando assim a retomada das obras de prolongamento da Avenida.

De acordo com o diretor da Caixa, José Carlos Medaglia, o atraso se deu por conta das mudanças políticas ocorridas no Brasil, com a troca de titulares nos ministérios. Se assim não fosse, os recursos já teriam sido liberados. Para o diretor da Caixa, a obra de prolongamento da Avenida João Paulo II "é uma das mais importantes de várias que a Caixa monitora em todo o Brasil".

O restante dos recursos financiados para o prolongamento da Avenida João Paulo II, junto com a contrapartida do Estado, será liberado nos próximos quatro meses, possibilitando assim que a nova via de entrada e saída da capital paraense seja concluída até o segundo semestre do ano que vem.

O prolongamento da Avenida João Paulo Íl permitirá um melhor ordenamento do tráfego de veículos na Região Metropolitana de Belém. Ademais, a obra é muito importante para que o Governo do Estado implante o BRT Metropolitano, previsto no Projeto Ação Metrópole e que também terá por finalidade melhorar a mobilidade urbana na região.

É isso que eu tinha a dizer.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, no último dia 15 de junho comemoramos 54 anos em que o Acre deixou de ser território e passou a condição de estado. Claro que é uma data festiva e sem dúvida nenhuma eu quero usar a tribuna para registrar o orgulho que sinto do estado onde nasci e de todo o povo acriano. Mas, não seria construtivo tão somente comemorar sabendo o quanto ainda estamos distantes do bem-estar econômico e social.

Temos no Acre o mesmo grupo político no poder há 17 anos. Tempo suficiente para vermos bons frutos. Mas não são os fatos, infelizmente. No ano 2000, a dívida consolidada líquida do Acre era pouco mais de R$ 705 mil. Hoje, ultrapassa a casa dos R$ 3 milhões. Mas todos os estados devem. Claro que devem. Porém, o Acre, um dos mais jovens estados brasileiros, é o sexto maior devedor entre as 27 unidades da Federação, quando consideramos a relação da dívida com a receita corrente líquida.

Quem administra num cenário desses não tem qualquer margem para investir em áreas sensíveis para a população. Vamos falar em saúde pública, por exemplo. Na semana passada estive com o ministro da Saúde, Ricardo Baixos, que é do meu partido, o Partido Progressista.

Levei a ele uma preocupação minha e dos acrianos: entre janeiro e abril deste ano pelo menos 26 bebês morreram na maternidade Bárbara Heliodora, em Rio Branco. O governo do estado não deu até agora nenhuma explicação plausível para essas mortes. O ministro Ricardo se comprometeu em enviar uma equipe para investigar os casos.

Outra preocupação senhoras senadoras, senhores senadores, de janeiro a 14 de maio já foram notificados 1.325 casos suspeitos de zika em todo o estado do Acre e outros 7.276 casos suspeitos de dengue. Se não fossem as ações individuais, os números poderiam ser piores.

Sr. Presidente, vamos nos debruçar um pouco sobre a infraestrutura, tão necessária e fundamental para o nosso crescimento econômico. Também fui ao ministro dos Transportes, Maurício Quintella, na semana passada. Fui conversar com ele para nos ajudar a prosseguir com as obras de recuperação das BRs 364 e 317 e também para concluir a ponte sobre o rio Madeira e a construção do Anel Viário do Alto Acre. Quase 20 anos sendo administrados pelo mesmo grupo e não conseguimos sequer dirimir o isolamento geográfico!

Isolamento aliás que tende a piorar porque o governo do Acre cobra, sobre o combustível da aviação, a maior alíquota de ICMS prevista no país, de 25%. Em média, o preço do combustível incide em quarenta por

cento das despesas operacionais das empresas aéreas. Qual o resultado? Empresas como Tam, Gol e Azul começam a deixar de operar voos para o Acre.

Estou apenas pinçando alguns pontos. Não quero aqui colocar números pessimistas como por exemplo: o Acre é um dos três piores estados em potencial de mercado e infraestrutura, diz um estudo recente; isso por causa da condução administrativa. Ou então, outro estudo mostra que o Acre é o sétimo estado do país menos transparente em relação aos gastos públicos.

Chega de números ruins. Quero dizer que independente de quem governa o Acre, sempre pautei o meu trabalho parlamentar considerando, acima de tudo, o que pode beneficiar o cidadão, sobretudo os acrianos. Busco recursos para investimentos, proponho melhorias na legislação, converso com empresários, gestores, enfim, com quem pode intervir por melhorias para o meu estado.

Porque lá eu nasci e fiz a minha história. Não tem como negar o amor que eu sinto por aquele pedaço de Brasil. E, embora eu fique preocupado porque sei que poderia ser melhor, é exatamente essa certeza que faz com que todos os dias eu foque a minha atividade parlamentar para o bem-estar social e econômico. A certeza de que não só o meu estado, mas também o Brasil pode ser melhor. Feliz aniversário Acre!

Agradeço Sr. Presidente.

Mensagens da Presidência da República

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 59, DE 2016

(nº 345/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Página da matéria

Mensagem nº 345

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.

Os méritos do Senhor Evandro de Sampaio Didonet que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de junho de 2016.

EM nº 00155/2016 MRE

Brasília, 7 de Junho de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 384 - C. Civil.

Em 22 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET*
CPF.: 295.482.410-72
ID.: 7743 MRE

1958	Filho de Antonio José Didonet e Maria José Antunes de Sampaio Didonet, nasce em 28 de dezembro, em Santa Maria/RS
Dados Acadêmicos:	
1985	CAD - IRBr
1986	Mestrado em Administração de Empresas pela Webster University/EUA, campus de Viena
1998	CAE - IRBr, A negociação da ALCA e a agenda econômico-comercial do MERCOSUL
Cargos:	
1979	CPCD - IRBr
1980	Terceiro-Secretário
1982	Segundo-Secretário
1988	Primeiro-Secretário, por merecimento
1994	Conselheiro, por merecimento
1999	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2008	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1980-84	Divisão de Europa-II, Assessor
1984-86	Embaixada em Viena, Segundo-Secretário
1987-89	Embaixada em Pequim, Segundo e Primeiro-Secretário
1989-92	Embaixada em Bonn, Primeiro-Secretário
1992	Divisão Especial de Pesquisas e Estudos para o Desenvolvimento
1992-95	Departamento de Integração Latino-Americana, assessor
1993	Secretaria-Geral, Assessor
1995-98	Embaixada em Roma, Conselheiro
1998-01	Secretaria-Geral, Assessor
2001-03	Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios a.i
2003-07	Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios a.i.
2007-12	Departamento de Negociações Internacionais, Diretor
2012-	Embaixada do Brasil em Viena
Chefias de Delegação:	
2000	I Reunião de Presidentes da América do Sul, Brasília, coordenador do tema de infra-estrutura
2006	I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Forum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), Coordenador
2007	VI Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Assunção, Chefe de Delegação
2007	VII Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Chefe de Delegação
2007	I Reunião Trilateral MERCOSUL-SACU-Índia, Pretória, Chefe de Delegação
2007	XI Reunião de Negociação de Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, Pretória, Chefe de Delegação
2007	VI Reunião de Consultas MERCOSUL-Coréia, Montevidéu, Chefe de Delegação
2007	VIII Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Genebra, Chefe de Delegação
2007	Reunião final de negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Montevidéu, Chefe de Delegação
2008	IX Reunião de Negociação (final) de Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, Buenos

	Aires, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Amã, Chefe de Delegação
2008	I Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Egito, Cairo, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Altos Funcionários MERCOSUL-ASEAN, Brasília, Chefe de Delegação
2009	I Reunião do Comitê de Administração Conjunta do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL- Índia, Montevidéu, Chefe de Delegação
2010	IV Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Egito, Buenos Aires, Chefe de Delegação
2010	XVII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-UE, Buenos Aires, Chefe de Delegação
2010	Reunião MERCOSUL-Canadá, Buenos Aires, Chefe de Delegação
2010	Reunião final de negociação de ALC MERCOSUL-Egito, San Juan, Argentina, Chefe de Delegação
2010	III Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Amã, Chefe de Delegação
2010	Reunião MERCOSUL-Palestina, Ramalá, Chefe de Delegação
2010	XVIII Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Bruxelas, Chefe de Delegação
2010	IV Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Brasília, Chefe de Delegação
2010	XIX Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Brasília, Chefe de Delegação
2011	XX Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Bruxelas, Chefe de Delegação
2011	XXI Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Assunção, Chefe de Delegação
2011	XXIII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-EU, Montevidéu, Chefe de Delegação
2012	40a. Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, Chefe de Delegação.
2012	I Assembléia das Partes da Academia Internacional Anticorrupção, Viena, Chefe de Delegação
2013	56a. Sessão da Comissão de Entorpecentes, Viena, Chefe de Delegação
2014	23a. Sessão da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Viena, Chefe de Delegação
2014	VII Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Crime Organizado Transnacional, Viena, Chefe de Delegação
2014	II Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento sem Saída para o Mar (LLDCs), Viena, Chefe de Delegação
2014	42a. Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, Chefe de Delegação
2015	58a. Sessão da Comissão de Entorpecentes, Viena, Chefe de Delegação
2015	XIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Doha, Chefe de Delegação
2015	24a. Sessão da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Viena, Chefe de Delegação
	43a. Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, Chefe de Delegação
Condecorações:	
1986	Ordem do Mérito, Áustria, Oficial
1996	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
1997	Ordem do Mérito, Itália, Comendador
1998	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2000	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2000	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2001	Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
2004	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
2009	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz
Publicações:	
1993	O Mercosul e o Comércio Hemisférico, in Boletim de Integração Latino-Americana, nº 9, DIN/MRE
1993	Abertura Comercial e o MERCOSUL, in Economia em Perspectiva, Conselho Regional de

	Economia SP, nº 102, em coautoria com Sérgio de Abreu e Lima Florêncio.
1995	A Abertura Comercial Brasileira, in Boletim de Diplomacia Econômica, nº 19, fevereiro de 1995, SGIE/MRE (co-autoria com Rubens Ricupero)
2011	ASEAN-MERCOSUR Cooperation: The Way Forward, in Brazil & Thailand, Ministry of Foreign Affairs of Thailand, 2011.

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros
Departamento Econômico

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO



OMC

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Junho de 2016

DADOS BÁSICOS	
Nome Oficial	Organização Mundial do Comércio - OMC
Países membros	162 países membros
Ano da fundação	1995
Ano da adesão do Brasil	1995 (O Brasil foi um dos membros fundadores)
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Conferência Ministerial Conselho Geral Secretariado
Principais chefias	Diretor-Geral: Roberto Carvalho de Azevêdo, desde 2013 Diretores-Gerais Adjuntos: Yonov Frederick Agah, Karl Brauner, David Shark e Yi Xiaozhun

.

PERFIS BIOGRÁFICOS

DIRETOR-GERAL DA OMC
ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO



Nasceu em 3 de outubro de 1957, em Salvador. Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores em 1984 e serviu nas embaixadas do Brasil em Washington (1988 a 1991), e em Montevidéu (1992 a 1994).

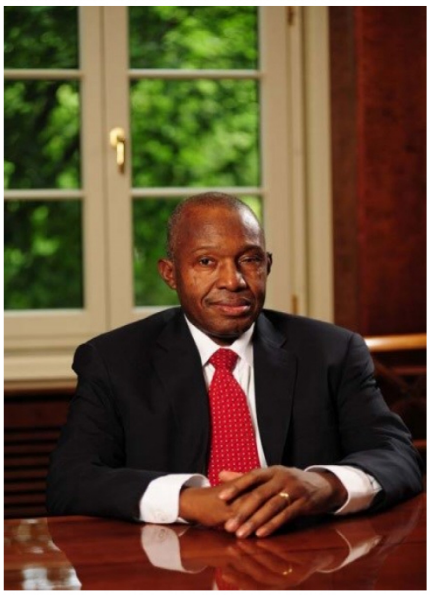
Em 1995, tornou-se subchefe para Assuntos Econômicos no Gabinete do Ministério das Relações Exteriores e, de 1997 a 2001, serviu na Missão Permanente do Brasil em Genebra.

Participou da criação da Coordenação-Geral de Contenciosos, a qual chefiou entre 2001 e 2005, tendo atuado como Chefe de Delegação nos contenciosos dos "Subsídios ao Algodão", dos "Subsídios à Exportação de Açúcar", e das "Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados".

Foi Diretor do Departamento Econômico entre 2005 e 2006, Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos de 2006 a 2008, e Representante Permanente do Brasil junto à OMC de 2008 a 2013.

Em dezembro de 2012, foi indicado pelo Brasil para concorrer ao cargo de Diretor-Geral da OMC e elegeu-se, vencendo a disputa contra o candidato mexicano Hermínio Blanco, para mandato de quatro anos (2013-2017). Assumiu funções em 1º de setembro de 2013.

DIRETOR-GERAL ADJUNTO DA OMC – YONOV FREDERICK AGAH



Yonov Frederick Agah, de nacionalidade nigeriana, é Bacharel em Ciência e Mestre em Economia pela Universidade Ahmadu Bello (Zaria, Nigéria). Obteve também os títulos de Mestre em Administração de Empresas e de Doutor em Economia (Comércio Internacional) pela Universidade de Jos (Nigéria) em 1989 e 2007, respectivamente. O Senhor Agah também é Bacharel em Direito pela Universidade de Abuja (Nigéria, 2009).

Antes de sua designação como Diretor-Geral Adjunto da OMC, em 2013, Yonov Agah foi Representante Permanente da Nigéria junto à OMC, desde 2005. Presidiu o Conselho Geral da OMC em 2011, estando à frente da organização da Oitava Conferência Ministerial da OMC. Presidiu, adicionalmente, os seguintes órgãos da OMC: o Órgão de Solução de Controvérias, em 2010; o Conselho de Comércio de Serviços, em 2009; o Órgão de Revisão de Políticas Comerciais, em 2008; o Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, em 2007; e o Conselho de Comércio de Bens, em 2006.

Anteriormente, o Sr. Agah exerceu as seguintes funções: professor na Kaduna Politécnica (1979-1981); colunista e gerente de distribuição da Benie Printing and Publishing Corporation (1982-1984); gerente de vendas da Bennue Bottling Company Limited (1984-1987); gerente de campo da UTC Nigeria PLC (1990-1991); Vice-Diretor (assuntos multilaterais), de 1991 a 2001; e Diretor (comércio externo), de 2002 a 2005.

DIRETOR-GERAL ADJUNTO DA OMC
KARL BRAUNER



Karl Brauner, de nacionalidade alemã, é advogado, tendo feito seus estudos na Alemanha e no Reino Unido. Iniciou sua vida profissional no departamento jurídico do Ministério Federal Alemão da Economia, em Bonn, em 1983. De 1986 a 1987, trabalhou na Missão da Alemanha junto às Nações Unidas em Nova York. Serviu também nas missões diplomáticas alemãs em Atenas e Sydney.

O Senhor Brauner ocupou o cargo de Diretor Geral de Política Econômica Externa no Ministério Federal Alemão da Economia em Berlim por 12 anos, de 2001 a 2013. No exercício dessa função, foi responsável por todos os instrumentos de promoção das exportações e também foi encarregado do gerenciamento destas.

Atuou também como representante da Alemanha no Comitê de Política Comercial da União Europeia, cuja função é a de determinar a política comercial da União Europeia. Participou de todas as conferências ministeriais da OMC, desde o lançamento da Agenda de Desenvolvimento de Doha, em 2001.

Karl Brauner assumiu o cargo de Diretor-Geral Adjunto da OMC em 2013.

DIRETOR-GERAL ADJUNTO DA OMC
DAVID SHARK



David Shark, de nacionalidade estadunidense, é Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Columbia e tem uma longa carreira na área de política comercial. Havendo iniciado sua vida profissional em 1975, com um curto período no Departamento de Trabalho dos Estados Unidos da América, em março de 1976 passou a integrar o Escritório de Política Comercial do Departamento de Comércio, participando ativamente, desde então, das negociações no âmbito do GATT e da OMC.

Em 1980, ingressou no Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos, desempenhando diversas funções, como, por exemplo, Diretor Executivo do Sistema Geral de Preferências e Assistente Adjunto do Representante de Comércio dos EUA para Coordenação de Políticas Comerciais, entre outras.

De 1988 a 1995, Shark trabalhou na seção do Representante de Comércio dos Estados Unidos em Genebra, onde foi responsável pelas negociações comerciais da Rodada Uruguai e pela implementação dos acordos resultantes. Retornou a Genebra em junho de 2000 para trabalhar na Missão dos Estados Unidos junto à OMC, onde exerceu o cargo de Representante Permanente Adjunto.

Tornou-se Diretor-Geral Adjunto da OMC em 2013.

DIRETOR-GERAL ADJUNTO DA OMC
YI XIAOZHUN



Yi Xiaozhun, de nacionalidade chinesa, é Mestre em Economia pela Universidade de Nankai. Tem vasta experiência na área de comércio internacional e de economia, tanto como membro do alto escalão do governo, quanto como Representante Permanente da China junto à OMC. Atuou como um dos principais negociadores no processo de acessão de seu país à OMC.

Yi Xiaozhun foi Ministro Adjunto e Vice-Ministro de Comércio da China, encarregado de negociações comerciais multilaterais e regionais e de cooperação. Atuou também na negociação de numerosos acordos de livre comércio, incluindo o Acordo China-ASEAN, primeiro acordo do tipo firmado pela China. Trabalhou no aprofundamento da relação entre a China e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, na sigla em inglês), o Encontro Ásia-Europa (ASEM, na sigla em inglês), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês), a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE, na sigla em inglês). Serviu, ademais, como diplomata na embaixada chinesa nos Estados Unidos, do final dos anos 1980 até o início dos anos 1990.

Como Representante Permanente da China junto à OMC, o Senhor Yi Xiaozhun foi eleito Presidente do Grupo de Trabalho para a Acessão da República Popular do Laos. Tornou-se Diretor-Geral Adjunto da OMC em 2013.

INFORMAÇÕES GERAIS

HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES:

As origens da Organização Mundial do Comércio (OMC) remontam ao final da Segunda Guerra Mundial e aos esforços dos aliados em reconstruir a economia mundial. O impasse na ratificação da Carta de Havana, documento que delimitava os objetivos e funções de uma das instituições de Bretton Woods voltada ao comércio internacional, levou à negociação de um Acordo Provisório, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio ("General Agreement on Tariffs and Trade" – GATT, na sigla em ingês), em 1947, que adotava o resultado das negociações relativas a tarifas e regras sobre o comércio.

A partir de então, as regras do sistema de comércio internacional, antes consubstanciadas em tratados bilaterais, foram aprofundadas através de rodadas de negociações multilaterais. Inicialmente voltadas à diminuição dos direitos aduaneiros, as seis primeiras rodadas foram pautadas em negociações sobre concessões tarifárias recíprocas que culminaram em uma bem-sucedida queda da média tarifária aplicada.

A sétima rodada, denominada Rodada Tóquio, voltou-se a negociações de regras sobre barreiras não tarifárias, as quais passaram a ser adotadas por diversos países como nova forma de protecionismo à produção nacional. A Rodada culminou em nove acordos (válidos apenas entre as partes que os assinavam): Barreiras Técnicas; Subsídios; Antidumping; Valoração Aduaneira; Licenciamento de Importação; Compras Governamentais; Comércio de Aeronaves; Acordo sobre Carne Bovina e Acordo sobre Produtos Lácteos. Os dois últimos foram encerrados com o início das atividades da OMC.

A oitava rodada, a Rodada Uruguai, foi a mais ambiciosa e complexa das negociações estabelecidas no âmbito do GATT. Além da diminuição tarifária, estava entre os seus objetivos a integração às regras do GATT de setores antes excluídos, como agricultura e têxteis, além da introdução de tais regras a novos setores como serviços, medidas de investimentos e de propriedade intelectual.

Principal resultado da Rodada Uruguai, a OMC estabeleceu-se como fórum para a negociação de acordos multilaterais que visem à redução de barreiras ao comércio internacional e contribuam para o desenvolvimento e crescimento econômico mundial. A OMC, enquanto organização internacional, possui estrutura legal e institucional para a implementação e o monitoramento desses acordos internacionais, assim como para a solução de conflitos oriundos de sua aplicação e interpretação. Atualmente existem 16 (dezesseis) acordos multilaterais em vigor sob a égide da OMC (dos quais todos os estados membros da OMC são partes signatárias) e 2 (dois) acordos plurilaterais dos quais apenas parte dos estados membros são partes signatárias.

O termo GATT ficou estabelecido para designar o conjunto de todas as regras sobre comércio negociadas desde 1947, além das modificações introduzidas pelas sucessivas rodadas de negociação até a Rodada Uruguai. Assim, a ideia do GATT enquanto órgão internacional desapareceu, mas o acordo permanece válido como parte do sistema das regras do comércio internacional.

Durante os últimos 60 anos a OMC, que foi estabelecida em 1995, e o seu predecessor, o GATT, contribuíram ambos para a criação de um sistema de comércio internacional forte e próspero e, consequentemente, para um crescimento econômico global sem precedentes. Atualmente, a OMC reúne 162 membros. Suas atribuições incluem: (i) negociar regras para o comércio internacional de bens, serviços, propriedade intelectual e

outras matérias que os membros venham a acordar; (ii) zelar pela adequada implementação dos compromissos assumidos; (iii) servir de espaço à negociação de novas disciplinas; e (iv) resolver controvérsias entre os membros. As atividades conduzidas pela OMC contam com o apoio de seu Secretariado sob a direção de seu Diretor-Geral. As três línguas oficiais na OMC são o inglês, o francês e o espanhol.

ESTRUTURA:

Conferência Ministerial

O órgão máximo da OMC é a Conferência Ministerial, que deve reunir-se, no mínimo, a cada dois anos. Entre essas reuniões, as funções da Conferência Ministerial são exercidas pelo Conselho Geral, que, sob distintos termos de referência, funciona também como Órgão de Revisão de Políticas Comerciais e Órgão de Solução de Controvérsias.

Conselho Geral

Ao Conselho Geral se reportam diretamente o Conselho de Bens, o Conselho de Serviços e o Conselho de Propriedade Intelectual, além de comitês temáticos voltados a questões como Comércio e Desenvolvimento, Comércio e Meio Ambiente, Acordos Regionais e Orçamento. Com o lançamento da Rodada Doha, foi instituído o Comitê de Negociações Comerciais (CNC), também subordinado ao Conselho Geral. No âmbito do CNC estão as Sessões Especiais do Conselho de Serviços, do Conselho de Propriedade Intelectual, do Órgão de Solução de Controvérsias, do Comitê de Agricultura, do Subcomitê sobre Algodão, do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento e do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente, assim como os Grupos de Negociação sobre Acesso a Mercados e Regras. Atualmente, o Conselho Geral é presidido pelo Embaixador Harald Neple, Representante Permanente da Noruega.

Conselho de Bens

O Conselho de Comércio de Bens da OMC visa a monitorar a implementação de compromissos assumidos pelos membros em matéria de comércio de bens. Entre suas doze instâncias subsidiárias, destacam-se os Comitês de Acesso a Mercados, de Agricultura, de Barreiras Técnicas ao Comércio, Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, Subsídios, Antidumping, assim como o Comitê Preparatório sobre Facilitação do Comércio. O Conselho de bens, que se reúne cerca de quatro vezes por ano, é presidido atualmente pelo Representante Permanente da Austrália junto à OMC, Embaixador Hamish McCormick.

Conselho de Serviços

O Conselho de Comércio de Serviços da OMC se reúne, em média, cinco vezes ao ano, para avaliar o cumprimento, pelos membros, de seus compromissos de acesso a mercados assumidos no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços – GATS, bem como questões relativas à regulamentação doméstica e transparência de regras nacionais para as atividades financeiras, de transportes, energia, telecomunicações e serviços profissionais. O Conselho de Serviços é presidido atualmente pelo Representante Permanente da Islândia junto à OMC, Embaixador Martin Eyjólfsson.

Conselho de TRIPS

É o órgão que trata dos temas relacionados ao Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio – TRIPS. O Conselho de TRIPS é presidido, atualmente, pelo Representante Permanente da Tanzânia junto à OMC, Embaixador Modest Jonathan Mero.

Órgão de Revisão de Políticas Comerciais

O mecanismo de revisão de políticas comerciais da OMC permite o exame periódico do quadro jurídico e das práticas dos mstados membros em matéria de política comercial. A periodicidade das revisões é definida pela participação de cada membro nos fluxos internacionais de comércio. O exercício toma por base, de um lado, relatório preparado pelo governo do membro sob exame, na forma de uma declaração política, e, de outro lado, relatório produzido pelo Secretariado, de teor analítico e crítico. A par dos elementos de informação disponíveis, representantes dos demais membros da OMC dirigem perguntas – seja por escrito, com antecedência de alguns dias, seja oralmente, no momento da reunião – ao membro examinado, para que este exponha seus pontos de vista sobre os temas levantados. Em junho de 2017, o Brasil será objeto, pela sétima vez, do processo de revisão. O Órgão de Revisão de Políticas Comerciais é atualmente presidido pela Representante Permanente de Hong Kong, Senhora Irene Young.

Órgão de Solução de Controvérsias

Considerado por muitos especialistas como um dos resultados mais significativos da Rodada Uruguai de negociações comerciais (1986-1994), o sistema de solução de controvérsias da OMC diferencia-se do mecanismo vigente até 1994 no âmbito do GATT em vários aspectos. Destes, talvez o mais importante seja o modo de aprovação dos relatórios dos painéis e da criação do Órgão de Apelação. O GATT exigia o consenso dos países membros para aprovar os relatórios, o que permitia à parte derrotada bloquear a aprovação. Já na OMC, relatórios de painéis e do Órgão de Apelação só não serão aprovados pelo Órgão de Solução de Controvérsias – OSC, no qual todos os países membros estão representados, caso ocorra o chamado "consenso negativo": todos os países membros, inclusive o ganhador da disputa, decidam pela não adoção do relatório.

À diferença do mecanismo de solução de controvérsias do GATT, como já assinalado, o sistema da OMC é dotado de instância revisora, o Órgão de Apelação, com a função de verificar, a pedido de qualquer parte em disputa, os fundamentos legais do relatório do painel e de suas conclusões.

O objetivo do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC é reforçar a observância das normas comerciais multilaterais e a adoção de práticas compatíveis com os acordos negociados. Não há o propósito de punir países membros pela adoção de práticas consideradas incompatíveis com as regras da OMC. O sistema permite, a qualquer momento, a solução do conflito por meio de um acordo entre as partes em contenda.

Caso um relatório de painel ou do Órgão de Apelação adotado pelo OSC conclua pela incompatibilidade da prática de um Membro com as regras da OMC, a parte afetada deve modificar aquela prática, de modo a recompor o equilíbrio entre direitos e obrigações, um dos fundamentos do sistema multilateral de comércio, ou deve oferecer compensação à parte vencedora na disputa. Apenas em caso de recusa por parte do Membro derrotado em recompor tal equilíbrio é que a OMC poderá autorizar retaliações.

O Brasil, como um dos países membros que mais atuam em contenciosos na OMC, considera que o mecanismo de solução de controvérsias tem dado resposta satisfatória às necessidades do sistema multilateral de comércio e, portanto, que seu fortalecimento corresponde ao interesse nacional do País. O Órgão de Solução de Controvérsias é atualmente presidido pelo Representante Permanente da África do Sul junto à OMC, Xavier Carim.

RELAÇÕES COM OUTROS ORGANISMOS INTERNACIONAIS:

A OMC mantém relações institucionais com cerca de 140 organizações internacionais, que participam dos trabalhos da OMC como observadoras. A OMC participa igualmente como observadora junto a várias outras organizações internacionais. O Secretariado da OMC se relaciona com aproximadamente 200 organizações internacionais sobre temas os mais diversos: estatísticas, pesquisa, normatização, assistência técnica e formação.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil fez parte do primeiro grupo de vinte e três países signatários do GATT em 1947 e também foi membro fundador da OMC, em 1995. Sua atuação vem ganhando crescente destaque desde os anos do GATT, tendo muitas vezes levado o País a assumir posições de liderança entre os países em desenvolvimento. Nesse contexto, é vista com naturalidade a participação do Brasil em processos de consulta e negociação conduzidos, em suas fases cruciais, por grupos reduzidos de membros.

A experiência brasileira tem sido reconhecida também pela escolha de seus representantes para o desempenho, ao longo da vigência dos dois organismos, de funções como presidências de grupos negociadores e comitês, a presidência do Conselho de Representantes do GATT e do Conselho Geral da OMC, do Conselho de Serviços, do Comitê de Comércio e Desenvolvimento, do Órgão de Solução de Controvérsias e, mais recentemente, a Direção-Geral da própria OMC, que foi assumida pelo Embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, em 1º de setembro de 2013.

Os principais objetivos do Brasil na OMC são: (i) assegurar crescente abertura dos mercados internacionais para bens e serviços brasileiros; (ii) propugnar pelo contínuo aprimoramento das regras do comércio internacional, inclusive para buscar dispositivos que atendam às necessidades próprias dos países em desenvolvimento (seja por meio de maior flexibilidade na aplicação de determinadas regras e na forma como se processa a abertura comercial, seja na eliminação de assimetrias prejudiciais a esses países); (iii) fortalecer o sistema multilateral de comércio, inclusive o Mecanismo de Solução de Controvérsias, a fim de coibir o uso de medidas unilaterais que possam atingir os interesses brasileiros.

Desde a entrada em vigor do Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC, em 1995, o Brasil tomou parte, como demandante, demandado ou terceira parte, em 145 contenciosos. É o terceiro país em desenvolvimento com maior participação em disputas na Organização, atrás apenas da China (177) e da Índia (161).

ATUAÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC

O Brasil é um dos países mais atuantes no sistema de solução de controvérsias da OMC, tendo participado em 45 casos como parte principal (demandante/demandado) e 100 disputas como terceira parte (das 507 totais iniciadas no sistema). Com o intuito de dar suporte à participação brasileira no mecanismo e propiciar uma melhor coordenação entre todos os atores envolvidos nos contenciosos (governo, setor privado e escritórios de advocacia), foi criada, em 2001, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC). As funções da CGC compreendem, basicamente, o acompanhamento dos casos, desde a condução das discussões pré-contencioso até o monitoramento de sua implementação.

Em termos de casos ativos em que o Brasil figura como parte principal, destacam-se, atualmente, dois contenciosos contra a Indonésia a respeito de barreiras impostas à importação de carne de frango e de carne bovina brasileira, o primeiro em fase de painel e o segundo em fase de consultas; um contencioso contra a Tailândia em razão dos subsídios concedidos à produção de açúcar e ao plantio de cana, que se encontra em fase de consultas; e dois contenciosos iniciados por União Europeia e Japão contra o Brasil a respeito de medidas de incentivo fiscais e tributárias concedidas pelo Governo brasileiro ao setor industrial, em fase de painel (os dois casos foram reunidos e correm simultaneamente, por questionarem as mesmas medidas).

Como terceira parte, o Brasil tem focado sua participação em temas de interesse sistêmico que podem afetar o equilíbrio de direitos e obrigações dos Países na OMC e, consequentemente, o espaço que os Estados detêm para promover seus objetivos políticos, como, por exemplo, "Austrália – Embalagens Genéricas", focado na discussão sobre direitos de marca e necessidades de saúde pública no mercado de produtos de tabaco; "Indonésia – Regimes de Licenciamento de Importação", no qual Nova Zelândia e Estados Unidos questionam a legalidade do regime indonésio de licenciamento de importação; e "Estados Unidos – Direitos Anti-Dumping aplicados a Máquinas de Lavar Industriais", focado na operacionalização de cálculo de margem de dumping a partir de método alternativo previsto nos Acordos da OMC.

REVISÃO DO ENTENDIMENTO SOBRE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC (DSU)

Com o objetivo de aperfeiçoar o funcionamento do Sistema de Solução de Controvérsias, que, desde sua criação em 1995, revelou-se instrumental para assegurar a

consistência do sistema multilateral de comércio, o Brasil participa, igualmente, do processo de revisão do DSU, em curso desde 1999.

Os principais temas em discussão são:

a) Direito das terceiras partes;
b) Transparência;
c) Composição dos painéis;
d) Prazos;
e) Soluções mutuamente acordadas;
f) Informação estritamente confidencial;
g) Sequência dos Procedimentos" ("Sequencing");
h) Pós-retaliação;
i) Mecanismo de reenvio ("Remand") para que os painéis possam completar a análise dos fatos submetidos ao Órgão de Apelação (que somente pode pronunciar-se sobre questões de direito);
j) Interesses dos Países em Desenvolvimento;
k) Flexibilidade e Controle dos Membros; e
l) Implementação.

Em suas manifestações sobre o assunto, o Brasil tem destacado a importância de que o sistema beneficie igualmente a todos os países, independentemente de seu desenvolvimento relativo e possa funcionar de forma mais fluída e expedita.

Embora as negociações de revisão do DSU não estejam entre as prioridades dos países membros da OMC no momento – até pela percepção generalizada de que o sistema funciona a contento e não requereria mais que alguns "ajustes" – não se descarta a possibilidade de emprestar novo ritmo às discussões, a depender da continuidade do esforço negociador no âmbito da OMC.

CONTEXTO ATUAL - A RODADA DOHA DA OMC:

A Rodada Doha da OMC, iniciada em 2001, encontra-se em estado de impasse desde 2008, quando esteve próxima da conclusão. Certos países, no entanto, passaram a demandar concessões muito mais significativas dos principais países emergentes (Brasil, China e Índia) em acesso a mercados para bens industriais e serviços, sem oferecer contrapartidas nas áreas de interesse exportador desses países (agricultura, no caso do Brasil). Intensas negociações ao longo de 2013 permitiram chegar a um conjunto de resultados aprovados pelos Ministros na 9ª Conferência Ministerial da OMC, em Bali, em 2013, entre eles o Acordo de Facilitação de Comércio e quatro decisões/declarações sobre agricultura ("serviços gerais" em países em desenvolvimento, formação de estoques para programas de segurança alimentar, administração de quotas tarifárias e subsídios à exportação).

A 10ª Conferência Ministerial, realizada no período de 15 a 18/12/2015, em Nairobi, possibilitou a obtenção de pacote de resultados que incluiu decisão histórica de proibição de subsídios para as exportações agrícolas, quase seis décadas após a eliminação

do mesmo tipo de subvenção a produtos industriais. O pacote contemplou também decisões relacionadas a estoques públicos para fins de segurança alimentar; mecanismo de salvaguardas especiais para países em desenvolvimento; algodão; e temas relacionados a países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), como regras de origem preferenciais para PMDRs; implementação de tratamento preferencial para serviços e prestadores de serviços de PMDRs; e aumento da participação de PMDRs no comércio de serviços.

A Declaração Ministerial resultante da Conferência registrou a falta de consenso entre os países membros no tocante à Agenda de Desenvolvimento de Doha. Enquanto muitos países membros reafirmaram o compromisso com o mandato de Doha, outros defenderam a necessidade de novas abordagens para que se logrem resultados significativos na OMC. Além disso, abriu-se a possibilidade de tratamento de novos temas não incluídos no mandato da Rodada Doha, desde que haja consenso entre os membros para tratá-los. Verificou-se, por outro lado, compromisso do conjunto dos membros no sentido de fazer avançar as negociações sobre temas pendentes de Doha, inclusive nos três pilares de agricultura: acesso a mercados, apoio doméstico e competição nas exportações.

A Declaração Ministerial inclui também, por iniciativa brasileira, parágrafo que trata de acordos comerciais regionais, estabelecendo que deverá haver discussões sobre as implicações sistêmicas desses instrumentos para o sistema multilateral de comércio e sua relação com as regras da OMC.

Com relação a novos temas, algumas áreas que vêm sendo citadas são investimentos, comércio eletrônico, defesa da concorrência e pequenas e médias empresas.

TEMAS DE INTERESSE PARA O BRASIL

Agricultura

Após o impasse a que chegaram as negociações da Rodada Doha em 2008, o processo de reforma da agricultura entrou praticamente em hibernação. As tentativas de se retomar as tratativas com base no texto das chamadas "modalidades negociadoras agrícolas" de 2008, conjunto de fórmulas para corte de subsídios e tarifas, muitas delas impulsionadas por grupo de países em desenvolvimento liderado pelo Brasil, encontraram resistências significativas.

Em resposta a esse novo contexto negociador, e sem desconsiderar o objetivo de longo prazo de aprofundar o processo de reforma do comércio agrícola internacional iniciado na Rodada Uruguai, o Brasil buscou, de forma realista e pragmática, flexibilizar posições para permitir avanços negociadores. Protagonizou, nesse sentido, a aprovação de novas regras para o efetivo preenchimento das quotas tarifárias agrícolas, na Ministerial de Bali de 2013, e teve papel central na decisão histórica adotada na Ministerial de Nairobi, em dezembro de 2015, que definiu o fim dos subsídios à exportação e novas regras para disciplinar as medidas de efeito equivalente.

O reposicionamento brasileiro nos temas agrícolas na OMC reaproximou o Brasil dos membros incisivos do Grupo de Cairns, tradicionais aliados na defesa do processo de reforma da agricultura, e formou inédita parceria com a União Europeia, que resultou na apresentação de proposta conjunta para as negociações do pilar de competição nas exportações.

Nos próximos anos, o Brasil trabalhará pragmaticamente para fortalecer o pilar negociador da OMC. A reforma continuada das regras agrícolas multilaterais continuará com a expectativa de resultados incrementais nas conferências ministeriais a cada dois anos. O foco da agenda deverá estar e, temas sistêmicos, como subsídios domésticos distorcivos, assim como em questões relacionadas ao acesso a mercados agrícolas internacionais.

REGRAS DE DEFESA COMERCIAL

Os países membros da OMC, quando confrontados com situações de concorrência desleal (dumping e/ou subsídios) ou com surtos de importações que causem ou ameacem causar dano a sua indústria nacional, podem fazer uso das regras multilaterais de comércio para aplicar medidas de defesa comercial – medidas antidumping, medidas compensatórias ("antissubsídios") e medidas de salvaguardas.

Essas medidas de defesa comercial podem assumir a forma de direitos aduaneiros aplicados acima do imposto de importação ou de restrições quantitativas. São instrumentos utilizados temporariamente, para minimizar o dano causado aos setores nacionais pelo dumping ou subsídio de terceiros ou pelo surto de importações de determinado produto. Para que essas medidas possam ser aplicadas, o país afetado deve demonstrar dano à indústria doméstica e conduzir investigações que comprovem a prática de dumping pelos exportadores (medidas antidumping), a existência de preços subsidiados (medidas compensatórias) ou o surto nas importações (salvaguardas), dependendo do caso.

Três são os Acordos da OMC que disciplinam a aplicação de medidas de defesa comercial pelos países membros: Acordo Antidumping, Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e Acordo de Salvaguardas. O Grupo Negociador de Regras (GNR) da Organização, encarregado de conduzir as negociações sobre defesa comercial na Rodada Doha, segue trabalhando no esclarecimento de aspectos específicos dos Acordos de Antidumping e de Subsídios e Medidas Compensatórias e no tratamento de temas como subsídios à pesca e acordos regionais. O mandato de Doha, em 2001, orientou os membros a negociarem aprimoramentos das disciplinas existentes nessas áreas e um novo acordo multilateral para pesca.

Na última reunião ministerial da OMC em Nairobi (dezembro de 2015), não houve resultados substantivos nos temas de "regras". Há, contudo, apoio significativo a negociações em subsídios à pesca. Algumas delegações têm sinalizado apoio para discussões sobre o aumento da transparência das disciplinas de antidumping e subsídios, mas, no contexto atual, há poucas chances de alterações dos acordos multilaterais sobre esses temas.

As negociações sobre subsídios à pesca, voltadas à adoção de um Acordo para disciplinar o apoio ao setor pesqueiro, têm como foco os problemas de sobre-exploração e a sobrecapacidade causada pelo excesso de embarcações, com sérios riscos à sustentabilidade dos recursos pesqueiros dos oceanos.

Por fim, o mandato de Doha no tema de acordos regionais tem dois tópicos. O primeiro, que previa o aumento de transparência nas disciplinas dos acordos bilaterais,

regionais ou plurilaterais, foi parcialmente cumprido com a criação, em 2006, de um "mecanismo de transparência" provisório, que prevê a notificação à OMC e o anúncio prévio do estabelecimento de acordos regionais. O segundo tópico está relacionado à análise dos impactos desses mesmos acordos sobre o sistema multilateral de comércio.

Serviços

Nas negociações de acesso a mercados em serviços na Rodada Doha, os Membros demandantes, sobretudo os países desenvolvidos, apresentam interesses ofensivos em praticamente todos os setores, com destaque para serviços financeiros, telecomunicações, postais, serviços de distribuição, serviços ambientais, serviços de energia, e serviços jurídicos. De maneira geral, os países em desenvolvimento tendem a limitar seus interesses ofensivos a Modo 4 (compromissos para permitir a prestação de serviços por pessoas físicas estrangeiras no mercado de um determinado país).

O mandato negociador de Doha estabelece a modalidade de pedido e oferta como o principal método de negociação. Em junho de 2002, foram apresentados pedidos bilaterais de acesso a mercados. Ao longo de 2003, os membros apresentaram suas ofertas iniciais. Em 2004 e 2005, foram apresentadas ofertas revisadas. Em 2008, foi realizada uma Conferência de Sinalização ("signalling conference"), na qual os membros apresentaram indicações informais de suas eventuais ofertas finais em serviço, no contexto de conclusão da Rodada e na hipótese de que fossem logrados acordos satisfatórios em outras áreas negociadoras.

A oferta brasileira revisada contempla amplos compromissos em Modo 3 (presença comercial de investidores estrangeiros) e ofertas mais limitadas em Modo 1 (prestação transfronteiriça de serviços, como, por exemplo, via Internet) e Modo 2 (consumo no exterior) em virtude da falta de parâmetros regulatórios adequados na legislação nacional (critérios para qualidade do serviço e proteção ao consumidor, por exemplo). Em alguns setores, há impedimentos legais e sensibilidades políticas que não permitem ao Brasil assumir compromissos, por exemplo, em saúde e educação.

No contexto da falta de progressos concretos na Rodada desde 2008, um grupo autointitulado de os "verdadeiros amigos da liberalização do comércio de serviços" (RGFs, na sigla em inglês) apresentou, em 2012, proposta para lançamento de uma iniciativa plurilateral para negociações em serviços, denominada "Trade in Services Agreement" ("Acordo sobre Comércio de Serviços" – TiSA, na sigla em inglês), cujos resultados "seriam posteriormente incorporados à OMC". Em linhas gerais, os RGFs propõem que a iniciativa plurilateral seja baseada nos seguintes elementos: i) compromissos abrangentes em todos os setores; ii) criação de novas oportunidades de acesso a mercados,; iii) introdução de disciplinas em capítulos setoriais (telecomunicações, serviços financeiros, etc.) e regras adicionais (compras governamentais, subsídios à exportação, etc); e iv) definição de parâmetros e incentivos para a ampliação do número de participantes, com uma possível cláusula de "massa crítica" para entrada em vigor do acordo (por exemplo, adesão de dois terços dos membros da OMC ou participação de economias responsáveis por 90% do comércio de serviços), até sua eventual incorporação ao arcabouço da OMC ("multilateralização").

Os membros que participam das negociações do TISA são vinte e dois: EUA, UE, Japão, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Noruega, Suíça, Nova Zelândia, México, Turquia, Paquistão, Hong Kong, Colômbia, Israel, Chile, Peru, Taiwan, Costa Rica, Panamá, Islândia e Liechtenstein. Há encontros periódicos reservados em Genebra para avançar as negociações e estimular a adesão dos demais membros da OMC à iniciativa. A China solicitou adesão às negociações, mas tem sido bloqueada pelos EUA. Uruguai e Paraguai também manifestaram interesse em aderir, mas já se afastaram da iniciativa.

Facilitação de Comércio

Os países membros da OMC constataram que procedimentos aduaneiros complexos e pouco transparentes, entraves burocráticos e a diversidade de práticas operacionais podem constituir barreiras não tarifárias ao comércio, de natureza administrativa. Por esse motivo, coincidiram na importância de contar com instrumento multilateral que facilitasse as operações de importação, exportação e trânsito de bens. O tema de Facilitação de Comércio, mencionado originalmente em 1996, por ocasião da Conferência de Cingapura, foi incorporado ao Mandato de Doha em 2001 e detalhado em 2004 com o chamado "Pacote de Julho" do Conselho Geral da OMC, que concentrou a negociação em torno do conteúdo e alcance de três artigos do GATT: liberdade de trânsito (Artigo V); taxas e formalidades (Artigo VIII); e transparência na publicação e na implementação de regras de comércio (Artigo X).

A negociação do Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) contou com ativa participação da delegação brasileira e foi concluído por ocasião da IX Conferência Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013, convertendo-se no primeiro acordo multilateral adotado pela Organização Mundial do Comercio (OMC) desde sua criação, em 1995.

O Brasil foi o 72º membro da OMC a ratificar o AFC, no último mês de março. O Acordo entrará em vigor quando dois terços dos 161 membros da OMC manifestarem sua aceitação (107 ratificações).

O Acordo de Facilitação de Comércio, cujos dispositivos terão força de lei no Brasil quando o instrumento entrar em vigor, promove harmonização global de certas regras aduaneiras (transparência, imparcialidade, processamento, pagamento de taxas, gestão de risco e auditoria, entre outras); contempla medidas para modernizar a administração aduaneira e simplificar procedimentos de comércio exterior; estimula maior cooperação entre as autoridades aduaneiras; e prevê a oferta de assistência técnica, capacitação e tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo.

O texto do AFC é divido em três seções:

Seção I – contém disciplinas de simplificação de procedimentos aduaneiros, entre as quais: a adoção de um guichê único para recebimento de informações; disciplinas sobre remessas expressas; cooperação aduaneira; operadores autorizados; despacho prioritário para bens perecíveis; trânsito aduaneiro de mercadorias; e medidas de transparência em geral. O Brasil foi co-proponente das disciplinas sobre cooperação aduaneira e sobre o despacho prioritário para bens perecíveis.

Seção II – estabelece uma estrutura original de implementação especial e diferenciada para países em desenvolvimento. Enquanto os países desenvolvidos devem implementar todos os compromissos da Seção I imediatamente, os países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, poderão implementar os compromissos da Seção I em prazos mais longos e solicitar assistência técnica para capacitação.

Seção III – cria um Comitê de Facilitação de Comércio no âmbito da OMC, para acompanhar a aplicação do Acordo pelos Membros, e determina o estabelecimento de Comitês Nacionais de Facilitação de Comércio, para coordenação das atividades internas de aplicação das obrigações assumidas no AFC.

A implementação do Acordo beneficiará diretamente os exportadores brasileiros, não somente por meio da redução dos custos de exportação no Brasil, hoje especialmente elevados, mas também pela agilização dos processos aduaneiros nos países de destino – particularmente em países em desenvolvimento, cuja burocracia é, em geral, mais complexa. Contribuirá, assim, para o aumento das exportações brasileiras e para uma melhor inserção comercial do país no exterior.

De acordo com projeções da OMC, da OCDE e do Banco Mundial, o Acordo sobre a Facilitação de Comércio poderá levar à redução dos custos comerciais em valor entre US$ 350 bilhões e US$ 1 trilhão, além de gerar um aumento de US$ 33 bilhões a US$ 100 bilhões nas exportações globais anuais, e de US$ 67 bilhões no PIB global.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 2015 revela que o tempo excessivo gasto no despacho aduaneiro de bens no Brasil encarece em 14,22% as compras no exterior e em 8,65% os embarques para outros países. A implementação de apenas uma das medidas previstas no Acordo, o Portal Único de Comércio Exterior (que já está avançada no Brasil), permitirá que esse custo adicional sobre os produtos caia para 8,36% e 5,32%, respectivamente, segundo a FGV. O Portal Único pretende reduzir o tempo de processamento de exportações de treze para oito dias, e o de processamento de importações, de dezessete para dez dias. Isso implicará significativa queda do custo de exportações e poderá propiciar aumento de US$ 9 bilhões no saldo comercial do País, contribuindo para um incremento de mais de 2% no PIB real do Brasil. O estudo da FGV estima que as exportações totalizem US$ 294 bilhões em 2022; com a implantação das medidas do AFC, poderiam alcançar US$ 310 bilhões. Para as importações, prevê-se aumento de US$ 267 bilhões para US$ 301,3 bilhões.

Outros instrumentos do Acordo também já estão em estágio avançado de implementação pelo Brasil, como: a Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes; a recepção antecipada das informações de passageiros; a admissão temporária de bens via ATA Carnet; e o Programa de Operador Econômico Autorizado (OEA), no qual as empresas que assim se qualifiquem junto à Receita Federal se beneficiarão de acesso mais expedito no mercado de destino. O Brasil está engajado em projetos-piloto de OEA com os EUA, a Argentina e o Uruguai, os quais deverão ser progressivamente expandidos para outros parceiros relevantes.

Em preparação para a próxima entrada em vigor do AFC, deverá ser instituído o Comitê Nacional de Facilitação do Comercio (CONFAC), que terá também a função de implementar as disciplinas previstas no Acordo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1947	23 países assinam o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT.
	Rodada do GATT (Rodada Genebra), sobre tarifas. Resultou na negociação de 45 000 concessões tarifárias.
	Delegados de 56 países se reúnem em Havana, Cuba, em novembro, a fim de iniciar negociações sobre proposta de Carta sobre Organização Internacional de Comércio (OIC).
1948	Acordo do GATT entra em vigor no dia 1º de janeiro
	Em março, a Carta de Havana, que daria origem à OIC, é assinada. O Congresso dos EUA, contudo, não a referenda. O GATT, inicialmente provisório, torna-se o único instrumento internacional de referência para o comércio internacional.
1949	Segunda Rodada do GATT (Rodada Annecy), França. Os 13 países participantes fazem cerca de 5000 concessões tarifárias.
1950	Terceira Rodada do GATT (Rodada Torquay), Reino Unido. Os 38 países participantes negociam cerca de 8700 concessões tarifárias, reduzindo em 25% o nível tarifário de 1948.
1955-56	Revisão do texto do acordo do GATT, com a aprovação do Protocolo de Emendas.
	Quarta Rodada do GATT (Rodada Genebra), Suíça. Contou com 26 países participantes. Ao término das negociações, a redução tarifária superou os US$ 2,5 bilhões.
1960-62	Quinta Rodada do GATT (Rodada Dillon, em homenagem ao Subsecretário de Estado americano, Douglas Dillon). Concessões tarifárias alcançaram US$ 4,9 bilhões e envolveram negociações relacionadas com a criação da Comunidade Econômica Européia, que pela primeira vez negociou como uma só entidade.
1964-67	Sexta Rodada do GATT (Rodada Kennedy), sobre tarifas e medidas antidumping. Redução tarifária em volume equivalente a US$ 40 bilhões.
	Em 1965, é aprovada a Parte IV do GATT, que confere tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento.

1973-79	Sétima Rodada do GATT (Rodada Tóquio), com a participação de 102 países. Foram criadas uma série de acordos plurilaterais sobre medidas não tarifárias e aprovada a chamada "cláusula de habilitação", que permite a concessão de preferências a países em desenvolvimento. Redução tarifária alcançou US$ 300 bilhões.
1986-93	Oitava Rodada do GATT (Rodada Uruguai). A mais ambiciosa do ponto de vista temático. Resultou na criação da OMC e na incorporação ao regime do GATT de setores antes parcialmente excluídos, como agricultura e têxteis, além de introduzir regras a novos setores: serviços (GATS), investimentos (TRIMS) e de propriedade intelectual (TRIPS).
1994	Em Marraquexe, Marrocos, completou-se a Rodada Uruguai e firmou-se o acordo de estabelecimento da Organização Mundial do Comércio.
1995	Criação da Organização Mundial do Comércio, com sede em Genebra. O Brasil é membro fundador.
1996	1ª Conferência Ministerial, Cingapura. A tentativa de inclusão nas discussões da OMC de uma cláusula social e de novos temas (compras governamentais, investimentos, facilitação do comércio) foi rechaçada pelos países em desenvolvimento.
1998	2ª Conferência Ministerial, Genebra. Reafirma esforços de cooperação técnica para que os países em desenvolvimento se beneficiem do comércio internacional.
1999	3ª Conferência Ministerial, em Seattle, Estados Unidos. Com a forte oposição dos movimentos sociais anti-globalização, fracassou o lançamento de uma nova rodada de negociações da OMC. Mike Moore, da Nova Zelândia, se torna Diretor-Geral da OMC.
2001	Em dezembro, a China entra formalmente na OMC.
	4ª Conferência Ministerial, Doha. Lançada a Rodada para o Desenvolvimento (Rodada Doha), sobre tarifas, agricultura, serviços, subsídios, solução de controvérsias, entre outros.
2002	Com a eleição de Supachai Panitchpakdi como Diretor-Geral, pela primeira vez a OMC é comandada por um representante dos países em desenvolvimento.
2003	5ª Conferência Ministerial, em Cancun, México. As negociações fracassam após quatro dias de disputas sobre subsídios a produtores agrícolas e acesso a mercados. Sob liderança da diplomacia brasileira, foi criado o G-20, que alterou o equilíbrio das negociações agrícolas na Rodada Doha em favor dos PEDs.
	OMC declara ilegais tarifas impostas pelos EUA às importações de aço. Presidente Bush revoga tarifas a fim de evitar guerra comercial com a União Européia.

2004	Em Genebra, EUA e União Europeia se dispõem a reduzir subsídios agrícolas se países em desenvolvimento cortarem custos alfandegários sobre produtos manufaturados.
2005	6ª Conferência Ministerial, em Hong Kong. É aprovada a Declaração de Hong Kong, que prevê a abolição dos subsídios à exportação de todos os produtos agrícolas até 2013. A reunião consolidou a contribuição essencial do G-20.
	OMC considera procedente queixa do Brasil sobre subsídios concedidos pelos EUA a seus produtores de algodão.
	Pascal Lamy é eleito Diretor-Geral da OMC
	EUA se dispõem a cortar subsídios concedidos à agricultura se União Europeia seguir o exemplo. A França dificulta o entendimento ao acrescentar mais exigências.
	Arábia Saudita ingressa na OMC.
2008	Ministros tentam retomar a Rodada Doha, sem sucesso.
2009	7ª Conferência Ministerial, em Genebra. A reunião teve caráter não-negocial, adotando como tema o papel da OMC e do Sistema Multilateral de Comércio no atual ambiente econômico global. Enfatizou-se a promoção de discussões mais transparentes e abertas e discutiram-se formas de reavivar as negociações, paralisadas desde 2005.
2010	Encontro do G-20, em Seul, aponta 2011 como uma "janela de oportunidade" para a conclusão da Rodada Doha.
2011	8ª Conferência Ministerial, em Genebra. Não tem sucesso a tentativa de aprovar um pacote parcial de resultados da Rodada. Com impossibilidade de negociar uma declaração ministerial, os países-membros optaram pela elaboração de texto de consenso, incluído no resumo da reunião, contendo elementos de orientação política relativos à importância do sistema multilateral de comércio, temática de comércio e desenvolvimento e retomada da Rodada Doha.
	Rússia ingressa na OMC.
2013	O embaixador brasileiro Roberto Azevêdo, então Representante Permanente do Brasil junto à OMC, é eleito ao cargo de Diretor-Geral
	9ª Conferência Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia, de 3 a 6/12.
2014	Discussões sobre implementação dos resultados da Conferência Ministerial de Bali, incluindo o Acordo de Facilitação do Comércio e o Programa de Trabalho pós-Bali para a Conclusão da Rodada Doha.
2015	10ª Conferência Ministerial, realizada em Nairobi, Quênia, de 15 a 18 de dezembro.
2016	Discussões sobre implementação dos resultados da Conferência Ministerial de Nairobi, em especial sobre o futuro do pilar negociador da OMC.

PRINCIPAIS ATOS MULTILATERAIS E BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor (Data)	Publicação no D.O.U (Data)
Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio	15/4/1994	1/1/1995	31/12/1994

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 60, DE 2016

(nº 346/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Página da matéria

Mensagem nº 346

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Os méritos do Senhor Paulino Franco de Carvalho Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de junho de 2016.

EM nº 00157/2016 MRE

Brasília, 8 de Junho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 385 - C. Civil.

Em 22 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO*
CPF: 500.108.329-04
ID: 9066 MRE

1961	Filho de Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho e Maria de Lourdes Cordeiro Franco de Carvalho, nasce em 13 de fevereiro, em Curitiba/PR
Dados Acadêmicos:	
1985	CPCD - IRBr
1988	Pós-Graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas/DF
1995	CAD - IRBr
2007	CAE - IRBr, "As perspectivas para o fortalecimento da Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (CPAB) e os interesses brasileiros"
Cargos:	
1986	Terceiro-Secretário
1993	Segundo-Secretário
1999	Primeiro-Secretário, por merecimento
2004	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2015	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1986-88	Secretaria de Orçamento e Finanças, Assistente
1988-91	Secretaria de Relações com o Congresso, Assistente
1991-95	Embaixada em Roma, Terceiro-Secretário e Segundo Secretário
1995-99	Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário
1999	Cerimonial, assistente
1999-03	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Assistente e Assessor
2003-07	Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário
2008-09	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete
2009-10	Divisão de Serviços Gerais, Chefe
2010-13	Divisão do Meio Ambiente, Chefe
2013-13	Subsecretaria-Geral Política I, Chefe de Gabinete
2013	Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, Diretor
Chefias de Delegação:	
2010	Reunião de Consultas Regionais entre países da América Latina e Caribe sobre o Grupo de Trabalho de Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, Panamá
2010	II Reunião do Grupo de Amigos dos Co-Presidentes sobre Responsabilidade e Compensação no âmbito do Protocolo de Cartagena (Biossegurança) da Convenção de Diversidade Biológica, Kuala Lumpur
2010	IX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, Cali
2010	XIV Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica (SBSTTA) da Convenção de Diversidade Biológica, Nairóbi
2010	II Sessão da IX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, Montreal
2010	Reunião do Grupo Inter-regional de Negociação do Protocolo de Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, Montreal
2010	V Reunião das Partes (V COP/MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Nagoya

2011	13ª Sessão da Comissão de Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura da FAO, Roma
2011	X Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidades de Combate à Desertificação, Changwon
2012	II Sessão Plenária de Negociação da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), Panamá
2012	XVI Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica (SBSTTA) da Convenção de Diversidade Biológica, Montreal
2012	VI Reunião das Partes (V COP/MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Hyderabad
2012	48ª Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), Yokohama
2013	Segunda Reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Especialistas em Financiamento Florestal do Foro das Nações Unidas sobre Florestas, Viena
2013	I Reunião Plenária da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), Bonn
2013	XVI Conferência das Partes na Convenção sobre Espécies Ameaçadas da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), Bangkok
Condecorações:	
2001	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
2002	Ordem do Mérito, Itália, Cavaleiro
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2008	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2015	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
Publicações:	
2015	"Notas sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos" in: Cadernos de Política Exterior, ano 1, número 2

MARIA-THERESA LAZARO
Subsecretária-Geral do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANGOLA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Maio de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE ANGOLA	
NOME OFICIAL:	República de Angola
CAPITAL:	Luanda
ÁREA:	1.246.700 km^2
POPULAÇÃO:	24,2 milhões (2014) - Banco Mundial
LÍNGUA OFICIAL:	Português
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Religiões africanas (47%), católica (38%), protestante (15%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional – Parlamento unicameral, composto por 220 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente José Eduardo dos Santos
CHANCELER:	Georges Chikoti
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL:	US$ 138,36 bilhões (2013)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP):	US$ 152,5 bilhões (2011)
PIB *PER CAPITA*	US$ 5.890 (2013)
PIB PPP *PER CAPITA*	US$ 6.950 (2011)
VARIAÇÃO DO PIB	10,3% (2013); 13,2% (2012)
IDH (2014):	0,532 (149ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	52,3 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	72,9% (est.)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2014):	6,8% (2014) - Banco Mundial
UNIDADE MONETÁRIA:	kwanza
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Nelson Manuel Cosme
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 15 mil pessoas

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Angola
US$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	838	60,7%	0,61%	460	(+)	0,50%	1.297	148,8%	0,57%	378
2007	1.218	45,4%	0,76%	946	105,9%	0,78%	2.165	66,9%	0,77%	272
2008	1.975	62,1%	1,00%	2.236	136,3%	1,29%	4.211	94,5%	1,26%	-262
2009	1.333	-32,5%	0,87%	138	-93,8%	0,11%	1.471	-65,1%	0,52%	1.195
2010	947	-28,9%	0,47%	494	258,9%	0,27%	1.442	-2,0%	0,38%	453
2011	1.074	13,4%	0,42%	438	-11,4%	0,19%	1.512	4,9%	0,31%	636
2012	1.145	6,6%	0,47%	46	-89,5%	0,02%	1.190	-21,3%	0,26%	1.099
2013	1.271	11,1%	0,53%	727	(+)	0,30%	1.998	67,8%	0,41%	544
2014	1.262	-0,7%	0,56%	1.110	52,7%	0,48%	2.372	18,7%	0,52%	152
2015	648	-48,6%	0,34%	32	-97,1%	0,02%	680	-71,3%	0,19%	616

APRESENTAÇÃO

Ex-colônia portuguesa, a República de Angola tornou-se independente em 11 de novembro de 1975. O país, a seguir à independência, viu-se mergulhado em uma guerra civil que só se encerraria em 2002. Conquistada a paz, Angola encontra-se em dinâmico processo de reconstrução nacional, buscando a revitalização de sua economia e o desenvolvimento social.

Com economia profundamente vinculada às atividades petrolíferas, Angola encontra-se exposta às oscilações dos preços internacionais da *commodity*. Nesse sentido, o governo angolano vem envidando esforços no sentido da diversificação econômica.

República presidencialista, o país está administrativamente dividido em 18 províncias: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Kuando Kubango, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.

Localizado na costa sudoeste do continente africano e com 1.246.700 km2 de extensão, o território angolano é limitado a Norte e Nordeste pela República Democrática do Congo e pela República do Congo; a Leste, pela Zâmbia; e ao Sul, pela Namíbia. Banhado pelo Oceano Atlântico, o país tem uma costa de 1.650km de extensão. A temperatura média em Luanda é de 26 graus, sendo raro fazer frio. Em algumas províncias do Planalto Central

angolano a temperatura pode cair um pouco mais, chegando a 15 graus. Em Luanda e províncias do Norte, as temperaturas no verão variam entre 30 e 36 graus.

Com pouco mais de 24 milhões de pessoas, segundo dados mais recentes do Banco Mundial, a população angolana é majoritariamente de origem Bantu. A língua oficial é o Português, mas existem mais de 40 outras línguas faladas no país, sendo as mais abrangentes o umbundu, o kicongo, o kimbundu e o tchokwe.

PERFIL BIOGRÁFICO

José Eduardo dos Santos
Presidente da República



Nasceu em agosto de 1943, em Luanda. Iniciou a atividade política após a criação, em 1956, do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), em grupos clandestinos estabelecidos nos subúrbios da capital. Em 1961, com o início da luta pela independência, deixou o país e passou a coordenar a atividade da Juventude do MPLA em Brazzaville. Exerceu diversas funções político-militares na província de Cabinda. Com a independência, tornou-se Ministro de Negócios Estrangeiros (1975-77). Assumiu a chefia do MPLA e a posição de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Populares de

Libertação de Angola (FAPLA) (1979-80). Presidiu a Assembleia do Povo (1980-1992). Tornou-se Presidente em 1992, após vencer, no primeiro turno, as primeiras eleições multipartidárias de Angola. Reelegeu-se nas eleições de agosto de 2012.

RELAÇOES BILATERAIS

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em novembro de 1975, fato que ainda hoje confere grande prestígio à diplomacia brasileira em Luanda.

A "Declaração de Parceria Estratégica", assinada em 2010, conferiu nova dimensão às relações bilaterais. O documento delimita áreas de interesse recíproco e prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica. No âmbito da parceria, criou-se a Comissão Bilateral de Alto Nível, com vistas ao aprofundamento, por meio de encontros regulares entre os Chanceleres, do diálogo sobre temas bilaterais, regionais e internacionais de interesse comum. Realizaram-se, até o momento, 4 encontros no âmbito daquela Comissão. A última reunião do mecanismo ocorreu em abril de 2016, quando o Ministro Mauro Vieira realizou visita oficial a Luanda. As outras edições ocorreram: I Reunião, em outubro de 2012, em Brasília; II Reunião, em abril de 2015, em Luanda; III Reunião, em novembro de 2015, em Brasília, no contexto das comemorações dos 40 anos do reconhecimento brasileiro da independência de Angola e do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

Visitas presidenciais recentes

Houve quatro visitas presidenciais durante o governo Lula, que esteve em Luanda em 2003 e 2007 e recebeu o presidente José Eduardo dos Santos em 2005 e 2010. A presidenta Dilma Rousseff visitou Luanda em 2011, durante seu primeiro périplo pela África.

A mais recente visita presidencial ocorreu em junho de 2014, quando o presidente José Eduardo dos Santos, no contexto da Copa do Mundo, realizou visita ao Brasil. Durante a visita, José Eduardo dos Santos avistou-se com a presidenta Dilma, ocasião em que se assinou o Protocolo sobre Facilitação de Vistos de Negócios.

Visitas ministeriais recentes

Em abril de 2016, o Ministro Mauro Vieira realizou visita oficial a Luanda. Na ocasião, os dois Chanceleres presidiram a IV Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível, oportunidade em passaram em revista os principais

temas da agenda bilateral, regional e multilateral de interesse comum. O Ministro Mauro Vieira foi recebido pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

Tratou-se da segunda visita a Angola desde que o Ministro assumiu a Chefia do Ministério das Relações Exteriores. Anteriormente, o Ministro Mauro vieira havia visitado Luanda em abril de 2015, quando presidiu com seu homólogo a II Reunião da Comissão Bilateral e também se avistou com o Presidente José Eduardo dos Santos. Naquela ocasião, foram assinados o "Memorando de Entendimento para a Promoção de Investimentos nos Setores da Indústria, Agricultura, Energia e Serviços", bem como o "Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos" (hoje em fase de aprovação congressual).

A mais recente visita do Ministro Georges Chikoti ao Brasil teve lugar em novembro de 2015, no contexto das comemorações dos 40 anos do reconhecimento brasileiro da independência de Angola e do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. No dia 13 de novembro de 2015, o Ministro Georges Chikoti e o Ministro Mauro Vieria mantiveram reunião de trabalho, dando sequência aos contatos que mantiveram, em abril de 2015, em Luanda. Naquele mesmo dia, os dois Ministros também inaugurarararam o Seminário "40 Anos do Reconhecimento da Independência de Angola pelo Brasil", organizado pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Fundação Alexandre de Gusmão.

Para além das visitas dos dois Chanceleres, o ano de 2015 foi marcado por uma série de outras visitas ministeriais de lado a lado.

Em julho de 2015, o Ministro das Finanças de Angola, Armando Manuel, avistou-se, em Brasília, com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, e o então Ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Naquele mesmo mês, a Ministra das Pescas de Angola, Sra. Victória de Barros Neto, também esteve no Brasil, ocasião em que, entre outros compromissos, inaugurou o "Seminário Brasil-Angola sobre Pesca e Aquicultura", ao lado de seu homólogo brasileiro, Ministro Helder Barbalho. Os dois Ministros avaliaram temas da agenda bilateral na área de pesca e aquicultura.

Em setembro de 2015, o Ministro da Cultura do Brasil, Juca Ferreira, visitou Luanda, por ocasião da inauguração do Centro Cultural Brasil-Angola, ocasião em que se avistou com sua homóloga angolana, Rosa Cruz e Silva.

Cooperação técnica

O Programa de Cooperação Brasil – Angola possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em 11 de junho de 1980. A Agência Brasileira de Cooperação desenvolveu, nos últimos 18 anos, total de 67 iniciativas com Angola. Ao longo desse período, a cooperação técnica abrangeu áreas diversas como formação profissional, educação, inclusão digital, gestão pública, agricultura, segurança alimentar, saúde e defesa.

Atualmente, a cooperação técnica entre Brasil e Angola resume-se a alguns poucos projetos, destacando-se: i. "Projeto-Piloto em Doença Falciforme" (a ser finalizado ainda este ano), que busca capacitar médicos e enfermeiros do Hospital Pediátrico David Bernardino no diagnóstico e tratamento da doença falciforme; ii. "Capacitação do Sistema de Saúde do Governo de Angola" (a ser finalizado ainda este ano), que busca capacitação nos campos de ensino, ciência e tecnologia no país, incluindo comunicação e informação; iii."Fortalecimento da Capacidade de Pesquisa e Inovação dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola", iniciativa conjunta do governo brasileiro e da FAO, que também deverá ser concluída neste ano.

Dentre os projetos já realizados, destaque-se o projeto Escola de Todos – Fase II, concluído tecnicamente em 2015, que contribuiu para a iniciativa do Ministério da Educação angolano de elaborar projeto de lei que previsse a criação de política pública nacional de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas públicas angolanas. Merece, ainda, destaque o projeto de Capacitação em Sáude Pública, que viabilizou a formação de 15 mestres angolanos em saúde pública. A iniciativa contou com a parceria da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz).

Cooperação educacional

Angola é um dos principais países beneficiados pelo PEC-G. É o terceiro país em número de estudantes, atrás apenas de Cabo Verde e Guiné Bissau. Nos últimos 10 anos, foram beneficiados 698 estudantes angolanos. A maioria dos angolanos no PEC-G recebe bolsa mensal, no valor de US$500, do Instituto Nacional de Bolsa de Estudos (INAGBE) de Angola. No caso de carência de recursos, os estudantes com destacado rendimento escolar também são

contemplados, semestralmente, com a Bolsa-Mérito ou com a Bolsa MRE. Nos dois semestres de 2015, 40 angolanos foram selecionados para o recebimento do auxílio.

Angola também ocupa posição de destaque no Programa de Estudantes–Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). É o terceiro país africano em número de participantes do Programa (59 nos últimos dez anos), após Cabo Verde e Moçambique.

Cooperação cultural

Por ocasião da visita do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, a Luanda, em setembro de 2015, foram inauguradas as novas instalações da Casa de Cultura Brasil-Angola. A mudança é resultado de Memorando de Entendimento, assinado em 2009, para a cessão recíproca de imóveis históricos para abrigar os Centros Culturais do Brasil em Angola e de Angola no Brasil (que já funciona em edifício cedido pelo governo da Bahia no Pelourinho, Salvador). Por esse instrumento, a Fundação Eduardo dos Santos (FESA) comprometeu-se a restaurar integralmente prédio histórico em Luanda e cedê-lo ao governo brasileiro. O imóvel tem 1.700 metros quadrados de área, foi totalmente reconstruído, com novas fundações, estruturas, paredes e revestimentos. Dispõe de quatro salas de aula, seis salas para oficinas, biblioteca, espaço para exposições e teatro completamente equipado, com capacidade para 175 pessoas.

Cooperação Jurídica Brasil-Angola

No âmbito da CPLP, encontram-se vigentes para o Brasil, desde 2013, os Acordos de Extradição e de Transferência de Pessoas Condenadas. Os referidos Acordos possuem cláusula específica determinando a revogação dos Tratados bilaterais anteriores sobre ambos os institutos, celebrados em 2005.

Em 2005, celebrou-se Convenção da CPLP sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal. Ambos os países ratificaram a Convenção da CPLP sobre o tema, ainda não promulgado pelo Brasil. Atualmente, os pedidos de auxílio jurídico entre as partes tramitam com base em promessa de reciprocidade.

O Brasil propôs recentemente o entabulamento de negociações com vistas à celebração de instrumento bilateral de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil. Registre-se que a inexistência de tal tipo de acordo, contudo, não impede a formulação e atendimento de pedidos com base em promessa de reciprocidade.

Cooperação em defesa

O setor de defesa é um dos pilares da Parceria Estratégica entre Brasil e Angola. A cooperação nessa área já é bastante intensa, especialmente no âmbito do ensino militar. A intensidade da cooperação nesse setor decorre, entre outros, da grande demanda angolana por formação e aperfeiçoamento de seus militares, à luz do fato de que as Forças Armadas Angolanas (FAA) se encontram em meio a processo de estabelecimento de academias de formação militar.

Trocas de visitas de altas autoridades do Ministério da Defesa também demonstram a coesão das relações bilaterais nessa área. Entre outras visitas, destaquem-se a do então Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, a Angola em fevereiro de 2013 e a do Ministro da Defesa de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, a Brasília em agosto de 2014. Destaque-se, ainda, a visita do Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro, General de Exército Sérgio Westphalen Etchegoyen, a Luanda, em outubro de 2015. Em todas essas ocasiões, discutiram-se possíveis linhas de ação para a cooperação no tema de defesa.

Embora já bastante intensa, Brasil e Angola encontram-se em vias de concluir negociações em torno do Acordo de Cooperação na Área de Defesa, cujo texto, inicialmente assinado em 2010, teve de ser revisto de forma adequar-se à nova lei brasileira de acesso à informação. A assinatura do referido acordo permitirá a intensificação da cooperação nesse domínio, especialmente no tocante à pesquisa, ao intercâmbio de conhecimento, ao apoio logístico e à aquisição de produtos e serviços de defesa.

Há interesse, ingualmente, de explorarem-se novas parcerias na indústria de defesa, em particular no segmento aeronáutico. Há vários anos, aeronaves Embraer (EMB-110, Bandeirante, EMB-120, Brasília, ERJ-135, ERJ-145 e EMB-312, Tucano) são operadas em Angola. As aeronaves militares EMB-312, Tucano, equipam a Força Aérea Angolana desde 1998. Em 2009, foram adquiridas pela Força Aérea Nacional de Angola (FANA) seis aeronaves A-29 (EMB-314) Super Tucano. O primeiro lote, de três Super Tucano, foi entregue em julho de 2013. O segundo lote, também de três aeronaves, foi entregue no final do mesmo ano.

Registre-se, por fim, que o Ministério da Defesa brasileiro, por meio da empresa EMGEPRON (vinculada diretamente ao Comando da Marinha), prestou apoio técnico ao estudo do levantamento da plataforma continental

angolana. Os trabalhos foram concluídos em dezembro de 2013. O projeto teve impacto muito positivo junto às autoridades militares angolanas. A especial relevância do projeto reside no fato de que a maior parte da produção de petróleo de Angola, principal fonte de receitas do país, dá-se em bacias marítimas.

Cabos submarinos

A empresa Angola Cables pretende construir cabo submarino de fibra óptica entre Fortaleza e Luanda. Em 24 de julho de 2015, a Prefeitura de Fortaleza e a empresa angolana assinaram contrato de concessão de terreno para construção de um "datacenter" e uma central para conexão dos cabos. A Angola Cables estima investir R$ 72 milhões no Brasil. A Telebrás dispôs-se a cooperar na etapa de ancoragem do cabo no litoral brasileiro. Há previsão de que a conexão entre em funcionamento a partir de 2017.

Reforma do Conselho de Segurança

Angola já manifestou, em várias ocasiões, apoio à candidatura do Brasil a membro permanente em CSNU reformado. Esse apoio foi reiterado pelo Presidente de Angola em comunicado conjunto emitido na visita da Presidenta Dilma Rousseff a Luanda, em outubro de 2011.

Assuntos consulares

A Embaixada em Luanda é a única representação brasileira no país.

A comunidade brasileira residente em Angola está estimada em cerca de 15 mil pessoas (dados de 2015).

Empréstimos e financiamentos oficiais

No período de 1998 a 2015, o BNDES desembolsou cerca de 34,7 bilhões de dólares para financiar a exportação de bens e serviços brasileiros para todo o mundo, em operações pós-embarque.

Nesse período, Angola foi o terceiro maior destino de exportações financiadas pelo BNDES (3,39 bilhões de dólares, ou 9,7% do total), superada apenas pelos Estados Unidos (14,3 bilhões de dólares) e pela Argentina (3,4 bilhões de dólares). Vale mencionar, também, que no período de 2010 a 2015, foram despendidos cerca de 210 milhões de dólares em recursos do PROEX para o financiamento de exportações para Angola.

POLÍTICA INTERNA

Panorama geral

O fim da guerra civil, em 2002, após a morte do líder histórico da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Jonas Savimbi, propiciou a pacificação do país que esteve mergulhado em 40 anos de conflitos: 15 anos de luta anticolonial e 27 anos de embate fratricida.

A nova Constituição, aprovada e promulgada em janeiro de 2010, trouxe avanços em várias áreas das liberdades civis e coletivas e da ordem econômica do país. A Constituição prevê um regime presidencialista no qual o Presidente é eleito pelo voto direto e secreto e tem poderes para nomear os Governadores das províncias e também dos municípios. Extinguiu-se a figura do Primeiro-Ministro, mas criou-se o cargo de Vice-Presidente, o qual acumula as funções de coordenação administrativa.

De forma ordeira e tranquila, conforme relatos de observadores eleitorais, realizaram-se, em agosto de 2012, eleições presidenciais e legislativas. Como já esperado, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) elegeu o PR José Eduardo dos Santos, ao obter 71,8% dos votos válidos. O partido da situação elegeu, ademais, 175 dos 220 deputados à Assembleia Nacional, número que garante ao MPLA confortáveis 80% do Parlamento.

O programa de governo do MPLA para o quinquênio 2012-2017, inspirado na Estratégia Geral de Longo Prazo do partido, estruturou-se em torno dos seguintes eixos fundamentais: (i) a consolidação da paz, o reforço da democracia e a preservação da unidade e da coesão nacionais; (ii) a garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento; (iii) a melhoria da qualidade de vida dos angolanos; (iv) apoio ao empresariado nacional; (v) o reforço da inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

Evolução política recente

Atualmente, a grande questão política no país gira em torno dos efeitos da queda do preço internacional do petróleo (cuja exportação corresponde a 70% das receitas do país) e seus impactos sociais. Em 2015, o governo angolano realizou severo corte no orçamento nacional inicialmente previsto. Conforme reconheceu à época o Presidente José Eduardo dos Santos, reduzia-se "enormemente a capacidade do Executivo de realizar despesas públicas e de financiar a economia. Se esta situação não for devidamente controlada e o país convenientemente orientado, podemos afetar as bases em que assenta a sua estabilidade econômica e social".

A atual situação econômica também afeta as perspectivas para as próximas eleições gerais, previstas para 2017. Nesse contexto, registre-se que, em março de 2016, o Presidente José Eduardo dos Santos declarou que deixará

"a vida pública ativa em 2018". Nesse possível cenário de abandono definitivo da vida política do Presidente angolano, proliferam especulações sobre seus possíveis sucessores, mas sem qualquer nome de consenso. Ao que tudo indica, o MPLA já estaria discutindo internamente possíveis nomes, sem ter ainda encontrado nome aceito pela maioria e com respaldo da população.

Há grande expectativa em torno dessa incógnita, uma vez que a divulgação da lista do partido permitirá conhecer se haverá sucessão e, caso o nome de José Eduardo dos Santos não esteja efetivamente presente, revelará quem poderá ser futuro Presidente da República, haja vista que o partido da situação goza de grande favoritismo nas eleições.

Poder Legislativo

O Parlamento de Angola é unicameral (Assembleia Nacional). Nos termos da Constituição do país, trata-se de órgão "representativo de todos os angolanos, que exprime a vontade soberana do povo e exerce o poder legislativo do Estado".

A Assembleia Nacional é integrada por 220 Deputados. Os Deputados são eleitos por sufrágio universal, direto, secreto e periódico, segundo o sistema de representação proporcional, para mandatos de cinco anos. São eleitos por círculos eleitorais, existindo um círculo eleitoral nacional – pelo qual se elegem 130 deputados – e círculos eleitorais correspondentes a cada uma das 18 províncias – pelo qual se elegem 5 Deputados por província (90 ao todo).

São elegíveis os cidadãos angolanos maiores de 18 anos. A lei eleitoral prevê algumas exceções que decorrem da natureza de certas funções, tais como as de magistrado, militar na ativa, diplomata, entre outras.

Poder Judiciário

Conforme a Constituição angolana, os Tribunais superiores de Angola são: o Tribunal Constitucional (a quem compete, em geral, administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional), o Tribunal Supremo (instância judicial superior da jurisdição comum), o Tribunal de Contas (o órgão supremo de fiscalização da legalidade das finanças públicas e de julgamento das contas que a lei sujeitar à sua jurisdição) e o Supremo Tribunal Militar (órgão superior na hierarquia dos tribunais militares).

Sempre conforme a Constituição angolana, os Tribunais são os órgãos "de soberania com competência de administrar a justiça em nome do povo" e,

no exercício da função jurisdicional, compete-lhes "dirimir conflitos de interesses público ou privado, assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos, bem como os princípios do acusatório e do contraditório e reprimir as violações da legalidade democrática".

POLÍTICA EXTERNA

Angola tem assumido maior projeção no cenário internacional, em particular por meio de papel protagônico no continente africano. O país é a segunda economia da África Austral, após a África do Sul, e ocupa assento não permanente no CSNU durante o biênio 2015/2016.

No continente, além dos vizinhos República Democrática do Congo e Namíbia, favorece o relacionamento com os Países Africanos de Língua Portuguesa, com os quais o sentido de cooperação e engajamento é reforçado pela atuação angolana na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O país, ao utilizar seu próprio exemplo de superação de conflitos fratricidas, projeta-se como interlocutor necessário nos processos de estabilização da África, não só entre os países vizinhos, mas também em outras zonas do continente, como o Golfo da Guiné e a Região dos Grandes Lagos. Luanda defende soluções africanas para os problemas africanos e busca reforçar o papel das organizações regionais. Apoia a ampliação das competências das entidades sub-regionais, como a União Africana e a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).

Fora do continente, prioriza os parceiros estratégicos (Brasil, EUA e China), seguidos dos países com os quais mantém laços tradicionais, como Portugal, Rússia e Cuba. Grandes países europeus e o Japão também estão muito presentes em Angola, por meio de novos investimentos. Os vínculos com parceiros do Sul (Índia, Argentina, Venezuela, entre outros) estão sendo fortalecidos.

A diplomacia angolana tem-se esforçado para atrair investidores públicos e privados e para estimular parcerias internacionais que possam favorecer o crescimento e a diversificação de sua economia, sobretudo no atual cenário de contenção orçamentária decorrente da queda dos preços internacionais do petróleo.

A China é o principal parceiro comercial de Angola. O país é destino de metade das exportações angolanas (48,8%) e origem de praticamente um quarto de suas importações (23%).

Guiné-Bissau

Os guineenses nutrem pelos angolanos forte relação de proximidade, em função das relações históricas entre os dois países, que remontam à época da luta anticolonial.

As relações bilaterais foram abaladas quando, com o golpe militar de 2012, o novo governo da Guiné-Bissau determinou a evacuação imediata da MISSANG, missão militar angolana, composta por cerca de 200 militares, que apoiava a reforma do setor de defesa e segurança do país. A MISSANG foi, então, substituída por missão da CEDEAO – a ECOMIB.

Marco recente na reaproximação bilateral foi a visita do Presidente da Assembleia Nacional Parlamentar da Guiné-Bissau, Cipriano Cassamá, a Luanda, em junho de 2015. O Presidente guineense José Mário Vaz esteve em Lunda, em novembro de 2015, para participar das festividades alusivas aos 40 anos de independência de Angola.

Quando de sua presidência no Conselho de Segurança (março), Luanda organizou a passagem do CSNU por Bissau (7 de março), que envolveu encontros com: Presidente José Mario Vaz; Primeiro-Ministro Carlos Correia; Presidente da Assembleia Nacional Popular Cipriano Cassamá; e lideranças do PAIGC (inclusive com o ex-Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira).

Conselho de Segurança

Angola exerce mandato eletivo no CSNU no biênio 2015-2016. Luanda tem-se engajado mais ativamente em temas africanos e, nesse sentido, entre outras medidas, preside o "Ad Hoc Working Group on Conflict Prevention and Resolution in Africa".

Em março de 2016, Luanda exerceu a presidência mensal do Conselho de Segurança. Dentre as suas principais iniciativas, vale destacar as seguintes: debate aberto em nível ministerial sobre a prevenção e a resolução de conflitos na região dos Grandes Lagos; debate aberto sobre papel das mulheres na

prevenção e na resolução de conflitos na África; e Fórmula Arria sobre segurança alimentar e conflitos.

Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL)

Desde janeiro de 2014, Angola ocupa a Presidência rotativa da CIRGL, organização que congrega 12 países da região dos Grandes Lagos (Angola, Burundi, Quênia, República do Congo, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Ruanda, Uganda, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia e Zâmbia). Durante a presidência angolana, o engajamento da CIRGL na busca de soluções duradouras para as principais questões de segurança na região (Burundi, Leste da República Democrática do Congo, RCA e Sudão do Sul) tem sido fortalecido. A ausência de interesses diretos angolanos na perpetuação da instabilidade regional contribui para o renovado protagonismo da CIRGL.

Em março de 2016, quando na presidência do Conselho de Segurança, Luanda organizou debate aberto naquele órgão sobre a promoção da segurança na região dos Grandes Lagos, que resultou na adoção, em 31 de março, de Declaração Presidencial. Por meio dela, o Conselho de Segurança lamentou o descumprimento dos acordos regionais para estabilização da República Democrática do Congo, a continuidade do tráfico ilícito de recursos naturais e a importância da neutralização das milícias armadas em operação no leste da República Democrática do Congo.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia angolana vincula-se estreitamente às receitas oriundas das atividades petrolíferas. Estima-se que o setor responda por 46% do PIB do país, 70% de suas receitas totais e 95% de suas exportações. Essa dependência deixa o país exposto às oscilações dos preços internacionais do petróleo. Nesse contexto, o governo angolano vem envidando esforços para diversificar a economia.

O baixo preço internacional do petróleo tornou-se um dos mais importantes temas políticos e econômicos do país, com os mais variados desdobramentos: revisão do orçamento nacional, desvalorização cambial, inflação, adoção de política monetária restritiva.

Em 2015, o Governo angolano viu as receitas oriundas de exportação reduzirem-se drasticamente. Houve redução na projeção do PIB, nas

expectativas de crescimento da indústria de transformação e dos serviços. A baixa dos preços do petróleo também reduziu a entrada de dólares no país, com forte pressão sobre as reservas nacionais. O kwanza desvalorizou-se fortemente frente ao dólar, pressionando assim os preços dos produtos importados e, em consequência, a inflação, o que tem particular impacto sobre as camadas menos favorecidas da população.

De forma a contornar as limitações de suas reservas internacionais, o governo angolano vem tentando encontrar novas fontes de financiamento externo e renegociar as dívidas existentes. Ademais, pretende potencializar a produção nacional voltada ao mercado interno e internacional, gerando, desta forma, divisas, fora do setor petrolífero. Nesse contexto, pretende-se a canalização de recursos para apoiar a diversificação da economia produtiva no setor privado.

Inflação

Em 2002, ano em que o país saiu da Guerra Civil, a inflação alcançou 106%. Um ano depois, fruto de uma política monetária, cambial e fiscal rigorosa, registrou uma redução em 28%, fixando-se em 76,6%. Com o acentuar da crise atual (decorrente da queda dos preços internacionais do petróleo), a inflação que registrava índices baixos (na casa dos 7% em 2014) voltou a estar em alta, tendo alcançado, já em 2015, 14,27%.

Atualmente, a inflação anualizada está acima de 20%. Aponta-se como principais causas da recente escalada inflacionária, a alta dos preços dos combustíveis e a escassez de divisas para a importação, que, por sua vez, origina um efeito em cascata na redução da oferta de bens e serviços na economia.

Comércio Exterior

Os maiores parceiros comerciais do país são: China (que responde por mais de 40% de todo o comércio exterior do país), Estados Unidos (8%), Portugal (7%) e Índia (6,9%). O Brasil é o nono parceiro comercial de Angola (dados disponíveis de 2014). Entre 2013 e 2014 o país registrou considerável redução (20%) no saldo de sua balança comercial, reflexo inicial da queda dos preços do petróleo. Essa tendência pode ter-se aprofundado em 2015.

Comércio bilateral

Angola é nosso sexto parceiro na África, atrás de Nigéria, Argélia, Egito, África do Sul e Marrocos. Em 2015, as importações brasileiras foram quase que inteiramente de combustíveis (99,6%), enquanto os principais produtos exportados foram carnes (26%) e açúcar (13%).

Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes. Em 2009, as importações brasileiras de petróleo angolano caíram 94%, e o fluxo comercial reduziu-se a US$ 1,47 bilhão. Manteve-se no mesmo patamar nos três anos seguintes (US$ 1,44 bilhão em 2010, US$ 1,51 bilhão em 2011 e US$ 1,2 bilhão em 2012) e registrou recuperação a partir de então (US$ 2 bilhões em 2013 e US$ 2,4 bilhões em 2014. Em 2015, porém, houve novo declínio: o intercâmbio foi de apenas US$ 680 milhões, redução parcialmente explicada pela queda nos preços do petróleo e da consequente crise econômica no país africano.

Muito embora o Brasil seja o nono maior parceiro comercial de Angola (5º maior exportador e 11º maior importador), a participação do Brasil no comércio exterior do país ainda é modesta. Com efeito, nossas importações correspondem a apenas 1,7% das exportações angolana, e nossas exportações a apenas 4,8% das importações daquele país. Tal cenário é explicado, sobretudo, pela posição de destaque ocupada pela China, maior parceiro comercial de Angola.

Investimentos

Em abril de 2015, durante a visita do Ministro Mauro Vieira a Luanda, assinaram-se o Memorado de Entendimento para a Promoção de Investimentos nos Setores da Agricultura, da Energia e dos Serviços e do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) – este último ainda pendente de aprovação congressual. Os dois instrumentos são complementares: enquanto o memorando prevê criação de Grupo de Trabalho para identificar oportunidades e desenvolver projetos para a promoção de investimentos de empresas brasileiras em Angola, o ACFI prevê a criação de mecanismo intergovernamental de consultas na área.

Ainda nesse contexto, ressalte-se a assinatura, em junho de 2014, por ocasião de visita oficial do Presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil, do Protocolo sobre Facilitação de Vistos de Negócios, cujas negociações haviam iniciado em janeiro de 2013. O Protocolo busca sanar dificuldades enfrentadas

pelas comunidades brasileira e angolana, estendendo para 24 meses o prazo de vistos de negócios e permitindo aos seus titulares permanência de até 90 dias não prorrogáveis por ano.

Todos esses acordos vêm-se juntar à linha de crédito concedida nos últimos anos a Angola como mecanismos de apoio à consolidação da presença do Brasil naquele mercado. Atualmente, Angola é o principal destino de financiamentos oficiais brasileiros na África e o segundo no mundo, atrás apenas da Argentina.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1975	Angola torna-se independente. Início da guerra civil, opondo o MPLA, apoiado por Cuba, à Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA) e à União Nacional para a Total Independência de Angola (UNITA), apoiadas pelos Estados Unidos e pela África do Sul
1979	Agostinho Neto, líder do MPLA, morre. José Eduardo dos Santos torna-se Presidente
1987	A África do Sul invade Angola para apoiar a UNITA
1988	África do Sul, Angola e Cuba assinam acordo para a retirada das tropas cubanas. A África do Sul retira-se do País
1989	MPLA e UNITA acordam cessar-fogo, que não é respeitado. A guerra civil é retomada
1991	Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi assinam acordo de paz em Lisboa, que resulta em uma constituição multipartidária
1992	Eleições parlamentares e presidenciais. José Eduardo dos Santos é eleito
1993	Sanções da ONU contra a UNITA. EUA reconhecem o governo do MPLA
1994	Governo e a UNITA assinam o Protocolo de Lusaka
1996	Santos e Savimbi concordam em formar governo de união
1997	Início do governo de união. Savimbi recusa-se a participar
1998	Reinício da guerra civil
2002	Morre Savimbi. Governo e UNITA assinam cessar-fogo. UNITA abandona seu braço-armado, tornando-se um partido político
2010	Aprovação da Nova Constituição angolana
2012	Reeleição do Presidente José Eduardo dos Santos

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1975	O Brasil é o primeiro país a reconhecer a independência de Angola (novembro)
1982	I Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
1983	II Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
1984	III Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
1992	V Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
2003	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola (novembro)
2005	VI Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
2007	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola (outubro)

2010	Visita ao Brasil do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, e assinatura da Parceria Estratégica (junho)
2011	Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Angola (outubro)
2012	Visita do Ministro Georges Chikoti ao Brasil. Realiza-se, na ocasião, a I Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (novembro)
2014	Visita ao Brasil do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos (junho)
2015	Visita do Ministro Mauro Vieira a Angola. Realiza-se, na ocasião, a II Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (abril)
2015	Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti, no contexto das comemorações dos 40 anos do reconhecimento brasileiro da independência de Angola e do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Realiza-se, na ocasião, a III Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (novembro)
2016	O Ministro Mauro Vieira realiza visita oficial a angola. Realiza-se, na ocasião, a IV Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (abril)

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	**Data de Celebração**	**Vigor Internacional**	**Publicação (D.O.U)**
Acordo de Cooperação Cultural e Científica	11/06/1980	11/02/1982	09/10/1990
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica	11/06/1980	11/02/1982	09/10/1990
Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços	31/05/1999	30/09/2000	02/10/2000
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Angola no Domínio de Turismo	17/04/2009	Em processo de ratificação	
Acordo de Cooperação entre a República	23/06/2010	Em tramitação no Congresso Nacional	

Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Educação Não-Superior e Formação		
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros	23/06/2010	Em tramitação no Congresso Nacional
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola	01/04/2015	Em tramitação no Congresso Nacional

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

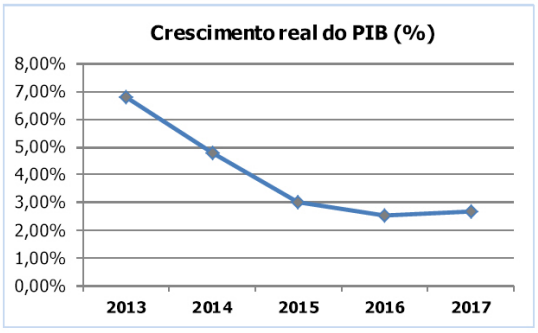
Principais indicadores socioeconômicos da Angola

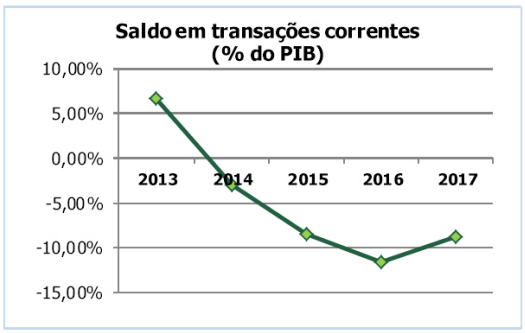
Indicador	2013	2014	2015[1]	2016[1]	2017[1]
Crescimento real do PIB (%)	6,81%	4,80%	3,00%	2,51%	2,70%
PIB nominal (US$ bilhões)	124,91	126,78	102,98	81,50	86,29
PIB nominal "per capita" (US$)	5.277	5.199	4.100	3.150	3.238
PIB PPP (US$ bilhões)	166,43	177,29	184,44	190,93	198,79
PIB PPP "per capita" (US$)	7.030	7.271	7.344	7.381	7.461
População (milhões de habitantes)	23,67	24,38	25,12	25,87	26,64
Inflação (%)[2]	7,69%	7,49%	14,27%	19,19%	14,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	6,68%	-2,94%	-8,50%	-11,59%	-8,81%
Dívida externa (US$ bilhões)	25,00	28,45	33,84	38,59	43,40
Câmbio (Kz / US$)[2]	97,56	102,86	135,32	169,57	221,44
Origem do PIB (2011 Estimativa)					
Agricultura			10,2%		
Indústria			61,4%		
Serviços			28,4%		

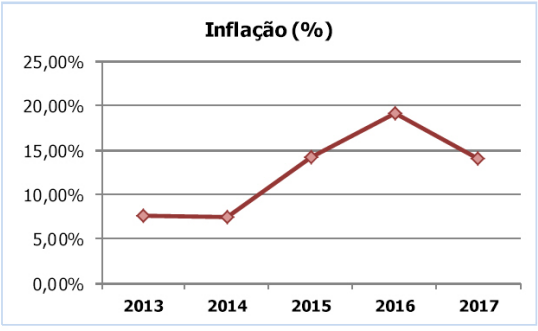
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2016.

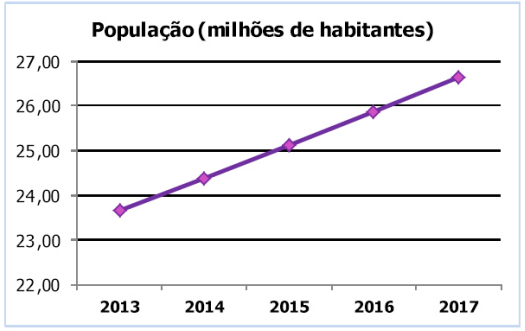
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.





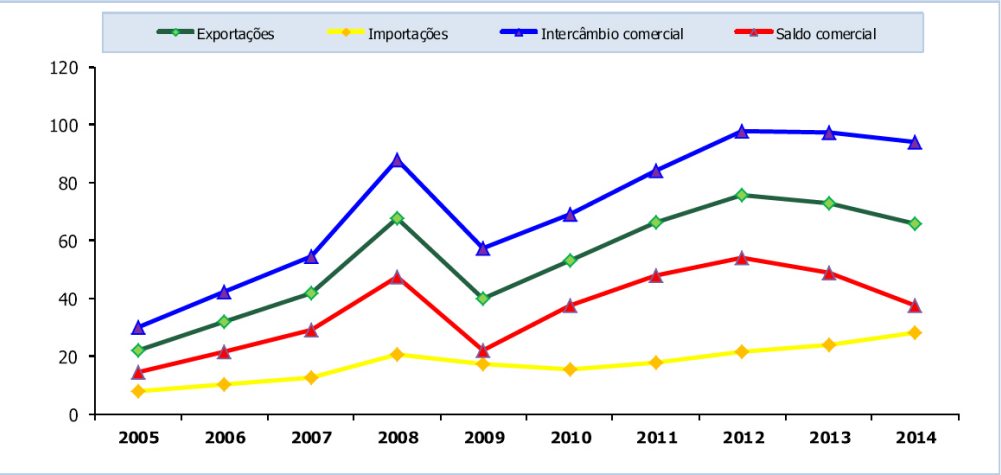




Evolução do comércio exterior da Angola
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	22,09	72,7%	7,76	17,6%	29,85	53,9%	14,32
2006	31,99	44,8%	10,50	35,2%	42,48	42,3%	21,49
2007	41,70	30,4%	12,67	20,7%	54,36	28,0%	29,03
2008	67,75	62,5%	20,46	61,5%	88,21	62,3%	47,30
2009	39,83	-41,2%	17,53	-14,3%	57,36	-35,0%	22,30
2010	53,30	33,8%	15,70	-10,5%	69,00	20,3%	37,60
2011	66,17	24,2%	17,98	14,5%	84,15	22,0%	48,19
2012	75,89	14,7%	21,78	21,1%	97,67	16,1%	54,11
2013	73,14	-3,6%	24,17	11,0%	97,31	-0,4%	48,97
2014	65,74	-10,1%	28,25	16,9%	93,99	-3,4%	37,49
Var. % 2005-2014	**197,6%**	**--**	**263,8%**	**--**	**214,9%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.
A Angola não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



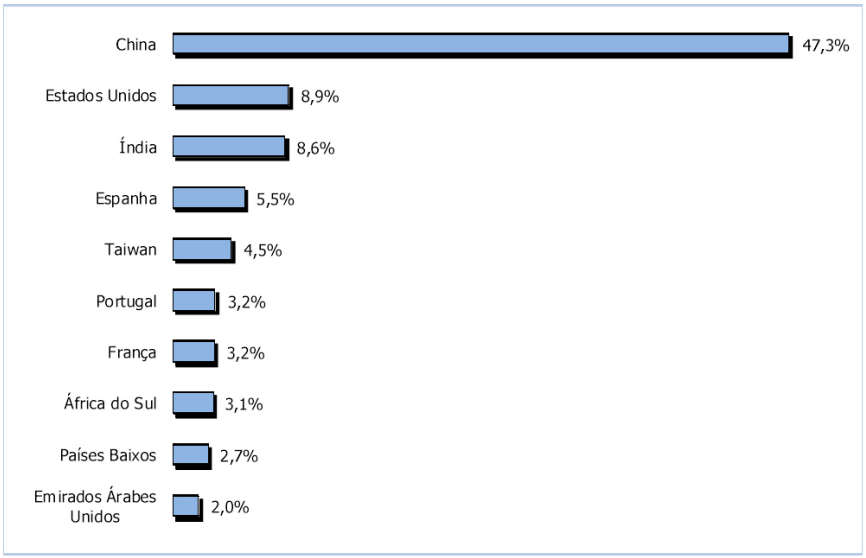
Direção das exportações da Angola
US$ bilhões

Países	2014	Part.% no total
China	31,11	47,3%
Estados Unidos	5,84	8,9%
Índia	5,64	8,6%
Espanha	3,60	5,5%
Taiwan	2,95	4,5%
Portugal	2,13	3,2%
França	2,08	3,2%
África do Sul	2,02	3,1%
Países Baixos	1,77	2,7%
Emirados Árabes Unidos	1,32	2,0%
...		
Brasil (12ª posição)	***1,11***	***1,7%***
Subtotal	**59,57**	**90,6%**
Outros países	**6,17**	**9,4%**
Total	**65,74**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

A Angola não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



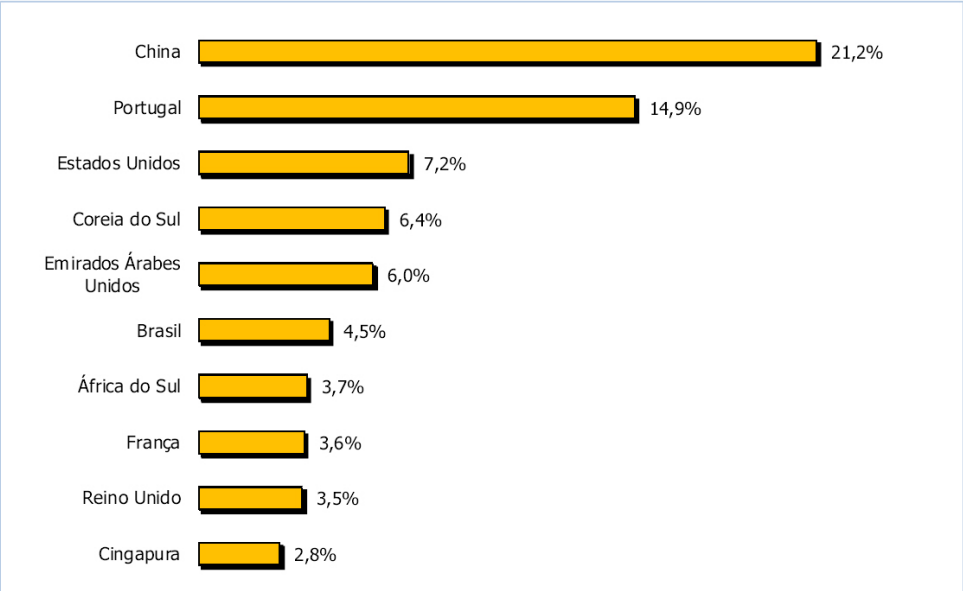
Origem das importações da Angola
US$ bilhões

Países	2014	Part.% no total
China	5,98	21,2%
Portugal	4,22	14,9%
Estados Unidos	2,04	7,2%
Coreia do Sul	1,80	6,4%
Emirados Árabes Unidos	1,68	6,0%
Brasil	***1,26***	***4,5%***
África do Sul	1,05	3,7%
França	1,02	3,6%
Reino Unido	1,00	3,5%
Cingapura	0,79	2,8%
Subtotal	**20,84**	**73,8%**
Outros países	**7,41**	**26,2%**
Total	**28,25**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

A Angola não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



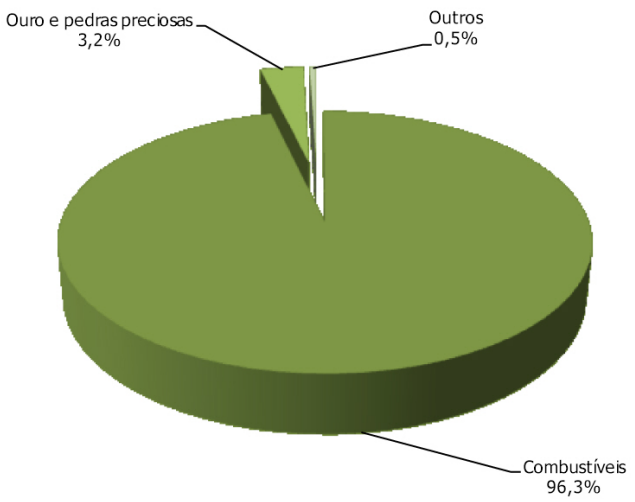
Composição das exportações da Angola
US$ bilhões

Grupos de Produtos	2014	Part.% no total
Combustíveis	63,29	96,3%
Ouro e pedras preciosas	2,12	3,2%
Subtotal	**65,41**	**99,5%**
Outros	**0,33**	**0,5%**
Total	**65,74**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

A Angola não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Principais grupos de produtos exportados

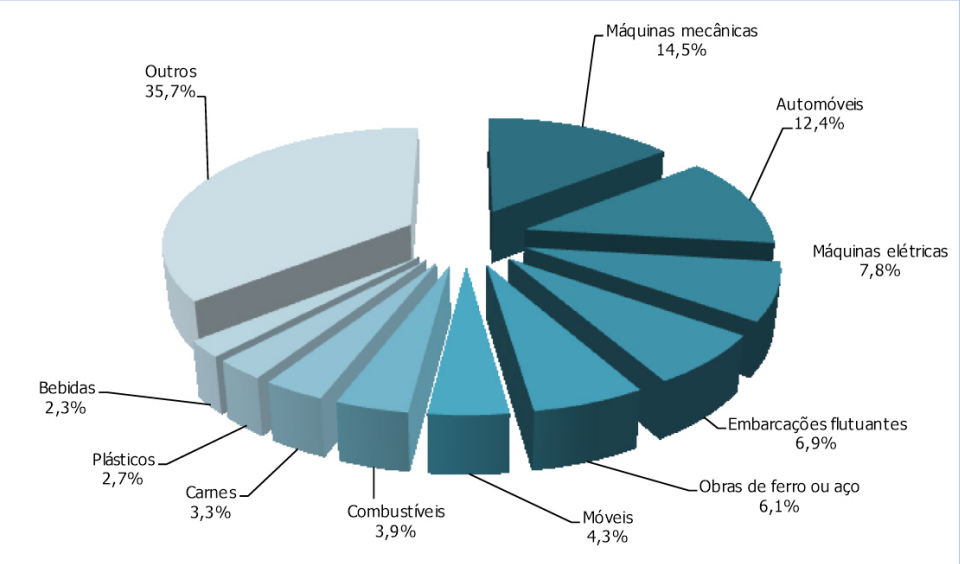


Composição das importações da Angola
US$ bilhões

Grupos de produtos	2014	Part.% no total
Máquinas mecânicas	4,09	14,5%
Automóveis	3,50	12,4%
Máquinas elétricas	2,21	7,8%
Embarcações flutuantes	1,96	6,9%
Obras de ferro ou aço	1,73	6,1%
Móveis	1,21	4,3%
Combustíveis	1,11	3,9%
Carnes	0,94	3,3%
Plásticos	0,77	2,7%
Bebidas	0,64	2,3%
Subtotal	**18,16**	**64,3%**
Outros	**10,09**	**35,7%**
Total	**28,25**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

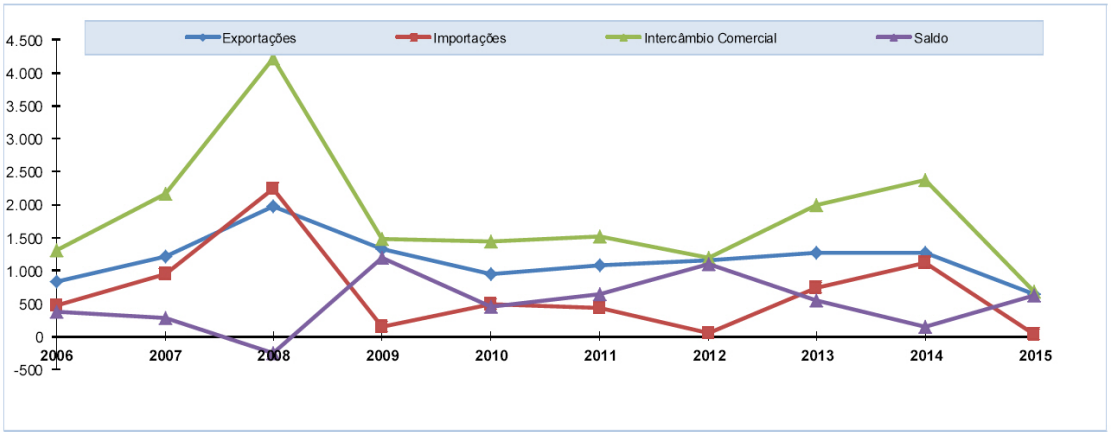
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Angola
US$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	838	60,7%	0,61%	460	(+)	0,50%	1.297	148,8%	0,57%	378
2007	1.218	45,4%	0,76%	946	105,9%	0,78%	2.165	66,9%	0,77%	272
2008	1.975	62,1%	1,00%	2.236	136,3%	1,29%	4.211	94,5%	1,26%	-262
2009	1.333	-32,5%	0,87%	138	-93,8%	0,11%	1.471	-65,1%	0,52%	1.195
2010	947	-28,9%	0,47%	494	258,9%	0,27%	1.442	-2,0%	0,38%	453
2011	1.074	13,4%	0,42%	438	-11,4%	0,19%	1.512	4,9%	0,31%	636
2012	1.145	6,6%	0,47%	46	-89,5%	0,02%	1.190	-21,3%	0,26%	1.099
2013	1.271	11,1%	0,53%	727	(+)	0,30%	1.998	67,8%	0,41%	544
2014	1.262	-0,7%	0,56%	1.110	52,7%	0,48%	2.372	18,7%	0,52%	152
2015	648	-48,6%	0,34%	32	-97,1%	0,02%	680	-71,3%	0,19%	616
2016 (jan-abr)	124	-32,0%	0,22%	29	n.a.	0,07%	153	-16,4%	0,16%	96
Var. % 2006-2015	**-22,7%**		**--**	**-93,1%**		**--**	**-47,6%**		**--**	**n.c.**

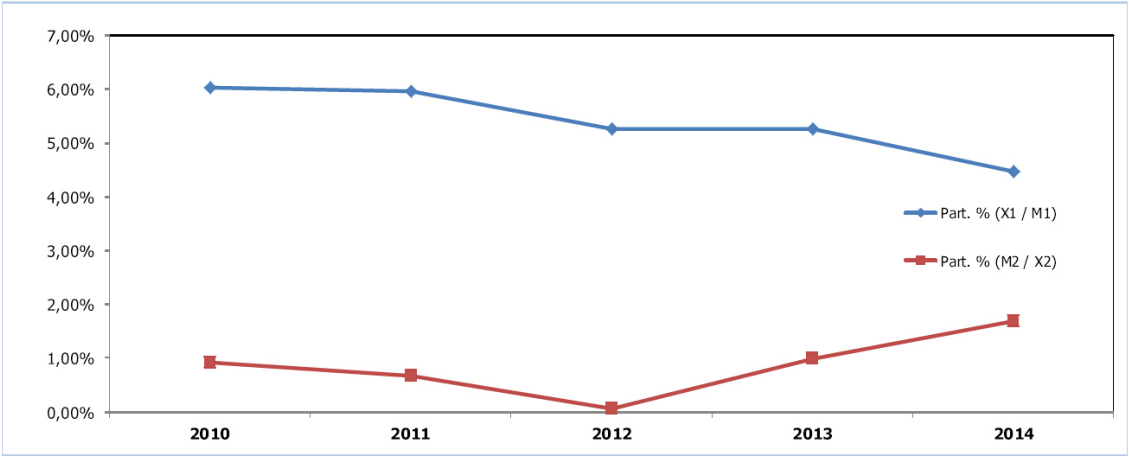
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio da Angola
US$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Angola (X1)	947,1	1.074	1.145	1.271	1.262	33,2%
Importações totais da Angola (M1)	15.700	17.982	21.780	24.170	28.249	79,9%
Part. % (X1 / M1)	6,03%	5,97%	5,26%	5,26%	4,47%	-26,0%
Importações do Brasil originárias da Angola (M2)	494,5	438,1	45,9	726,8	1.110	124,5%
Exportações totais da Angola (X2)	53.300	66.172	75.886	73.144	65.740	23,3%
Part. % (M2 / X2)	0,93%	0,66%	0,06%	0,99%	1,69%	82,0%

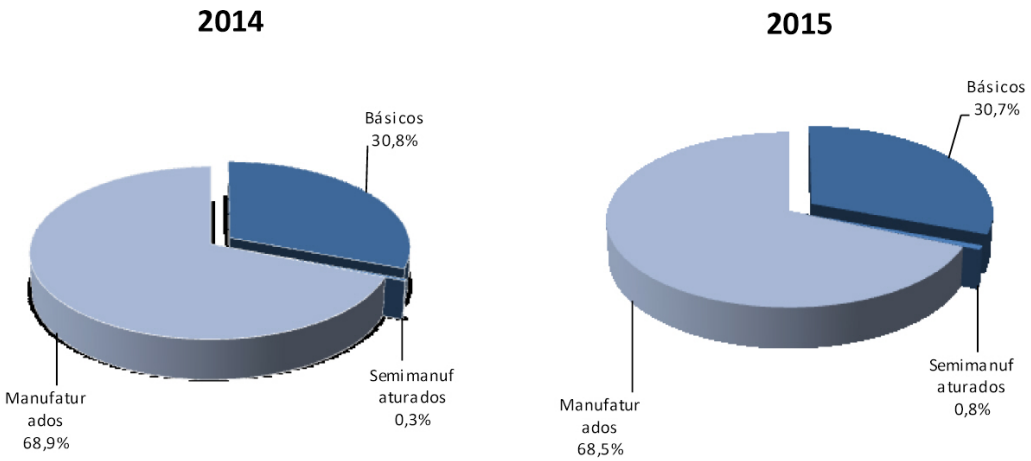
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações da Angola e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



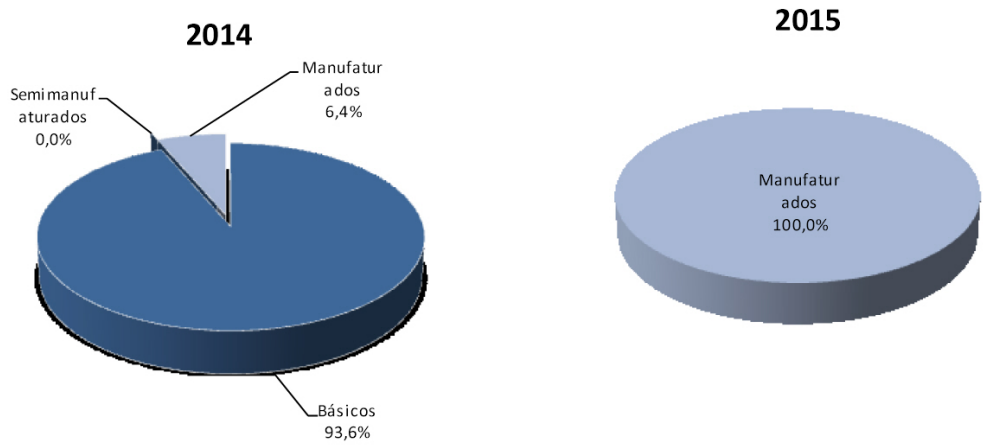
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras(1)



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

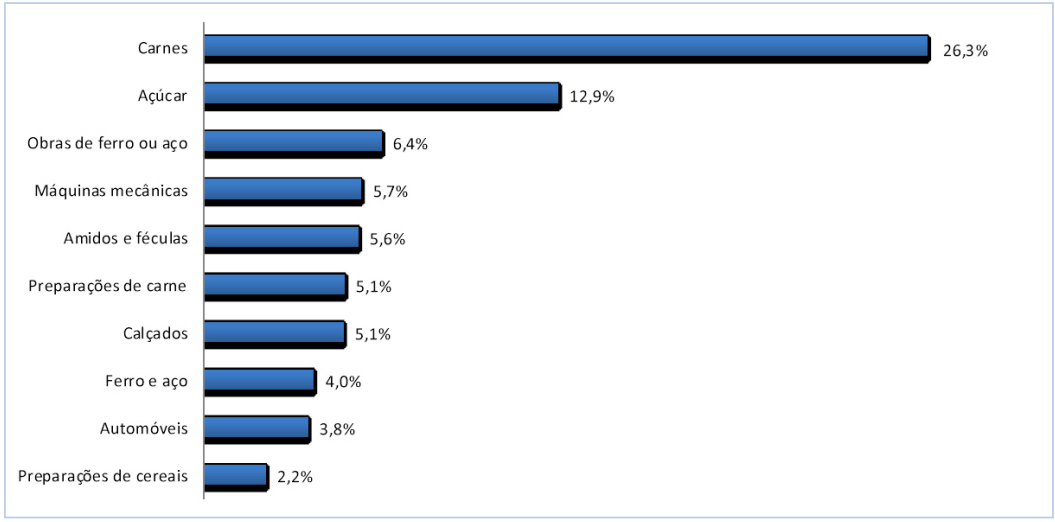
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Angola
US$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	315,9	24,9%	343,4	27,2%	170,4	26,3%
Açúcar	185,7	14,6%	184,8	14,6%	83,5	12,9%
Obras de ferro ou aço	33,1	2,6%	54,1	4,3%	41,6	6,4%
Máquinas mecânicas	90,0	7,1%	56,5	4,5%	36,9	5,7%
Amidos e féculas	37,7	3,0%	49,0	3,9%	36,2	5,6%
Preparações de carne	55,5	4,4%	74,9	5,9%	33,0	5,1%
Calçados	51,8	4,1%	54,9	4,4%	32,8	5,1%
Ferro e aço	24,1	1,9%	17,2	1,4%	25,8	4,0%
Automóveis	77,1	6,1%	111,8	8,9%	24,4	3,8%
Preparações de cereais	32,9	2,6%	40,0	3,2%	14,5	2,2%
Subtotal	**903,8**	**71,1%**	**986,4**	**78,2%**	**499,0**	**77,0%**
Outros produtos	**367,4**	**28,9%**	**275,3**	**21,8%**	**149,0**	**23,0%**
Total	**1.271**	**100,0%**	**1.262**	**100,0%**	**648**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

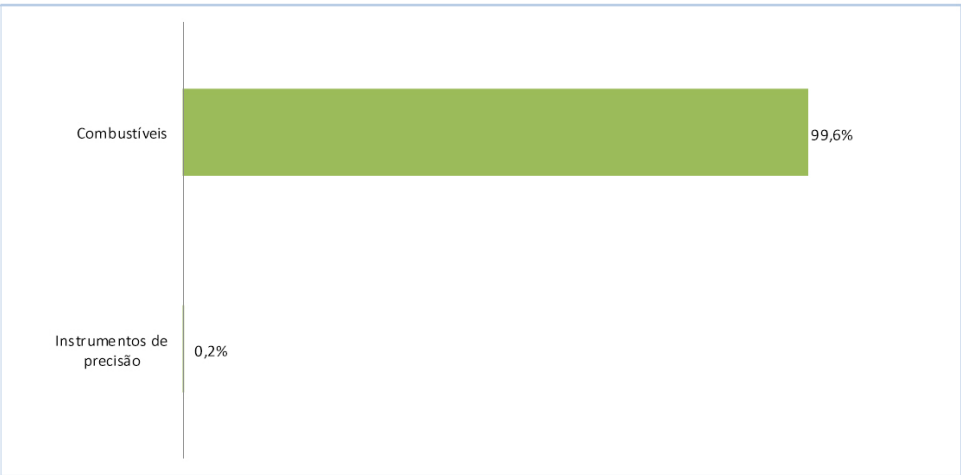


Composição das importações brasileiras originárias da Angola
US$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	726,8	100,0%	1.110	100,0%	31,7	99,6%
Instrumentos de precisão	0,0	0,0%	0	0,0%	0,1	0,2%
Subtotal	**726,8**	**100,0%**	**1.110**	**100,0%**	**31,8**	**99,8%**
Outros produtos	**0,0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**0,1**	**0,2%**
Total	**726,8**	**100,0%**	**1.110**	**100,0%**	**31,8**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

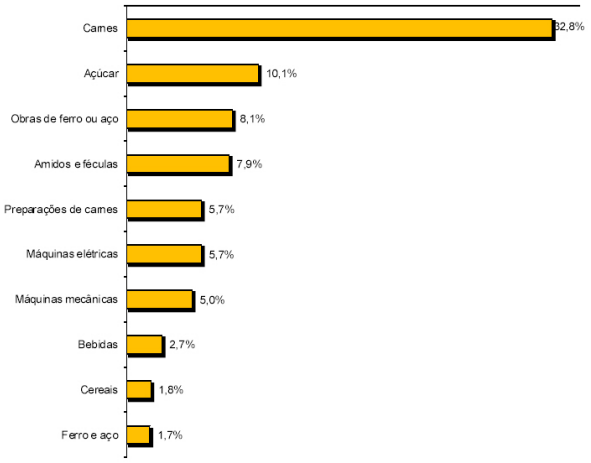
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

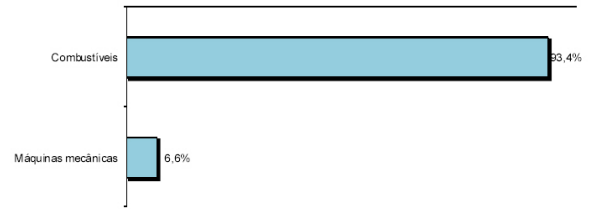
Grupos de Produtos	2015 (jan-abr)	Part. % no total	2016 (jan-abr)	Part. % no total
Exportações				
Carnes	49,00	26,8%	40,73	32,8%
Açúcar	16,18	8,8%	12,55	10,1%
Obras de ferro ou aço	8,36	4,6%	10,08	8,1%
Amidos e féculas	8,85	4,8%	9,76	7,9%
Preparações de carnes	14,53	7,9%	7,12	5,7%
Máquinas elétricas	1,76	1,0%	7,08	5,7%
Máquinas mecânicas	12,14	6,6%	6,23	5,0%
Bebidas	0,64	0,3%	3,31	2,7%
Cereais	4,18	2,3%	2,25	1,8%
Ferro e aço	2,62	1,4%	2,17	1,7%
Subtotal	**118,26**	**64,6%**	**101,27**	**81,4%**
Outros produtos	**64,72**	**35,4%**	**23,07**	**18,6%**
Total	**182,99**	**100,0%**	**124,35**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016



Grupos de Produtos	2015 (jan-abr)	Part. % no total	2016 (jan-abr)	Part. % no total
Importações				
Combustíveis	0,00	0,0%	26,73	93,4%
Máquinas mecânicas	0,01	25,4%	1,87	6,6%
Subtotal	**0,01**	**100,0%**	**28,60**	**100,0%**
Outros produtos	**0,03**	**0,0%**	**0,01**	**0,0%**
Total	**0,05**	**100,0%**	**28,61**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 61, DE 2016

(nº 347/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Página da matéria

SENADO FEDERAL
Secretaria Geral da Mesa
Coordenação de Proposições
e Matérias Legislativas
MSF nº 61 de 2016
Em 23 / 06 / 2016

61

Mensagem nº 347

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

Os méritos do Senhor Norton de Andrade Mello Rapesta que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de junho de 2016.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
MSF nº 61 / 2016
Fls. 01

EM Nº 158 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 8 de junho de 2016.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

JOSÉ SERRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

SENADO FEDERAL S G M FLS. Nº 01

00001.002082/2016-92

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Secretaria da Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
João Batista Santos Ferreira
Brasília-DF 08/06/16 H 13:40

EM nº 00158/2016 MRE

Brasília, 8 de Junho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente de República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 03

Assinado eletronicamente por: José Serra

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA*
CPF.: 405941227-91
ID.: 8275 MRE

1958	Filho de Enrique Wilson Libertário Rapesta e Maria Augusta Rapesta, nasce em 20 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1980	Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ
1982	CPCD - IRBr
1991	CAD - IRBr
2007	CAE - IRBr, Exportação de Produtos de Defesa: importância estratégica e promoção comercial
Cargos:	
1983	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1996	Primeiro-Secretário, por merecimento
2003	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2010	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1984-85	Divisão de Divulgação Documental, Assistente
1985-87	Coordenadoria Especial de Imprensa, Assessor
1987-91	Embaixada em Roma, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1991-92	Presidência da República, Secretaria de Imprensa, Adjunto
1992-97	Divisão de Operações de Promoção Comercial, Assessor
1997-99	Consulado-Geral em Caiena, Cônsul-Geral
1999-2003	Missão Junto à CEE, Bruxelas, Primeiro-Secretário
2003-09	Divisão de Operações de Promoção Comercial, Assistente e Chefe
2009-11	Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, Diretor
2011-15	Embaixada em Helsinki, Embaixador
2015-	Embaixada em Luanda, Embaixador
Condecorações:	
1986	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro
1993	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
1994	Medalha Santos Dumont, Brasil
1995	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
1999	Ordre du Mérite National, França, Cavaleiro
2007	Ordem de Dannebrog, Dinamarca, Comandante
2008	Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Comandante
2008	Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador
2010	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
2015	Comandante da Grã Cruz da Ordem do Leão da Finlândia

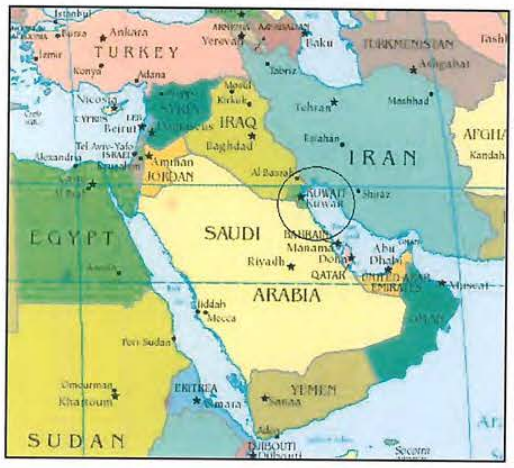
PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

SENADO FEDERAL S G M FLS. Nº 04

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

KUWAIT







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2016

SENADO FEDERAL
SGM
FLS. Nº 05

2

DADOS BÁSICOS SOBRE O KUWAIT	
NOME OFICIAL:	Estado do Kuwait
CAPITAL:	Cidade do Kuwait
ÁREA:	17.818 km²
POPULAÇÃO:	4.298.634, dos quais 1.316.554 detém nacionalidade kuwaitiana
IDIOMA OFICIAL:	árabe e inglês.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	islã (85%, sendo 70% destes sunitas e 30% xiitas). O cristianismo, o hinduísmo e as demais religiões representam 15%.
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional (Majlis Al-Ummah). Parlamento unicameral, composto por 50 membros eleitos para mandatos de quatro anos e até 15 membros não eleitos (ministros, ao serem indicados pelo Emir, tornam-se automaticamente membros do parlamento).
CHEFE DE ESTADO:	Emir Xeque Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah (desde 29/01/2006)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Xeque Jaber al Mubarak al Sabah (desde 04/12/2011)
CHANCELER:	Xeque Sabah al Khalid al Sabah (desde 22/09/2011)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US$ 163,6 bilhões (2015)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US$ 274,9 bilhões (2015)
PIB *PER CAPITA* (2015)	US$ 38.058 (2015)
PIB PPP *PER CAPITA* (2015)	US$ 63.959 (2015)
VARIAÇÃO DO PIB	-1,6% (2014); 1,1% (2013); 6,6% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,816 (48ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	74,4 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,54%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	3% (CIA World Factbook)
UNIDADE MONETÁRIA:	dinar kuwaitiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ayadah M. Al-Saidi
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 300 brasileiros residentes no Kuwait

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-KUWAIT (em milhões de US$, fonte: MDIC)									
Brasil → Kuwait	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**
Intercâmbio	70,6	120,4	147,9	224,7	344,4	373,6	744,4	1.322	670,3
Exportações	49,5	65,5	74,0	191,6	230,7	373,3	357,3	306	239,1
Importações	21,1	54,9	74,0	33,1	113,7	0,3	387,1	1.016	430,7
Saldo	28,4	10,7	0	158,6	117,1	373	-30	-710	-191,2

Informação elaborada em 29/04/2016 por Pedro Menezes.

SENADO FEDERAL SGM FLS.

APRESENTAÇÃO

O Kuwait compreende uma área de 17.818 km², possuindo fronteira terrestre com Arábia Saudita e Iraque, bem como fronteira marítima com o Irã. Localizado na extremidade noroeste do Golfo Pérsico e próximo da desembocadura do sistema fluvial mesopotâmico, o Kuwait possui posição estratégica. A população do Kuaite é de cerca de 4,3 milhões, dos quais 1,3 milhão detém nacionalidade kuwaitiana. Apesar da presença de minoria xiita relevante, não há, tradicionalmente, rivalidade sectária significativa.

Embora formalmente vassalo do Império Otomano, o Emir do Kuwait assinou, em 1896, Tratado de Protetorado com o Império Britânico, status que manteve até 1961, ano de sua independência.

A indústria petrolífera responde por mais da metade do PIB nacional, sendo a principal fonte de receitas estatais.

Apesar de ser a família real o principal centro de poder no país, as instituições kuaitianas permitem grau de participação e liberdade políticas superiores, vai de regra, ao demais membros do Conselho de Cooperação do Golfo.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 07

4

PERFIS BIOGRÁFICOS

Emir Xeque Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah
Chefe de Estado



Nascido em junho de 1929, é o quarto descendente do Emir do Kuwait Xeque Ahmad al Jaber al Sabah. Viúvo.

Estudou em escolas do Kuwait e completou estudos superiores com tutores particulares. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 1963 a 1991 e Ministro em exercício da Informação entre 1963 e 1985. Entre 1965 e 1967 desempenhou as funções de Ministro das Finanças e Ministro Interino do Petróleo.

Foi nomeado vice-primeiro-ministro em fevereiro de 1978, função que acumulou com a de Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo sido confirmado nesses cargos nos governos empossados em março de 1985 e outubro de 1992.

Foi nomeado primeiro-ministro por decreto de julho de 2003. Ascendeu ao trono em janeiro de 2006, em virtude do falecimento de seu antecessor.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 08

5

Primeiro-Ministro Xeque Jaber Al-Mubarak Al-Hamad Al-Sabah
Chefe de Governo



Nasceu em 1948, é casado e tem 9 filhos.

Foi supervisor, diretor e subsecretário do "Amiri Diwan" (Gabinete do Emir) entre 1968 e 1979. Foi governador do distrito de Hawaly entre 1979 e 1985, e do distrito de Ahmadi entre 1985 e 1986.

Em 1986, foi indicado Ministro de Assuntos Sociais e do Trabalho, cargo que exerceu até 1988, quando foi indicado Ministro da Informação. Após a invasão do país pelo Iraque (agosto 1990), foi nomeado assessor particular do Emir, função que exerceu até março de 1992.

Foi nomeado Ministro da Defesa entre 2001 e 2002, retornando ao cargo em 2006. Em 2007 foi designado Vice-Primeiro-Ministro, ascendendo ao posto de Primeiro-Ministro em 19 de julho de 2011.

SENADO FEDERAL
S G M
FLS. Nº 09
PROTOCOLO LEGISLATIVO

6

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1968, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países e criada a primeira Embaixada do Brasil junto ao Governo do Kuwait, funcionando, cumulativamente, a partir do Cairo. Em 1975, o Brasil inaugurou sua Missão diplomática residente no emirado, gesto reciprocado pelos kuwaitianos em Brasília em agosto do mesmo ano.

A crise do petróleo de 1973 compeliu o Brasil a estreitar seus vínculos com os países árabes exportadores da *commodity,* inclusive o Kuwait. Datam dessa época a criação do mecanismo bilateral de Comissão Mista, a assinatura do Acordo de Cooperação de 1975 e o intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países.

Após o aumento das taxas internacionais de juros (1981) e a conseqüente crise internacional da dívida de 1982, na qual o Brasil se viu diretamente envolvido, continuou intenso o intercâmbio de visitas de autoridades financeiras, desta vez com o objetivo de angariar o apoio kuwaitiano para iniciativas de refinanciamento das dívidas públicas e privadas brasileiras para com o emirado. Ocorre nessa época, também, um esforço coordenado entre os ministérios militares e as empresas de defesa brasileiras no sentido de abrir o mercado kuwaitiano para os produtos nacionais de defesa. É nesse contexto que Roberto de Abreu Sodré realiza a primeira visita de chanceler brasileiro ao Kuwait em abril de 1986. Em 1989, o então presidente José Sarney convida o então Primeiro-Ministro do emirado a visitar o Brasil, visita que não ocorreu.

A invasão do Kuwait pelo Iraque (1990) e a subseqüente Guerra do Golfo alteram o panorama das relações do Brasil com o pequeno emirado. Até então concentrado no plano econômico-comercial, o diálogo bilateral ganhou maior densidade política ao longo da década de 1990, em especial nos períodos 1993-1994 e 1998-99, quando o Brasil ocupou assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Entre 1993 e 1994, intensificaram-se as gestões kuwaitianas de alto nível junto ao Brasil, solicitando nosso apoio para pressionar o Iraque a implementar diversas resoluções da Organização das Nações Unidas, como as referentes à demarcação da fronteira entre os dois países árabes, após a Guerra do Golfo. Registre-se, nesse particular, a audiência concedida pelo Presidente Itamar Franco ao então Ministro da Informação, Xeque Saud al Sabah, na qualidade de Emissário Especial do Emir, em março de 1993.

SENADO FEDERAL S G M FLS. Nº 10

Durante o período de 1998 a 1999, o Brasil voltou a tratar de temas de forte interesse do Kuwait. Foram criados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, à época, três painéis relativos à situação no Iraque, todos presididos pelo representante brasileiro na Organização: o primeiro sobre temas de desarmamento, o segundo sobre assuntos humanitários e o terceiro sobre prisioneiros de guerra e propriedade kuwaitiana.

As posições então adotadas pelo Brasil no Conselho de Segurança da ONU contribuíram para superar, em definitivo, o desconforto existente entre 1990 e 1993 nas relações bilaterais, causado pela não participação do Brasil na coalizão militar que derrotou o Iraque na Guerra do Golfo. Na instância máxima da ONU, o Brasil sempre defendeu as resoluções favoráveis à manutenção da soberania e da integridade territorial do Kuwait e ao cumprimento, pelo Iraque, de todas as resoluções do CSNU.

Do ponto de vista comercial, a partir de 1995 inicia-se processo de retomada das importações brasileiras de petróleo do Kuwait (interrompidas com os conflitos do início dos 90), o que levou à ocorrência de déficits substanciais para o Brasil nas trocas bilaterais, que chegaram a alcançar o valor total aproximado de US$ 1 bilhão. No final dessa década, em razão da priorização da política brasileira de integração sul-americana, parte das compras de petróleo originárias dos países do Golfo passou a ser substituída por aquisições oriundas da Argentina e da Venezuela, o que inverteu o fluxo do comércio bilateral com o gradual incremento das exportações brasileiras. Nesse período, o Kuwait começa a disputar o papel, com os Emirados Árabes Unidos, de porta de entrada de produtos brasileiros para alguns importantes países do Oriente Médio, como o Irã e as repúblicas islâmicas da antiga URSS.

Outro aspecto relevante, que despontou após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, foi o aumento potencial da importância do Kuwait como fonte alternativa para captação de investimentos externos, em vista do movimento de realocação das inversões kuwaitianas que estiveram concentradas nos mercados norte-americano e da Europa Ocidental.

Em julho de 2010, o então primeiro-ministro kuwaitiano, Xeque Nasser Al-Sabah, visitou o Brasil em caráter oficial, no que constituiu a visita de mais alto nível da história das relações bilaterais. Na ocasião, foram assinados diversos acordos, como o Memorando de Entendimento nas Áreas de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva, o Acordo de Cooperação Técnica e o Acordo sobre Serviços Aéreos.

SENADO FEDERAL S G M FLS. Nº 11

8

POLÍTICA INTERNA

O Kuwait é uma monarquia constitucional, na qual os ramos Jaber e Salem, da família al Sabah, se alternam no poder. Pela Constituição de 1962, é vedada a formação de partidos políticos e garantida a liberdade de culto, existindo na prática templos de todas as religiões, exceto a judaica.

No sistema político kuwaitiano, a Assembleia Legislativa não tem o poder de formar o Gabinete, sendo o primeiro-ministro e os ministros indicados pela família al Sabah. O segmento mais liberal e modernizante do governo é o executivo, dirigido pela família real, que, além do Emir, Príncipe Herdeiro e Primeiro-Ministro, sempre manteve em suas mãos as pastas mais importantes como a da Defesa, Interior, Relações Exteriores, Energia, Comunicações e Planejamento. Tradicionalmente, os al Sabah vêm conduzindo uma política que visa a satisfazer a população kuwaitiana através da distribuição de uma parcela (pequena, com relação ao total) dos recursos provenientes da exportação de petróleo, na forma de educação e assistência médica totalmente gratuitas, elevados salários no setor público, doação por ocasião do casamento, empréstimos subsidiados para a aquisição de casa própria, aposentadoria integral após 25 anos de serviço, entre outras.

O Kuwait conta atualmente com cerca de 400 mil eleitores, sendo que pouco mais da metade são mulheres. A Assembleia é composta por 50 representantes eleitos, metade dos quais são, historicamente, chefes tribais e representantes de comunidades islâmicas.

A história política recente do país é marcada por trajetória de embates entre o legislativo e o executivo. A oposição, liderada por uma coalizão de parlamentares de plataforma essencialmente religiosa, membros tribais, alguns liberais e uma miríade de grupos de jovens ativistas, obteve vitória histórica contra o governo nas eleições de fevereiro de 2012. Em reação ao ganho de poder da oposição, foi decretada mudança na lei eleitoral, que reduziu o número de votos por pessoa de 4 para 1, possibilitando ao governo que impedisse que grupos tribais e religiosos alcançassem maioria no parlamento nas eleições de dezembro. Em represália, a oposição boicotou as eleições legislativas do final de 2012, o que resultou em ganho histórico de assentos xiitas.

As últimas eleições ocorreram em 2013, tendo sido boicotadas pelos principais partidos de oposição, especialmente os de vertente islâmica.

SENADO FEDERAL S G M FLS. Nº 12

Apesar do boicote, o comparecimento às urnas foi de 51% do eleitorado, apenas 7% menor do que o pleito anterior. Partidos liberais e partidos ligados a tribos menores ocuparam boa parte do espaço deixado vago pelos políticos de matiz religiosa.

Em 26 de junho de 2015, um ataque suicida foi perpetrado contra uma das principais mesquitas xiitas do Kuwait, matando 27 pessoas e ferindo 227. O autoproclamado "Estado Islâmico" assumiu a autoria pelo ataque, imediatamente após o ato. Procedimentos judiciais sumários condenaram, em setembro do mesmo ano, sete pessoas à morte e oito a penas de prisão por envolvimento com a execução do ataque terrorista. Apesar da natureza sectária do ataque, não houve escalada de tensões religiosas no país, que manteve a tradicional cordialidade entre as comunidades xiita e sunita.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 13

Parte integrante do Avulso da MSF nº 61 de 2016.

10

POLÍTICA EXTERNA

No pós-Guerra do Golfo (1990-91), o Kuwait tem procurado, em termos de política regional, reafirmar sua identidade árabe. Alinha-se às críticas mundiais quanto ao comportamento do atual governo israelense, contrário ao processo de paz para o Oriente Médio. Outra vertente da ação externa do emirado, a partir da liberação do país da ocupação iraquiana, foi a concentração de sua agenda externa, prioritariamente, sobre os membros permanentes do CSNU e sobre potências emergentes de outras regiões do globo, identificadas como importantes para a manutenção de sua soberania e integridade territorial, como a África do Sul, China, Índia, e Canadá, além do Brasil.

Após o trauma da ocupação, tornou-se uma constante da política externa kuwaitiana a utilização de sua pujança econômico-financeira para atrair os parceiros do cenário internacional, priorizando-os através de concessões comerciais vantajosas e do direcionamento de seus excedentes financeiros para investimentos nesses países.

No campo da diplomacia econômica, destaca-se o papel do Kuwait Fund for Arab Economic Development (KFAED), braço econômico do Ministério das Relações Exteriores kuwaitiano. Criado em 1961, é utilizado como instrumento para adensar o relacionamento entre o Kuwait e os países em desenvolvimento com os quais o Reino possa ter (ou tencione vir a ter) relacionamento especial. O KFAED prioriza projetos nos setores de transporte, comunicações, agricultura, saneamento básico e meio ambiente e analisa projetos de nível municipal, estadual ou federal, desde que aprovados pelo órgão de planejamento central do país solicitante.

Até maio de 2016, o fundo havia concedido empréstimos no montante de US$ 18 bilhões a 105 países, num total de 905 operações de crédito. Desse universo de 105 países, 13 países da América do Sul e Caribe foram beneficiados com um total de US$ 1,19 bilhões.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 14

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia kuwaitiana é altamente dependente do setor de hidrocarbonetos, com a venda do petróleo contribuindo com a maior parte da arrecadação estatal, além de responder por mais de metade do PIB, estando a higidez econômica do Kuwait atrelada ao desempenho do mercado internacional dessa commodity. A crise econômica de 2008 e a consequente contração da demanda por hidrocarbonetos atingiram repercutiram negativamente na economia do país, resultando em contração de -7,1% em 2009 e de -2,4% em 2010. Desde então as taxas de crescimento têm oscilado intensamente: após breve período de recuperação, com crescimento superior a 6% em 2011 e 2012, a economia kuwaitiana voltou a se retrair em 2014. Espera-se que com a configuração de um novo statu quo da indústria petrolífera, ainda que menos favorável a produtores, a taxa de crescimento aumente gradualmente, de 1,2% em 2016 a uma média de 2,7% ao ano no período 2018-2020.

A Kuwait Petroleum Corporation, companhia estatal de petróleo, planeja, no curto prazo, incrementar a produção nacional de 3 milhões de barris/dia no início de 2016 para atingir 3,2 milhões até junho do mesmo ano. A meta de longo prazo traçada pelo Governo kuwaitiano, de produzir 4 milhões de barris por dia até 2020, no entanto, pode ser prejudicada por um prolongamento na baixa nos preços no mercado internacional ou por outros fatores, como a greve de trabalhadores da indústria petrolífera que reduziu a produção kuwaitiana a 1,1 milhão de barris/dia em abril de 2016.

Estima-se, contudo, que a manutenção dos preços do petróleo em patamar reduzido resulte, em 2016, no primeiro déficit em conta corrente do Kuwait desde 1992. Pelo mesmo motivo, é previsto um aprofundamento do déficit fiscal do governo, atingindo patamar de US$ 40 bilhões no ano fiscal de 2016/2017, superior em quase 50% ao déficit do exercício anterior. Além da queda nas receitas petrolíferas, contribuem para o déficit estatal kuwaitiano, gastos associados ao amplo plano de desenvolvimento "Kuwait Vision 2035" (principalmente em áreas como construção civil e infraestrutura petrolífera), subsídios ao consumo de energia elétrica e combustíveis e a tradicional política de garantia de emprego no setor público a cidadãos kuwaitianos.

São constantes os pronunciamentos de autoridades governamentais reconhecendo a necessidade de ajustes fiscais, tendo o próprio Emir recomendado, em janeiro de 2016, cortes no orçamento e maior controle sobre os gastos públicos. Apesar disso, têm sido escassas as medidas

SENADO FEDERAL S G M FLS. Nº 15

práticas nesse sentido. O Kuwait é o único membro do CCG a não ter revisado sua política de subsídios aos combustíveis: diferentes propostas ainda estão em discussão na Assembleia Nacional, mas não há cronograma relativo a qualquer tomada de decisão.

A bolsa de valores do Kuwait (KSE), terceira maior do mundo árabe, sofreu forte impacto da crise financeira de 2008. O ambiente de aversão ao risco que se enraizou foi potencializado pela falta de confiança nas regras e instituições que regem a KSE, sujeita a interferência constante da parte de famílias mercantes tradicionais e da própria família real. A abertura, ainda que limitada, da bolsa de valores saudita (Tadawul) a investidores estrangeiros, em 2015, aprofundou a crise da KSE, oferecendo nova e atraente alternativa de investimento na região. Das 211 companhas listadas na KSE no início de 2014, 24 se retiraram até setembro de 2015. Visando contornar esse cenário desfavorável, autoridades kuwaitianas contrataram, em 2012, o banco HSBC para privatizar a operação da KSE, resultando na criação, em 2014 da empresa Boursa Kuwait, que deverá, eventualmente, assumir a operação da bolsa, até o momento operada por autoridades estatais.

A exemplo da privatização da KSE, o Executivo kuwaitiano tem se esforçado nos últimos anos para implementar reformas econômicas de cunho liberal, malgrado a oposição de membros conservadores do Parlamento e de representantes dos setores afetados. Algumas mudanças foram alcançadas, como a aprovação, em 2013, da Lei de Investimentos Estrangeiros, que permite a cidadãos estrangeiros controlar até 100% do capital de empresas no Kuwait e a redução das taxas (15%) incidentes sobre o lucro das empresas estrangeiras.

A "generosidade" do Estado kuwaitiano tem repercutido no mercado de trabalho. Mais de 90% dos nacionais do Kuwait trabalham no setor público, com melhores salários, enquanto os trabalhadores estrangeiros trabalham, em sua maioria, no setor privado. Assim, cada vez menos nacionais desejam entrar para a iniciativa privada, fazendo com que as vagas preteridas sejam preenchidas por expatriados. Dos 4,3 milhões de residentes do Kuwait, mais de 2/3 são imigrantes, vindos principalmente da Ásia (Índia, Paquistão, Filipinas).

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 16

13

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1756 - O primeiro membro da família al Sabah é escolhido emir da cidade do Kuwait pelas classes mercantis locais.

1896 - Embora formalmente vassalo do Império Otomano e subordinado à Província de Basra, o emir do Kuwait assina Tratado de Protetorado com o Império Britânico.

1914 – Com o início da Primeira Guerra Mundial, Londres declara o Kuwait um "Estado independente sob proteção britânica".

1934 – o emir do Kuwait entrega uma concessão petrolífera à Kuwait Oil Company, uma empresa mista de capitais ingleses e norte-americanos

1938 - Campanha da burguesia kuwaitiana pela incorporação do emirado ao Reino do Iraque, como forma de contrarrestar sua insatisfação com o domínio da dinastia al Sabah;

1961 – Independência do Kuwait do jugo britânico em 1961; ameaça iraquiana de invasão, apoiada por diversos setores da sociedade kuwaitiana. Tropas britânicas evitam a invasão iraquiana.

1967 - O Kuwait declara guerra a Israel, em conjunto com outros países árabes, por ocasião do Conflito dos Seis Dias

1973 – Choque entre tropas do Kuwait e do Iraque, por questões fronteiriças. Os países produtores de petróleo, entre eles o Kuwait, decidem utilizar o produto como arma econômica na guerra contra Israel e, além de elevar o preço do produto, promovem um boicote aos países simpatizantes dos israelenses.

1975 - Nacionalização da Kuwait Oil Company

1976 – O Emir Sabah al Salem al Sabah dissolve o Parlamento, suspende parcialmente a constituição e aceita a renúncia de seu gabinete. Somente em 1980 haverá novas eleições parlamentares.

1978 – Morte do Emir Sabah al Sabah. Assume o cargo de emir o príncipe-herdeiro, Jaber al Ahmed al Sabah.

1986 – Segunda dissolução do Parlamento pelo emir.

1990 - Invasão iraquiana de 1990. Saddam Hussein declara o Kuwait a 19ª província iraquiana.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 17

14

1991- Em fevereiro, as tropas iraquianas são expulsas do território kuwaitiano por uma coalizão de forças lideradas pelos EUA. Restauração da independência kuwaitiana.

2006 – Morre o Emir Jaber al Ahmed al Sabah. Assume a Chefia de Estado o atual Emir Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 18

15

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1968 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Kuwait. Criação da primeira representação diplomática brasileira junto ao emirado, funcionando, em caráter cumulativo, a partir da Embaixada no Cairo.

1974 – Abertura da missão diplomática brasileira residente na cidade do Kuwait, sob a chefia de encarregado de negócios.

1975 – Visita oficial a Brasília do então Ministro dos Negócios Estrangeiros e hoje Emir do Kuwait, Xeque Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah. Assinatura do Acordo de Cooperação que cria a Comissão Mista Bilateral.

1975 – abertura da missão diplomática kuwaitiana em Brasília.

1977 – I Reunião da Comissão Mista, no Kuwait.

1979 – II Reunião da Comissão Mista, em Brasília.

1980 – Visita oficial do então Ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Penna ao Kuwait.

1980 – visita do Ministro das Finanças do Kuwait, Abdul-Haman al Atiqi, a Brasília.

1981 – Visita oficial do Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao Kuwait.

1983– Visita oficial do então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto ao Kuwait.

1986 – Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores Roberto de Abreu Sodré, a primeira visita de um Chanceler brasileiro ao Kuwait.

1989 – O Presidente da República envia carta ao Príncipe-Herdeiro e Primeiro-Ministro Saad al Abdullah al Salem al Sabah, contendo convite de visita oficial ao Brasil.

1992 – Encontro do Ministro das Relações Exteriores com o enviado especial do Emir, o Ministro do Ensino Superior daquele país, em Brasília.

1992 – O então Emir do Kuwait, Xeque Jaber al Ahmad al Sabah chefia a delegação de seu país à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, sem a ocorrência de encontros bilaterais com autoridades brasileiras à margem do evento.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 19

16

1993 – O Presidente da República concede audiência ao então Ministro kuwaitiano da Informação, Xeque Saud al Sabah, na qualidade de Emissário Especial do Emir.

Maio de 1994 – Visita de enviado especial do Emir, Embaixador Mohammad A. Abulhassan, Representante do Kuwait junto às Nações Unidas. Audiência com o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores.

Junho de 1994 –Visita oficial do Ministro do Exército, General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, ao Kuwait.

Junho de 1996 - Visita oficial do Subsecretário-Geral de Política III, Embaixador Ivan Cannabrava, ao Kuwait.

Maio de 2002 – Visita oficial do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, ao Kuwait. Encontros com o Chanceler Mohammed al Sabah e com o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Khalid al Jarralah. Assinatura do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas Bilaterais

Fevereiro de 2005 –Visita oficial do Chanceler Celso Amorim ao Kuaite. Encontro do Ministro das Relações Exterioers com o então primeiro-ministro e hoje Emir do Kuwait, Xeque Sabah al Ahmad al Sabah. Seminário empresarial organizado pelo Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores na ocasião. Assinatura do Acordo bilateral de Cooperação Cultural.

Maio de 2005 – Brasília - maio – Vinda do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Xeque Mohammed Sabah al Salem al Sabah, para chefiar a delegação kuwaitiana na I Cúpula América do Sul – Países Árabes.

Agosto de 2007 – O Presidente da República envia carta ao Emir Sabah al Ahmad al Sabah, contendo convite de visita oficial ao Brasil.

Setembro de 2007 –O Emir do Kuwait envia carta ao Presidente da República aceitando visitar oficialmente o Brasil e reciprocando o convite de visita ao Kuwait ao Presidente da República.

Novembro de 2008 – À margem da Conferência sobre o Financiamento ao Desenvolvimento, em Doha, o Senhor Ministro de Estado se encontra com o Chanceler kuwaitiano, Mohammed al Sabah.

Abril de 2010 – Realização de reunião de consultas aéreas bilaterais, no Rio de Janeiro

17

Abril de 2010 – Seminário organizado pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB), em parceria com o Ministério do Turismo do Brasil e a Câmara de Comércio e Indústria do Kuwait.

Julho de 2010 – O então primeiro-ministro do Kuwait, xeque Nasser al Sabah, visita Brasília em caráter oficial, é homenageado com almoço pelo Presidente Lula e mantém reunião de trabalho com o mandatário brasileiro.

Julho de 2010 – Em cerimônia de despedida o Embaixador Waleed Ahmad Mohamed Ahmad al Kandari foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

Agosto de 2011 – O Embaixador do Kuwait, Yousef Ahmad Abdul-Samad, apresenta cartas credenciais à Presidenta da República.

Junho de 2012 — A xeica Amthal al Ahmad al Jaber al Sabah, irmã do Emir do Kuwait, chefia a delegação kuwaitiana à Conferência Rio+20.

Agosto de 2013 – O Embaixador kuwaitiano Yousef Ahmad Abdulsamad encerra sua Missão no Brasil.

Agosto de 2013 – O Embaixador Roberto Abdalla encerra sua Missão no Kuwait.

Outubro de 2013 – O Embaixador do Kuwait, Ayadah M. al Saidi, apresenta suas cartas credenciais à Presidenta da República.

Junho de 2014 – O Embaixador Antonio Carlos do Nascimento Pedro assume a função de Embaixador brasileiro no Kuwait.

Setembro de 2015 – Delegação parlamentar kuwaitiana, liderada pelo deputado Askar Al Enzi, visita Brasília e realiza agenda de encontros oficiais com o Vice-Presidente Michel Temer e com parlamentares brasileiros.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 21

18

ACORDOS BILATERAIS

SENADO FEDERAL
SGM
FLS. Nº 22

19

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior do Kuwait

Atos Bilaterais			
Título do Acordo	Data de Celebração	Entrada em vigor	Situação
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait nas Áreas de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	22/07/2010		Congresso
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait sobre Cooperação Esportiva	22/07/2010	07/02/2011	Vigente
Emenda ao Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Kuwait	22/07/2010		Congresso
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait	22/07/2010		Congresso
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait sobre Serviços Aéreos	22/07/2010		Congresso
Acordo de Cooperação Cultural	23/02/2005		Vigente
Memorando de Entendimento entre o MRE e o MNE do Kuwait sobre Estabelecimento de Consultas Bilaterais	08/05/2002		Vigente
Declaração Conjunta.	25/03/1975	25/03/1975	Vigente
Acordo de Cooperação	25/03/1975	10/02/1976	Vigente

SGM FLS. Nº 23

20

US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2005	38,9	35,9%	14,4	-35,8%	53,3	86,2%	24,5
2006	56,0	43,9%	17,2	19,6%	73,2	37,3%	38,8
2007	62,7	11,9%	21,4	23,9%	84,1	14,8%	41,3
2008	87,5	39,5%	24,8	16,3%	112,3	33,6%	62,6
2009	52,0	-40,6%	19,9	-19,9%	71,9	-36,0%	32,1
2010	62,7	20,6%	22,7	13,9%	85,4	18,8%	40,0
2011	102,7	63,9%	25,1	10,9%	127,9	49,8%	77,6
2012	114,5	11,5%	27,3	8,5%	141,8	10,9%	87,3
2013	114,1	-0,4%	29,3	7,5%	143,4	1,1%	84,8
2014	101,1	-11,4%	31,5	7,5%	132,6	-7,5%	69,6
2015(jan-mar)	13,7	-48,6%	7,9	5,9%	21,6	-36,7%	5,9
Var. % 2005-2014	**159,8%**	--	**118,5%**	--	**148,6%**	--	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

Direção das exportações do Kuwait
US$ bilhões

SENADO FEDERAL S G M FLS. Nº 24

21

Países	2014	Part.% no total
Coreia do Sul	16,91	16,7%
Índia	15,04	14,9%
Japão	12,34	12,2%
Estados Unidos	11,44	11,3%
China	10,01	9,9%
Taiwan	6,67	6,6%
Egito	3,52	3,5%
Cingapura	3,42	3,4%
Paquistão	3,96	3,9%
Países Baixos	2,66	2,6%
...		
Brasil (15ª posição)	***1,21***	***1,2%***
Subtotal	**87,14**	**86,2%**
Outros países	**13,99**	**13,8%**
Total	**101,13**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

SENADO FEDERAL SGM Fls. Nº 25

22

Origem das importações do Kuwait
US$ bilhões

Países	2014	Part.% no total
China	4,45	14,1%
Estados Unidos	3,08	9,8%
Emirados Árabes Unidos	2,95	9,4%
Japão	2,24	7,1%
Alemanha	2,10	6,7%
Arábia Saudita	1,57	5,0%
Índia	1,31	4,2%
Coreia do Sul	1,29	4,1%
Itália	1,17	3,7%
Reino Unido	0,82	2,6%
...		
Brasil (21ª posição)	***0,31***	***1,0%***
Subtotal	**21,28**	**67,6%**
Outros países	**10,21**	**32,4%**
Total	**31,49**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 26

23

Composição das exportações do Kuwait
US$ bilhões

Grupos de Produtos	2014	Part.% no total
Combustíveis	94,53	93,5%
Produtos químicos orgânicos	1,71	1,7%
Plásticos	1,09	1,1%
Automóveis	0,33	0,3%
Subtotal	**97,66**	**96,6%**
Outros	**3,48**	**3,4%**
Total	**101,13**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 27

24

Composição das importações do Kuwait
US$ bilhões

Grupos de produtos	2014	Part.% no total
Automóveis	4,96	15,8%
Máquinas mecânicas	3,62	11,5%
Máquinas elétricas	3,53	11,2%
Ouro e pedras preciosas	1,49	4,7%
Obras de ferro ou aço	1,26	4,0%
Ferro e aço	0,97	3,1%
Produtos farmacêuticos	0,96	3,1%
Plásticos	0,71	2,2%
Instrumentos de precisão	0,68	2,2%
Cereais	0,68	2,2%
Subtotal	**18,86**	**59,9%**
Outros	**12,63**	**40,1%**
Total	**31,49**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 28

25

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Kuwait

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 29

26

US$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	167,5	-12,6%	0,12%	0,6	-98,3%	0,00%	168,1	-25,2%	0,07%	166,9
2007	230,7	37,7%	0,14%	113,7	(+)	0,09%	344,4	104,9%	0,12%	117,1
2008	632,3	174,0%	0,32%	20,3	-82,2%	0,01%	652,6	89,5%	0,20%	612,0
2009	373,3	-41,0%	0,24%	0,3	-98,6%	0,00%	373,6	-42,8%	0,13%	373,0
2010	339,4	-9,1%	0,17%	244,1	(+)	0,13%	583,5	56,2%	0,15%	95,3
2011	357,3	5,3%	0,14%	387,1	58,6%	0,17%	744,4	27,6%	0,15%	-29,7
2012	313,6	-12,2%	0,13%	960,4	148,1%	0,43%	1.274	71,1%	0,27%	-646,8
2013	306,2	-2,3%	0,13%	1.016	5,8%	0,42%	1.323	3,8%	0,27%	-710,1
2014	226,1	-26,2%	0,10%	1.205	18,6%	0,53%	1.431	8,2%	0,32%	-979,3
2015	239,5	5,9%	0,13%	430,7	-64,3%	0,25%	670,3	-53,2%	0,18%	-191,2
2016 (jan-fev)	34,6	27,9%	0,14%	78,0	-46,4%	0,38%	112,6	-34,8%	0,25%	-43,3
Var. % 2006-2015	**43,0%**		--	**76081,3%**		--	**298,8%**		--	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 30

27

Part. % do Brasil no comércio do Kuwait
US$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para o Kuwait (X1)	339,4	357,3	313,6	306,2	226,1	-33,4%
Importações totais do Kuwait (M1)	22.671	25.137	27.264	29.299	31.489	38,9%
Part. % (X1 / M1)	1,50 %	1,42 %	1,15 %	1,05 %	0,72 %	-52,0%
Importações do Brasil originárias do Kuwait (M2)	244,1	387,1	960,4	1.016	1.205	393,8%
Exportações totais do Kuwait (X2)	62.685	102.726	114.536	114.125	101.132	61,3%
Part. % (M2 / X2)	0,39 %	0,38 %	0,84 %	0,89 %	1,19 %	206,1%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do Kuwait e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 31

28

Composição das exportações brasileiras para o Kuwait
US$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	236,4	77,2%	180,2	79,7%	191,1	79,8%
Cereais	25,69	8,4%	6,87	3,0%	14,53	6,1%
Máquinas mecânicas	14,79	4,8%	1,11	0,5%	5,16	2,2%
Calçados	4,38	1,4%	6,97	3,1%	4,75	2,0%
Farelo de soja	0,15	0,0%	0,12	0,1%	3,94	1,6%
Papel	2,75	0,9%	2,54	1,1%	2,54	1,1%
Madeira	3,01	1,0%	4,90	2,2%	2,53	1,1%
Preparações de carne	4,54	1,5%	5,02	2,2%	2,03	0,8%
Instrumentos de precisão	0,30	0,1%	0,96	0,4%	1,723	0,7%
Preparações alimentícias diversas	2,40	0,8%	1,74	0,8%	1,718	0,7%
Subtotal	**294,4**	**96,1%**	**210,4**	**93,1%**	**230,0**	**96,0%**
Outros produtos	**11,8**	**3,9%**	**15,7**	**6,9%**	**9,6**	**4,0%**
Total	**306,2**	**100,0%**	**226,1**	**100,0%**	**239,5**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 32

29

Composição das importações brasileiras originárias do Kuwait
US$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	977,0	96,1%	986,0	81,8%	369,1	85,7%
Adubos	31,8	3,1%	206,5	17,1%	56,5	13,1%
Sal; enxofre; cal e cimento	6,8	0,7%	12,0	1,0%	5,1	1,2%
Instrumentos de precisão	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,006	0,0%
Subtotal	**1.016**	**99,9%**	**1.205**	**99,9%**	**430,7**	**100,0%**
Outros produtos	**1**	**0,1%**	**1**	**0,1%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**1.016**	**100,0%**	**1.205**	**100,0%**	**430,7**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

SENADO FEDERAL SGM F.S. Nº 33

1

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BAHREIN







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2016

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 34

2

DADOS BÁSICOS SOBRE O BAHREIN	
NOME OFICIAL:	Reino do Bahrein
GENTÍLICO:	bahreinita
CAPITAL:	Manama
ÁREA:	678 km²
POPULAÇÃO:	Cerca de 1,3 milhões, dos quais cerca de 580,000 detém nacionalidade bahreinita
IDIOMA OFICIAL:	árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	islamismo, sendo 70% xiitas e 30% sunitas
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia absolutista
CHEFE DE ESTADO:	Rei Hamad al Khalifa (desde 1999)
CHEFE DE GOVERNO:	Xeque Khalifa al Khalifa (desde 1971)
CHANCELER:	Xeque Khalid al Khalifa (desde 2005)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US$ 33,851 bilhões (2015)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US$ 61,968 bilhões (2015)
PIB *PER CAPITA* (2015)	US$ 27.419 (2015)
PIB PPP *PER CAPITA* (2015)	US$ 50.193 (2015)
VARIAÇÃO DO PIB	4,5% (2014); 5,4% (2013); 3,6% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,819 (45ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	76,6 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,76%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	5,3% (CIA World Factbook)
UNIDADE MONETÁRIA:	dinar bahreinita
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há missão diplomática residente em Brasília. O embaixador bahreinita em Washington, Xeque Abdullah Bin Mohamed Bin Rashid Al Khalifa, responde pelas relações com o Brasil.
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 200 brasileiros residentes no Bahrein

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BAHREIN (em milhões de US$, fonte: MDIC)									
Brasil → Bahrein	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**
Intercâmbio	48,2	51,3	70,8	137,7	115,7	250,9	707,1	311,9	382,6
Exportações	48,2	51,3	70,8	137,7	113,8	249,4	691,1	258,4	309,1
Importações	0	0	0	0	1,8	1,5	15,9	53,5	73,5
Saldo	48,2	51,3	70,8	137,7	112	247,9	675,2	204,9	235,6

Informação elaborada em 29/04/2016 por Pedro Menezes. Revisada por _____, em _____

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 35

3

APRESENTAÇÃO

O território do Bahrein é formado por um conjunto de ilhas, totalizando 678 km². O Arquipélago se localiza no golfo pérsico, a noroeste do Qatar e a leste da Arábia Saudita. Sua população, de maioria árabe xiita, é de cerca de 580,000 pessoas, havendo também cerca de 700,000 imigrantes residentes no país.

Após períodos de dominação portuguesa (1521-1602) e persa (1602-1783), a dinastia árabe Al-Khalifa toma o poder em 1783, condição que perdura até o presente. Em 1816, o Bahrein se torna protetorado britânico, obtendo sua independência em 1971.

O setor produtivo bahreinita é centrado em atividades relacionadas à extração de hidrocarbonetos, sendo a economia nacional altamente dependente neste setor.

A sociedade bahreinita é marcada por clivagem sectária xiita-sunita, sendo a família real de fé sunita e cerca de 70% da população de confissão xiita.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Xeque Hamad bin Isa Al-Khalifa
Chefe de Estado



Nasceu em 28 de janeiro de 1950 na cidade de Riffa. Realizou seus estudos secundários e cursou a escola de cadetes na Inglaterra, com períodos curtos de retorno ao país. É casado e tem doze filhos.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 36

4

Subiu ao trono em março de 1999, após a morte de seu pai, Xeque Isa bin Salman al-Khalifa. Sua família tem governado o Reino do Bahrein desde 1799.

Em 1971, foi designado Ministro da Defesa, posto que manteve até 1999. Em 1972, freqüentou o curso de Comando do Exército dos EUA, em Fort Leavenworth, e a Universidade do Kansas. No mesmo ano, obteve diploma em Administração Militar pelo Instituto das Forças Armadas, em Washington. Após seu retorno ao Bahrein, empenhou-se no processo de desenvolvimento do país e no desenvolvimento da Força de Defesa do Bahrein (BDF).

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 37

5

Primeiro-Ministro Xeque Khalifa
bin Salman Al-Khalifa
Chefe de Governo



Primeiro-Ministro e tio do Rei Hamad, Xeque Khalifa é uma figura extremamente influente, responsável por grande parte do cotidiano do país. É também o principal homem de negócios do Bahrein. Nasceu em 24 de novembro de 1935.

Está no cargo desde 1971, sendo o Primeiro-Ministro há mais tempo na titularidade dessa posição em todo o planeta.

SGM FLS. Nº 38

6

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Bahrein estabeleceram relações diplomáticas em 1980. A Embaixada em Riade representou cumulativamente o Brasil junto às autoridades de Manama até 1985, ano em que a representação junto ao então Estado do Bahrein passou a ser exercida pela Embaixada no Kuwait. Houve abertura de Missão diplomática do Bahrein em Brasília, em 2014, mas a representação está desativada. O Embaixador do Bahrein em Washington, Abdullah bin Mohammed Al-Khalifa, representa os interesses do seu país no Brasil, tendo apresentado cópias figuradas de suas cartas credenciais no dia 1º de fevereiro de 2016.

Tradicionalmente, as relações bilaterais sempre se concentraram na área financeira. Os bancos do Bahrein – um dos maiores centros financeiros do Oriente Médio – constituiram os maiores credores árabes do Brasil, nas décadas de 80 e 90. As relações financeiras entre os dois países eram tão estreitas que o Banco do Brasil chegou a possuir escritório em Manama, entre 07/10/1976 e 31/12/1995. Com o tempo, os vínculos financeiros entre os dois países foram perdendo a relevância, embora esteja em operação no Brasil sucursal da Arab Banking Corporation do Bahrein, que atende pelo nome de Banco ABC.

Apesar disso, nos termos de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal, o Bahrein é considerado como país que não tributa a renda ou a tributa à alíquota inferior a 20% ou cuja legislação interna opõe sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas (equivalente a paraíso fiscal).

A primeira visita bilateral de alto nível se deu em 1983, quando o então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, fez breve visita ao Bahrein, no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio. Em 2005, o Chanceler do Bahrein participou da Cúpula América do Sul - Países Árabes em Brasília. Em maio de 2013, delegação chefiada pelo Secretário de Comércio e Serviços do MDIC, dr. Humberto Ribeiro, visitou o Bahrein para estimular intercâmbio bilateral de investimentos. Em junho do mesmo ano o Representante Permanente do Bahrein junto à ONU visita Brasília para iniciar o processo de abertura da representação diplomática residente na capital brasileira, e missão oficial do governo de Pernambuco, liderada pelo então Governador Eduardo Campos, visita o Bahrein. Em abril de 2014, o Senador Cristovam Buarque visita o Bahrein, onde participa, como membro do júri, do "Award for Service to Humanity". Em novembro de 2015, a Ministra da Agrigultura, Pecuária e Abastecimento, Katia Abreu, visita

SF SGM Fls. Nº 39

7

Manama, ocasião em que participa, como conferencista, do Bahrain Bay Forum.

A corrente de comércio entre Brasil e Bahrein alcançou US$ 382 milhões em 2015. A tendência histórica das relações comerciais bilaterais apresenta superávit para o Brasil (US$ 235 milhões, em 2015) em suas trocas com o arquipélago.

Os principais produtos brasileiros exportados para aquele mercado em 2015 foram minérios de ferro (63% do total), açúcar (17%) e carne de frango (7%). O Brasil importa do Bahrein produtos de alumínio (cabos e ligas) e óleos lubrificantes e petróleo.

Em Manama residem, aproximadamente, duzentos cidadãos brasileiros, a maior parte deles executivos do setor financeiro e comerciantes, e suas famílias.

Não há registro de pendências de natureza consular ou de empréstimos e financiamentos oficiais com o Bahrein.



8

POLÍTICA INTERNA

Habitado desde o século XIII por maioria populacional árabe de confissão xiita e situado em região de grande importância geopolítica, o arquipélago onde hoje se encontra o Reino do Bahrein foi disputado, entre os séculos XVI e XX, por agentes tão diversos como os impérios persa, português, otomano e britânico, pelo Sultanato de Omã e por tribos árabes e persas das duas costas do Golfo Pérsico.

Enfraquecido por 70 anos de disputas entre algumas dessas potências, em 1799 o arquipélago foi invadido pela tribo sunita dos al Khalifa, oriunda da atual região de fronteira Kuwait-Arábia Saudita. Após 20 anos de domínio do arquipélago, contestado interna e externamente, os al Khalifa foram compelidos a assinar tratado de protetorado com o império britânico, o que acabou por consolidar a soberania daquela Casa sobre o território bahreinita.

Ao longo de seus 217 anos de reinado sobre o Bahrein, a referida dinastia sunita tem sido, em maior ou menor medida, questionada em sua legitimidade para governar território de onde não é originária e população majoritariamente integrada por adeptos do ramo xiita do islamismo. A chegada da onda liberalizante da "Primavera Árabe" ao arquipélago, em princípios de 2011, representou a mais grave crise enfrentada pelos al Khalifa em toda sua história de dinastia reinante no Bahrein.

Dadas as condições histórico-sociais do país, o regime monárquico no país constituiu, desde a independência em 1971, monarquia absolutista hereditária de facto, com tinturas pálidas de regime constitucional. Os poderes do Rei Hamad Al Khalifa, no poder desde 1999, são amplos e incluem: a criação de emendas constitucionais e projetos de lei, tendo a palavra final em sua ratificação e promulgação; indicação do Primeiro-Ministro e demais ministros; a titularidade do comando supremo das Forças Armadas; a celebração de tratados por decreto, bem como a nomeação de funcionários públicos; a presidência do Conselho Judicial e a indicação de seus juízes.

Em 2002, foi outorgada a Constituição que vigora no país, e o então Emir Hamad foi consagrado Rei, quando o país adotou o nome de Reino do Bahrein.

O Legislativo é composto de um Parlamento bicameral, dividido em Conselho Shura (40 membros apontados pelo Monarca) e Câmara dos Deputados (40 membros eleitos por sufrágio direto para período de 4 anos), cuja última eleição ocorreu em outubro de 2010. Partidos

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 41

9

políticos são proibidos, mas sociedades politicamente orientadas são permitidas. Tradicionalmente, o Al-Wefaq (Sociedade Islâmica Nacional) é o principal grupo de oposição no Parlamento, representando os xiitas. Logo após a última eleição, todos os parlamentares do Al-Wefaq no Parlamento renunciaram, em protesto pela violência governamental contra os manifestantes.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 42 PROTOCOLO

10

POLÍTICA EXTERNA

O tamanho reduzido do Reino do Bahrein e sua posição central no Golfo, situado entre países de grande porte, fazem com que seu desempenho na política externa seja um delicado exercício de equilíbrio. O país, a quem os Estados Unidos atribuem um tratamento assemelhado ao conferido aos países da OTAN, é sede da 5a. Frota Americana, a maior base naval dos Estados Unidos no Golfo Pérsico, utilizada pelos aviões ocidentais durante a Guerra do Golfo (1990-91) e durante a recente invasão e ocupação do Iraque (2003 e 2011).

A ocorrência de protestos relacionados à "Primavera Árabe" no Bahrein levou a acirramento nas relações com o regime islamista de Teerã. O discurso oficial da Casa dos al Khalifa atribui exclusivamente a complô iraniano a onda de manifestações em prol de maiores liberdades políticas e de distribuição mais equilibrada da renda no país, fortemente desfavorável ao segmento xiita da população .

Em 2015, o Bahrein se juntou à coalizão liderada pela Arábia Saudita na luta contra as forças rebeldes houthis, no Iêmen. O país tem comprometido parte de sua força aérea nas operações de bombardeios de alvos críticos em solo iemenita. O arquipélago também participa, desde setembro de 2014, em conjunto com Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar e Jordânia, da coalizão liderada pelos Estados Unidos contra o grupo "estado islâmico".

O Bahrein é membro da ONU, do Conselho de Cooperação do Golfo, da Organização de Cooperação Islâmica e da Organização Mundial do Comércio, bem como participa da Cúpula América do Sul-Países Árabes.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 43

11

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Desde a década de 60, o Bahrein tem empreendido, pioneiramente, esforços para diversificação de sua economia, então excessivamente baseada na extração e na exportação de petróleo. Em um primeiro momento, o governo do país buscou atrair investimentos para o processamento e o refino de petróleo, de forma a poder exportar derivados de hidrocarbonetos com maior valor agregado. No começo da década de 1970, o país empenhou-se na tentativa de transformação do país em centro bancário e logístico internacional, com resultados positivos até a ocorrência da "Primavera Árabe".

À mesma época, o Reino investiu pesadamente do setor industrial: a produção de alumínio operada pela ALBA – companhia sobre a qual o governo detém a maioria das ações – iniciou-se em 1971 e, em 2005, a instalação tornou-se a maior do gênero com a implantação da quinta potline (série de células eletrolíticas). Em 2006, a produção do metal representou 13% do PIB barenita e o crescimento da indústria foi o responsável pelo aumento da participação do setor industrial na economia.

Apesar disso, a produção e o refino de petróleo respondiam, em 2015, por cerca de 60% da receita de exportação, 60% da renda governamental e 30% do PIB. A empresa Bapco – cujas ações são de propriedade do governo – é a responsável pelas atividades de extração de petróleo.

Os serviços – que até 2005 respondiam por mais da metade do PIB do país – são o principal setor da economia e a queda de sua representatividade na economia deve-se menos a uma diminuição de sua importância do que a um rápido crescimento do setor industrial. Os serviços financeiros têm o maior peso no PIB, tendo sido responsáveis por 25,5% do total nacional em 2015.

A política econômica, sob o comando do Banco Central, sofre restrições devido ao câmbio fixo entre o dinar e o dólar norte-americano. O Bahrein Currency Board confere, porém, relativa estabilidade de preços e a paridade em relação a quatro dos outros cinco membros do Conselho de Cooperação do Golfo.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 44

Os principais destinos das exportações são Arábia Saudita, Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, Japão e outros países asiáticos e os principais produtos exportados são os derivados do petróleo e alumínio.

O desemprego, principalmente entre os jovens xiitas, continua muito alto, o que acabou por constituir uma das razões subjacentes para a explosão dos protestos da "Primavera Árabe" no país. Aos efeitos de desestímulo à atração de investimento direto estrangeiro provocados pela instabilidade política aguda no arquipélago, somam-se as preocupações do governo e de analistas internacionais com o rápido declínio das reservas de petróleo e dos lençóis de água no país, cujas previsões mais catastrofistas indicariam estar próximo do esgotamento, a partir do ano de 2020.

Recentemente, como outras economias rentistas do Golfo, o Bahrein tem sofrido com a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Analistas preveem déficit fiscal de 10% em 2015, com progressivo corte de gastos do governo em função da diminuição das receitas. O crescimento da economia está previsto para alcançar 2,7% em 2016 e a conta corrente deverá registrar déficits modestos no biênio 2015-2016.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

628 – O Islamismo chega ao Bahrein.

1200 – O xiismo consolida-se no Bahrein como a principal seita.

1521 – Portugueses invadem o arquipélago do Bahrein, onde ficarão até 1602.

1602 – Os portugueses são expulsos do Bahrein pelos persas.

1783 – Invasão do arquipélago por árabes sunitas oriundos da atual Arábia Saudita. Os persas são expulsos. Assume o poder a dinastia árabe Al-Khalifa.

1816 – Região torna-se protetorado inglês.

1971 – Independência do Bahrein.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 45

13

1975 – Fechamento do Parlamento.

1995 – Fracasso das tentativas de entendimento entre o Governo e a oposição.

1996 – Execução do ativista Isa Ahmed Hassan.

1999 – Morre o Emir Xeque Isa Bin Sulman al-Khalifa, no comando do país desde 1961. O cargo é transmitido a seu filho e sucessor, Xeque Hamad Bin Isa al-Khalifa.

2002 – Promulgação da Constituição.

2005 – Suspenso o embargo comercial a Israel.

2007 – A jurista Haya Rashed al-Khalifa, 53 anos, é eleita para o cargo de Presidente da Assembléia-Geral da ONU.

2008 – Visita do Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.

2009 – Visita do Presidente .da República da França, Nicolas Sarkozy.

2011 – A onda da "Primavera Árabe" atinge o Bahrein. Em 15 de março, tropas do Conselho de Cooperação do Golfo intervêm no Bahrein. A violenta repressão da monarquia sunita aprofunda a clivagem xiita-sunita no arquipélago. O Rei Hamad estabelece uma Comissão Independente de Inquerito para avaliar as violações de direitos humanos quando da repressão os protestos e convoca uma primeira tentativa de Diálogo de Consenso Nacional.

2013 – O Rei Hamad lança o segundo Diálogo Nacional (10 de fevereiro).

2014 – Crise diplomática entre o Catar, de um lado, e a Arábia Saudita, os EAU e o Bahrein, de outro. Estes três últimos países retiram seus Embaixadores junto ao Governo catariano, em alegado protesto ao não-cumprimento, pelo Catar, de disposições do acordo de segurança do Conselho de Cooperação do Golfo, assinado no final de 2013 (março). A crise se encerra em novembro, e o embaixador bahreinita retorna a Doha.

Realizam-se eleições parlamentares no Bahrein, em primeiro e segundo turnos (22 e 29 de novembro). A oposição xiita islamista boicotou o pleito e não apresentou candidatos, tendo o número de representantes xiitas, no geral, se reduzido a 14 sobre 40 no Conselho de Representantes. O comparecimento às urnas, segundo o Governo, montou a 52,6% do eleitorado e, de acordo com a oposição, a 30%. O resultado demonstra que persiste o acirramento das divisões sectárias no país resultante dos eventos de 2011.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 46

Com a realização de Cúpula extraordinária do Conselho de Cooperação do Golfo, realizada em Riade por convocação do Rei Abdullah da Arábia Saudita, é declarada encerrada a "crise dos embaixadores", tendo sido decidido o retorno dos representantes diplomáticos saudita, emirático e bahreinita a Doha. (16 de novembro)

2015 – Início dos ataques aéreos contra alvos houthis no território iemenita pela coalizão integrada por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Marrocos, Jordânia, Sudão, Egito e governo Hadi. (26 de março)

2016 – Em solidariedade a medida tomada pelo Governo saudita, o Bahrein rompe relações diplomáticas com o Irã. O episódio se insere no contexto da reação de manifestantes iranianos contra decisão de Riade de executar o Xeque Nimr al Nimr, principal líder religioso e político da comunidade xiita saudita, por acusações de terrorismo, junto com outros 46 condenados. (04 de janeiro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1980 – Estabelecem-se relações diplomáticas entre o Brasil e o Bahrein, representado o primeiro pelo seu embaixador em Riade e o Bahrein pelo seu representante permanente em Washington;

1983 – O então Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto faz breve visita ao país no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio;

1985 – A Embaixada do Brasil no Kuwait passa a representar os interesses do Brasil junto a Manama;

1996 – O Ministro das Relações Exteriores mantém encontro com o chanceler bahreinita, Xeque Mohammed al-Khalifa, à margem da 51ª AGNU;

1997 – O Ministro das Relações Exteriores mantém encontro com o chanceler bahreinita, Xeque Mohammed al-Khalifa, à margem da 52ª AGNU;

Maio de 2005 – O então Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler do Bahrein Mohamed Bin Mubarak Al-Khalifa chefia a delegação de seu país à I Cúpula ASPA, em Brasília.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 47

Setembro de 2006 – O Embaixador brasileiro no Kuwait, Mário Roiter, (cumulatividade com Bahrein), apresenta credenciais ao Rei Xeque Hamad Bin Isa Al Khalifa.

Julho de 2007 – Brasil e Bahrein concertam apoio recíproco acerca das candidaturas ao Conselho de Direitos Humanos;

5 de maio de 2010 – A embaixadora do Bahrein, Houda Ezra Nonoo, apresenta credenciais ao então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

25-28 de novembro de 2010 – A então vice-governadora do DF, Ivelise Longhi, visita o Bahrein em caráter oficial, acompanhada de comitiva de sete pessoas.

3-5 de dezembro de 2010 – O embaixador Roberto Abdalla participa do VI Manama Dialogue na capital bahreinita, em representação ao Ministro das Relações Exteriores.

31 de maio de 2011 – O Ministro das Relações Exteriores encontra-se com o Chanceler bahreinita, xeque Khalid al Khalifa, em Washington.

31 de janeiro de 2012 – o embaixador Roberto Abdalla apresenta cartas credenciais ao Rei Hamad bin Issa al Khalifa, em Manama.

1 de outubro de 2012 – O Ministro das Relações Exteriores concede audiência ao chanceler bahreinita, xeque Khalid al Khalifa, em Lima, à margem da III Cúpula América do Sul-Países Árabes.

7-9 de dezembro de 2012 – O embaixador Roberto Abdalla participa do VIII Manama Dialogue na capital bahreinita, em representação ao Ministro das Relações Exteriores.

4-10 de abril de 2013 – Missão parlamentar composta de três representantes da Câmara bahreinita e um assessor parlamentar visita Brasília. A delegação foi recebida em audiências separadas pelo Subsecretário-geral de Política III, pela Diretora do DDH, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Pellegrino, pelo Secretário de Comércio e Serviços do MDIC, Humberto Silva, e pela presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministra Carmen Lúcia.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 48

5 de maio de 2013 - Delegação chefiada pelo secretário de comércio e serviços do MDIC, Humberto Ribeiro, visita o Bahrein para estimular intercâmbio bilateral de investimentos

24-27 de junho de 2013 - O Representante Permanente do Bahrein junto à ONU visita Brasília para iniciar o processo de abertura da representação diplomática residente na capital brasileira.

26-28 de junho de 2013 - Missão oficial do governo de Pernambuco, liderada pelo então Governador Eduardo Campos, visita o Bahrein.

Abril de 2014 – o senador Cristovam Buarque visita o Bahrein, onde participa, como membro do júri, do "Award for Service to Humanity", a convite do Rei Hamad bin Issa al Khalifa

24 de junho de 2014 – O governo brasileiro concede agrément ao Senhor Abdullah bin Mohamed al Khalifa como Embaixador, não-residente, do Bahrein (residente em Washington).

6 de outubro de 2014 – Início de operações da Embaixada bahreinita em Brasília, sob a chefia do ministro Hassan Mohammed Hassan Mohammed, na qualidade de encarregado de negócios, a.i.

8 de outubro de 2014 – o embaixador Antonio Carlos do Nascimento Pedro apresenta credenciais ao Rei Hamad bin Issa al Khalifa em Manama.

28-29 de novembro de 2015 – A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Katia Abreu, visita Manama, oportunidade em que participa, como conferencista, do Fórum Bahrein Bay 2015.

ACORDOS BILATERAIS

Não há.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 49

17

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior do Bahrein
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	11,66	13,9%	8,96	-60,1%	20,62	101,4%	2,71
2007	13,67	17,2%	11,52	28,6%	25,18	22,1%	2,15
2008	13,08	-4,3%	18,42	59,9%	31,50	25,1%	-5,33
2009	8,38	-35,9%	11,99	-34,9%	20,38	-35,3%	-3,61
2010	16,06	91,5%	16,00	33,4%	32,06	57,3%	0,06
2011	22,56	40,5%	17,64	10,3%	40,21	25,4%	4,92
2012	16,62	-26,3%	14,25	-19,2%	30,87	-23,2%	2,37
2013	20,04	20,5%	18,62	30,7%	38,65	25,2%	1,42
2014	18,03	-10,0%	20,07	7,8%	38,11	-1,4%	-2,04
2015	8,77	-51,4%	12,45	-38,0%	21,21	-44,3%	-3,68
Var. % 2006-2015	**-24,8%**	--	**38,9%**	--	**2,9%**	--	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap,

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 50

18

March 2016.

Em 2015 os dados são preliminares.

Direção das exportações do Bahrein
US$ milhões

Países	2015	Part.% no total
Arábia Saudita	4.219	48,1%
Emirados Árabes Unidos	953,4	10,9%
Estados Unidos	668,6	7,6%
Kuwait	400,3	4,6%
Egito	309,8	3,5%
Catar	267,6	3,1%
Argélia	182,0	2,1%
Marrocos	142,4	1,6%
Índia	134,9	1,5%
Omã	133,9	1,5%
...		
Brasil (12ª posição)	***121,9***	***1,4%***
Subtotal	**7.534**	**85,9%**
Outros países	**1.232**	**14,1%**
Total	**8.766**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Em 2015 os dados são preliminares.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 51

19

Origem das importações do Bahrein
US$ milhões

Países	2015	Part.% no total
China	1.571	12,6%
Estados Unidos	1.151	9,3%
Emirados Árabes Unidos	1.131	9,1%
Japão	1.119	9,0%
Austrália	785,1	6,3%
Arábia Saudita	773,5	6,2%
Alemanha	544,2	4,4%
Índia	507,4	4,1%
Reino Unido	420,2	3,4%
Brasil	***414,3***	***3,3%***
Subtotal	**8.417**	**67,6%**
Outros países	**4.027**	**32,4%**
Total	**12.445**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.
Em 2015 os dados são preliminares.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 92

20

Composição das exportações do Bahrein
US$ milhões

Grupos de Produtos	2015	Part.% no total
Alumínio	2.193	25,0%
Máquinas mecânicas	1.055	12,0%
Vestuário de malha	588,7	6,7%
Automóveis	547,5	6,2%
Máquinas elétricas	435,8	5,0%
Minérios	393,7	4,5%
Ferro e aço	350,9	4,0%
Plásticos	273,4	3,1%
Ouro e pedras preciosas	270,7	3,1%
Obras de ferro ou aço	232,0	2,6%
Subtotal	**6.340**	**72,3%**
Outros	**2.426**	**27,7%**
Total	**8.766**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.
Em 2015 os dados são preliminares.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 53 PROTOCOLO LEGISLATIVO

21

Composição das importações do Bahrein
US$ milhões

Grupos de produtos	2015	Part.% no total
Automóveis	2.072	16,7%
Máquinas mecânicas	1.240	10,0%
Máquinas elétricas	978,8	7,9%
Produtos químicos inorgânicos	617,1	5,0%
Ouro e pedras preciosas	568,2	4,6%
Minérios	401,0	3,2%
Plásticos	378,9	3,0%
Alumínio	335,9	2,7%
Produtos farmacêuticos	292,6	2,4%
Leite/ovos/mel	269,5	2,2%
Subtotal	**7.154**	**57,5%**
Outros	**5.291**	**42,5%**
Total	**12.445**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.
Em 2015 os dados são preliminares.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 54 PROTOCOLO LEGISLATIVO

22

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Bahrein

US$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	136,7	-0,8%	0,10%	32,6	(+)	0,04%	169,2	22,9 %	0,07%	104,1
2007	113,8	-16,7%	0,07%	1,8	-94,4%	0,00%	115,7	- 31,6 %	0,04%	112,0
2008	405,4	256,2%	0,20%	29,9	(+)	0,02%	435,4	276,4 %	0,13%	375,5
2009	249,4	-38,5%	0,16%	1,5	-95,1%	0,00%	250,9	- 42,4 %	0,09%	247,9
2010	609,6	144,4%	0,30%	42,7	(+)	0,02%	652,3	160,0 %	0,17%	567,0
2011	691,1	13,4%	0,27%	15,9	-62,6%	0,01%	707,1	8,4%	0,15%	675,2
2012	414,3	-40,1%	0,17%	32,4	103,1 %	0,01%	446,7	- 36,8 %	0,10%	382,0
2013	258,4	-37,6%	0,11%	53,5	65,2%	0,02%	311,9	- 30,2 %	0,06%	204,9
2014	343,9	33,1%	0,15%	60,3	12,7%	0,03%	404,2	29,6 %	0,09%	283,6
2015	309,1	-10,1%	0,16%	73,5	21,9%	0,04%	382,6	- 5,3%	0,11%	235,6
2016 (jan-fev)	17,3	-68,4%	0,07%	19,5	199,7 %	0,09%	36,8	- 39,8 %	0,08%	-2,3
Var. % 2006-2015	**126,2%**		**--**	**125,8%**		**--**	**126,1%**		**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 55

23

(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

Part. % do Brasil no comércio do Bahrein
US$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011-2015
Exportações do Brasil para o Bahrein (X1)	691,1	414,3	258,4	343,9	309,1	-55,3%
Importações totais do Bahrein (M1)	17.643	14.249	18.618	20.074	12.445	-29,5%
Part. % (X1 / M1)	3,92%	2,91%	1,39%	1,71%	2,48%	-36,6%
Importações do Brasil originárias do Bahrein (M2)	15,9	32,4	53,5	60,3	73,5	361,4%
Exportações totais do Bahrein (X2)	22.562	16.621	20.036	18.031	8.766	-61,1%
Part. % (M2 / X2)	0,07%	0,19%	0,27%	0,33%	0,84%	1087,5%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do Bahrein e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 56 PROTOCOLO LEGISLATIVO

24

Composição das exportações brasileiras para o Bahrein
US$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minérios	173,4	67,1%	245,4	71,4%	195,4	63,2%
Açúcar	20,7	8,0%	19,1	5,6%	54,1	17,5%
Carnes	37,4	14,5%	34,5	10,0%	38,4	12,4%
Combustíveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	5,63	1,8%
Leite, ovos e mel	4,77	1,8%	5,95	1,7%	4,15	1,3%
Armas e munições	0,97	0,4%	0,04	0,0%	2,49	0,8%
Máquinas mecânicas	0,89	0,3%	0,25	0,1%	1,79	0,6%
Calçados	0,62	0,2%	0,89	0,3%	1,16	0,4%
Preparações alimentícias diversas	0,78	0,3%	0,70	0,2%	0,80	0,3%
Algodão	0,00	0,0%	0,45	0,1%	0,79	0,3%
Subtotal	**239,6**	**92,7%**	**307,3**	**89,4%**	**304,7**	**98,6%**
Outros produtos	**18,8**	**7,3%**	**36,6**	**10,6%**	**4,4**	**1,4%**
Total	**258,4**	**100,0%**	**343,9**	**100,0%**	**309,1**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 57

25

Composição das importações brasileiras originárias do Bahrein
US$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	8,08	15,1%	2,07	3,4%	31,57	42,9%
Adubos	35,40	66,2%	34,15	56,6%	18,85	25,6%
Combustíveis	7,26	13,6%	14,37	23,8%	15,56	21,2%
Plásticos	0,00	0,0%	4,24	7,0%	4,83	6,6%
Produtos químicos inorgânicos	0,47	0,9%	3,10	5,1%	1,74	2,4%
Veículos para vias férreas	1,75	3,3%	2,26	3,7%	0,89	1,2%
Subtotal	**52,96**	**99,0%**	**60,18**	**99,8%**	**73,44**	**99,9%**
Outros produtos	**0,52**	**1,0%**	**0,12**	**0,2%**	**0,09**	**0,1%**
Total	**53,48**	**100,0%**	**60,30**	**100,0%**	**73,53**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

SENADO FEDERAL S G M FLS. Nº 58

Aviso nº 386 - C. Civil.

Em 22 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Nome legível: Sofia A.
Rubrica: Sofia Araujo
Matrícula:
Data: 23 / 06/2016
Hora: 13 : 01

SENADO FEDERAL SGM FLS. Nº 59

Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2016

(nº 7.313/2014, na Câmara dos Deputados)

Confere ao Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cerveja.

AUTORIA: Deputado Décio Lima

DOCUMENTOS:

- Projeto Original

DESPACHO: À Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Página da matéria

Confere ao Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cerveja.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica conferido ao Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cerveja.

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2016.

WALDIR MARANHÃO
1° Vice-Presidente no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2016

(nº 7.507/2014, na Câmara dos Deputados)

Denomina Elevado Vitório Cella o elevado que liga a Rodovia BR 282 com o acesso à BR-480, no trecho denominado acesso Plínio Arlindo de Nês, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina.

AUTORIA: Deputado Jorginho Mello, Deputado João Rodrigues e outros

DOCUMENTOS:

- Projeto Original

DESPACHO: À Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Página da matéria

Denomina Elevado Vitório Cella o elevado que liga a Rodovia BR 282 com o acesso à BR-480, no trecho denominado acesso Plínio Arlindo de Nês, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O elevado que liga a Rodovia BR-282 com o acesso à BR-480, no trecho denominado acesso Plínio Arlindo de Nês, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, passa a denominar-se Elevado Vitório Cella.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2016.

WALDIR MARANHÃO
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2016

(nº 489/2015, na Câmara dos Deputados)

Denomina Rodovia Frei Jorge o trecho da rodovia BR-251 localizado no perímetro urbano da cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais.

AUTORIA: Deputado Zé Silva

DOCUMENTOS:

- Projeto Original

DESPACHO: À Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Página da matéria

Denomina Rodovia Frei Jorge o trecho da rodovia BR-251 localizado no perímetro urbano da cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O trecho da rodovia BR-251, localizado no perímetro urbano da cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais, passa a ser denominado Rodovia Frei Jorge.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2016.

WALDIR MARANHÃO
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2016

(nº 2.376/2015, na Câmara dos Deputados)

Institui o Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares.

AUTORIA: Deputado Subtenente Gonzaga

DOCUMENTOS:

- Projeto Original

DESPACHO: À Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Página da matéria

Institui o Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares, a ser comemorado, anualmente, em todo o território nacional no dia 24 de junho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2016.

WALDIR MARANHÃO
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Ofícios da Câmara dos Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 50/2016/PS-GSE

Brasília, 23 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações o Projeto de Lei nº 7.855, de 2014, do Senado Federal (PLS nº 137, de 2013, na Casa de origem), que "Institui, nos termos do *caput* do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, *trailer*, feira e banca de venda de jornais e de revistas".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 24.06.16.

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Nome legível: Sophia A.
Rubrica: Sophia Araujo
Matrícula:
Data: 23/06/2016
Hora: 10:22

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 51/2016/PS-GSE

Brasília, 23 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Arquivamento de Projeto de Lei**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o artigo 54 combinado com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de inadequação financeira e orçamentária, do Projeto de Lei nº 7.430, de 2006, do Senado Federal (PLS nº 82, de 1999, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a renda básica de cidadania e dá outras providências, com vista a autorizar a instituição do Fundo Brasil de Cidadania e do conselho deliberativo desse fundo e dá outras providências".

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Nome legível: Sophia A.
Rubrica: Sophia Araujo
Matrícula:
Data: 23/06/2016
Hora: 10:27

24.579 (JUN/13)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 52/2016/PS-GSE

Brasília, 23 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações o Projeto de Lei nº 7.343, de 2010, do Senado Federal (PLS nº 158, de 2007, na Casa de origem), que "Altera o inciso XVI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para definir os eventos que são considerados desastres naturais, para fins de liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 22.06.16.

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Nome legível: Sophia A.
Rubrica:
Matrícula:
Data: 23/06/2016
Hora: 10:22

24.579 (JUN/13)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 53/2016/PS-GSE

Brasília, 23 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações o Projeto de Lei nº 5.020, de 2013, do Senado Federal (PLS nº 444, de 2011, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para tornar obrigatória a medição individualizada do consumo hídrico nas novas edificações condominiais".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 22.06.16.

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Rubrica: Sophia A. Sahid Araújo
Matrícula:
Data: 23/06/2016
10:23

24.579 (JUN/13)

Pareceres

PARECER Nº 573 , DE 2016

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2014, do Senador José Agripino, que *institui o Prêmio Jovem Empreendedor, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal*.

Relator: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 14, de 2014, do Senador José Agripino, após ter recebido pareceres favoráveis da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão Diretora, vem ao reexame desta última, por decisão da Presidência da Casa, comunicada ao Plenário na sessão de 9 de julho de 2015, a fim de que sejam uniformizados seus procedimentos com aqueles previstos na Resolução nº 8 do Senado Federal, de 30 de junho de 2015.

O PRS nº 14, de 2014, tem por objeto instituir o Prêmio Jovem Empreendedor, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal.

De acordo com o primeiro de seus sete artigos, juntamente com o art. 3º, o prêmio a ser instituído se destina a agraciar, anualmente, cinco estudantes ou jovens empreendedores, assim como uma entidade governamental ou não governamental que tenham se destacado na iniciativa privada ou por trabalho relacionado ao empreendedorismo.

As indicações dos candidatos ao prêmio devem ser feitas, de acordo com o art. 5º, por organizações da sociedade civil à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) desta Casa, que divulgará, anualmente, normas para inscrição.

O Conselho do Prêmio Jovem Empreendedor, formado, conforme o art. 6º, por um representante de cada partido político com assento no Senado Federal e três representantes do setor produtivo ligados ao tema do empreendedorismo, apreciará os indicados e escolherá os agraciados.

A Resolução nº 8, de 2015, do Senado Federal, instituiu, por seu turno, a Comenda do Mérito Esportivo, ao mesmo passo que alterou as Resoluções nº 2, de 2001, nº 8, de 2009, nº 35, de 2009, nº 14, de 2010, nº 42, de 2010, nº 15, de 2012, nº 34, de 2013, e nº 47, de 2013, que igualmente instituíram comenda, diploma ou prêmio do Senado Federal, a fim de padronizar seu funcionamento e a composição dos respectivos Conselhos.

Em síntese, as regras instituídas pela Resolução nº 8, de 2015, para a concessão da Comenda do Mérito Esportivo e para as demais homenagens referidas consistem, além daquelas já universalmente adotadas como sua anualidade, em que:

a) a homenagem será concedida pela Mesa do Senado Federal, sendo a cerimônia de sua entrega realizada em sessão especialmente convocada para esse fim;

b) poderão indicar candidatos qualquer senador ou senadora;

c) para apreciar os nomes dos candidatos, será constituído um conselho, composto por um senador ou uma senadora de cada partido político com representação na Casa;

d) a composição desse conselho será renovada a cada dois anos, entre os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros;

e) o conselho definirá, a cada ano, as datas para recebimento das indicações e para premiação dos agraciados, cujos nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária.

II – ANÁLISE

Como já amplamente argumentado nos pareceres aprovados na CAE e nesta Comissão, a proposição é meritória ao instituir um prêmio que irá estimular o empreendedorismo, verdadeira mola propulsora da inovação e do crescimento nas atividades produtivas, especialmente nas faixas mais jovens da população, naturalmente vocacionadas à superação do já estabelecido.

Não podemos deixar de considerar, contudo, o notável crescimento na instituição desse tipo de homenagens no Senado Federal. Após o estabelecimento do Diploma Bertha Lutz, pela Resolução nº 2, de 2001, tivemos o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico e do Diploma José Ermírio de Morais, em 2009; a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara e o Projeto Jovem Senador, em 2010, este último, com características bem peculiares, já que implica diversas atividades, no Congresso Nacional, dos jovens senadores selecionados; o Prêmio Mérito Ambiental, em 2012; a Comenda Dorina Gouveia Nowill e a Comenda Senador Abdias Nascimento, em 2013; e a Comenda do Mérito Esportivo, em 2015.

Diante de tal número de homenagens, que já perfazem nove, julgou-se necessário, por meio da referida Resolução nº 8, de 2015, estabelecer uma padronização que facilitasse a operacionalização da sua concessão.

Por meio dessa padronização, torna-se mais simples planejar, coordenar e executar o rol de tarefas vinculadas à concessão dos diplomas, prêmios e comendas referidos. Têm-se agora critérios comuns adotados para o processamento dessas diversas homenagens – critérios razoáveis e mais racionais, acarretando, muito embora, certa perda da participação direta da sociedade, que pode ser contornada pelo estabelecimento de efetivos canais de comunicação de suas entidades organizadas com os gabinetes dos senadores e senadoras, responsáveis pela indicação dos candidatos.

De tal sorte, determinou a Presidência da Casa, como já relatado, o retorno do PRS nº 14, de 2014, a esta Comissão Diretora, a fim de que dela passem a constar os procedimentos padronizados pela Resolução nº 8, de 2015, o que se busca fazer com as emendas que oferecemos a seguir.

III – VOTO

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do PRS nº 14, de 2014, com as quatro emendas que se seguem.

EMENDA Nº 1 – CDIR

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2014, a seguinte redação:

"**Art. 2º** O prêmio consistirá na concessão, pela Mesa do Senado Federal, de diploma de menção honrosa aos agraciados e outorga de placa, medalha ou troféu."

EMENDA Nº 2 – CDIR

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2014, a seguinte redação:

"**Art. 4º** A cerimônia de entrega do prêmio será realizada em sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim."

EMENDA Nº 3 – CDIR

Dê-se ao *caput* do art. 5º do Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2014, a seguinte redação:

"**Art. 5º** As indicações dos jovens e entidades candidatos ao prêmio serão realizadas por qualquer Senador ou Senadora."

EMENDA Nº 4 – CDIR

Dê-se ao art. 6º do Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2014, a seguinte redação:

"Art. 6º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados, será constituído o Conselho do Prêmio Jovem

Empreendedor, composto por um representante de cada partido político com assento no Senado Federal.

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o *caput* será renovada a cada dois anos, entre os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros.

§ 2º O Conselho definirá, a cada ano, as datas para recebimento das indicações e para premiação dos agraciados, cujos nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária."

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

SENADO FEDERAL

PARECERES Nº 574, DE 2016 e Nº 575, DE 2016

PARECER Nº 574, DE 2016, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2014, que *institui, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasil-Indonésia, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos*.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2014, de autoria da ilustre Senadora Vanessa Grazziotin, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia como serviço de cooperação interparlamentar*.

O projeto em tela foi distribuído a este órgão colegiado e à Mesa Diretora e foi a mim encaminhado para relatar em 10 de março de 2015.

A proposição em epígrafe institui, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia, a ser integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem. Sua finalidade é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos (arts. 1º e 2º).

O art. 3º elenca as diferentes atividades mediante as quais se dará a cooperação parlamentar: visitas parlamentares; realização de congressos,

seminários, simpósios, debates, conferências e encontros dedicados à análise, compreensão, encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais; permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa; intercâmbio de experiências parlamentares e outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

O art. 4º dispõe que o Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta desse, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional, conforme estipula o art. 5º.

Na Justificação, a autora destaca que como fruto do processo de democratização da Indonésia, as relações do Brasil com aquele país têm se intensificado. No ano de 2008, houve troca de visitas presidenciais, ocasião em que foram assinados vários acordos bilaterais, como o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção de Etanol Combustível; Memorando de Entendimento sobre Cooperação Educacional; Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais ou de Serviço; bem como outros instrumentos sobre cooperação em energia e mineração; agricultura; erradicação da pobreza e uma Declaração sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica.

A autora destaca ainda que a parceria estratégica entre os dois países "(...) tem por base aspectos como o da consolidação de ambas as democracias; características físicas, humanas e sociais similares, com vasto território, forte biodiversidade e população multiétnica". Conclui haver, portanto, ambiente propício para o adensamento das relações culturais e sociais entre as duas nações.

A Justificação lembra também que "Brasil e Indonésia ocupam posição de destaque dentro do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), respectivamente, de maneira que detêm condições para promover a aproximação entre essas economias".

Assinala, ademais, que a formação de Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia irá permitir maior interação entre membros dos Poderes Legislativos de ambos os países, incentivando também suas relações bilaterais.

No que diz respeito ao comércio bilateral, este, de acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, alcançou o montante de pouco mais de 4 bilhões de dólares em 2014, tendo registrado elevação de mais de 500% em relação à década anterior, havendo espaço para maior crescimento.

II – ANÁLISE

A influência dos Parlamentos nas relações internacionais vem ampliando-se em razão da crescente participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional, tais como o Parlamento do Mercosul, a União Inter-Parlamentar e o Parlamento Latino-Americano.

A par desta tendência, é possível identificar também um interesse maior, entre os parlamentares, pelos rumos que tomam as relações externas do Brasil. De fato, as decisões concernentes à política internacional vêm produzindo, cada vez mais, maiores e mais profundos impactos no interior dos países, reverberando também, como é de se esperar, no Congresso Nacional.

É, portanto, salutar e natural a crescente atuação de grupos parlamentares transnacionais na recente prática parlamentar brasileira, reflexo do mundo globalizado, cujos problemas já não mais comportam soluções unilaterais e isoladas. A interação entre legisladores de diferentes nações promove o entendimento entre os povos e facilita soluções comuns para problemas que afetam o conjunto dos países.

A iniciativa reveste-se de importância tendo em vista o estremecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Indonésia em virtude da recente execução de um brasileiro naquele país, condenado por tráfico de drogas, e a posição da Presidente Dilma Rousseff, logo após o fato, ao recusar-se a receber as credenciais do Embaixador da Indonésia em nosso país.

A atuação do grupo parlamentar Brasil-Indonésia poderá contribuir para a superação do mal-estar diplomático e para fortalecer as relações bilaterais já existentes, ao possibilitar o conhecimento mútuo e dos respectivos parlamentos e o aprendizado sobre os diferentes traços culturais a caracterizar cada um dos países.

Portanto, nada mais adequado do que institucionalizar, na forma regimentalmente possível de Grupo Parlamentar, o relacionamento entre membros do Congresso Nacional e do Parlamento da Indonésia.

Ressalte-se que, do ponto de vista regimental, nada há que obste a criação de grupos parlamentares de natureza internacional.

III – VOTO

Por todo o exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2014.

Brasília, Sala da Comissão, 22 de outubro de 2015

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Flexa Ribeiro, Relator

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:39ª Reunião, Ordinária, da CRE
Data: 22 de outubro de 2015 (quinta-feira), às 10h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Jorge Viana (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lindbergh Farias (PT)	2. Telmário Mota (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Lasier Martins (PDT)	4. Humberto Costa (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
Edison Lobão (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Ronaldo Caiado (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. José Serra (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	4. Antonio Anastasia (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. João Capiberibe (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Magno Malta (PR)	2. Wellington Fagundes (PR)

CONFERE COM A ORIGINAL

Rodrigo Barbosa de Oliveira
Secretário Adjunto
Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional

PARECER Nº 575 , DE 2016

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *institui, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasil-Indonésia, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos*.

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 21, de 2014, visa à instituição do Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia. Cuida-se, nos termos do art. 1º da proposição, de *serviço de cooperação interparlamentar*, cuja finalidade é *incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos*.

Integrarão o Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia membros do Congresso Nacional, mediante livre adesão (art. 2º).

O art. 3º enumera, de forma exemplificativa, as atividades de cooperação interparlamentar.

O Grupo Parlamentar terá regulamento interno ou, na falta deste, será regido por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor (art. 4º, *caput*). Subsidiariamente à resolução decorrente da aprovação deste projeto e ao regulamento interno do grupo, aplicam-se o Regimento Comum do Congresso Nacional, o Regimento Interno do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados, nesta ordem (art. 4º, parágrafo único).

Na justificação, a autora do PRS destaca o adensamento, nos últimos anos, das relações entre Brasil e Indonésa. Recorda que, em 2008, houve troca de visistas presidenciais, ocasião em que foram assinados diferentes instrumentos bilaterais. Destaca que há entre os dois países aspectos físicos, humanos e sociais similares. Nesse sentido, vasto território, forte biodiversidade e população multiétnica. Pondera, ainda, que ambos os países ocupam posição de destaque nos respectivos blocos regionais de integração [Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)]. Existiria, dessa forma, ampla possibilidade de maior aproximação entre ambas as economias

A proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qual foi aprovada em 22 de outubro deste ano, e a esta Comissão, onde me coube sua relatoria.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Não há previsão regimental para criação de grupos parlamentares. De outro lado, tampouco existe vedação para a apresentação de proposições como o PRS nº 21, de 2014.

Aliás, o Regimento Interno do Senado Federal (RISF) dispõe que é facultado ao Senador *utilizar-se dos diversos serviços do Senado, desde que para fins relacionados com as suas funções* (art. 9º, V).

E, quanto a esse aspecto, não temos dúvida de que a participação no grupo parlamentar que se pretende criar por meio do PRS nº 21, de 2014, caracteriza-se como função própria do mandato de Senador.

Não bastasse isso, a proposição representa o exercício da chamada "diplomacia parlamentar", a qual tem se mostrado cada vez mais relevante nas relações internacionais e contribuído para a democratização dos processos decisórios nesse campo.

Esse exercício é de fundamental importância. Os poderes legislativos podem e devem complementar, no âmbito de suas respectivas atribuições e dentro do marco legal da sua atuação, a diplomacia tradicional levada a efeito pelo poder competente. Nesse sentido, o grupo que se almeja criar pode contribuir com a reaproximação de ambos os governos, que tiveram sua relação abalada com o lamentável episódio da execução da pena capital aplicada pelo Judiciário indonésio a dois brasileiros condenados por tráfico internacional de entorpecentes.

Apresentamos, porém, emenda para ajustar a redação do parágrafo único do projeto de resolução. No parágrafo único, a expressão "Regimento Interno Comum do Congresso Nacional" será substituída por Regimento Comum do Congresso Nacional, pois é esta a denominação dada à Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1970.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2014, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 - CDIR

Dê-se ao parágrafo único do art. 4º do Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2014, a seguinte redação:

"**Art. 4º**

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou de seu regulamento interno, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nesta ordem."

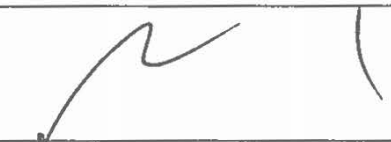
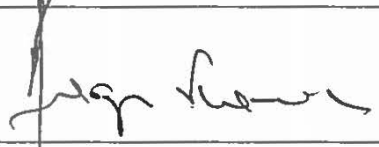
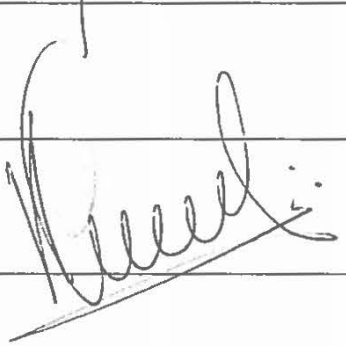
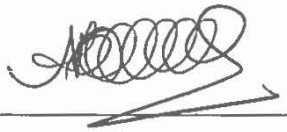
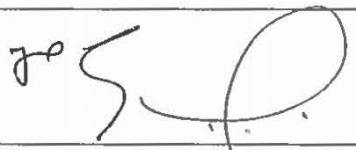
Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ÂNGELA PORTELA

SF/16910.40823-64

PARECER Nº , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 64, de 2016, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (SF), que *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores acerca da posição do Governo brasileiro quanto à Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que, além de renovar mandato da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), concede à Missão a competência única para vigilância e aplicação dos Direitos Humanos na região invadida.*

Relatora: Senadora **ANGELA PORTELA**

Página: 1/3 08/06/2016 14:06:43

1f16737c6fa32083cd07032062011ff5aadbe0de8d5

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 64, de 2016, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), por meio do qual se requer o envio de pedido escrito de informações ao Ministro das Relações Exteriores relativas à República Árabe Saarauí Democrática (Saara Ocidental).

A Comissão indaga sobre a posição do Governo brasileiro em relação: 1) à Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), especialmente no tocante à atribuição de competência à Missão para vigilância e aplicação dos direitos humanos na região; 2) ao

Senado Federal - Ala Senador Afonso Arinos - Gabinete 10 - CEP 70165-900 - Brasília - DF
Telefones: (61) 3303-6103/3303-6104 - Fax: (61) 3303-6111 - e-mail: angela.portela@senadora.leg.br

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ÂNGELA PORTELA

SF/16910.40823-64

processo de emancipação política do Saara Ocidental; 3) ao estabelecimento de relações diplomáticas com aquele país; e 4) à ajuda humanitária aos refugiados da região. Na justificação, a Comissão esclarece que, desde a década de 1960, com o processo de descolonização europeu em terras africanas, o povo Saarauí teve seu território anexado ao Marrocos e vem perdendo traços culturais que o identificam, além de não existir para eles autonomia territorial e política. Expõe também que a Organização das Nações Unidas (ONU) tem intensificado o debate e as medidas que protegem e estimulam a autonomia do Saara Ocidental.

II – ANÁLISE

No que concerne à constitucionalidade, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta. Já o § 2º do art. 50 da Carta Magna dispõe que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Em relação à regimentalidade, o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal dispõe que os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora. Em atendimento ao inciso II do mesmo artigo, o requerimento em análise não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade. O Requerimento observa ainda o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informações.

No mérito, a matéria em apreço tem sido objeto de debates em foros internacionais, tendo a ONU reconhecido a legitimidade territorial e cultural do povo Saarauí. Assim, o Governo brasileiro não pode se furtar a manifestar-se em relação ao processo de independência e autonomia desse território, a fim de se alcançar uma solução política duradoura e que permita a autodeterminação do povo do Saara Ocidental. O assunto é, portanto, de interesse também do Senado Federal.

1b737c6fa32083cd0703206201ff5aadbe0de8d5 Página: 2/3 08/06/2016 14:06:43

Senado Federal - Ala Senador Afonso Arinos - Gabinete 10 - CEP 70165-900 - Brasília - DF
Telefones: (61) 3303-6103/3303-6104 - Fax: (61) 3303-6111 - e-mail: angela.portela@senadora.leg.br

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ÂNGELA PORTELA

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 64, de 2016.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relatora

SF/16910.40823-64
Página: 3/3 08/06/2016 14:06:43
1b737c6fa32083cd0703206201ff5aadbe0de8d5

SENADO FEDERAL
Fl. nº 04
SGM

Senado Federal - Ala Senador Afonso Arinos - Gabinete 10 - CEP 70165-900 - Brasília - DF
Telefones: (61) 3303-6103/3303-6104 - Fax: (61) 3303-6111 - e-mail: angela.portela@senadora.leg.br

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

SENADO FEDERAL
Fl Nº _____
SGM

PARECER N° 577, DE 2016

Da MESA, sobre o Requerimento nº 71, de 2016, do Senador José Medeiros, que *solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde acerca dos recursos federais destinados ao financiamento de ações e serviços de saúde no Estado do Mato Grosso.*

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Chega à apreciação desta Mesa o Requerimento nº 71, de 2016, de autoria do Senador José Medeiros, que, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam prestadas pelo Sr. Ministro de Estado da Saúde as seguintes informações acerca dos recursos federais destinados ao financiamento de ações e serviços de saúde no Estado do Mato Grosso:

1. Qual é o montante anual repassado pela União para o custeio de despesas com ações e serviços públicos de saúde no Estado do Mato Grosso, em comparação com as demais unidades da Federação, no período de 2010 a 2016?

2. Qual é o valor anual que o Governo Federal repassou ao Estado do Mato Grosso, em comparação com as demais unidades da Federação no período de 2010 a 2016? Explicitar o valor para o custeio de cada bloco de financiamento abaixo:

    a. Atenção Básica;

    b. Atenção de Média e Alta Complexidade;

    c. Vigilância em Saúde;

    d. Assistência Farmacêutica;

    e. Gestão do SUS.

3. Qual a metodologia utilizada para o rateio e a distribuição dos recursos da União vinculados a ações e serviços públicos de saúde e repassados ao Estado do Mato Grosso, na forma do art. 17 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012?

4. Nos últimos cinco anos, quantos convênios foram celebrados entre o Ministério da Saúde e os órgãos ou entidades da administração pública do Estado do Mato Grosso e de seus municípios?

5. Nos últimos cinco anos, quantos contratos de repasse foram celebrados entre o Ministério da Saúde e os órgãos ou entidades da administração pública do Estado do Mato Grosso e de seus municípios?

6. Nos últimos cinco anos, qual foi o número de solicitações de convênios e de contratos de repasse feitas por órgãos ou entidades da administração pública do Estado do Mato Grosso e de seus municípios que foram indeferidas pelo Ministério da Saúde? Quais os motivos para os indeferimentos?

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), os requerimentos de informações de que trata o art. 50, § 2º, da Constituição Federal serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora.

Além disso, o inciso II do art. 216 do RISF define que requerimentos de informações não poderão conter pedido de providências, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

A nosso ver, o requerimento sob análise atende aos dispositivos do RISF acima citados, bem como aos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa a decisão em caráter terminativo.

III – VOTO

Opinamos, assim, pela **aprovação** do Requerimento nº 71, de 2016, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Saúde.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relatora

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 578, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 86, de 2016, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *requer, com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações, ao Ministro da Justiça, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo desastre ambiental em Ferreira Gomes/AP*.

Relator: **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) informações, ao Ministro de Estado da Justiça, "referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo desastre ambiental em Ferreira Gomes, Amapá".

A matéria foi distribuída à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal, no § 2º do art. 50, estabelece que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar

pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Segundo o RISF, os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora (art. 216, inciso I). Não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija (art. 216, inciso II).

O Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta o RISF no tocante à apresentação de requerimento de informações, determina que as solicitações deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer, nos termos do que dispõe o § 2º de seu art. 1º. Portanto, quanto aos requisitos constitucionais e regimentais, não se identificam óbices para que o requerimento seja aprovado.

Por essas razões, a proposição merece ser aprovada.

III – VOTO

Em face do exposto, voto pela **aprovação** do Requerimento nº 86, de 2016.

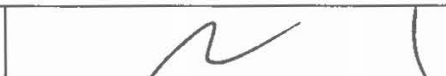
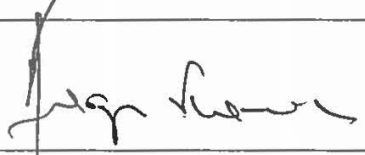
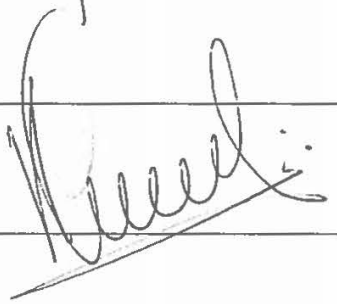
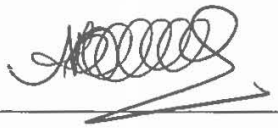
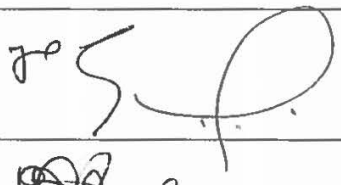
Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 579 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 118, de 2016, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades acerca do combate ao *Aedes aegypti*, nos termos que especifica.

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

O Senador Antonio Carlos Valadares, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento nº 118, de 2016, e em face da gravidade do quadro sanitário atual relativo às epidemias de dengue, de infecção pelo vírus Zica e de microcefalia em nosso país, solicita as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades:

1. montante de recursos orçamentários federais da Pasta, repassados para estados e municípios, destinados a ações de saneamento voltadas para o controle do *Aedes aegypti*;

2. situação dos estados e municípios em relação aos serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: i) abastecimento de água potável; ii) esgotamento sanitário; iii) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; e iv) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

3. principais dificuldades enfrentadas pelo Ministério das Cidades para implementar medidas de saneamento básico e ambiental, essenciais para o controle do *Aedes aegypti*;

4. formas de monitoramento e avaliação, adotadas pelo Ministério das Cidades, da situação de infestação pelo *Aedes aegypti* nos centros urbanos do País.

Nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

Compete à Mesa decidir sobre requerimentos de informações dirigidos a Ministro de Estado, conforme dispõe o art. 216, inciso III, do RISF.

O § 2º do art. 50 da Constituição Federal determina que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministros de Estado ou a qualquer titular de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. O art. 216 do RISF, que regulamenta o pedido de informações previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, assim reza:

> **Art. 216.** Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:
>
> I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora;
>
> II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;
>
> III – lidos no Período do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;
>
> .....

Desse modo, consoante as normas regimentais, o Requerimento nº 118, de 2016, atende aos critérios relacionados à solicitação de informações necessárias à competência fiscalizadora do Senado Federal.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 118, de 2016.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relatora

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº580 , DE 2016

Da MESA, sobre o Requerimento nº 119, de 2016, do Senador Antonio Carlos Valadares, que *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde relativas às epidemias de dengue, de infecção pelo vírus Zica e de microcefalia no País*.

Relatora: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

O Senador Antonio Carlos Valadares, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face da gravidade do quadro sanitário atual relativo às epidemias de dengue, de infecção pelo vírus Zica e de microcefalia em nosso país, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 119, de 2016, no qual requer que sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro de Estado da Saúde:

- montante de recursos orçamentários federais da Pasta, repassados para estados e municípios, destinados ao controle do *Aedes aegypti*;
- métodos adotados pelo Ministério da Saúde para o combate ao *Aedes aegypti*;
- número de agentes de combate às endemias e de outras equipes ou profissionais de saúde, por estado e município, envolvidos no combate ao *Aedes aegypti*;
- formas de monitoramento e avaliação, adotadas pelo Ministério da Saúde, da situação do agente transmissor

do vírus da dengue e do vírus Zica e da ocorrência de casos de infecção dessas doenças no País;

- capacidade instalada do Sistema Único de Saúde (SUS) para prestar assistência integral às pessoas com quadros graves de dengue, aos recém-nascidos com microcefalia e às pessoas com agravos neurológicos graves causados pelo vírus Zika, como a Síndrome de Guillain-Barré;
- normas emanadas do Ministério da Saúde para orientar as equipes de saúde no enfrentamento da epidemia de dengue e da infeção pelo Zica vírus, de microcefalia e dos demais agravos neurológicos graves;
- existência de pesquisas apoiadas pelo Ministério da Saúde para elucidar a associação entre o vírus Zica e microcefalia; local onde estão sendo conduzidas; e resultados já alcançados;
- existência de pesquisas apoiadas pelo Ministério da Saúde para o desenvolvimento de uma vacina contra a dengue e contra o vírus Zica;
- principais dificuldades enfrentadas para o controle do *Aedes aegypti* e para a prestação de assistência à saúde integral, de qualidade e em tempo oportuno, pelo SUS, às pessoas infectadas pelo vírus da dengue e pelo vírus Zica, aos recém-nascidos com microcefalia e às pessoas que apresentam quadros neurológicos graves decorrentes da infecção pelo Zica;
- medidas adotadas pelo Ministério da Saúde, ou que se pretende adotar, para prover o acompanhamento e apoio às crianças com microcefalia e suas famílias.

II – ANÁLISE

A proposição obedece aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam o envio de pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

O requerimento também está amparado no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dá, ao Congresso Nacional, a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

O inciso II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal enumera as razões que podem ensejar o indeferimento de um requerimento de informações por parte da Mesa desta Casa Legislativa: a existência de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige. Não identificamos nenhuma dessas ocorrências no requerimento ora analisado, pelo que não encontramos óbices à sua aprovação.

II – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **aprovação** do Requerimento nº 119, de 2016.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relatora

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 581 , DE 2016

Da MESA, sobre o Requerimento nº 130, de 2016, do Senador Romário, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, sejam PEDIDAS INFORMAÇÕES ao Senhor Ministro de Estado do Esporte, George Hilton dos Santos Cecílio, para confecção de balanço sobre a atual situação do Programa Profut contendo o nome dos clubes e os respectivos valores renegociados, quais clubes estão renegociando seus débitos e quantos não aceitaram participar do Programa desde a vigência da Lei 13.155, de 04 de agosto de 2015, até o prazo final para inscrição, que se encerrou dia 30 de novembro de 2015*.

Relatora: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Mesa o Requerimento nº 130, do Senador Romário, apresentado no dia 2 de março de 2016, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República, sejam PEDIDAS INFORMAÇÕES ao Ministro de Estado do Esporte, então o Senhor George Hilton dos Santos Cecílio, para confecção de balanço sobre a atual situação do Programa Profut, contendo os nomes dos clubes que aderiram ao programa e os respectivos valores renegociados, assim como o quantitativo de clubes que não aceitaram participar do Programa desde a vigência da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, até o prazo final previsto para inscrição, que correspondia então ao dia 30 de novembro de 2015.

Na justificação, o Autor do requerimento argumenta que compete ao Senado Federal fazer o rigoroso acompanhamento da execução

do Programa de Modernização da Gestão de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT, criado pela Lei nº 13.155, de 2015, oriundo da conversão da Medida Provisória nº 671, de 2015, especialmente no que se refere ao parcelamento e redução de débitos para com os referidos órgãos da administração direta federal, previstos nos arts. 6º e 7º da norma citada.

O requerimento nº 130, de 2016, foi encaminhado à Mesa e distribuído ao Senador Douglas Cintra, que apresentou relatório pelo deferimento. No entanto, em razão do afastamento do exercício do mandato do ilustre Senador, cujo relatório não fora ainda apreciado, a proposição foi redistribuída para a presente Relatora, nos termos do art. 84, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

II – ANÁLISE

Acompanhamos o relatório apresentado pelo Senador Douglas Cintra no que se refere à constitucionalidade e à regimentalidade da proposição, nos seguintes termos:

Quanto à **constitucionalidade**, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Já o § 2º do art. 50 da Carta Magna dispõe que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Em relação à **regimentalidade**, o inciso I do art. 216 do RISF reza que os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora. Em atendimento ao inciso II do mesmo artigo, o requerimento em análise não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade. O Requerimento observa ainda o Ato da Mesa nº 1 de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informações.

Deve ser considerada, ainda, no presente contexto, a superveniência de nova determinação legal quanto ao prazo para a adesão ao

Profut, que ocorre, conforme o art. 3º da Lei nº 13.155, de 2015, com o requerimento, pelas entidades desportivas profissionais de futebol, do parcelamento tratado na Seção II do seu Capítulo I.

O prazo fixado, no art. 9º, para a apresentação do requerimento de parcelamento foi o do último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação da Lei nº 13.155, correspondendo, portanto, ao dia 30 de novembro de 2015. No entanto, a Lei nº 13.262, de 22 de março de 2016, reabriu esse prazo, por meio de seu art. 3º, no período compreendido entre a data de sua publicação e o dia 31 de julho de 2016.

De tal sorte, o requerimento de informações constante da proposição sob exame deixa de se referir a um processo concluído, tal como originalmente formulado, e passa a se reportar a um processo em andamento. A vantagem da prestação de informações sobre a adesão ao Profut com o prazo ainda em aberto é a de poder verificar, entre outros aspectos relevantes, o quantitativo das entidades desportivas profissionais de futebol que ainda não o fizeram e que poderiam vir a fazê-lo em tempo hábil.

Devemos, assim, reformular os termos do Requerimento nº 130, de 2016, em razão da referida reabertura do prazo para a adesão ao Profut, atualizando, ainda, o nome do Ministro de Estado do Esporte.

III – VOTO

Conforme o exposto, o voto é favorável ao deferimento do Requerimento nº 130, de 2016, na forma que a seguir sugerimos:

"Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República, requeiro sejam PEDIDAS INFORMAÇÕES ao Senhor Ministro de Estado do Esporte, Leonardo Carneiro Monteiro Picciani, sobre a atual situação do Programa Profut, contendo os nomes dos clubes que aderiram ao Programa e os respectivos valores renegociados, assim como o quantitativo de clubes que não o fizeram, desde a vigência da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, sendo considerado, ainda, o período de reabertura de prazo para adesão ao Programa pela Lei nº 13.262, de 22 de março de 2016."

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 582 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 139, de 2016, do Senador Jorge Viana, que *requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministro das Comunicações, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, sobre as ações do governo federal e/ou das concessionárias de telecomunicações nos Municípios acreanos para a melhoria dos serviços de telefonia fixa e móvel, inclusive de internet, bem como para a disponibilização de novas frequências e implantação de infraestrutura.*

RELATOR: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 139, de 2016, de autoria do Senador Jorge Viana, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Comunicações, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações – (ANATEL), informações sobre as ações do governo federal e/ou das concessionárias de telecomunicações nos Municípios acreanos para a melhoria dos serviços de telefonia fixa e móvel, inclusive de internet, bem como para a disponibilização de novas frequências e implantação de infraestrutura.

A solicitação contém os seguintes questionamentos:

1. Que ações governamentais estão em curso? Qual é a localização desses empreendimentos? Quais são os valores envolvidos e o cronograma previsto?

2. Que investimentos estão sendo realizados pelas concessionárias de telefonia? Qual a localização desses empreendimentos? Quais são os valores envolvidos e o cronograma previsto?

O autor justifica a iniciativa em vista da precariedade dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia fixa e móvel no Acre, o que, em seu entendimento, repercute negativamente no desenvolvimento de atividades produtivas e na prestação de serviços naquele Estado.

O presente requerimento vem à apreciação e decisão desse Colegiado em razão do que dispõe o art. 215, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual os requerimentos de informação a Ministro de Estado dependem de decisão da Mesa do Senado.

II – ANÁLISE

O Requerimento em análise atende a todos os requisitos constitucionais, particularmente àqueles inscritos no § 2º do art. 50 de nossa Carta Política, o qual confere à Mesa do Senado Federal a competência para encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado ou demais titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A proposição em análise apresenta-se como instrumento para concretização da competência constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, seja diretamente ou por qualquer de suas Casas, consubstanciando, dessa forma, o comando inscrito no inciso X do art. 49 da Carta Cidadã.

Complementarmente, a iniciativa apresenta-se em conformidade com as disposições do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regula a tramitação dos requerimentos de informação. Verifica-se, assim, a regimentalidade da proposição.

Da mesma forma, afigura-se adequado o endereçamento desse pedido de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, tendo em vista ser a Anatel vinculada ao Ministério que dirige.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 139, de 2016.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 583, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento (RQS) nº 157, de 2016, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *requer, nos termos do inciso X do art. 49 e do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado dos Transportes informações referentes à Empresa de Planejamento e Logística S.A., nos termos que especifica*.

Relator: Senador **ZEZE PERRELLA**

I – RELATÓRIO

O Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos do inciso X do art. 49 e do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha à Mesa do Senado o Requerimento (RQS) nº 157, de 2016, dirigido ao Ministro de Estado dos Transportes, em que requer sejam prestadas informações referentes à Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), a saber:

I. evolução da quantidade, qualidade e custo da força de trabalho;

II. situação dos projetos da Empresa, discriminando o objetivo, o período, a etapa em que se encontra e a previsão de conclusão;

III. despesas com ações vinculadas a cada uma das atividades finalísticas da EPL;

IV. resultados apresentados pelas gerências criadas com o objetivo de monitorar a execução das atividades finalísticas da Empresa;

V. relação dos trabalhos relacionados aos processos de concessão e o acompanhamento da execução do Programa de Investimentos em Logística (PIL);

VI. despesas com ações de publicidade, patrocínio de eventos culturais e esportivos, doações a qualquer razão;

VII. despesas realizadas pela Empresa de Transporte de Alta Velocidade S.A, que foi substituída pela EPL; e

VIII. relação das atividades realizadas sob demanda do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT).

Na justificação, o requerente enfatiza o papel fiscalizador desta Casa para aprofundar o conhecimento acerca das atividades da EPL, notadamente quanto aos custos e benefícios provocados pelas ações dessa empresa pública no setor de transportes do País.

II – ANÁLISE

O RQS nº 157, de 2016 obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que rege a matéria.

As informações solicitadas no requerimento em exame prestam-se, como expresso em sua justificação, à compreensão das ações praticadas pelo Executivo no campo do planejamento em transportes, notadamente, mas não somente, quanto às ações de atualização da infraestrutura ferroviária. É pertinente, portanto, ao exercício da competência fiscalizadora desta Casa.

III – VOTO

À luz do exposto, voto favoravelmente à **aprovação** do Requerimento nº 157, de 2016.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 584, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 187, de 2016, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (SF), que *requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, solicitando o encaminhamento, em meio digital e/ou físico, dos testes sorológicos para mormo, realizados no Brasil, nos últimos 10 (dez) anos, pelos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), bem como dos realizados nos laboratórios de referência internacional junto à OIE, especialmente os que avaliaram os 584 animais do Complexo Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro, suspeitos de mormo no ano de 2015*.

RELATOR: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, atendendo iniciativa do nobre Senador RONALDO CAIADO, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), encaminhou à Mesa o Requerimento nº 187, de 2016, no qual solicita à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o encaminhamento, em meio digital e/ou físico, dos testes sorológicos para mormo (doença contagiosa de equídeos e humanos, causada pela bactéria *Burkholderia mallei*), realizados no Brasil, nos últimos 10 (dez) anos, pelos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), bem como dos realizados nos laboratórios de referência internacional junto à Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), especialmente os que avaliaram os 584 animais do

Complexo Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro, suspeitos de mormo no ano de 2015.

Em sua justificação, o Requerimento destaca que os animais com resultados negativos no primeiro exame de verificação para mormo são considerados sãos; já os animais com resultados positivos ou com resultados diferentes de negativo no primeiro exame são submetidos a um segundo exame e, caso este também apresente resultado positivo, são considerados portadores da doença. Como ainda tem havido muita imprecisão dos exames realizados no Brasil, bem como falta de transparência em sua divulgação, essa situação tem dificultado o adequado delineamento de políticas públicas de sanidade animal.

II – ANÁLISE

Cabe inicialmente destacar que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

Ademais, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal podem encaminhar pedido de informações a Ministros de Estado e a qualquer titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição.

O Requerimento nº 187, de 2016, ora em análise, atende ao que dispõe o art. 50, § 2º, da Carta Magna, bem como ao art. 216 do RISF, obedecendo, portanto, às normas de admissibilidade dos requerimentos de informações a Ministros de Estado.

Especificamente, quanto ao disposto no inciso I do art. 216, não há o que obstar, uma vez que o tema "sanidade animal" se encontra entre aqueles sujeitos à competência fiscalizadora do Congresso Nacional.

Outrossim, destacamos que, com fundamento no art. 217 do RISF, os requerimentos de remessa de documentos equiparam-se aos de pedido de informações.

Ao mesmo tempo, não se tratam de informações de natureza sigilosa, o que exigiria rito de tramitação específico. Com efeito, em consonância com o art. 215, I, o Requerimento depende somente de decisão da Mesa.

Portanto, a nosso ver, a Proposição conforma-se aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado e atende ao que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela admissibilidade e consequente encaminhamento do Requerimento nº 187, de 2016, à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 585, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 194, de 2016, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que visa a obter informações do Ministro de Estado da Educação acerca dos critérios utilizados para formação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), bem como da evolução recente da qualidade do ensino em cada Estado segundo esses critérios.

Relator: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) apresentou o Requerimento nº 194, de 2016, em que dirige perguntas ao Ministro da Educação sobre os critérios utilizados para formação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a respeito da evolução recente da qualidade do ensino em cada Estado, segundo os referidos critérios.

Nos termos do art. 216, inciso III, do Risf, a proposição foi enviada para deliberação desta Mesa.

II – ANÁLISE

O art. 216 do RISF, que regulamenta, no âmbito desta Casa, os requerimentos de informações, previstos no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, determina que tais pedidos são admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora. Estipula, ademais, que eles não podem conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirigir. Esses preceitos encontram-se respeitados pelo requerimento em tela.

O Ideb, criado em 2007, constitui um indicador de qualidade educacional que reúne os conceitos de fluxo escolar e de médias de desempenho em avaliações de estudantes. Sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), o Ideb é calculado com base em informações sobre rendimento escolar (aprovação) e em dados de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Sistema de Avaliação da Educação Básica), aplicados aos estudantes de anos pré-determinados do ensino fundamental e do ensino médio.

São divulgados índices para cada rede escolar e para as escolas. Existem metas diferenciadas a serem atingidas no âmbito de cada ente federado, mas a expectativa é a de que em 2021 o País como um todo atinja a meta de 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental, de 5,5 nos anos finais do ensino fundamental e de 5,2 no ensino médio, nos termos da Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

A forma de cálculo do Ideb e os índices obtidos pelos entes federados são de domínio público. As informações pertinentes podem ser obtidas a partir do endereço eletrônico http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/.

Uma vez que pairam dúvidas na CE sobre os critérios usados para o cálculo do Ideb e a evolução da qualidade do ensino em cada Estado, o colegiado busca esclarecimento sobre a matéria, para que possa cumprir adequadamente suas funções regimentais.

III – VOTO

Pelas razões expostas, voto pela APROVAÇÃO do Requerimento nº 194, de 2016.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº586 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 220, de 2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF), que *requer, nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato n° 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício "S" n° 45, de 2015, nos termos que especifica*.

RELATOR: Senador **ZEZE PERRELLA**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e considerando o disposto no Ato n° 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), vem a exame desta Comissão Diretora o Requerimento nº 220, de 2016, aprovado pelo Parecer nº 284-D, de 2016 – CCT, ao Ofício "S" nº 45, de 2015 (OFC nº 73, de 2015, na Câmara dos Deputados), *que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias no município de Valinhos, no Estado de São Paulo, e concessionária de serviços de radiodifusão em ondas tropicais no município de Campinas, no Estado de São Paulo.*

O Requerimento em tela dirige perguntas ao Ministro de Estado das Comunicações sobre informações que não constam do Ofício "S", na

forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e do Ato n° 2, de 2011, da CCT.

Nos termos do art. 216, inciso III, do RISF, a proposição foi enviada para deliberação da Mesa.

II – ANÁLISE

O art. 216 Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que regulamenta, no âmbito desta Casa, os requerimentos de informações, previstos no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, determina que tais pedidos são admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora. Estipula, ainda, que eles não podem conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirigir. Esses preceitos encontram-se respeitados pelo requerimento em tela.

Ademais, o Ato nº 2, de 2011 – CCT, que *disciplina o tratamento a ser dado aos Avisos Ministeriais de comunicação de alterações de controle societário em empresas executantes de Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática*, determina, em seu art. 2º, que Ofícios "S" datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas. Também estipula que as informações que não constem do processo sejam solicitadas ao Ministro de Estado competente.

Dessarte, solicitam-se informações sobre: I – números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão; II – comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão; e III – relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Consideramos necessárias as informações solicitadas para a continuação do exame do Ofício "S" nº 45, de 2015. No entanto, é necessário

emendar o texto do requerimento, corrigindo-se o encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme os ditames, já em vigência, da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que *altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios*.

III – VOTO

Pelas razões expostas, voto pela **aprovação** do Requerimento nº 220, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - SGM
(ao Requerimento nº 220, de 2016)

Altere-se, no enunciado do RQS nº 220, de 2016, a redação do termo "Ministro de Estado das Comunicações" para "Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 587 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 239, de 2016.

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 239, de 2016, de autoria do Senador José Medeiros, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com os artigos 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que o Senhor Ministro de Estado de Comunicação, informe sobre "a transferência, indireta para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Rio Formoso Ltda (Ofício "S" nº 33, de 2014), concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Gurupi, Estado do Tocantins."

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 239, de 2016, do Senador José Medeiros cuida em postular que o Senhor Ministro de Estado de Comunicação, informe sobre "a transferência, indireta para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Rio Formoso Ltda (Ofício "S" nº 33, de 2014), concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Gurupi, Estado do Tocantins. "

Sua Excelência o Senador José Medeiros, apesar de não apresentar justificativa ao pleito, deixa entrever pelos diversos questionamentos, que pretende identificar os proprietários da referida empresa de televisão.

O pleito enquadra-se na competência constitucional de fiscalizar do Senado Federal, além do que, encontra-se de acordo com a Lei de Transparência, que busca resguardar o interesse público.

III – VOTO

Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 239, de 2016 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 239, de 2016, de autoria do Senador José Medeiros.

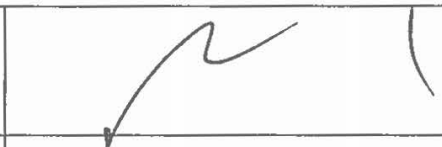
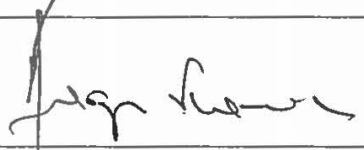
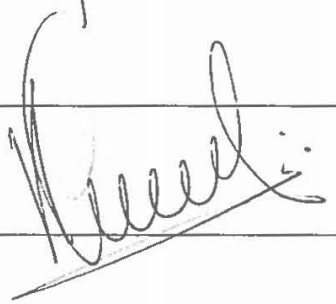
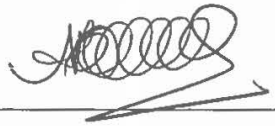
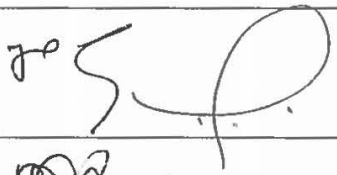
Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 588 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 244, de 2015.

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 244, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a; 216, I e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que o Senhor Ministro de Estado da Fazenda providencie junto ao Banco do Brasil informações sobre gastos com publicidade por esta entidade.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 244, de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, trata de pedido ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que providencie junto ao Banco do Brasil informações sobre gastos com publicidade por esta entidade.

O principal fundamento à pretensão senatorial diz respeito "matéria assinada por Fernando Rodrigues, em 17.12.2014, sob o título "Petrobras, BB e Caixa lideram gastos com publicidade para mídia alternativa". Completa que o nobre parlamentar que "de 2010 a 2013, as três estatais gastaram R$ 17 milhões com publicações de audiência limitada."

A pretensão estampada neste requerimento encontra-se entre as funções de fiscalizar do Senado Federal, além do que, os princípios constitucionais da publicidade e da transparência alicerçam a devida fundamentação.

No mais o interesse público mostra-se relevante, na medida que o tema é questionado na mídia e põe em dúvida decisão administrativa de instituição financeira que goza de grande respeito por toda sociedade brasileira.

III – VOTO

Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 244, de 2015 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público e estão de acordo com os princípios registrados.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 244, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 589 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 245, de 2015.

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 245, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a; 216, I e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que o Senhor Ministro de Estado da Fazenda providencie junto ao Banco da Amazônia S.A – BASA informações sobre gastos com publicidade por esta entidade.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 245, de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, trata de pedido ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que providencie junto ao Banco da Amazônia S.A – BASA informações sobre gastos com publicidade por esta entidade.

O principal fundamento à pretensão senatorial diz respeito a matéria publicada pelo Estadão, de 08/12/14, sob o título "Banco Basa pode ter aporte de R$ 1 bilhão". Acrescenta o atento senador que "é dado ciência que o Ministro da Fazenda autorizava a subscrição e integralização de ações do BASA ou a concessão de crédito em condições financeiras e contratuais

definidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda que permitiriam o seu enquadramento como instrumento elegível ao capital principal na formação do patrimônio de referência, nos termos de normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, até o final de 2014, no montante de até 1 bilhão."

A pretensão estampada neste requerimento encontra-se entre as funções de fiscalizar do Senado Federal, além do que, os princípios constitucionais da publicidade e da transparência alicerçam a devida fundamentação.

No mais o interesse público mostra-se relevante, na medida que o tema é trazido pela mídia e põe em foco decisão administrativa que implica valor de grande monta. Ademais, o nome indicado é de respeitável instituição financeira do País.

II – VOTO

Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 245, de 2015 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público e estão de acordo com os princípios registrados.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 245, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 590 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 246, de 2015.

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 246, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a; 216, I e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que o Senhor Ministro de Estado da Fazenda providencie junto à Caixa Econômica Federal informações sobre gastos com publicidade por esta entidade.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 246, de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, trata de pedido ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que providencie junto à Caixa Econômica Federal informações sobre gastos com publicidade por esta entidade.

O principal fundamento à pretensão senatorial diz respeito "matéria assinada por Fernando Rodrigues, em 17.12.2014, sob o título "Petrobras, BB e Caixa lideram gastos com publicidade para mídia alternativa". Completa que o nobre parlamentar que "de 2010 a 2013, as três estatais gastaram R$ 17 milhões com publicações de audiência limitada."

A pretensão estampada neste requerimento encontra-se entre as funções de fiscalizar do Senado Federal, além do que, os princípios constitucionais da publicidade e da transparência alicerçam a devida fundamentação.

No mais o interesse público mostra-se relevante, na medida que o tema é questionado na mídia e põe em dúvida decisão administrativa de instituição financeira que goza de grande respeito por toda sociedade brasileira.

III – VOTO

Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 246, de 2015 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público e estão de acordo com os princípios registrados.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 246, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 591 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 252, de 2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *requer, nos termos do §2º do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas, ao Ministro de Minas e Energia, informações relacionadas a ação judicial contra a Petrobrás, feita por acionistas Norte americanos, em decorrência das denúncias de corrupção e o fato de que a estatal brasileira omitiu informações contábeis resultando em perdas bilionárias a seus acionistas*.

Relator: Senador **ZEZE PERRELLA**

I – RELATÓRIO

A Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento (RQS) nº 252, de 2016, por meio do qual solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia.

Conforme argumentado pela Senadora Vanessa Grazziotin, acionistas norte-americanos interpelaram judicialmente a Petrobras em decorrência (i) das denúncias de corrupção e (ii) de a estatal brasileira ter omitido informações contábeis. Ademais, a Senadora afirma que a Petrobras criou um comitê autônomo independente para acompanhar as apurações internas. Salienta, por fim, que a Petrobras, até o final de 2015, teria gasto em torno de R$ 276 milhões com a referida ação judicial.

Diante desses fatos, a Senadora Vanessa Grazziotin indaga o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia acerca:

1) dos resultados obtidos até a presente data diante do montante já aplicado; e

2) de todos os gastos associados à ação em questão, com o envio da documentação relacionada a tais gastos.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 49, inciso X, da CRFB, é competência exclusiva do Congresso Nacional a fiscalização e o controle, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, dos atos do Poder Executivo, incluídos aqueles da administração indireta. Já o art. 50, § 2º, da CRFB prevê que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O art. 215, I, "*a*", do RISF, estabelece que o requerimento de informação a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República depende de decisão da Mesa.

Já o art. 216 do RISF determina as normas às quais os requerimentos estão sujeitos. *In verbis*:

> **Art. 216**. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:
>
> I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;
>
> II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;
>
> III – lidos no Período do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;
>
> IV – se deferidos, serão solicitadas, à autoridade competente, as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer. Se indeferidos, irão ao Arquivo, feita comunicação ao Plenário;
>
> V – as informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

Também é oportuno salientar que o art. 217 do RISF equipara o requerimento de remessa de documentos ao pedido de informações.

Por fim, o Ato da Mesa nº 1, de 2001, disciplina a tramitação do requerimento de informação no âmbito do Senado Federal.

Do exposto, nota-se que o Requerimento em análise obedece à legislação mencionada, pois: é dirigido a Ministro de Estado, é precedido de decisão da Mesa, é destinado a esclarecer assunto submetido à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e solicita informações relacionadas com o assunto que se procura esclarecer.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do RQS nº 252, de 2016.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 592 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 257, de 2016, da Senadora Lúcia Vânia, que *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca do impacto da modificação na vida de várias famílias e na sociedade em razão da nova redação dada ao art. 217 da Lei nº 8.112, de 1990, pela Lei nº 13.135, de 2015, que retira a possibilidade de equiparação do "menor sob guarda" a filho do servidor para fins de concessão de pensão previdenciária*.

RELATOR: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

A Senadora Lúcia Vânia encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 257, de 2016, dirigido ao Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). A eminente Senadora requisita informações acerca dos possíveis impactos ocasionados pelas mudanças no art. 217 da Lei nº 8.112, de 1990, a partir da nova redação estabelecida pela Lei nº 13.135, de 2015, que retira a possibilidade de equiparação do "menor sob guarda" ao filho do servidor para fins de concessão de pensão previdenciária.

A proposição encaminha assim as seguintes questões ao titular do MPOG, relativas ao impacto da modificação:

1) o número de pessoas atingidas;

2) a estimativa da repercussão financeira da medida nas contas da Previdência Social;

3) a situação dos beneficiários que já estavam recebendo a pensão; e

4) a faixa de renda das pessoas majoritariamente atingidas pela modificação.

Em sua justificação, o Requerimento em comento adverte que tal mudança pode ter causado impactos negativos na vida de várias famílias e na sociedade como um todo, sendo imprescindível, portanto, que se tenha uma projeção desses impactos.

II – ANÁLISE

No que tange aos preceitos constitucionais, notadamente àqueles inscritos no § 2º do art. 50 de nossa Carta Maior, o Requerimento nº 257, de 2016, está perfeitamente adequado, atendo-se ainda aos limites normativos estabelecidos pelos incisos I e II do art. 216 do RISF, que confere à Mesa do Senado Federal a competência para encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado ou demais titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Além disso, a matéria em análise apresenta-se como instrumento adequado à concretização da competência constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.

No mérito, a proposição traz à tona uma questão de grande importância social, a saber, os impactos da alteração da legislação sobre o direito à pensão previdenciária, que, ao excluir desse direito os chamados "menores sob guarda", pode vir a proporcionar situações de desamparo para um sem numero de crianças.

Desse modo, entendemos que o Requerimento nº 257, de 2016, além de meritório, atende a todos os requisitos formais e regimentais, consubstanciando iniciativa de grande importância.

III – VOTO

Pelo exposto, votamos pela **aprovação** do Requerimento nº 257, de 2016.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 593 , DE 2016

Da MESA, sobre o Requerimento nº 293, de 2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF), que visa a obter do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação informações sobre os gastos realizados com estudos para verificar a segurança e eficácia da fosfoetanolamina.

Relator: Senador **ZEZE PERRELLA**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea *a*; e com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 293, de 2016.

A iniciativa busca obter do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação informações sobre os gastos realizados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT), de forma direta ou indireta, em todas as ações relacionadas à realização de estudos para verificar a segurança e eficácia da fosfoetanolamina, incluindo os recursos empenhados e os resultados obtidos.

De acordo com a douta Comissão, o Defensor Público Federal Daniel de Marcelo Alves Pereira encaminhou à CCT cópia de ofício enviado à Secretaria Executiva do MCT em que reporta importantes questionamentos a respeito dos testes científicos realizados para constatar a eficácia médica da fosfoetanolamina – substância produzida pelo laboratório de química da Universidade de São Paulo do *campus* de São Carlos e que é tida como potencialmente eficaz no combate ao câncer.

Diante dos questionamentos do Defensor Público e da verba disponibilizada pelo MCT, da ordem de R$ 10 milhões, para a realização dos testes clínicos necessários à comprovação da eficácia e segurança da fosfoetanolamina, entendeu a CCT ser pertinente requerer ao MCT informações sobre a utilização desses recursos financeiros e os resultados alcançados.

II – ANÁLISE

O requerimento sob análise tem previsão constitucional (art. 50, § 2º) e regimental (art. 216, inciso I), além de estar amparado no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dá, ao Congresso Nacional, a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

O Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 216, inciso I, especifica que esses pedidos serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa. Consideramos que o requerimento em pauta cuida de assunto atinente à competência fiscalizadora do Poder Legislativo e que, ademais, as informações solicitadas não têm caráter sigiloso, sendo sua divulgação compatível com o princípio da publicidade que rege a administração pública.

O inciso II do art. 216 do Risf enumera as únicas razões que podem ensejar o indeferimento de um requerimento de informações por parte da Mesa desta Casa Legislativa: a existência de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige. Não identificamos nenhuma dessas ocorrências no requerimento ora analisado, pelo que não encontramos óbices à sua aprovação.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela APROVAÇÃO do Requerimento nº 293, de 2016.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 594, DE 2016

Da MESA, sobre o Requerimento nº 310, de 2016, do Senador Blairo Maggi, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Comunicações, informações sobre a decisão cautelar da Agência Nacional de Telecomunicações que impede temporariamente as operadoras de internet fixa de reduzir a velocidade ou suspender a prestação do serviço de banda larga após o término da franquia prevista*.

Relator: **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 310, de 2016, de autoria do Senador Blairo Maggi, que solicita, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sejam requeridas ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações informações sobre a decisão cautelar da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), que impede temporariamente as operadoras de internet fixa de reduzir a velocidade ou suspender a prestação do serviço de banda larga após o término da franquia prevista.

Na justificação, o autor salienta que o Marco Civil da Internet, regido pela Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, tem por objetivo, entre outros, a promoção do direito de acesso à internet a todos.

Assim, o novo modelo proposto pelas prestadoras para a comercialização do serviço de banda larga fixa deve ser bem analisado, sobretudo porque tende a limitar o direito de acesso à internet daqueles consumidores de menor poder aquisitivo.

O requerimento vem à apreciação e decisão deste Colegiado em razão do que dispõe o art. 215, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual o encaminhamento de requerimentos de informação a Ministro de Estado depende de decisão da Mesa do Senado.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 310, de 2016, atende aos requisitos constitucionais inscritos no § 2º do art. 50 de nossa Carta Política, o qual confere à Mesa do Senado Federal a competência para encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado ou demais titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A proposição em análise apresenta-se como instrumento para concretização da competência constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, seja diretamente ou por qualquer de suas Casas, consubstanciando, dessa forma, o comando inscrito no inciso X do art. 49 da Carta Cidadã.

Julgo oportuno, todavia, adequar o teor do requerimento à reformulação havida no Ministério das Comunicações. A solicitação deve ser endereçada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Senhor Gilberto Kassab. Necessário, ainda, proceder à renumeração das questões formuladas para eliminar o erro material na identificação do terceiro questionamento.

Além disso, entendo que a última questão formulada contém indagação de caráter especulativo, o que não é permitido, nos termos do inciso I do art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001.

Por fim, observo que o objeto do requerimento não se limita à medida cautelar adotada pela Anatel, o que nos leva a adequação do seu primeiro parágrafo.

III – VOTO

À luz do exposto, o voto é pela **aprovação** do Requerimento nº 310, de 2016, na forma do seguinte substitutivo:

REQUERIMENTO Nº 310, DE 2016 (SUBSTITUTIVO)

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, informações sobre as decisões da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) que impediram as prestadoras do serviço de banda larga fixa de reduzir a velocidade, suspender o serviço ou cobrar pelo tráfego excedente após o esgotamento da franquia.

Nestes termos, questiona-se:

1. Quais foram os embasamentos jurídicos que levaram a Anatel a autorizar as prestadoras a limitar o serviço de internet fixa, e posteriormente a suspender essa autorização, vindo a proibir essa limitação "por tempo indeterminado"?

2. Considerando a regulamentação do Marco Civil da Internet, quais medidas serão adotadas para que uma decisão como essa não venha a prejudicar os consumidores, em especial, aqueles que, hoje, ainda têm maior dificuldade de acessar a internet?

3. Quais os documentos e parâmetros que embasaram a decisão das empresas de adotar a franquia de dados na internet fixa?

4. Quais providências foram e serão adotadas em relação à regulamentação dos serviços de acesso à internet?

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 595, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 321, de 2016, do Senador Jorge Viana, que *requer que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro dos Transportes, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT acerca das obras da ponte sobre o Rio Madeira, na BR-364*.

RELATOR: Senador **ZEZE PERRELLA**

I – RELATÓRIO

Por meio do Requerimento nº 321, de 2016, o Senador Jorge Viana propõe, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes esclarecimentos quanto às obras da ponte sobre o Rio Madeira, na BR-364.

O autor do pedido relata que a ponte é a única via terrestre que liga o Acre ao restante do País, daí a preocupação com o ritmo das obras no local.

Assim, solicita ao Ministro que esclareça: a situação da obra; o valor total e o já desembolsado; o percentual de execução financeira e física. Pede ainda informar se há recursos garantidos para a conclusão, se houve atraso e o prazo para conclusão do empreendimento.

II – ANÁLISE

A proposição encontra guarida na Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminhar

pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 2º, inciso I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, estabelecem condições para a apresentação desses requerimentos. As normas estabelecem que os requerimentos de informação serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa, vedada a inclusão de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Os itens propostos pelo autor encontram-se de acordo com as determinações regimentais. O pedido se encontra, portanto, amparado pelo poder fiscalizatório constitucional do Congresso Nacional quanto aos atos do Poder Executivo, entre os quais se incluem aqueles realizados pela administração indireta.

III – VOTO

Em face do exposto, voto pela admissibilidade do Requerimento nº 321, de 2016, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 596, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 323, de 2016, do Senador DOUGLAS CINTRA, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre as atuais obras federais paralisadas, atrasadas ou com despesas empenhadas mas não iniciadas, detalhando, para cada caso, local da obra, objeto em construção, valor total estimado, datas de início e de paralisação da obra, previsão de término, percentuais físico e financeiro já executados, estimativa do valor remanescente a ser despendido, justificativa para o atraso e outras informações pertinentes*.

RELATOR: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

O Senador DOUGLAS CINTRA, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), por meio do Requerimento nº 323, de 2016, solicita, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre as atuais obras federais paralisadas, atrasadas ou com despesas empenhadas mas não iniciadas, com detalhamento, em cada caso, do local da obra, do objeto em construção, do valor total estimado, das datas de início e de paralisação da obra, da data de previsão de término, dos percentuais físico e financeiro já executados, da estimativa do valor remanescente a ser despendido, das justificativas para o atraso e de outras informações relevantes. É importante observar que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi transformado no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão por força da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016.

Na Justificação, o autor argumenta que o Requerimento nº 323, de 2016, tem por finalidade obter informações sobre as obras de infraestrutura federais paralisadas, atrasadas ou com despesas empenhadas e não iniciadas, que constituem o foco dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas (CMAOBRAS), criada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) por força do Requerimento da CMA nº 6, de 2015. A partir das informações recebidas, a CMAOBRAS prosseguirá os seus trabalhos em atendimento ao cronograma estipulado no Plano de Trabalho de Fiscalização.

Além disso, a relevância do pedido consiste ainda no fato de que os atrasos na realização das obras de infraestrutura, ao inflarem os custos dos investimentos, indicam que o já baixo nível de investimento do País em infraestrutura encontra-se superestimado. Essa situação é exemplificada por meio da citação ao estudo da Confederação Nacional da Indústria, o qual apontou que o atraso em seis obras do Programa de Aceleração do Crescimento acarretou prejuízos aos cofres do Poder Público Federal acima de R$ 28 bilhões até o ano de 2013.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 323, de 2016, tem fundamento no art. 216 do RISF e no Ato da Mesa nº 1, de 2001, os quais dispõem que as solicitações de informações, previstas no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou atinente a sua competência fiscalizadora e não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Além disso, o pedido de informações refere-se apenas a um Ministério e não envolve nenhum tipo de informação sigilosa referente às operações ativas e passivas e aos serviços prestados pelas instituições financeiras de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001.

É de pleno conhecimento que a Lei Maior atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. A execução dessa atribuição requer, obviamente, amplo e atualizado universo de informações, sem o qual resta prejudicada a competência fiscalizadora do Congresso ou de suas Casas.

No Requerimento nº 323, de 2016, as informações visam contribuir para o desenvolvimento das atividades da CMAOBRAS, criada especificamente para ampliar o controle externo em relação às obras federais paralisadas, atrasadas ou com despesas empenhadas mas não iniciadas, o que, sem dúvida, valoriza o exercício da competência fiscalizadora financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Congresso Nacional.

É oportuno lembrar que o princípio da publicidade, inscrito no art. 37 da Constituição Federal, rege a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, garantindo ao cidadão o acesso às informações sobre atos de governo, como os solicitados no presente requerimento.

Assim, tanto do ponto de vista formal como material, é evidente que as informações solicitadas são destinadas à autoridade competente e relacionam-se ao exercício da fiscalização e do controle de atos do Poder Executivo pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, e em conformidade com o art. 215, inciso I, alínea *a*, combinado com o art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, **voto pela admissibilidade do Requerimento nº 323, de 2016**, e seu encaminhamento ao **Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.**

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 597, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 322, de 2016, do Senador **DOUGLAS CINTRA**, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União sobre as atuais obras federais paralisadas.

RELATOR: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, o Senador Douglas Cintra apresentou o Requerimento nº 322, de 2016, em que solicita ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União informações sobre as atuais obras federais paralisadas, atrasadas ou com despesas empenhadas mas não iniciadas, detalhando, para cada caso, local da obra, objeto em construção, valor total estimado, datas de início e de paralisação da obra, previsão de término, percentuais físico e financeiro já executados, estimativa do valor remanescente a ser despendido, justificativa para o atraso e outras informações pertinentes.

Em sua justificativa, o autor argumenta que, o objetivo da proposição é obter informações sobre as obras federais objeto dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas (CMAOBRAS), instituída no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), por intermédio do requerimento RMA nº 6 de 2015.

O autor argumenta, ainda, com base em Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de 2014, que o atraso em apenas seis obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) causou prejuízos da ordem de R$ 28 bilhões, até 2013, montante que

seria suficiente para a construção de 466 mil casas populares e que poderia beneficiar dois milhões de pessoas.

As seis obras analisadas pela CNI foram: o aeroporto de Vitória; o projeto de esgotamento sanitário da bacia do Cocó, em Fortaleza; a ferrovia de integração Oeste-Leste, na Bahia; o trecho da Rodovia BR-101 no Sul de Santa Catarina; as linhas de transmissão ligando as usinas hidrelétricas do Rio Madeira ao sistema interligado nacional; e o projeto de transposição do Rio São Francisco.

II – ANÁLISE

Os requerimentos de informações de que trata o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, devem observar as condições definidas no art. 216, inciso I, do RISF quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa, que exigem sejam observados, preliminarmente, os seguintes critérios para a sua admissibilidade, entre outras limitações:

> **Art. 216**. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:
>
> I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;
>
> II – não poderão conter pedido de providências, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;
>
> III – lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;
>
> .....

O requerimento em exame tem por objetivo, de fato, o esclarecimento e o acompanhamento de assunto submetido à apreciação do Senado Federal, no exercício de sua competência fiscalizadora, no caso sobre os trabalhos da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas (CMAOBRAS), instituída no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e não faz qualquer referência a propósito da autoridade a quem se dirige.

As informações solicitadas não são passíveis de serem caracterizadas de natureza sigilosa, pois não compreendem operações ativas e passivas de instituições financeiras, de que trata a Lei Complementar nº

105, de 2001, que exigiriam rito próprio e mais complexo de apreciação desta Casa.

O Ato nº 1 da Mesa, de 2001, por sua vez, determina que o requerimento refira-se a assunto submetido ao Senado Federal ou atinente à sua competência fiscalizadora, e que as informações solicitadas tenham relação direta e estreita com o assunto que se procura esclarecer, requisitos integralmente observados.

Há que se observar, contudo, o fato de que a Controladoria-Geral da União e o cargo de Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União foram extintos pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016 (arts. 1º, III, e 4º, IV). A mesma medida provisória transferiu as atribuições do órgão extinto para o novo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (art. 6º, II), motivo pelo qual o requerimento deve ser encaminhado para o Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controle.

Feita essa observação e o correspondente ajuste, o requerimento sob análise se enquadra nos dispositivos citados, podendo, portanto, ser deliberado no âmbito desta Mesa.

III – VOTO

Pelo exposto **votamos pela admissibilidade** do Requerimento nº 322, de 2016, e pelo seu **encaminhamento ao Senhor Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controle**.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 598 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 679, de 2015.

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 679, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e do artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, "solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre as viagens e as aeronaves utilizadas pela Presidente Dilma Rousseff, bem como sobre os eventos em que a mesma participou, desde 1º de janeiro de 2011 até a presente data".

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 679, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, cuida em postular que "o Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República informe a respeito das viagens e aeronaves utilizadas pela Presidente Dilma Rousseff, bem como sobre os eventos em que participou, desde 1º de janeiro de 2011 até junho de 2015", nos termos seguintes:

1. Informar a relação de todas as aeronaves (aviões e helicópteros) utilizados pela presidente.

2. Informar a relação dos voos efetuados desde 1º de janeiro de 2011, até junho de 2015, com a relação dos passageiros de cada voo.

3. Descrever detalhadamente o objetivo de cada voo (viagem de onde partiu e o seu destino, qual evento e a finalidade institucional de presença).

Sabe-se que a Presidente participa de diversos eventos públicos, todavia, não há clareza quanto à relação de tais eventos com suas atribuições institucionais.

Traz Sua Excelência, em fundamento ao seu pedido, o princípio da publicidade, que cuida em resguardar a transparência de todos os atos da Presidente da República, para conhecimento, controle e início de seus efeitos, sendo indispensável no Estado Democrático de Direito.

O pleito enquadra-se na competência constitucional de fiscalizar do Senado Federal, além do que, encontra-se de acordo com a Lei de Transparência, que busca resguardar o interesse público.

III – VOTO

Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 679, de 2015, vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 679, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 599 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 756, de 2015.

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 756, de 2015, de autoria do Senador Álvaro Dias, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que o Senhor Ministro de Estado da Previdência Social informe sobre "as ações adotadas pelo Governo Federal perante a dilapidação sistemática do patrimônio dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, desnudada pelo trabalho da Polícia Federal nas Operações Miquéias e Fundo Perdido".

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 756, de 2015, de autoria do Senador Álvaro Dias versa sobre pedido de informações ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social a respeito das "ações adotadas pelo Governo Federal perante a dilapidação sistemática do patrimônio dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, desnudada pelo trabalho da Polícia Federal nas Operações Miquéias e Fundo Perdido".

Reforça a autoridade postulante que o motivo do pleito é o de "conhecer o trabalho e a opinião do Ministério da Previdência e Assistência Social relacionados ao RPPS, as fragilidades normativas dos Regimes Próprios de Previdência Social, e poder atuar para oferecer um instrumental normativo que confira maior garantia ao zelo dos recursos que serão utilizados para o pagamento aposentadorias e pensões no futuro."

De fato a questão envolve o futuro das pessoas, e no momento mais fragilizado de suas vidas, para não se dizer, ainda, do alto custo para o Erário ter que arcar com os prejuízos havidos.

O pleito enquadra-se na competência constitucional de fiscalizar do Senado Federal, além do que, encontra-se de acordo com a Lei de Transparência, que busca resguardar o interesse público.

III – VOTO

Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 756, de 2015 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 756, de 2015, de autoria do Senador Álvaro Dias.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 600 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 834, de 2015.

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 834, de 2015, de autoria do Senador Aécio Neves, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que a "Senhora Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, informe sobre a atuação do seu Ministério" quanto ao número de consultores contratados pelo Ministério por intermédio de parcerias com universidades e entidades internacionais e, destes, quantos já ocuparam cargo em DAS no Ministério do Desenvolvimento Social. Soma aos questionamentos se o Ministério ainda entende necessário manter estes consultores e por quais razões; quantos servidores de carreira tem o Ministério e quantos trabalhadores terceirizados o Ministério emprega atualmente. E, por fim, qual o último concurso público realizado.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 834, de 2015, do Senador Aécio Neves cuida em postular que a Senhora Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, informe quanto ao número de consultores contratados pelo Ministério por intermédio de parcerias com universidades e entidades internacionais e, destes, quantos já ocuparam cargo em DAS no Ministério do Desenvolvimento Social. Soma aos questionamentos se o Ministério ainda entende necessário manter estes

consultores e por quais razões; quantos servidores de carreira tem o Ministério e quantos trabalhadores terceirizados o Ministério emprega atualmente. E, por fim, qual o último concurso público realizado.

Sua Excelência o Senador Aécio Neves destaca que "segundo levantamento no Portal da Transparência, em março de 2015, o número de cargos e funções de confiança no Governo Federal, incluindo administração direta, autarquias e fundações, chegava a 89.550.".

Acresce o nobre senador mineiro que o pedido tem por fito "avaliar o quadro de servidores do referido Ministério".

O pleito enquadra-se na competência constitucional de fiscalizar do Senado Federal, além do que, encontra-se de acordo com a Lei de Transparência, que busca resguardar o interesse público.

III – VOTO

Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 834, de 2015 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 834, de 2015, de autoria do Senador Aécio Neves.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 601 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 835, de 2015.

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 835, de 2015, de autoria do Senador Aécio Neves, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que a "Senhora Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, sobre a atuação do seu Ministério" quanto ao número de famílias que vivem sem banheiro no domicílio, sem saneamento adequado e em habitações subnormais, bem assim, qual a "proposta do MDS com o Ministério das Cidades para sanar estes problemas vivenciados pelas famílias em questão".

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 835, de 2015, do Senador Aécio Neves cuida em postular que a Senhora Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, aborde sobre a atuação do seu Ministério quanto ao número de famílias que vivem sem banheiro no domicílio, sem saneamento adequado e em habitações subnormais, bem assim, qual a "proposta do MDS com o Ministério das Cidades para sanar estes problemas vivenciados pelas famílias em questão".

Sua Excelência o Senador Aécio Neves destaca que "o conceito de saneamento básico está intimamente relacionado às condições de saúde

da população, bem como medidas de educação da população em geral e conservação ambiental".

Acresce o nobre senador mineiro que "estudos comprovam que para, aproximadamente, cada 1 real investido em saneamento básico têm-se uma economia de 4 reais com assistência médica. "

O pleito enquadra-se na competência constitucional de fiscalizar do Senado Federal, além do que, encontra-se de acordo com a Lei de Transparência, que busca resguardar o interesse público, e visa, notadamente, ver revelada a política pública aplicada para assunto tão delicado para o País.

III – VOTO

Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 835, de 2015 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 835, de 2015, de autoria do Senador Aécio Neves.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 602 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 836, de 2015.

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 836, de 2015, de autoria do Senador Aécio Neves, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que a "Senhora Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, informe sobre a atuação do seu Ministério se o mesmo tem mantido controle e avaliação dos repasses aos Municípios e Estados e de que forma é efetuado esse controle. Se o Ministério consegue avaliar de forma clara os saldos financeiros acumulados nos últimos 5 anos e de que maneira é feita essa avaliação, e, por fim, qual a proposta técnica para que estes saldos financeiros possam ser executados de forma programática na área de assistência social".

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 836, de 2015, do Senador Aécio Neves cuida em postular que a "Senhora Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, informe sobre a atuação do seu Ministério se o mesmo tem mantido controle e avaliação dos repasses aos

Municípios e Estados e de que forma é efetuado esse controle. Se o Ministério consegue avaliar de forma clara os saldos financeiros acumulados nos últimos 5 anos e de que maneira é feita essa avaliação, e, por fim, qual a proposta técnica para que estes saldos financeiros possam ser executados de forma programática na área de assistência social".

Sua Excelência o Senador Aécio Neves destaca que o pedido tem por fim permitir a avaliação da qualidade e eficiência no fluxo de recursos para os outros entes da federação no que tange à matéria em apreço.

O pleito enquadra-se na competência constitucional de fiscalizar do Senado Federal, além do que, encontra-se de acordo com a Lei de Transparência, que busca resguardar o interesse público.

III – VOTO

Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 836, de 2015 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 836, de 2015, de autoria do Senador Aécio Neves.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

22 de junho de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

Foi encaminhado à publicação o Parecer nº603, de 2016, da CCT, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2015, que conclui pela apresentação do Requerimento nº 477, de 2016, de informações ao Ministro de Estado das Comunicações.

O requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.

É o seguinte o Parecer:

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
PDS Nº 126 de 2015
Fls. 276

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CRISTOVAM BUARQUE

PARECER Nº 603, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2015 (nº 1.103, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova permissão outorgada à **MAMPITUBA FM STÉREO LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.*

SF/16764.96113-21

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**
RELATOR AD HOC SEN. PEDRO CHAVES

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 126, de 2015 (nº 1.103, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à *MAMPITUBA FM STÉREO LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de

Página: 1/4 04/02/2016 17:49:21
a7ef6440283f006663369db816e985a128072333a

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
PDS Nº 126 de 2015
Fls. 277

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CRISTOVAM BUARQUE

SF/16764.96113-21

Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Com relação à constitucionalidade material e à legalidade, entretanto há alguns aspectos que devem ser avaliados com maior profundidade.

O PDS nº 126, de 2015, pretende renovar a permissão outorgada à *MAMPITUBA FM STÉREO LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa

Página: 2/4 04/02/2016 17:49:21
a7ef6440283f00666369db816e985a12807233a

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
PDS Nº 126 de 2015
Fls. 278

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CRISTOVAM BUARQUE

SF/16764.96113-21

Catarina, a partir de 21 de dezembro de 2010. Ocorre que a referida permissão teve início em dezembro de 1990, de modo que, conforme § 5º, do art. 223, da Constituição Federal, essa outorga se expiraria em dezembro de 2000, após o prazo de dez anos. A partir dessa data, para que houvesse a continuidade da outorga, deveria haver uma primeira renovação.

Apesar disso, não foi possível localizar a aprovação dessa renovação pelo Congresso Nacional nem na documentação apresentada nem por meio de buscas nos sítios do Senado Federal e da Câmara dos Deputados na internet. Aparentemente, essa primeira renovação jamais foi submetida ao Parlamento.

O § 3º, do art. 223, da Constituição, determina que "o ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional". Assim, em princípio, a outorga em questão pode não estar vigente, o que impossibilitaria sua renovação.

No que tange à legalidade do projeto, verifica-se que o pedido de renovação relativo à primeira renovação foi apresentado de forma intempestiva. Apesar disso, aparentemente, o Ministério das Comunicações recebeu e processou o citado pedido como se estivesse perfeitamente regular.

Os prazos inicial e final para os pedidos de renovação de outorgas de radiodifusão são estabelecidos em lei, de modo que sua inobservância por parte do Ministério das Comunicações é fato relevante que demanda explicações.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 126, de 2015, evidenciou que a outorga em questão pode se encontrar vencida por falta de renovação referente ao período de dezembro de 2000 a dezembro de 2010, e considerando que o pedido de renovação relativo a esse período foi intempestivo, não observando o prazo legalmente estabelecido, o

Página: 3/4 04/02/2016 17:49:21
a7ef6440283f00666369db816e985a12807233a

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
Nº 126 de 2015
Fls. 279

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CRISTOVAM BUARQUE

voto é pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, a fim de instruir do projeto:

REQUERIMENTO Nº 477, DE 2015

Nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações relativas ao processo de renovação da outorga da permissão outorgada à MAMPITUBA FM STÉREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina., a partir de 21 de dezembro de 2000, aprovada, no âmbito do Ministério das Comunicações, pela Portaria nº 821, de 20 de dezembro de 2007:

a) foi encaminhada mensagem presidencial submetendo à apreciação do Congresso Nacional a Portaria nº 821, de 20 de dezembro de 2007, do Ministério das Comunicações?

b) sob que fundamento legal o pedido de renovação da permissão em questão, apresentado intempestivamente pelo interessado, foi admitido e processado pelo Ministério das Comunicações?

Sala da Comissão, 21 JUN 2016

, Presidente
Senador Lasier Martins

Senador Sen. Pedro Chaves
Relator AD HOC

, Relator Senador Cristovam Buarque

SF/16764.96113-21
Página: 4/4 04/02/2016 17:49:21
a7ef6440283f00666369db816e985a12807233a

Senado Federal - Anexo II - Ala Sen. Teotônio Vilela - Gab. 10 - Brasília - DF - CEP 70165-900
Fone: (61) 3303-2281 - Fax: (61) 3303-2874 - e-mail: cristovam@senador.leg.br

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:21ª Reunião, Extraordinária, da CCT
Data: 21 de junho de 2016 (terça-feira), às 08h45
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
VAGO	1. Zeze Perrella (PTB)
Lasier Martins (PDT) PRESIDENTE	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro	3. Acir Gurgacz (PDT)
Angela Portela (PT)	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP)	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Dário Berger (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. José Medeiros (PSD)
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMDB)	5. VAGO
Bloco Social Democrata(PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Cristovam Buarque (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Moderador(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Lopes (PRB)	1. Pedro Chaves (PSC) RELATOR AD HOC
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO

SENADO FEDERAL
Comissão de Ciência e Tecnologia - CCT
Confere com o original
Em, 21/06/2016
Egli

Egli Lusena Heusi Moreira
Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
PDS Nº 126 de 2015
Fls. 280

Projeto de Lei do Senado

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2016

Dispõe sobre a Semana Nacional de Valorização da Vida.

AUTORIA: Senador Garibaldi Alves Filho

DESPACHO: Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa

Página da matéria

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

SF/16568.26638-14

Dispõe sobre a Semana Nacional de Valorização da Vida.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional de Valorização da Vida, a ser realizada, anualmente, na semana que compreender o dia 10 de setembro, Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio.

Art. 2º A "Semana Nacional de Valorização da Vida" tem por finalidade promover o debate, a reflexão e a conscientização sobre esta temática na sociedade brasileira, objetivando dignificar a vida no Brasil, em reação ao aumento do índice de suicídios.

Parágrafo único. Os órgãos públicos responsáveis pela coordenação e implementação de políticas públicas correlatas à prevenção do suicídio ficam incumbidos de realizar e divulgar eventos que promovam o debate, a reflexão e a conscientização da temática na sociedade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir a Semana Nacional de Valorização da Vida, a ser realizada, anualmente, na Semana do dia 10 de setembro, Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio.

SF/16568.26638-14

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 800 mil suicídios foram registrados no último ano em todo o mundo, dos quais 75% em países de média e baixa renda. O Brasil ocupa a 8ª posição no ranking de países com maior incidência de suicídios, ultrapassando o número de doze mil casos anuais.

O tabu sobre o tema do suicídio é um dos principais obstáculos no combate desse grave problema de saúde pública. Todavia, através de uma abordagem multisetorial abrangente, com uma estratégia nacional de prevenção, é possível enfrentar o problema e conquistar resultados positivos na diminuição no número de casos. A OMS lançou um Plano de Saúde Mental (2013-2020) que tem como objetivo diminuir em 10% a incidência de suicídios.

A reversão desse quadro será possível por meio de ações que promovam o debate do assunto na sociedade, com o envolvimento de entidades estatais, sociedades de classes e cidadãos interessados ou envolvidos na problemática, entre outros atores relevantes no combate ao suicídio. É por isso que proponho fixar um momento no calendário para que o conjunto da sociedade e os órgãos do poder público possam se concentrar na reflexão do tema, avaliar os avanços já alcançados e formular estratégias para vencer os desafios ainda existentes. Um momento privilegiado em que se discutam fórmulas, métodos e ações para combater a epidemia que se alastra pelo mundo.

A instituição da semana de valorização da vida tem por objetivo contribuir para diminuição da incidência de suicídio na sociedade brasileira, por meio do debate, da reflexão e da conscientização.

São esses os motivos pelos quais submetemos esta proposição ao exame dos ilustres membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Garibaldi Alves Filho

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Adoção de Medida Provisória

O Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República adotou, em 21 de junho de 2016, e publicou na Edição Extra do Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, a Medida Provisória nº 734 de 2016.

"Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016."

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

(É a seguinte a composição da Comissão Mista:)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES

PMDB

Eunício Oliveira	**1.**
Waldemir Moka	**2.**
Rose de Freitas	**3.**

Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV)

Cássio Cunha Lima	**1. Paulo Bauer**
Ronaldo Caiado	**2. José Agripino**

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT)

Paulo Rocha	**1. Lindbergh Farias**
Acir Gurgacz	**2. Telmário Mota**

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

Antonio Carlos Valadares	**1. Vanessa Grazziotin**
Cristovam Buarque	**2. Randolfe Rodrigues**

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)

Benedito de Lira	1. Ana Amélia
Roberto Muniz	2. Wilder Morais

Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC)

Elmano Férrer	**1. Eduardo Amorim**
Wellington Fagundes	**2. Eduardo Lopes**

2

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PP/ PTB/ PSC	
Jovair Arantes	**1. Arnaldo Faria de Sá**
Aguinaldo Ribeiro	**2. Wilson Filho**
Bloco PMDB/ PEN	
Baleia Rossi	**1. Altineu Côrtes**
Carlos Marun	**2. Daniel Vilela**
PT	
Afonso Florence	**1. Moema Gramacho**
Ságuas Moraes	**2. Érika Kokay**
PSDB	
Antonio Imbassahy	**1. Daniel Coelho**
PR	
Aelton Freitas	**1. José Rocha**
PSD	
Rogério Rosso	**1. Paulo Magalhães**
PSB	
Paulo Foletto	**1. Tadeu Alencar**
DEM	
Pauderney Avelino	**1. Efraim Filho**
PRB	
Márcio Marinho	**1. Vinícius Carvalho**
REDE*	
Alessandro Molon	**1.**

(É o seguinte o calendário:)
- Publicação no DOU: 21/06/2016 (Ed. Extra)
- Designação da Comissão: 23/06/2016
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: até 27/06/2016 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/08/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 01/09/2016 (a prorrogar)

(É o seguinte o ofício de indicação da liderança:

À publicação
Em / /20

SENADO FEDERAL

Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

MEMO Nº 024-BLDPRO/2016 Brasília, 22 de junho de 2016.

À Sua Excelência
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

ASSUNTO: Indicação de membros para a MP Nº 734/2016.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no Regimento Comum do Congresso Nacional, indico os **Senadores Benedito de Lira (PP/AL) e Roberto Muniz (PP/BA), como titulares, e os Senadores Ana Amélia (PP/RS) e Wilder Morais (PP/GO) como suplentes**, para compor a Comissão Mista da Medida Provisória nº 734, de 21 de junho de 2016 que, "Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.".

Atenciosamente,

Senador OMAR AZIZ
Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

Senado Federal - Ala Senador Teotonio Vilela, Gabinete 22 -Fones: (61) 3303-5134 - CEP:70.165-900 Brasília-DF
e-mail: lid.psd@senado.leg.br

Projetos de Lei do Congresso Nacional

CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2016

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 6.043.585,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Mensagem nº 342, de 2016, na origem
DOU de 22/06/2016

Data da Leitura: **23/06/2016**
Prazo para recebimento de emendas: até **06/07/2016**

DOCUMENTOS:

- PROJETO DE LEI
- ANEXO
- EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- MENSAGEM

PROJETO DE LEI N º 6 DE 2016-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 6.043.585,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 6.043.585,00 (seis milhões, quarenta e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**3.046.000**
		PROJETOS							
03 122	**0581 1203**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS**							**426.000**
03 122	0581 1203 5027	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS							426.000
			F	4	2	90	0	100	426.000
03 122	**0581 14ZT**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Araguaína - TO**							**1.050.000**
03 122	0581 14ZT 0421	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Araguaína - TO - No Município de Araguaína - TO							1.050.000
			F	4	6	90	0	100	1.050.000
03 122	**0581 14ZU**	**Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro - RJ**							**300.000**
03 122	0581 14ZU 3341	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro - RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ							300.000
			F	4	6	90	0	100	300.000
03 122	**0581 7E53**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa - PB**							**1.270.000**
03 122	0581 7E53 1436	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa - PB - No Município de João Pessoa - PB							1.270.000
			F	4	2	90	0	100	1.270.000
TOTAL – FISCAL									**3.046.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.046.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**1.433.585**
		ATIVIDADES							

03 062	**0581 4263**	**Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar**							**1.433.585**
03 062	0581 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional							1.433.585
			F	3	2	90	0	100	1.433.585
TOTAL – FISCAL									**1.433.585**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.433.585**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**1.564.000**
		ATIVIDADES							
03 062	**0581 4261**	**Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**							**80.000**
03 062	0581 4261 0053	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - No Distrito Federal							80.000
			F	3	2	90	0	100	80.000
		PROJETOS							
03 122	**0581 13C9**	**Ampliação do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga - DF**							**1.484.000**
03 122	0581 13C9 0053	Ampliação do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga - DF - No Distrito Federal							1.484.000
			F	4	2	90	0	100	1.484.000
TOTAL – FISCAL									**1.564.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.564.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**3.046.000**
		PROJETOS							
03 122	**0581 14PJ**	**Aquisição de Imóveis para o Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro - RJ**							**300.000**
03 122	0581 14PJ 0033	Aquisição de Imóveis para o Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro - RJ - No Estado do Rio de Janeiro							300.000
			F	5	6	90	0	100	300.000
03 122	**0581 15AW**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Palmas - TO**							**1.050.000**
03 122	0581 15AW 0542	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Palmas - TO - No Município de Palmas - TO							1.050.000
			F	4	6	90	0	100	1.050.000
03 122	**0581 7J45**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES**							**1.696.000**
03 122	0581 7J45 3273	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES - No Município de Vitória - ES							1.696.000
			F	4	2	90	0	100	1.696.000
TOTAL – FISCAL									**3.046.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.046.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar

ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**1.433.585**
		PROJETOS							
03 122	**0581 12DN**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ**							**1.433.585**
03 122	0581 12DN 3341	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ							1.433.585
			F	4	2	90	0	100	1.433.585
TOTAL – FISCAL									**1.433.585**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.433.585**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**1.564.000**
		ATIVIDADES							
03 131	**0581 2549**	**Comunicação e Divulgação Institucional**							**394.000**
03 131	0581 2549 0053	Comunicação e Divulgação Institucional - No Distrito Federal							394.000
			F	3	2	90	0	100	394.000
		PROJETOS							
03 122	**0581 15B2**	**Construção do Edifício da Sede Administrativa do MPDFT**							**1.170.000**
03 122	0581 15B2 5664	Construção do Edifício da Sede Administrativa do MPDFT - Em Brasília - DF							1.170.000
			F	4	2	90	0	100	1.170.000
TOTAL – FISCAL									**1.564.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.564.000**

EM nº 00107/2016 MPDG

Brasília, 6 de Junho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor do Ministério Público da União, no valor de R$ 6.043.585,00 (seis milhões, quarenta e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais), conforme discriminado a seguir:

R$ 1,00

Discriminação	**Aplicação**	**Origem dos Recursos**
Ministério Público da União	**6.043.585**	**6.043.585**
Ministério Público Federal	3.046.000	3.046.000
Ministério Público Militar	1.433.585	1.433.585
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	1.564.000	1.564.000
Total	**6.043.585**	**6.043.585**

2. O crédito ora proposto, segundo justificativas apresentadas pelo órgão, permitirá:

- ao Ministério Público Federal, a conclusão da obra de construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa - PB, no exercício de 2016, o atendimento à programação físico/financeira estabelecida no cronograma da construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS, a construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Araguaína - TO, conforme programação físico/financeira estabelecida no cronograma de obras do Ministério Público da União, e a reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro;

- ao Ministério Público Militar, o atendimento às despesas de custeio visando preservar a qualidade dos serviços; e

- ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, a conclusão da obra de ampliação do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga - DF ainda para este exercício financeiro e o atendimento da demanda relativa à contratação de empresa para realizar a manutenção dos sistemas de almoxarifado e patrimônio.

3. A presente proposição decorre de solicitações formalizadas pelo Ministério Público da União e será viabilizada à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias, inclusive de emendas individuais e de bancada estadual, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Cumpre informar que os pleitos foram aprovados pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei nº 1.00202/2016-53, encaminhado por meio do Ofício nº 087/2016/COADE/SPR-CNMP, de 29 de abril de 2016, em cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 - LDO-2016.

5. Segundo o órgão, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

6. Ressalte-se que a proposta é parcialmente compensada com o cancelamento de recursos de emendas individuais e de bancada estadual, cujas autorizações foram apresentadas pelo Ministério Público da União, por meio do Ofício nº 3/2016, de 1 de março de 2016, do Deputado Federal Chico Alencar, da Autorização do Deputado Federal Vicentinho Júnior, de 4 de março de 2016, em despacho ao Ofício nº 691/2016/MPF/PR-TO/CHEFIA, de 3 de março de 2016, do OFÍCIO/GSVALV nº 026/2016, de 07 de março de 2016, do Senador Vicentinho Alves, da Autorização do Senador Ataídes de Oliveira, de 7 de março de 2016, em despacho ao Ofício nº 692/2016/MPF/PR-TO/CHEFIA, de 03 de março de 2016, e do Ofício GSHJOSE nº 03-014/2016, de 29 de março de 2016, do Senador Hélio José, Coordenador da Bancada do DF.

7. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 42, § 4º, da LDO-2016, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem ao remanejamento entre despesas primárias discricionárias para priorização das programações suplementadas, cuja execução fica condicionada aos atuais limites de movimentação e empenho estabelecidos para os órgãos, conforme dispõe o § 13 do art. 55 da LDO-2016.

8. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Dyogo Henrique de Oliveira

Mensagem nº 342

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 6.043.585,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Brasília, 21 de junho de 2016.

CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 7, DE 2016

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios do Esporte e do Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 73.500.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Mensagem nº 343, de 2016, na origem
DOU de 22/06/2016

Data da Leitura: **23/06/2016**
Prazo para recebimento de emendas: até **06/07/2016**

DOCUMENTOS:

- PROJETO DE LEI
- ANEXO
- EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- MENSAGEM

PROJETO DE LEI Nº 7 DE 2016-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios do Esporte e do Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 73.500.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor da Presidência da República e dos Ministérios do Esporte e do Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 73.500.000,00 (setenta e três milhões e quinhentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, relativo a Recursos Ordinários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

PL-EM 109 MPDG CRÉDITO SUP DE R$ 73.500.000,00(L3)

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República

ANEXO **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	**Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**							**20.000.000**
		ATIVIDADES							
04 131	**2038 2017**	**Comunicação Institucional**							**16.000.000**
04 131	2038 2017 0001	Comunicação Institucional - Nacional							16.000.000
			F	3	2	90	0	300	16.000.000
04 722	**2038 2675**	**Comunicação e Transmissão de Atos e Fatos do Governo Federal**							**4.000.000**
04 722	2038 2675 0001	Comunicação e Transmissão de Atos e Fatos do Governo Federal - Nacional							4.000.000
			F	3	2	90	0	300	4.000.000
TOTAL – FISCAL									**20.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**20.000.000**

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

ANEXO **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	**Esporte, Cidadania e Desenvolvimento**							**12.000.000**
		ATIVIDADES							
27 811	**2035 20D8**	**Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e Gestão do Legado Esportivo**							**12.000.000**
27 811	2035 20D8 0001	Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e Gestão do Legado Esportivo - Nacional							12.000.000
			F	3	2	90	0	300	12.000.000
	2123	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte**							**15.000.000**
		ATIVIDADES							
27 131	**2123 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**15.000.000**
27 131	2123 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							15.000.000
			F	3	2	90	0	300	15.000.000
TOTAL – FISCAL									**27.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**27.000.000**

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta

ANEXO **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2076		**Desenvolvimento e Promoção do Turismo**							**26.500.000**
		ATIVIDADES							
23 695	**2076 20Y3**	**Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional**							**26.500.000**
23 695	2076 20Y3 0001	Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional - Nacional							26.500.000
			F	3	2	90	0	300	26.500.000
TOTAL – FISCAL									**26.500.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**26.500.000**

EM nº 00109/2016 MPDG

Brasília, 7 de Junho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor da Presidência da República e dos Ministérios do Esporte e do Turismo, no valor de R$ 73.500.000,00 (setenta e três milhões e quinhentos mil reais), conforme discriminado a seguir:

R$ 1,00

Discriminação	**Suplementação**	**Origem dos Recursos**
Presidência da República	**20.000.000**	
- Presidência da República	20.000.000	
Ministério do Esporte	**27.000.000**	
- Ministério do Esporte - Administração direta	27.000.000	
Ministério do Turismo	**26.500.000**	
- Ministério do Turismo - Administração direta	26.500.000	
Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, relativo a Recursos Ordinários		73.500.000
Total	**73.500.000**	**73.500.000**

2. A suplementação ora proposta, segundo informações apresentadas pelos órgãos envolvidos, permitirá:

- à Presidência da República, a realização de campanhas de comunicação relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016, com foco na projeção do país no cenário internacional com a divulgação das potencialidades e atrativos de todas as regiões do país, na consolidação do reconhecimento nacional e internacional quanto à capacidade realizadora do Brasil, na interlocução com o universo de jornalistas responsáveis pela cobertura dos Jogos e com aqueles que desde já buscam informações junto ao Governo Federal, e no relacionamento com públicos

estratégicos, com o objetivo de apresentar as potencialidades econômicas e de negócios existentes;

- ao Ministério do Esporte, a promoção dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, por meio de plano de comunicação desenvolvido para divulgar a importância desse evento para o País, de forma a atingir a população brasileira em todo o território nacional, com frequência e fixação da mensagem de forma eficaz e efetiva. Além disso, atenderá a divulgação, após o período do evento, dos benefícios deixados pelo legado olímpico, com as instalações de treinamento e competição que ficarão para uso da comunidade;

- ao Ministério do Turismo, a promoção do destino Brasil para o mercado doméstico antes, durante e após os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio - 2016, além de ativações na Casa Brasil, com o objetivo de divulgar e fortalecer a imagem do País.

3. A presente proposição decorre de solicitação formalizada pelos órgãos envolvidos e será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, relativo a Recursos Ordinários, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 42, § 4º da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 - LDO-2016, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que as despesas serão executadas de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, conforme estabelecem o § 2º do art. 1º do referido Decreto e o § 13 do art. 55 da referida Lei.

5. Adicionalmente, é demonstrado, no quadro anexo à Exposição de Motivos que acompanha o presente crédito, em atendimento ao disposto no art. 42, § 6º, da LDO-2016, o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, relativo a Recursos Ordinários, apropriado parcialmente neste crédito.

6. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Dyogo Henrique de Oliveira

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 42, § 6º, da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015)

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

	R$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015	**47.283.087.000**
(B) Créditos Especiais e Extraordinários - Reaberturas	**1.742.436.217**
Reabertos	1.742.436.217
Em tramitação	0
(C) Créditos Extraordinários	**2.887.855.958**
Abertos	1.950.000.000
Em tramitação	937.855.958
(D) Créditos Suplementares e Especiais	**972.393.841**
Abertos	0
Em tramitação	898.893.841
Valor deste crédito	73.500.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	**0**
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	**41.680.400.984**

(A) Portaria STN nº 173, de 29 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2016.

Mensagem nº 343

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios do Esporte e do Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 73.500.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Brasília, 21 de junho de 2016.

Os calendários de tramitação, estabelecidos nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, serão publicados.

As matérias vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e serão publicadas em avulsos eletrônicos.

Calendário de tramitação do PLNs nº 6 e 7, de 2016 (art. 112 da Res. nº 1, de 2006-CN):

28/06 Prazo para publicação de avulsos;

06/07 Prazo para apresentação de emendas;

11/07 Prazo para publicação de avulsos das emendas;

08/08 Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

DOCUMENTOS DIVERSOS

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Secretaria de Apoio a Órgãos Fls.: 32 Rubrica

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Indefiro pois não preenchidos os requisitos legais. 15/06/16

DESPACHO

Perante a Secretaria deste Conselho foi apresentado RECURSO contra a decisão do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que **inadmitiu e determinou o arquivamento** da denúncia (Petição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal nº 02, de 2016).

O recurso é subscrito pelos advogados Ricardo C. Braga dos Santos, André Gonçalves Ferry e André Toledo de Almeida, todos com procuração do autor da denúncia, o Sr. Gilmar Luiz Rinaldo.

O art. 17, § 3º, do Regimento Interno do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal (Resolução nº 20, de 1993) é claro e restrito quanto aos legitimados a apresentar recurso contra decisão que determine o arquivamento da denúncia: **Senadores membros do Conselho.** E em número mínino de 5 (cinco).

Diante o exposto, considerando que não se cumpriu o requisito exigido pelo § 3º do art. 17 da Resolução nº 20, de 1993, **indefiro** o presente recurso e determino o seu arquivamento.

Brasília, em 15 de junho de 2016.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger. . . . . SC
Edison Lobão. . . . . MA
Eduardo Braga. . . . . AM
Eunício Oliveira. . . . . CE
Garibaldi Alves Filho. . . . . RN
Hélio José. . . . . DF
Jader Barbalho. . . . . PA
José Maranhão. . . . . PB
João Alberto Souza. . . . . MA
Kátia Abreu. . . . . TO
Marta Suplicy. . . . . SP
Raimundo Lira. . . . . PB
Renan Calheiros. . . . . AL
Roberto Requião. . . . . PR
Romero Jucá. . . . . RR
Rose de Freitas. . . . . ES
Simone Tebet. . . . . MS
Valdir Raupp. . . . . RO
Waldemir Moka. . . . . MS

Bloco Social Democrata - 16
PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Alvaro Dias. . . . . PV / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Aníbal. . . . . PSDB / SP
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ricardo Ferraço. . . . . PSDB / ES
Ricardo Franco. . . . . DEM / SE
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13
PT-10 / PDT-3

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Angela Portela. . . . . PT / RR
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Telmário Mota. . . . . PDT / RR

Bloco Moderador - 11
PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1
PTC-1

Armando Monteiro. . . . . PTB / PE
Cidinho Santos. . . . . PR / MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Eduardo Lopes. . . . . PRB / RJ
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTC / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Pedro Chaves. . . . . PSC / MS
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT
Zeze Perrella. . . . . PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11
PP-7 / PSD-4

Ana Amélia. . . . . PP / RS
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
José Medeiros. . . . . PSD / MT
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Roberto Muniz. . . . . PP / BA
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Wilder Morais. . . . . PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10
PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Cristovam Buarque. . . . . PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Lúcia Vânia. . . . . PSB / GO
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe. . . . . DF

PMDB	19
Bloco Social Democrata	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	13
Bloco Moderador	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
S/Partido	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Edison Lobão* (PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (PMDB-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (PMDB-PA)
João Alberto Souza* (PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)
José Maranhão** (PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
Kátia Abreu** (PMDB-TO)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marta Suplicy* (PMDB-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (S/Partido-DF)
Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Roberto Requião* (PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13 **Líder** **Paulo Rocha - PT** (36,47,65,70) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Lindbergh Farias (34,69,71,102) Telmário Mota (4,30,41,50,73,96) Gleisi Hoffmann (68,72,76,95) Regina Sousa (40) ..... **Líder do PT - 10** **Paulo Rocha** (36,47,65,70) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,69,71,102) Gleisi Hoffmann (68,72,76,95) Fátima Bezerra (33,67) **Líder do PDT - 3** **Acir Gurgacz** (3,32) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,73,96)	**Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16** **Líder** **José Agripino - DEM** (37,61) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (89,97) Davi Alcolumbre (85,100) Ataídes Oliveira (86) ..... **Líder do PSDB - 11** **Cássio Cunha Lima** (15,56) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) José Aníbal (94) **Líder do DEM - 4** **Ronaldo Caiado** (9) Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61) **Líder do PV - 1** **Alvaro Dias** (19,75)	**Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10** **Líder** **Lídice da Mata - PSB** (12,26) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,80) Vanessa Grazziotin (21,23) ..... **Líder do PSB - 7** **Antonio Carlos Valadares** (60,80) Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,98) Roberto Rocha (43,63) **Líder do PPS - 1** **Cristovam Buarque** (74) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (21,23) **Líder do REDE - 1** **Randolfe Rodrigues** (24,28)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 **Líder** **Omar Aziz - PSD** (11,52) Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58) ..... **Líder do PP - 7** **Benedito de Lira** (14,16,39,51,55) **Líder do PSD - 4** **Omar Aziz** (11,52) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)	**Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11** **Líder** **Fernando Collor - PTC** (5,6,77,79) Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,82) Elmano Férrer (78,81) Eduardo Amorim (83) ..... **Líder do PTB - 3** **Elmano Férrer** (78,81) Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84) **Líder do PR - 4** **Wellington Fagundes** (48,53,82) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54) **Líder do PSC - 2** **Eduardo Amorim** (83) **Líder do PRB - 1** **Eduardo Lopes** (93) **Líder do PTC - 1** **Fernando Collor** (5,6,77,79)	**PMDB - 19** **Líder** **Eunício Oliveira - PMDB** Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87,91)
Governo **Líder** **Aloysio Nunes Ferreira - PSDB** (38,92) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,98) José Medeiros (10,18,27,99) Davi Alcolumbre (85,100) Hélio José (49,57,101)		

Ricardo Ferraço (89,97)	

Notas:
1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).

59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
66. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
68. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
70. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
71. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
73. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
76. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
79. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
80. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
81. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
82. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
91. O senador Rose de Freitas está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 31/05/2016 a 23/06/2016.
92. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
93. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
94. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-lider do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
97. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
101. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
102. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015
Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (5)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (3)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33035492
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

10) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.
Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (1)
RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

Instalação: 01/09/2015
Prazo final: 22/12/2015
Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (34)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (8)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (2,17)	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)	5. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5,13,16,33)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (25)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. VAGO (7,19)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (15,30)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (23,27)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (12)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. VAGO (14,21)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (18)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,22)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (9,28,32)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (24,26)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (10,29,31)

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

******. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*******. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

********. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Democracia Progressista em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 2/2016).
18. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
21. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
22. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
23. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
24. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 17.05.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. 24/2016-BLOMOD).
27. Em 02.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador José Serra (Of. 31/2016-GLPSDB).
28. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
29. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
30. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
31. Em 07.06.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Walter Pinheiro (Of. 35/2016-BLOMOD).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 15.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 22/2016-BLDPRO).
34. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 19/12/2014
Prazo final prorrogado: 19/06/2015
Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

**********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
**********. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (6)

Instalação: 26/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (2)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (4)	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (9)	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (9)
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,10)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1,3)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (1)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Magno Malta (PR-ES)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) (1)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55/2016-GLPMDB);

**. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

***. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Morais e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24/2016-BLSDEM);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrela; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

******. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindberg Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32/2016-GLDBAG);

1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.
2. Em 20.04.2016, o Senador Raimundo Lira foi indicado pelo Bloco da Maioria para a Presidência da Comissão (Of. 56/2016-GLPMDB).
3. Em 22.04.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 33/2016-GLDBAG).
4. Em 22.04.2016, o Senador Dário Berger foi indicado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à indicação do Senador José Maranhão (Of. 57/2016 - GLPMDB).
5. Em 22.04.2016, o Senador João Capiberibe foi indicado pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia como membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 25/2016-BLSDEM).
6. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 - CEI2016).
7. Em 01.06.2016, foi eleita a Senadora Lúcia Vânia para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário (Of. 36/2016-GLBSD).
8. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
9. Em 07.06.2016, foram eleitos os Senadores Ricardo Ferraço e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão como membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 34/2016-GLPSDB).
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá e Leandro Bueno
Telefone(s): 33033511
E-mail: coceti@senado.leg.br

14) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha
VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho (1)
RELATOR: Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015
Prazo final: 06/06/2016
Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta (2)
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.
***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.
1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)
2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): (61) 3303-3514

15) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015
Instalação: 02/09/2015
Prazo final: 11/04/2016
Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Heleno Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso
Cleide Regina Furlani Pompermaier
Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:
*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.
****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.
*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.
******. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

*******. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 25/03/2015
Instalação: 31/03/2015
Prazo final: 28/09/2015
Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (1,17)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) (6,7)
VAGO (6,10)	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (11,12,13)	1.
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (2,14,16)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,15)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO (4)	1. VAGO (5)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (9)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
******. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
*******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.
********. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
10. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
11. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
12. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Ofício nº 73/2016-GLPMDB).
13. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz(Ofício nº 88/2016-GLPMDB).
14. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
15. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
16. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
17. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 33033492/3501
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015
Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (10)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO (6)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (5)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

3)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (6)

Leitura: 28/05/2015
Designação: 07/07/2015
Instalação: 14/07/2015
Prazo final: 22/12/2015
Prazo final prorrogado: 12/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (22)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (13)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1,15,19,21)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. VAGO (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (14)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

******. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (4)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (2)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:
1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (46,52,54)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (24)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (5)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) (19)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (11)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (13)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (38,43)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,28,34,45)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (15)
Senador Alvaro Dias (PV-PR) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (29)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (30)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (41)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (47,51)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira(Of. 90/2015-GLDBAG).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).
27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).
28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).
29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).
30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).
32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB)
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB)
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM)
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo , deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/20156-GLDBAG)
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB)
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/20156-GLDBAG)
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034544
E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (4)	1.

Notas:
1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (30)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (20)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,31)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15,23,27)	1. VAGO (17)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (1,22)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (29,32)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (24)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB)
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. VAGO (47,50)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27,39,45)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (34)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (35)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (46,49)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO (21)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO (18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,29)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15,20,26)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
*******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM)
27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progessista (Of. 51/2016-GLDBAG)
31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604/2
Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604
Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO (20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (13)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO (5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)	2. VAGO (22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO (10)
Senador José Medeiros (PSD-MT) (17)	4. VAGO (6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (16)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) (11)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

********. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB)
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB)
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:
1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) (2)
RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
**. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).
****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
VAGO (23)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20)
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (19,26)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,18,22,24)	1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (21)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (15,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM)
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO (16)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO (9)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (6)
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (13)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (12)	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (18)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (2)	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (23,25)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (21)	2. Senador Magno Malta (PR-ES) (22)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB)
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD)
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,36)	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (21)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (18,33)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) (15,16,33)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (23)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (4)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:
1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO (18,28)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO (24)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,31)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (6,13,17,26,30,31)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (23)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB)
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,20)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO (9)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (4)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (10)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO (11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (22)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (15)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) (8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (16)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (21,24)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD)
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (11)
RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO (13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,23)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (22)	1. VAGO (14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Graziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 61 33031095
E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (14)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO (8)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO (7)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (1)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (6)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (13)

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (19)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (10,11)	1. VAGO (5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (6)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (6)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (9)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 22/06/2016

Notas:

*****. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. A Senadora Regina renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSRSOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

3. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR,datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (1)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (2)

Atualização: 26/11/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
2. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:
1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (3,4,5,6)

VICE-PRESIDENTE: (3)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
VAGO (2)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) (7)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
VAGO (4,6)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,8)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017

Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2,4)

VICE-PRESIDENTE: (2)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO (3)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,5)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:
1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
5. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (2,4)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) (1)

Atualização: 07/07/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.
4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO (3)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,4)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:
*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.
1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:
1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61) 3303-5255
Fax: (61) 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,3)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015
1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
3. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

---

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) (3)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (4)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.
3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Anexo II, térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Arthur Lira (PP-AL)
1º VICE-PRESIDENTE: VAGO
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
3º VICE-PRESIDENTE: VAGO
Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)
Relator da Receita: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO)

Designação: 03/05/2016
Instalação: 05/05/2016

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Waldemir Moka - MS	1. Marta Suplicy - SP
Romero Jucá - RR (9)	2. Eunício Oliveira - CE (22)
Eduardo Braga - AM (22)	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Paulo Paim - PT/RS (8,16)	1. Regina Sousa - PT/PI
Telmário Mota - PDT/RR	2. Fátima Bezerra - PT/RN
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA (4)	1. Dalirio Beber - PSDB/SC (12)
VAGO (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Cristovam Buarque - PPS/DF
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT	1. Zeze Perrella - PTB/MG
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (13)	1. Sérgio Petecão - PSD/AC (13)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PR, PSD, PROS	
Milton Monti - PR/SP	1. Lúcio Vale - PR/PA
Vicentinho Júnior - PR/TO	2. Luiz Cláudio - PR/RO
Ronaldo Fonseca - PROS/DF	3. George Hilton - PROS/MG
Júlio Cesar - PSD/PI	4. Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS
Irajá Abreu - PSD/TO	5. VAGO
PP, PTB, PSC	
Simão Sessim - PP/RJ (6)	1. Hiran Gonçalves - PP/RR (6)
Arthur Lira - PP/AL (6)	2. Covatti Filho - PP/RS (6)
Nelson Meurer - PP/PR (6)	3. Mário Negromonte Jr. - PP/BA (21)
Sérgio Moraes - PTB/RS (6)	4. Zeca Cavalcanti - PTB/PE (6)
Pr. Marco Feliciano - PSC/SP (19)	5. VAGO
PMDB, PEN	
José Priante - PMDB/PA	1. Celso Maldaner - PMDB/SC
Junior Marreca - PEN/MA	2. Daniel Vilela - PMDB/GO
Saraiva Felipe - PMDB/MG	3. Dulce Miranda - PMDB/TO
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Marx Beltrão - PMDB/AL
PT	
Assis Carvalho - PI (3)	1. Adelmo Carneiro Leão - MG (3)
Beto Faro - PA (3)	2. Caetano - BA (3)
Reginaldo Lopes - MG (3)	3. Paulão - AL (3)
Waldenor Pereira - BA (3)	4. Valmir Assunção - BA (3)
PSDB	
Duarte Nogueira - SP (10)	1. João Gualberto - BA (17)
Geraldo Resende - MS	2. Nelson Marchezan Junior - RS (17)
Rodrigo de Castro - MG	3. Nilson Leitão - MT (20)
PRB, PTN, PTdoB, PSL	
Cleber Verde - PRB/MA	1. Ronaldo Martins - PRB/CE
Ademir Camilo - PTN/MG (18)	2. Jozi Araújo - PTN/AP (18)
PSB	
Bebeto - BA	1. Tereza Cristina - MS
Luciano Ducci - PR	2. Rodrigo Martins - PI (5)
DEM	
Claudio Cajado - BA	1. Juscelino Filho - MA
Paulo Azi - BA	2. Marcos Rogério - RO (15)
PDT	
Dagoberto - MS (2)	1. André Figueiredo - CE (2,14)
SD	
Benjamin Maranhão - PB	1. Wladimir Costa - PA
PCdoB	
Davidson Magalhães - BA	1. Rubens Pereira Júnior - MA
PPS (1)	

TITULARES	SUPLENTES
Leandre - PV/PR	1. Alex Manente - SP (11)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Dagoberto, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Roberto Goés, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2016, da Liderança do PDT.
3. Designados, como membros titulares, os Deputados Assis Carvalho, Beto Faro, Reginaldo Lopes e Waldenor Pereira e, como membros suplentes, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Caetano, Paulão e Valmir Assunção, em vagas existentes, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2016, da Liderança do PT.
4. Designado, como membro titular, o Senador Flexa Ribeiro, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2016, da Liderança do PSDB.
5. Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Martins, em substituição ao Deputado Fabio Garcia, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 77, de 2016, da Liderança do PSB.
6. Designados, como membros titulares, os Deputados Simão Sessim, Arthur Lira, Nelson Meurer e Sérgio Moraes, e, como membros suplentes, os Deputados Hiran Gonçalves, Covatti Filho e Zeca Cavalcanti, em 5-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130, de 2016, da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC.
7. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Maria do Carmo Alves, em 10-05-2016 (Senado Federal).
8. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12.05.2016.
9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3)
10. Designado, como membro titular, o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Bruno Araújo, em 16-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2016, da Liderança do PSDB.
11. Designado o Deputado Alex Manente, como membro suplente, em substituição ao Deputado Raul Jungmann, na Sessão do Senado Federal de 17.05.2016, conforme Ofício nº 68, da Liderança do PPS.
12. Designado, como membro titular, o Senador Dalirio Beber, em vaga existente, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do PSDB.
13. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Gladson Cameli, e, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Otto Alencar, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Roberto Góes, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 112, de 2016, da Liderança do PDT.
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Rogério, em vaga existente, em 19-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2016, da Liderança do DEM.
16. Designado, como membro titular, o Senador Paulo Paim, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35, de 2016, da Liderança do LPT Bloco de Apoio do Governo.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Gualberto, em substituição ao Deputado Nelson Marquezan Junior, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 509, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Ademir Camilo, em vaga existente, e, como membro suplente, a Deputada Jozi Araújo, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº S nº, de 2016, da Liderança do Bloco PTN PTdoB PSL.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Pr. Marco Feliciano, em vaga existente, em 24-5-2016 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 177, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
20. Designado, como membro suplente, Nilson Leitão, em vaga existente, em 24-5-2016 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 512, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Mário Negromonte Jr., em vaga existente, em 27-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 179, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
22. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, e, como membro suplente, o Senador Eunício Oliveira, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 100, de 2016, da Liderança do PMDB E Bloco da Maioria.

Secretário: Robson Luiz Fialho Coutinho

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Deputado Milton Monti (PR-SP)
II. Saúde	Deputado Lúcio Vale (PR-PA)
III. Educação e Cultura	Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
IV. Integração Nacional	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT-MG)
VI. Desenvolvimento Urbano	Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VII. Turismo	VAGO
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IX. Minas e Energia	VAGO
X. Esporte	VAGO
XI. Meio Ambiente	Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
XII. Fazenda e Planejamento	Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Deputado Cleber Verde (PRB-MA)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Paulo Azi (DEM-BA)
XV. Defesa e Justiça	Senador Otto Alencar (PSD-BA)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Hélio José - PMDB/DF (4,16,21)	1. VAGO
VAGO (21,22)	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (9,21)	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Regina Sousa - PT/PI (2,25,28)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Zeze Perrella - PTB/MG (23)	1. Pedro Chaves - PSC/MS (23,24,26)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Arnaldo Jordy - PPS/PA (27)	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.
20. Mesa eleita em 16-03-2016.

21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
22. Deixa de compor a Comissão nos termos do Ofício nº 103/2016, lido na sessão do Senado Federal de 09/06/2016 (DSF 10/06/2016), da Liderança do PMDB no Senado Federal.
23. Designado, como membro titular, o Senador Zeze Perrella, em substituição ao Senador Douglas Cintra, e, como membro suplente, o Senador Douglas Cintra, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Armando Monteiro, em 09-05-2016 (Senado Federal).
25. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12/05/2016.
26. Designado, como membro suplente, a Senador Pedro Chaves, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jordy, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 1-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 105, de 2016, das Lideranças do PSB, PV e PPS.
28. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 37, de 2016, da Liderança do PT.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) (10)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador José Agripino (DEM/RN) (8,9)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
8. O Senador Álvaro Dias deixou de exercer a função de Líder da Minoria em 07.01.2016.
9. O Senador José Agripino passou a exercer a função de Líder do Bloco Parlamentar da Oposição a partir de 16.02.2016.
10. A Deputada Jandira Feghali passou a exercer a função de Líder da Minoria a partir de 20.06.2016.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015
Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. Kátia Abreu - PMDB/TO (27,28)
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (24,27,28)	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Regina Sousa - PT/PI (26)	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (26)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. VAGO (25)
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/CE (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).
24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Eduardo Braga, em 22-04-2016 (Senado Federal).
25. A Deputada Cristiane Brasil deixa de ser membro suplente em 10/05/2016, conforme Ofício nº 132, de 2016, da Liderança do PRB.
26. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em substituição à Senadora Marta Suplicy, e, como membro suplente, o Senador Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Regina Sousa, em 7-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2016, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
27. Designada, como membro titular, a Senadora Marta Suplicy, em vaga existente, e, como membro suplente, a Senadora Kátia Abreu, em vaga existente, em 9-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 104, de 2016, da Liderança do PMDB.
28. Designada, como membro titular, a Senadora Marta Suplicy, em vaga existente, e, como membro suplente, a Senadora Kátia Abreu, em vaga existente, em 9-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 104, de 2016, da Liderança do PMDB.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

CMCVM - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Subcomissão Permanente de Combate ao Estupro - SCPCE

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015
Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)	Senador Walter Pinheiro
Deputado Bruno Araújo	Senador Blairo Maggi
VAGO	VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR)
2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (24)
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Social Democrata	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador	
Cidinho Santos - PR/MT (21)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PSC/MT (19)
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PP/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Zeca do Pt - PT/MS (25)	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. VAGO
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Remídio Monai - PR/RR (22)	8. Benedita da Silva - PSDB/MG (9,25)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR (18)
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS (17)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. Paulo Abi-Ackel - PSDB/MG (20)
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. Angela Albino - PCdoB/SC (23)

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Abi-Ackel, em vaga existente, em 13-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 465, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 17-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2016, da Liderança do Bloco PTB/PR/PSC/PRB/PTC.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Remídio Monai, em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2016, da Liderança do PR.
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Angela Albino, em vaga existente, em 6-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2016, da Liderança do PSOL.
24. Designada, como membro suplente, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Angela Portela, em 8-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 42, de 2016, da Liderança do PT.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca do PT, em substituição à Deputada Benedita da Silva, e, como membro suplente, a Deputada Benedita da Silva, em vaga existente, em 15-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 291, de 2016, da Liderança do PT.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	**1º Secretário** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)	**2º Secretário** Senador Zeze Perrella (PTB/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	**3º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	**4º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991, Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado [1]
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos [1]

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012
Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado [2,4]
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão [5]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (3)	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211